



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



MINISTÉRIO DA DEFESA — DA CONVENIÊNCIA
E OPORTUNIDADE DE SUA INSTITUIÇÃO NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Herick Marques Caminha

ANO LXXXI — Nº 768
ABR/MAIO/JUN 1995



Sab
fez par

Titulo: A Defesa Nacional : revista de
assuntos militares e estu



324291

290637

v.81, n.768, abr./maio 1995 BFD

Probras
o ISO 9002?

Com o trabalho competente de todo pessoal da Refinaria Landulpho Alves, em Mataripê / Bahia, a Petrobras acaba de conquistar o certificado ISO 9002 para produção e comercialização de seus óleos básicos para lubrificantes e parafinas.

Esta conquista é fruto do padrão de qualidade que a Petrobras exige de seus fornecedores e, principalmente, de si mesma. Uma prática que, faz tempo, a Petrobras adotou em todas as suas unidades, a fim de oferecer sempre o melhor ao consumidor.

O certificado ISO 9002, concedido pelo Bureau Veritas Quality International (BVQI), é respeitado e constantemente exigido no mercado internacional por representar, para qualquer cliente, a certeza de receber produtos conforme as suas especificações.

Com ele, a Petrobras ganha mais competitividade no exterior e o mercado brasileiro ganha uma garantia incontestável de ter sempre produtos da mais alta qualidade à sua disposição.



BR PETROBRAS

Um compromisso com o Brasil.



EDITORIAL

O DIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO

A sobrevivência de uma sociedade está intimamente ligada à sua capacidade em preservar o passado, ao culto de suas tradições e, indubitavelmente, ao valor moral de suas instituições.

Eis aí a origem do Exército Brasileiro, nascido da real necessidade de defesa do território nacional.

Gravada em nossos livros históricos, está a célebre data de 19 de abril de 1648, marco da vitória de dois mil e quinhentos compatriotas que empunharam armas para expulsar invasores na batalha do Monte Guararapes. Importante se faz destacar a inexistência, naquela ocasião, de um exército estruturado, o que levou esses homens a se unirem como amálgama perfeito de três raças em torno de um sentimento nativista, com o firme propósito de manter a posse e a unidade de sua terra.

A Força Terrestre, a fim de ressaltar os feitos heróicos de seus antepassados e reafirmar a sua vocação para a defesa da liberdade, da soberania e integridade da Pátria, elegeu o 19 de abril como Dia do Exército Brasileiro.

Para brindar essa data festiva, A Defesa Nacional traz, para a reflexão de seus leitores, artigos que:

— analisam, através de uma retrospectiva, desde 1949, o processo para a implantação de um Ministério da Defesa;

MINISTÉRIO DA DEFESA
BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
AQUISIÇÃO

ORIGEM: _____
DATA: 06/03/09
PREÇO: _____
EMPENHO: _____



EDITORIAL

— sintetizam historicamente aspectos inerentes à profissionalização do Exército e à adoção do Serviço Militar Obrigatório;

— fundamentam, na geopolítica, na geoestratégia e na geoistória, a origem do recente conflito fronteiriço entre Peru e Equador;

— apresentam uma abordagem sobre o desafio a vencer na manutenção da Amazônia;

— sugerem novos paradigmas, condicionados à percepção e ao desenvolvimento de padrões das ciências e da humanidade após o período da guerra fria, para identificar um líder em todos os campos de atividade;

— ampliam o campo historiográfico com a introdução de uma nova problemática ao pensamento estratégico, relacionado com as ciências sociais e políticas, objetivando substituir o modelo tradicional de apreciação de um fato histórico militar;

— interpretam o real significado das peças integrantes dos poderes civil e militar perante o poder nacional, segundo uma possível dicotomia civil x militar.



Diretor

Gen Bda Luiz Edmundo Montedônio Rêgo

Editor

Cel Art EM Luiz Paulo Macedo Carvalho

Redator

Cel Eng EM Virgílio da Veiga

Conselho Editorial

Cel Inf CEMA Clóvis Puper Bandeira

Cel Inf EM Hélio Ribeiro Alves

TC Com CEMA Vitor Eduardo de Souza Alves

TC Cav CEMA José Eduardo de Macedo Silva

TC Inf CEMA João Henrique C. de Freitas

TC Com CEMA João de Azevedo

TC Eng CEMA Wandacyr Edy Mori Romero

TC Art CEMA Juarez Aparecido de Paula Cunha

DISTRIBUIÇÃO

Biblioteca do Exército

Palácio Duque de Caxias

Praça Duque de Caxias, 25 - 3º andar

Ala Márcio Dias

Rio de Janeiro, RJ - BRASIL - 20221-260

TEL.: (021) 253-7535

EDITORIAÇÃO e PRODUÇÃO GRÁFICA

PENELUC Prod. Gráf. e Publicidade Ltda.

Tel.: (021) 533-0825 — Fax (021) 220-1782

REVISÃO

Renaldo di Szabo

PUBLICIDADE

ENREVISTAS Prod. Gráf. e Publicidade

Tels.: (021) 281-5822 - 581-2722 - 581-7959

Fax: 581-2102

REDAÇÃO

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR

DO EXÉRCITO

Praça General Tibúrcio, 125 - Rio de Janeiro, RJ

BRASIL - 22290-270

Tel.: (021) 542-5646 - Ramal 204 e 205

FAX (021) 542-5454

ADMINISTRAÇÃO

Palácio Duque de Caxias

Praça Duque de Caxias, 25 - Térreo - Rio de Janeiro, RJ

BRASIL - 20221-260

Tel.: (021) 253-4628

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da ECEME e do Exército Brasileiro.

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Accepta-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser datilografados em todas as partes, com 30 linhas em espaço duplo e no máximo, com 72 batidas por linha, acompanhadas de uma síntese do currículo.

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

ASSINATURAS ANUAIS DE MÚLTIPLOS ANOS

A assinatura anual e a venda de números avulsos são feitas na Administração - Tel.: (021) 253-4628; as importâncias correspondentes podem ser enviadas por cheque ou vale postal, em nome de "A Defesa Nacional".

Assinatura Anual:

Brasil — R\$ 20,00

Exterior — US 50,00



Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

SUMÁRIO

Editorial	1
Ministério da Defesa — Da Conveniência e Oportunidade de sua Instituição na Administração Pública Federal Brasileira ...	5
<i>Vice-Almirante MG Herick Marques Caminha</i>	
Serviço Militar Obrigatório e/ou Profissionalização do Exército	23
<i>Coronel Davis Ribeiro de Sena</i>	
Fronteira Peru-Ecuador, a Questão de Côndor	39
<i>Professora Therezinha de Castro</i>	
Amazônia — Um Desafio a Vencer	49
<i>Tenente-Coronel Osmar José de Barros Ribeiro</i>	
Liderança Militar no Pós-Guerra Fria	63
<i>Coronel Roberto José da Costa</i>	
A História Militar e a Historiografia Contemporânea	83
<i>Doutor Nuno Severiano Teixeira</i>	
"O Poder Militar e a Sociedade Civil"	97
<i>Tenente-Coronel Reinaldo Nonato de Oliveira Lima</i>	
Saneamento Básico	113
<i>Oficial do Exército José Maria de Souza</i>	
Se o Tiroteio Começar, Quem Vencerá?	131
<i>Edward W. Desmond — Tradução do 1º Tenente Raurine Gaspar de Oliveira</i>	
Comentários	139
Destques da Imprensa	151
Aconteceu na ECEME	167

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

Redação - Primeiro Tesouro - SERGIUS ALMEIDA, SECRETÁRIO GERAL DE CIRCULAÇÃO - J. DE MOURA RIBEIRO

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano I.

Grupo mantenedor: Benedito Klinger, Estevo Teófilo de Carvalho, Joaquim de Sousa Reis (Indicados); Francisco de Paula Cidade, Mário Clementino Lima e Silva, Paulo Rodrigues, Jorge Penna, Leopoldo Cavalcanti, Eulálio Figueredo, Teodoro, Américo Velloso, Manoel da Costa.

(Fac-simile da portada do N.º 1, Ano 1 — 10/10/1913 de "A Defesa Nacional")

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual
"A Defesa Nacional"

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Diretor-Presidente

Gen Carlos Patrício Freitas Pereira

Diretor-Secretário

Cel Art e EM Luiz Paulo Macedo Carvalho

Diretor-Administrativo

Ten Cel Eng Luiz Eugênio Duarte Peixoto

Diretor-Tesoureiro

1.º Ten QAO Francisco Luiz de Siqueira Bittencourt

Conselheiros

Cel Art e EM Luiz de Alencar Araripe

Cel Art EM Amerino Raposo Filho

Conselho Fiscal

Cel Inf EM Raul Roberto Musso dos Santos

Cel Eng EM Virgílio da Veiga

Ten Cel Inf Antônio Gonçalves Meira

Suplentes

Cel Cav EM Davis Ribeiro de Sena

Cap QAO Justo Hélio Monteiro

1.º Ten QAO Anísio Coelho de Souza



NOSSA CAPA

Batalha de Guararapes

Óleo sobre tela de Álvaro Martins

Pinacoteca da Biblioteca do Exército

Foto de Jorge Tadeu de Oliveira



A DEFESA NACIONAL

Ministério da Defesa — Da Conveniência e Oportunidade da sua Instituição na Administração Pública Federal Brasileira¹

Herick Marques Caminha*

O artigo apresenta a problemática da direção em alto nível das Forças Armadas de quatro países, comenta a solução adotada no Brasil desde 1949 e revela aspectos que não podem ser deixados de considerar nos estudos e análises relativos à criação do Ministério da Defesa, particularmente quanto aos prazos de sua possível implantação.

NECESSIDADE DE UNIDADE DE COMANDO NA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES BÉLICAS — LIÇÃO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A Segunda Guerra Mundial fez das operações combinadas uma constante em todas as operações, por se terem tornado essenciais à vitória.

Para obter a necessária integração das três Forças Armadas nas operações bélicas, a solução mundialmente adotada foi uma estrutura com um Comandante Supremo, um Comandante em-Chefe em cada teatro-de-operações, e um Comandante Superior em cada operação. (Com isso se denomina Estrutura Militar de Guerra). Mas, para preparar essa integração desde o tempo de paz, cogitou-se de recorrer às seguintes soluções* (que não são alternativas, tanto que a maioria dos países adotou as três simultaneamente):

* Vice-Almirante da Marinha de Guerra.

¹ Selecionado pelo PADECEME.

- criação de um Ministério da Defesa;
- estabelecimento de uma Junta de Chefes de Estado-Maior;
- estabelecimento de um Estado-Maior combinado de alto nível para assessorar o Comandante Supremo desde o tempo de paz.²

AS DUAS CLASSES DE ATIVIDADES QUE CONDICIONAM A DIREÇÃO EM ALTO NÍVEL DE UMA FORÇA ARMADA

Comandar forças armadas na realização de operações bélicas exige a execução de atividades que se caracterizam pela violência, pela urgência nas decisões, pela dispensa do cumprimento de formalidades burocráticas, pela disponibilidade de uma imensa soma de recursos humanos, materiais e financeiros (sem os quais a guerra, desde logo, estará perdida). Contrastantemente, gerir o organismo militar em tempos de paz, sem que a Nação esteja mobilizada para a guerra, envolve, no mais alto nível, atividades muito distintas das atividades bélicas.

A Administração Pública normal (se se considerar normalidade o chamado "estado de paz") caracteriza-se pela obediência a inúmeros trâmites burocráticos, por uma mais demorada ponderação na tomada de decisões, pela necessidade de que os sempre escassos recursos alocados a cada força sejam gastos com especial atenção ao fator custo/benefício, e pelo maior comedimento na disposição de correr riscos.

Porém há mais: em tempo de paz, o responsável, perante o Comandante Supremo (o Presidente da República, no caso brasileiro), pela gestão (e não propriamente pelo comando) da força armada, é o respectivo Ministro de Estado, enquanto que, em tempo de guerra, são responsáveis, perante a mesma autoridade, pelo adequado emprego das forças em operações, os Comandantes de Teatro-de-Operações.

Não será ocioso destacar que, no período republicano da História do Brasil, os ministros militares exerceram, incontestavelmente, a autoridade de gestão das respectivas Forças (uns com maior dose de discricionarismo, outros com menor dose), enquanto que, em tempo de guerra, aos ministros militares não coube nenhuma responsabilidade funcional na conduta das operações bélicas (exceto, parcial ou indiretamente, na fixação da Política e da Estratégia de Guerra, como membros integrantes do Alto Comando das Forças Armadas).

Portanto, não há por que estruturar os Ministérios Militares como se fossem forças em operações bélicas, e nem assemelhar os Ministérios militares a comandantes de forças operativas. Isso não impede que, dentro de cada Ministério militar, haja embriões, núcleos ou até mesmo unidades inteiras montadas da mesma forma que as unidades operativas, e que os seus comandantes tenham atribuições análogas às de comandantes em ações de guerra.

Daí o fato de o cargo de Ministro de força armada poder ser exercido por um civil, desde

² Das palavras introdutórias do General Augusto Fragoso, Comandante da ESG, à conferência pronunciada pelo Almirante-de-Esquadra Murilo Vasco do Vale e Silva, Chefe do EMFA, em agosto de 1970.

que a estrutura organizacional do respectivo Ministério seja estabelecida com uma clara distinção entre as atribuições de gestão administrativa e as atribuições de comando militar.

No Brasil, o recurso a ministro civil tem sido rejeitado desde que se proclamou a República, com apenas duas exceções:

1ª: No governo de Epitácio Pessoa, de 1919 a 1922, quando tivemos na pasta da Marinha, sucessivamente, os Bacharéis Raul Soares de Moura e Joaquim Ferreira Chaves e o Engenheiro João Pedro da Veiga Miranda, e na pasta da Guerra o Engenheiro João Pandiá Calógeras; e

2ª: No governo Getúlio Vargas, logo após a criação do Ministério da Aeronáutica, de 1941 a 1945, o Senador Joaquim Pedro Salgado Filho, que foi o primeiro Ministro da Aeronáutica brasileiro.

Nessas duas oportunidades, esses ministros civis se desincumbiram muito bem dos cargos. Cabe, porém, desde já destacar que, dada a falta generalizada de espírito público e o rasteiro nível ético de grande número dos civis contemporaneamente envolvidos na política, no nosso País, será arriscado, na minha opinião, admitir, no futuro à vista, uma solução desse tipo para administrar as nossas Forças Armadas.

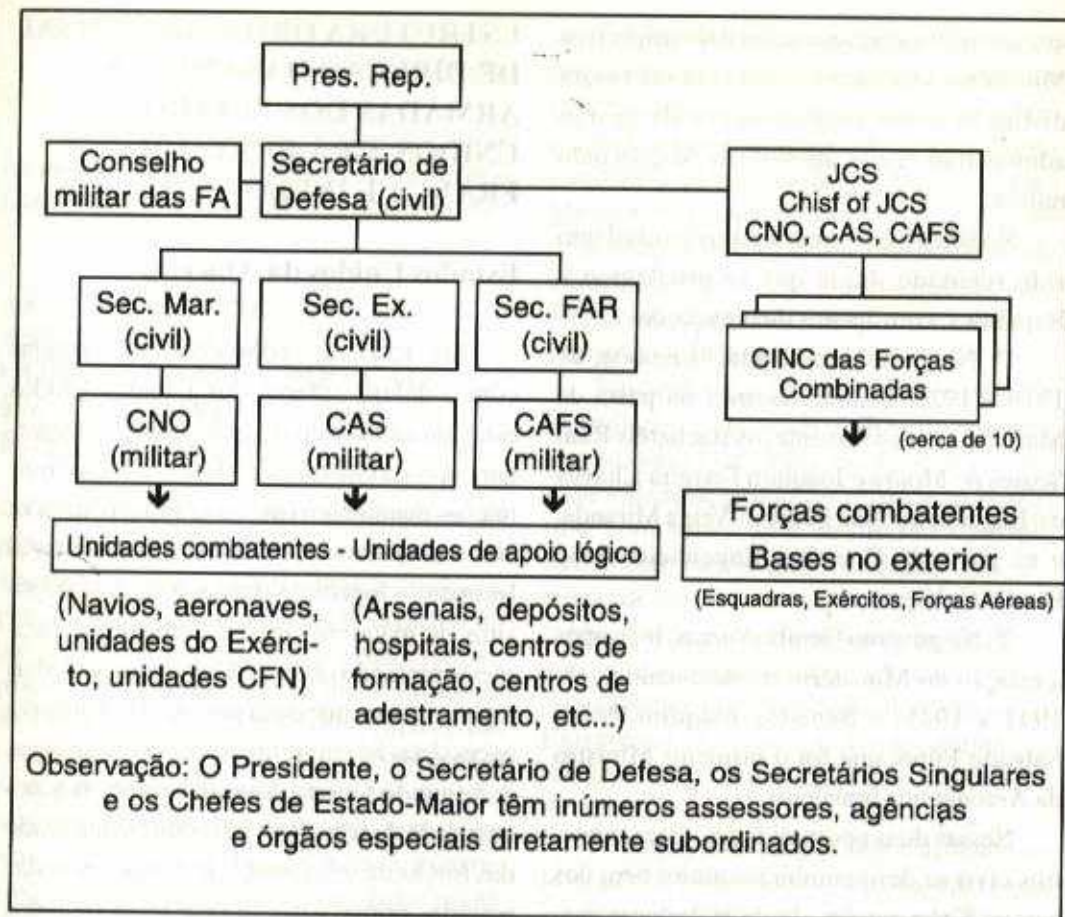
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE DIREÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS DOS ESTADOS UNIDOS, GRÃ-BRETANHA, FRANÇA E ÍNDIA

Estados Unidos da América

Até 1947, as atribuições relacionadas com a defesa externa dos Estados Unidos estavam afetas a duas instituições: os Departamentos da Guerra e da Marinha. Essas instituições mantinham entre si grande rivalidade: elas multiplicavam o número de seus estabelecimentos logísticos (bases, hospitais, depósitos de materiais, etc.) e competiam duramente tentando obter do Congresso as verbas orçamentárias que cada um, de per si, julgava necessárias ao cumprimento das suas missões. A Segunda Guerra Mundial mostrou a necessidade de se realizar um controle unificado das forças de terra, mar e ar, assim como das matérias-primas e das fábricas produtoras dos equipamentos que elas tivessem de utilizar.

Em 1947, a Lei de Segurança Nacional (*National Security Act*) estabeleceu uma Organização Militar Nacional (*National Military Establishment*) para atingir tal propósito. Dois anos mais tarde, as atribuições dessa organização foram ampliadas, e seu nome trocado para Departamento de Defesa (DOD).³

3 Resumo do verbete *Defense, Department of* da *The World Book Encyclopedia*, Field Enterprises Inc. — 1957. Na exposição que se segue, os "departamentos" correspondem a órgãos que, no Brasil, chamamos de "ministérios".



ORGANOGRAMA 1: Estrutura organizacional de gestão e comando das Forças Armadas dos Estados Unidos da América

Foram instituídos três departamentos como agências do DOD: o Departamento da Marinha, o Departamento do Exército (antigo Departamento da Guerra) e o Departamento da Força Aérea (no qual se concentrou a maior parte das aeronaves militares, bases e estabelecimentos de apoio dessas aeronaves, deixando, contudo, com os seus irmãos mais velhos as aeronaves necessárias à realização das suas operações específicas).

Criaram-se, ainda, independentes do Departamento de Defesa, algumas juntas e

comissões destinadas a exercer controle de alto nível da Organização Militar Nacional "em assuntos tais como munições, pesquisas e desenvolvimento, etc." — juntas e comissões essas que foram extintas em 1953, passando suas atribuições para o controle direto do DOD.

Desde 1949, portanto, DOD passou a ser uma estrutura extremamente complexa (eu diria mesmo: complicada), que reúne os Departamentos da Marinha, do Exército e da Força Aérea do Governo dos Estados Unidos,

com o declarado propósito de "melhorar o trabalho em equipe e reduzir as diferenças de opinião, as duplicações de esforços e os desperdícios das Forças Armadas dos Estados Unidos". Se conseguiu de fato alcançar esses intentos, tem sido assunto de muita controvérsia entre os políticos e os jornalistas daquele país.

O Secretário da Defesa tem de ser um funcionário civil, nomeado pelo Presidente com aprovação do Senado. A ele cabe gerir o Departamento da Defesa, e ser o principal assessor do Presidente nos assuntos relacionados com a Defesa Nacional (outros órgãos e pessoas complementam essa assessoria).

Os Departamentos da Marinha, do Exército e da Força Aérea continuaram a existir dentro do DOD. Em cada um deles há um chefe militar (Chefes de Estado-Maior do Exército e da Força Aérea e Chefe de Operações Navais), subordinado ao respectivo Secretário singular. Os Departamentos singulares têm por atribuição fornecer o pessoal e os equipamentos necessários para defender o país contra qualquer ataque inimigo, resguardar o patrimônio material dos Estados Unidos no mar e em terras estrangeiras, e prestar apoio à consecução das políticas interna e externa do Governo.

A Junta de Chefes de Estado-Maior (*Joint Chiefs of Staff*), integrada pelos Chefes de Estado-Maior singulares, planeja a estratégia e a direção unificada das operações militares a realizar.

É importante destacar que, na estrutura militar norte-americana, faz-se clara distinção entre órgãos administrativos e unidades operativas. Na Marinha, por exemplo, é nítida a distinção entre o *Department of the Navy* e a *U.S. Navy*: os papéis burocráticos das forças, navios e estabelecimentos navais

trazem no seu cabeçalho a marca *U.S. Navy* e não *Department of the Navy*.

Observação: no Brasil, entre 1952 e 1968, o Ministério da Marinha adotou uma estrutura organizacional até certo ponto inspirada na organização norte-americana. Diretamente subordinados ao Ministro, havia o Chefe do Estado-Maior da Armada, ao qual ficava afeto o comando militar da Marinha de Guerra, e o Secretário Geral da Marinha, ao qual cabia o controle administrativo da mesma (essa estrutura pode ser classificada como bipolar ou binária). Além de instituir essa bipolaridade, a lei que a fixou (Lei 1.658, de 4 de agosto de 1952) tentou estabelecer os conceitos diversificados de controle técnico e controle de coordenação a serem exercidos, respectivamente, pelas Diretorias Técnicas e pelos Distritos Navais. Todavia, a redação dessa lei mostrou-se incompleta e obscura, o que deu lugar a numerosas dúvidas e confusões.

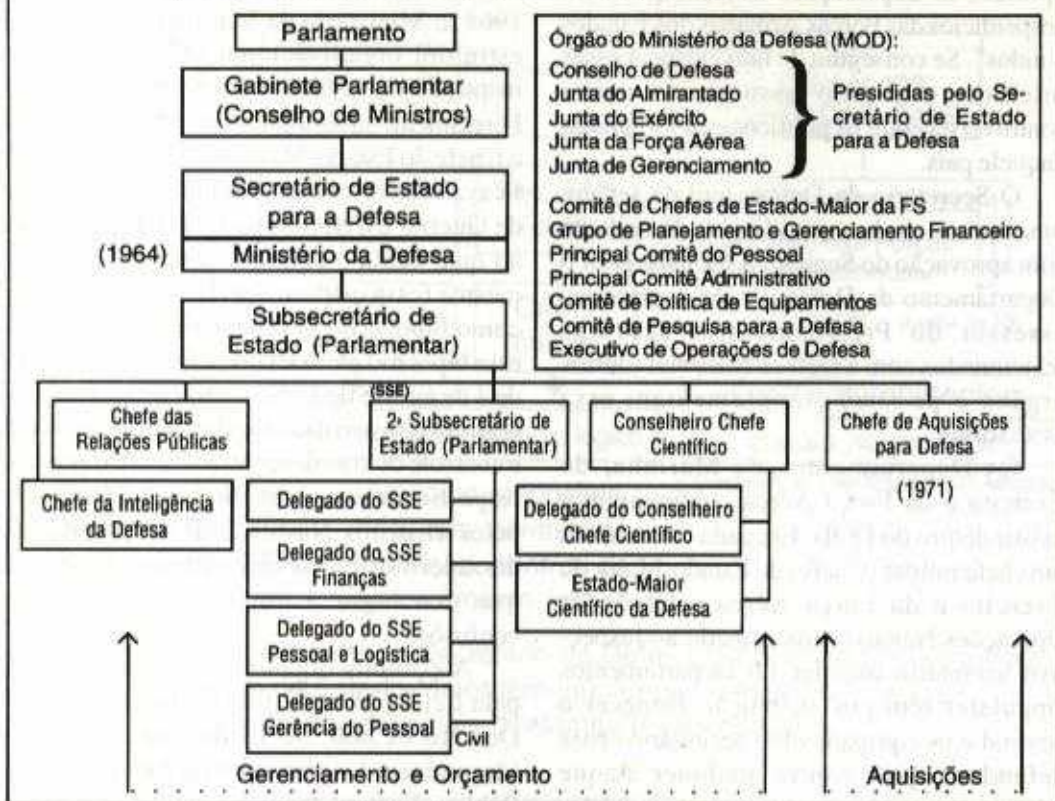
A estrutura organizacional estabelecida pela Lei 1.658/1952 foi substituída pela do Decreto 62.860, de 18 de junho de 1968 (decorrência dos princípios da Administração Pública Federal firmados pelo Decreto-lei 200, de 15 de fevereiro de 1967), o qual eliminou a estrutura bipolar na Administração Naval Brasileira.

Reino Unido

Até o século XVI, a Marinha de Guerra inglesa tinha dois fulcros: os navios de combate e os arsenais de marinha (isto é, arsenais de beira-mar). A jurisdição marítima (inclusive o comércio marítimo) ficava em mãos do *Lord High Admiral*. Em 1546, Henrique VIII criou a *Navy Board* (Junta da Marinha de Guerra), com atribuição de

REINO UNIDO - ESTRUTURA DE DEFESA NACIONAL

(Esta súmula não inclui as forças operacionais)



ORGANOGRAMA 2: De um folheto de divulgação sobre MOD

supervisionar as atividades administrativas do serviço naval, permanecendo com o *Lord High Admiral* a política naval, o controle operacional da Marinha de Guerra e a jurisdição marítima da Inglaterra. A partir de 1624, as atribuições do *Lord High Admiral* passaram a ser frequentemente exercidas por um comitê⁴ de lordes comissionados (isto é, nomeado *ad*

hoc), a *Admiralty Board* (Junta do Almirantado), presidida pelo Primeiro Lorde, que era o chefe político da Marinha de Guerra. Por mais de dois séculos, a Marinha inglesa foi dirigida por essas duas juntas: a *Navy Board*, nos assuntos administrativos, e a *Admiralty Board*, nos assuntos políticos e operacionais. Essa organização atendeu

⁴ Comitê e comissão não são sinônimos perfeitos: comitê é um órgão colegiado deliberativo, e comissão, um órgão colegiado de assessoramento.

bastante bem durante as guerras com os espanhóis, os holandeses e os franceses, mas o inter-relacionamento das duas juntas nem sempre foi harmonioso. Em 1832, um Primeiro Lorde reformador aboliu a *Navy Board*, passando as suas atribuições para a *Admiralty Board*.

O primeiro dirigente do *War Office* (Escritório da Guerra), responsável pela força terrestre inglesa, morreu no mar, em 1666, em combate contra os holandeses. De início, o *War Office* não pesava no orçamento inglês: em 1673, em seis meses gastou apenas 14 libras e 19 shillings (!). Adquiriu, porém, crescente importância no controle político do Exército, embora não fosse o único departamento governamental com este envolvido (em 1815, eram 15 (!), os departamentos com os quais a força terrestre inglesa tinha que se ver). Esse sistema não se mostrou (e nem podia se mostrar) eficiente e, em 1954, o *War Office* passou a exercer todo o controle político e financeiro do Exército britânico. Mesmo assim, não obteve grande sucesso. Em 1859, a enfermeira Florence Nightingale (que participou intensamente da Guerra da Criméia), em carta ao Secretário da Guerra descreveu o *War Office* como "uma repartição muito lerda, dispendiosa e pouco eficiente". Após vários anos de graduais e pequenas mudanças, em 1904 o *War Office* foi reformado segundo o mesmo modelo da *Admiralty Board*.

O *Air Ministry* (Ministério do Ar) foi criado em janeiro de 1918, com a atribuição de supervisionar a integração do *Royal Flying Corps* com o *Royal Naval Air Service*, para formar a *Royal Air Force* (RAF), com uma organização semelhante, em linhas gerais, à da *Admiralty Board* e do *War Office*, e tendo o membro mais antigo da RAF como Chefe do Estado-Maior do Ar.

Em 1940, o suprimento de aeronaves militares (até então da responsabilidade do Ministério do Ar) passou para o novo *Ministry of Aircraft Production* (Ministério da Produção de Aeronaves) que, em 1945, integrou-se no *Ministry of Supply* (Ministério do Suprimento). Em nova reorganização, esse encargo passou, em 1939, para o *Ministry of Aviation*, em 1967, para o *Ministry of Technology* e, em 1970, para o *Ministry of Aviation Supply*. Em agosto de 1971, todas as aquisições militares (inclusive de material aeronáutico) passaram à responsabilidade do *Procurement Executive* (executivo de aquisições), integrante do MOD. Em 1981, foi criado o cargo de *Minister of State for Defense Procurement* (Ministro de Estado para Aquisições de Defesa), que preside uma junta integrada pelos três *Comptrollers* (Inspetores): da Marinha, do Armamento, e de Aeronaves, e que dirige, também, os Serviços de Exportação de Defesa.

Observação: nas atividades administrativas, os ingleses (como os norte-americanos) pouco uso fazem da subordinação em linha, substituindo-a pela supervisão funcional, exercida através de juntas, comitês, delegados, conselheiros, etc. Esse tipo de relacionamento no trabalho (a supervisão funcional) não se coaduna bem com o feitiço psicossocial do brasileiro em geral, devido à forma como nosso país foi colonizado pela Coroa Portuguesa, até o primeiro quartel do século XIX.

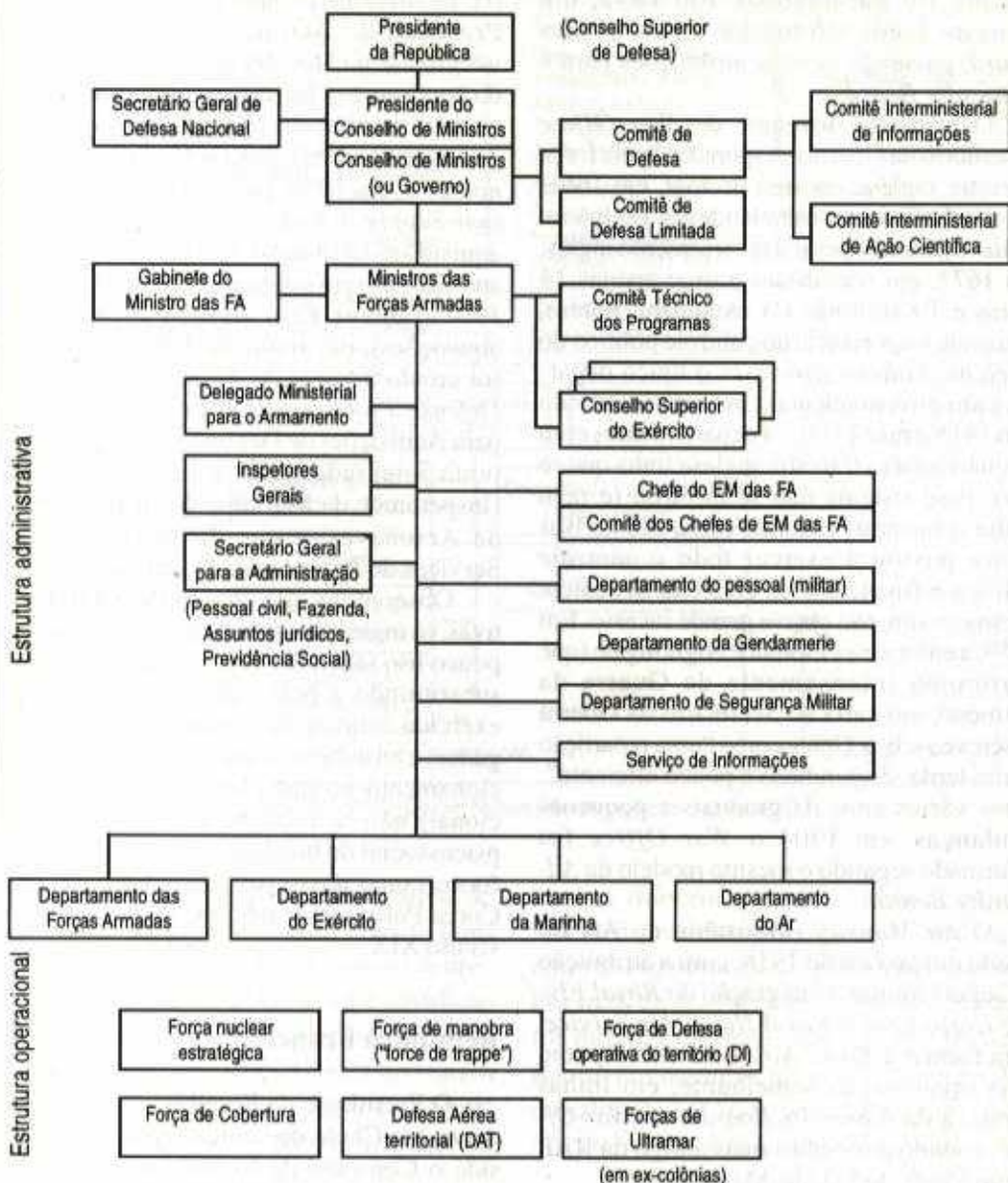
República Francesa⁵

O Presidente da República é o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas e preside o Conselho de Ministros, o Conselho

5 Dados obtidos de dois folhetos informativos sobre o Ministério das Forças Armadas francês.

FRANÇA - ESTRUTURA DE DEFESA NACIONAL

(Estrutura organizacional de direção das FA)



ORGANOGRAMA 3

Superior de Defesa, o Comitê de Defesa e o Comitê de Defesa Limitada.

O Conselho Superior de Defesa é composto de membros civis e militares, e informa o Conselho de Ministros antes que este tome decisões em assuntos de defesa nacional.

O Comitê de Defesa inclui o Primeiro-Ministro, o Ministro das Relações Exteriores, o Ministro das Forças Armadas, o Ministro do Interior (ao qual está afeta a Defesa Civil do país), o Ministro da Fazenda, outros Ministros (quando for necessário) e o Secretário Geral de Defesa Nacional; é um órgão colegiado deliberativo.

O Comitê de Defesa Limitada é convocado pelo Primeiro-Ministro (que escolhe os participantes de cada reunião) para deliberar sobre a administração da defesa militar.

Decreto-lei de 7 de janeiro de 1959 estabeleceu o princípio de unidade na administração, no comando e na estratégia das Forças Armadas francesas e eliminou qualquer distinção entre tempo de paz e tempo de guerra.

O Ministro das Forças Armadas tem autoridade sobre os três Serviços singulares (Departamento do Exército, Departamento da Marinha e Departamento do Ar). Para a ação unificada, os três Serviços estão organizados segundo dois critérios: 1º — na base de três sistemas de forças operacionais: a força nuclear estratégica, a força de manobra (*force de frappe*) e as forças de defesa operacional do território; 2º — na base de uma divisão territorial, em dez regiões militares, três regiões navais e quatro regiões aéreas, agrupadas em seis zonas de defesa.

As operações são comandadas por comandantes-em-chefe de teatros-de-operações, altos comandos combinados permanentes e comandos especializados (Força Aérea Estratégica, Defesa Aérea, Transporte Aéreo, Armas Especiais).

A ligação entre autoridades militares e civis faz-se, em todos os níveis, por meio de equipes mistas nos âmbitos regional e departamental,⁶ e por uma Secretaria Permanente de Zona de Defesa em cada zona de defesa.

O Comitê de Chefes de Estado-Maior, presidido pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, trabalha em permanente ligação com a Secretaria.

União Indiana

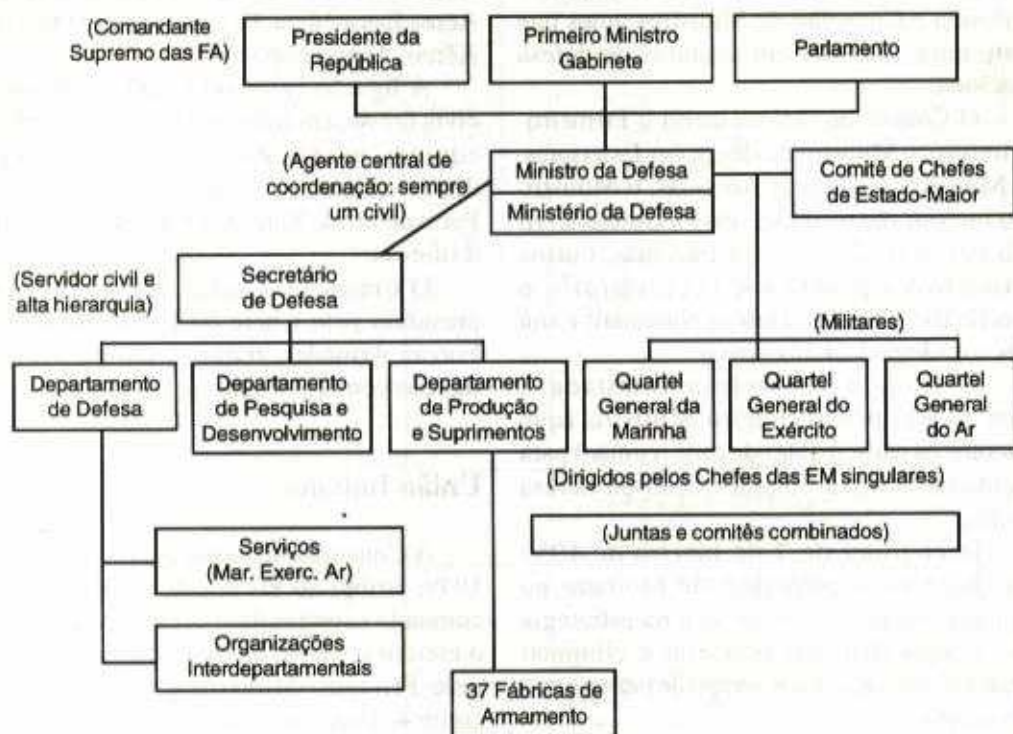
A Constituição indiana, promulgada em 1949, atribui ao Presidente da República o comando superior das Forças Armadas; mas o efetivo controle delas é exercido, de fato, pelo Primeiro-Ministro e pelo Gabinete, controle esse que se acentua pela nenhuma participação do Parlamento no sentido de estabelecer uma política de segurança nacional.

O Comitê de Negócios Políticos é a mais alta autoridade em assuntos de defesa nacional. Os Quartéis-Generais dos Serviços Singulares (Marinha, Exército e Ar), ligados ao Ministério da Defesa (que é guarnecido inteiramente por funcionários civis), permanecem fora da estrutura organizacional desse ministério. O fraco inter-relacionamento estabelecido entre os três Serviços visa a enfraquecer a preponderância numérica das

6 O território da França subdivide-se em departamentos e não em estados federativos.

ÍNDIA - ESTRUTURA DE DEFESA NACIONAL

(De uma publicação por Gerrold F. Elkin e Andrero Ritezel)



ORGANOGRAMA 4

forças da terra. A não incorporação dos Quartéis-Generais singulares no MOD gerou consequências que anulam as eventuais vantagens da "integração" das FS no MOD. Os Quartéis-Generais singulares fazem propostas, geralmente relacionadas com aquisições de equipamentos e condições de serviço, que são decididas numa base de "sim" ou "não", dada a inexistência de órgãos que analisem com independência técnica as propostas feitas. Os serviços singulares não

têm atribuições de coletar informações estratégicas, mas apenas processa as que lhes são fornecidas pelas agências civis.

Ao Comitê de Chefes de Estado-Maior subordinam-se várias juntas e comitês combinados, cujas chefias, assim como as do próprio CCEM, são exercidas rotativamente por elementos das três FS.

A despeito de manterem várias fábricas de armamento, a dependência das FA indianas de fontes externas de fornecimento de

armamento moderno é grande, o que dificulta qualquer tentativa de padronização dos equipamentos em uso.

A instituição do Ministério da Defesa, na Índia, com o isolamento dos servidores militares nos Quartéis-Generais das FS e com o alheamento de cada QG em relação aos seus irmãos, não conseguiu harmonizar, umas com as outras, as FS, obter redução de despesas e nem alcançar um mínimo de eficiência na administração delas. E mais: no mais alto nível, a organização indiana da defesa nacional mostrou-se incapaz de atender às exigências das guerras que o país travou com o Paquistão e a China.

PRINCIPAIS RAZÕES APRESENTADAS PELOS QUE ADVOGAM A CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA⁷

Procurando sintetizar as principais razões geralmente apresentadas pelos que advogam a "integração" das Forças Armadas num Ministério da Defesa, podemos estabelecer o seguinte quadro:

- **razão de caráter político:** fortalecer o Poder Civil;
- **razões de caráter econômico:** racionalizar a aplicação dos recursos disponíveis e reduzir os gastos com as Forças Armadas;
- **razões de caráter militar:** coordenar, controlar e harmonizar a atuação das Forças singulares;
- **razão de caráter administrativo:** reduzir a multiplicidade de órgãos de direção

e de estabelecimentos de apoio logístico das Forças Armadas.

Em um trabalho que trata desse assunto e que tive oportunidade de consultar, é feita a seguinte observação: "O ponto de partida fundamental, ao se cogitar se convém ou não criar um Ministério da Defesa no Brasil, é procurar saber o que a Nação espera das suas Forças Armadas." Muito boa observação, do tipo daquelas que a televisão norte-americana classificava de *Thousand dollar question*.

Se ela realizasse um plebiscito, no qual se apresentassem ao povo brasileiro três ou quatro respostas àquela questão (por exemplo: 1ª — Criar o Ministério da Defesa dirigido por militar; 2ª — Criar o Ministério da Defesa dirigido por civil; 3ª — Coordenar a administração das Forças Singulares por meio de um órgão combinado de alto nível, tipo EMFA), a Administração Pública iria deslanchar uma acirrada polêmica cujo final (se chegasse a um final sem aplicação de métodos autoritários) seria ditado por motivações emocionais e não racionais. O assunto continua a "ferver", até mesmo nos países que aparentemente já resolveram a questão.

Portanto, é tão ilusória a idéia de que o povo brasileiro possa escolher uma orientação segura e eficaz para esse assunto, quanto a de que pudesse indicar qual o melhor processo de dirigir um navio no mar ou um avião nos céus. Administrar não é problema de natureza política ou "questão de gosto": é problema técnico de alta complexidade, tornado ainda mais complicado porque condicionado também por motivações corporativas e interesses pessoais.

7. Estudo Comparativo da Alta Administração das Forças Armadas Brasileiras — ESG-DAM, 1991.

SOLUÇÃO ADOTADA NO BRASIL DESDE 1949

Em 1946 (governo do Presidente Eurico Dutra), Decreto-lei 9.107, de 1º de abril, estabeleceu, pela primeira vez, num ato legislativo comum, dispositivos reguladores da constituição das três Forças Singulares brasileiras. Considero este o primeiro marco de uma idéia desde então em marcha: a "integração" das nossas Forças Armadas.

Ainda em 1946, o Decreto 9.520, de 25 de julho, criou um estado-maior misto de alto nível, com o nome de Estado-Maior Geral. Em 1948, a Lei 607-A, de 24 de fevereiro, alterou a organização desse estado-maior e rebatizou-o de Estado-Maior das Forças Armadas — EMFA. O primeiro regulamento do EMFA foi aprovado em 27 de abril de 1949 (Decreto 26.607).

A Lei 785, de 20 de agosto de 1949, criou a Escola Superior de Guerra — ESG, "instituto de altos estudos, subordinado diretamente ao Chefe do EMFA e destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício de funções de direção e para o planejamento da segurança nacional".

A Lei 1.956, de 26 de agosto de 1953 (governo do Presidente Getúlio Vargas) subdividiu o território nacional em três Zonas de Defesa, para fins de emprego combinado das Forças Armadas; e o Decreto 37.909, de 16 de setembro de 1955, instituiu Núcleos de Comando das Zonas de Defesa. Foi uma tentativa de estabelecer, desde o tempo de paz, embriões de comandos combinados. Mas essa tentativa se mostrou por demais ambiciosa, artificial, inadequada e inviável. A Zona de Defesa Norte abrangia a Amazônia e o Nordeste, até o Estado da Bahia; a Zona de

Defesa Sul, o resto do território nacional exceto os Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro; e a Zona de Defesa Atlântica compreendia esses dois Estados, o Mar Territorial e as Ilhas Oceânicas. A imensa vastidão dos teatros-de-operações, a falta de um inimigo definido a enfrentar e a completa carência de meios levaram a que tais Zonas fossem extintas em 1970, quinze anos após a instituição dos Núcleos de Comando.

Não há nada mais frustrante para um comandante do que receber determinada missão e não dispor dos meios para executá-la. A experiência que tive como integrante do Conselho de Defesa da Região Sul foi muito esclarecedora: ali se tratava de coordenar algumas medidas de pequeno vulto — e não de planejar operações bélicas — o TO era menor e o inimigo estava definido: era a subversão comunista.

Potências com o poderio econômico dos Estados Unidos ou da União Soviética (antes do seu colapso recente) podem tentar instalar, desde o tempo de paz, uma "estrutura militar de guerra"; potências em desenvolvimento, como nós, não devem nem podem fazê-lo.

O Decreto 1.310, de 8 de agosto de 1962, do Presidente do Conselho de Ministros (governo João Goulart) criou o Hospital das Forças Armadas, com sede em Brasília e subordinado ao Chefe do EMFA. Seria o início de um processo de "integração" de apoio logístico às Forças Armadas Brasileiras, aparentemente fácil de realizar. Todavia, isso não germinou: o HFA, no qual se investiram recursos de certa monta, ainda sobrevive na Capital Federal, mas na companhia de outros três hospitais, um para cada Força Singular.

Com a Revolução de março de 1964, iniciou-se uma fase de maior racionalização

das atribuições do EMFA e de melhor equacionamento dos problemas a ele afetos. Uma nova Lei do Serviço Militar (Lei 4.375, de 17 de agosto de 1964) consolidou e unificou a, até então, esparsa e diversificada legislação sobre o serviço militar no País, atribuindo ao EMFA a direção geral desse serviço e estabelecendo normas quanto à repartição pelas Forças Singulares, dos conscritos que possuísssem especialização profissional.

Mas o grande marco legislativo relacionado com o EMFA foi o Decreto-lei 200, de 25 de fevereiro de 1967 (governo do Presidente Castelo Branco), que estabeleceu diretrizes para a Reforma da Administração Federal. Seu artigo 50 atribuiu ao EMFA autoridade para tratar de alguns assuntos até então específicos das Forças Singulares. Outros artigos lançaram as sementes para a futura criação de um Ministério das Forças Armadas.

Num longo e sofrido processo de gestação do Decreto-lei 200, até a 6ª minuta do anteprojeto, elaborada pela Comissão Especial para Estudos da Reforma Administrativa (COMESTRA, interministerial, instalada em 1964), não havia dispositivo algum tendente à criação de um Ministério da Defesa. Em 1966, a Assessoria para Estudos da Reforma Administrativa (ACESTRA), do Ministério do Planejamento, reviu a referida 6ª minuta e elaborou o texto final a ser submetido ao Presidente da República. Também aí não havia nenhum dispositivo conducente à criação de um Ministério da Defesa. O Decreto-lei 200, contudo (suponho que por

expressa determinação do Presidente Castelo Branco), tratou, em diversos artigos, da nomeação de um Ministro Extraordinário para coordenar os assuntos militares, e determinhou que as Forças Singulares fossem futuramente integradas em um "Ministério das Forças Armadas".⁸

Outro órgão, criado pelo Decreto-lei 200, foi o Alto Comando das Forças Armadas — ACFA. Poder-se-á considerá-lo (aliás indevidamente) como uma duplicação do EMFA. O ACFA destina-se a assessorar o Presidente da República nas decisões relativas à Política Militar e à coordenação dos assuntos pertinentes às Forças Armadas. Integram-no os Ministros Militares Singulares, o Chefe do EMFA e os Chefes de Estado-Maior das Forças Singulares, que se reúnem a critério e por convocação do Presidente da República, quando este tenha de tomar decisões de suma importância e complexidade. Mas o ACFA funciona como uma espécie de "junta de diretores" de empresa privada, enquanto o EMFA funciona como um "estado-maior" militar.

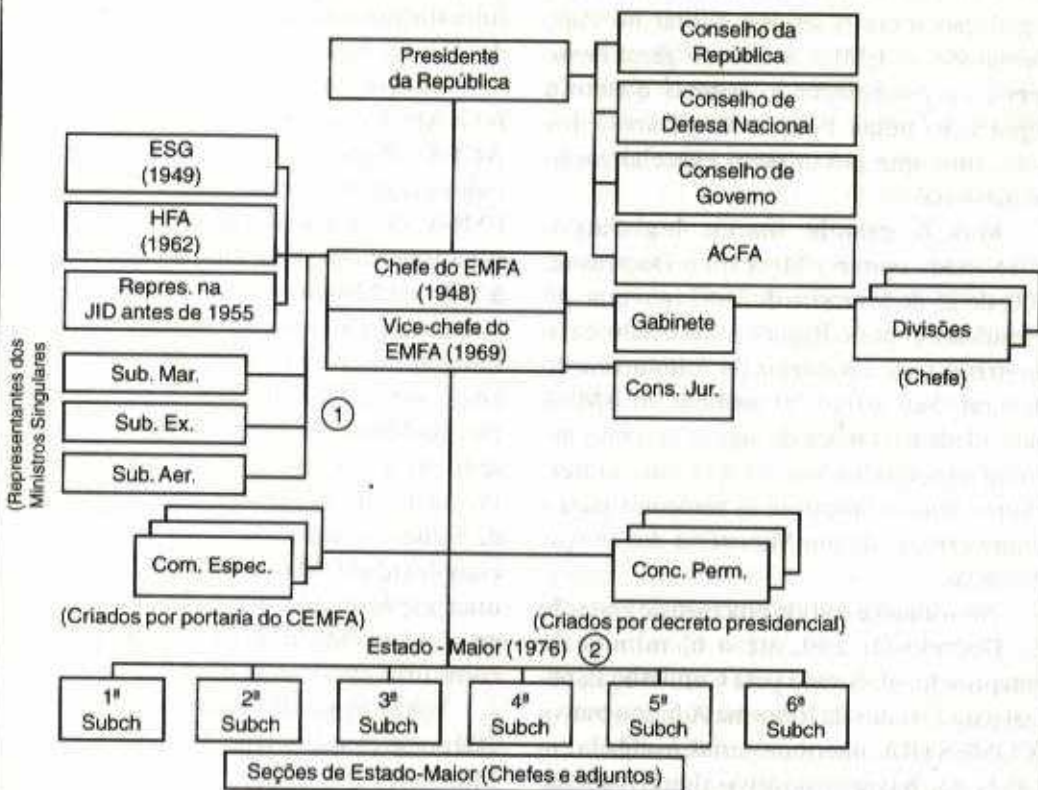
Voltando aos dispositivos do Decreto-lei 200 que pretenderam lançar o embrião de um Ministério das Forças Armadas, eles não chegaram a ser implementados: a Junta de Ministros Militares que, em virtude da doença do Presidente Costa e Silva, assumiu o exercício da Presidência da República, os revogou pelo Decreto-lei 900, de 29 de setembro de 1969.

O 2º Regulamento do EMFA foi aprovado pelo Decreto 64.775, de 3 de julho de 1969, posterior ao Decreto-lei 200 mas ante-

8 Relatório da Comissão de Estudos da Reforma Administrativa para o Ministério da Marinha — CERAM — apresentado ao Ministro da Marinha em setembro de 1966.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO EMFA

(Aprovado pelo seu 4º Regulamento, em outubro 1982)



- 1 Em tempo de paz, os Subchefes representantes dos Ministros Singulares acumulam funções de Subchefia do Estado-Maior.
- 2 1ª Subchefia: Doutrina e Organização
2ª Subchefia: Informações Estratégicas
3ª Subchefia: Operações
4ª Subchefia: Logística e Mobilização
5ª Subchefia: Economia e Finanças (Intendente)
6ª Subchefia: Assuntos Tecnológicos (Engenheiro)
- 3 Os Cargos e funções são preenchidos em sistema de rodízio entre as Forças Singulares

ORGANOGRAMA 5

rior ao Decreto-lei 900. Em virtude das fundamentais alterações introduzidas nas atribuições do órgão pelo segundo desses documentos, da intenção de melhorar a sua produtividade (obtenção de melhores e mais rápidos resultados com maior economia de meios), e da conveniência de fixar claramente a forma de coordenar os assuntos de interesse comum às Forças Singulares, o Chefe do EMFA nomeou, em janeiro de 1972, um grupo de trabalho para estudar a reformulação do Regulamento. Em fevereiro de 1973, um anteprojeto foi submetido à Presidência da República, mas o 3º Regulamento do EMFA só foi aprovado quase quatro anos depois, em 23 de dezembro de 1976 (Decreto 79.031; governo do Presidente Geisel). O 4º Regulamento, atualmente em vigor, foi aprovado pelo Decreto 87.737, de 20 de outubro de 1982 (governo do Presidente Figueiredo).

O organograma 5 mostra a estrutura organizacional por ele estabelecida.

Pelo método seletivo (ou de tentativa-e-erro) o EMFA vem conseguindo adquirir apreciável experiência quanto à melhor maneira de estruturar-se e de funcionar. Nos problemas que envolvem muitas variáveis insuscetíveis de serem quantificadas, é este o método mais recomendável. Toda especulação teórica, nesses casos, mesmo quando muito detalhada, resulta casuística e subjetiva, e conduz a soluções que, cedo ou tarde, acabam tendo de ser modificadas pelo método seletivo.

OBSERVAÇÕES CONCLUSIVAS

1) A título de "provocação" intelectual à meditação, e sem pretender esgotar o assunto, relacionarei, a seguir, algumas "razões" que,

a meu ver, desaconselham a criação do Ministério da Defesa na atual conjuntura nacional.

- Atravessamos momentos de grande turbulência na vida do País, nos campos político, financeiro e social. Introduzir, na Administração Pública Federal, uma alteração tão radical como esta não parece prudente. Tanto mais que ela não constitui a panacéia que alguns supõem.

- Certas atribuições não-bélicas que vêm sendo exercidas pelos Ministérios Militares em caráter complementar ou subsidiário (como, por exemplo, Capitânias de Portos, serviços hidrográficos, guarda costeira, formação do pessoal da Marinha Mercante — pelo Ministério da Marinha; Aeronáutica Civil, serviços de busca e salvamento — pelo Ministério da Aeronáutica; Batalhões de Engenharia de Construção, mapeamento do território nacional — pelo Ministério do Exército) teriam de passar à alçada dos Ministérios Cíveis, o que não redundaria em economia. Quaisquer que sejam os senões que as Administrações Militar, Naval e Aero-náutica apresentem, eles não são maiores ou mais graves do que os que a Administração Civil apresenta.

- A propalada redução dos quadros de alta hierarquia, pela eliminação de cargos e funções dúplices, constitui, no nosso País, uma utopia. Numa época em que o espírito corporativista e de prevalência dos direitos individuais se apresenta tão forte, não é crível se possam reduzir os quadros de oficiais-generais e de oficiais superiores das nossas Forças Armadas: eles só tenderão a se ampliar com a criação do Ministério da Defesa. Nos quadros de oficiais intermediários e de oficiais subalternos, as vagas já existentes nunca chegaram a ser, inteira e duradouramente, preenchidas.

• O que significa "integrar" as Forças Armadas? Padronizá-las? Harmonizá-las? Sintonizá-las?

Soluções autoritárias são adequadas à realização de ações bélicas. Soluções de consenso, de concórdia, são apropriadas à consecução de ações não-bélicas (como as administrativas), e às realizadas por/e entre grupos "que jogam no mesmo time". Concórdia quer dizer convergência de corações (e, eu acrescentaria, também, de intelectos).

Em 1832-33, o Governo Imperial brasileiro unificou (isto é, integrou numa só) as escolas Militar e de Marinha. Determinada a medida pela Assembléia Legislativa, em fins de 1831, passados dois anos, a experiência mostrou tais inconvenientes que as duas escolas voltaram a funcionar separadamente por decisão da mesma Assembléia. Tentar integrar coisas díspares é tarefa vã, como o demonstram inúmeros exemplos que vêm ocorrendo no mundo contemporâneo.

"Costumamos cooperar quando ajudamos na solução de problemas que nos afetam. Apoiamos com entusiasmo aquilo que ajudamos a criar." (Eugene Reudsepp, *Arte de apresentar idéias novas* — Fundação Getúlio Vargas, 1973, p. 26).

A coordenação e racionalização de projetos comuns às nossas Forças Singulares já se vêm realizando, sob a égide do EMFA, mediante consenso. Não temos obtido maiores resultados, em virtude da falta de vontade do Poder Político, e não por deficiência estrutural do aparato administrativo. A História da Humanidade oferece muitos exemplos de

que estruturas, por si sós, nada realizam, e que concentrar nas mãos de uma só pessoa o poder de tudo decidir dá lugar a soluções perversas que, cedo ou tarde, acabam se esboroando. (Como já destaquei anteriormente, a solução dos problemas de ação bélica escapam a esta máxima, sobretudo depois de iniciada a guerra.)

• O Ministério da Defesa constituirá mais um elo interposto entre o Presidente da República e as Forças Armadas. Mas esse elo não dispensará a existência de um EMFA (ou que outro nome tenha o Estado-Maior combinado do Comandante Supremo).

• Dadas as características culturais da sociedade brasileira, uma integração nos moldes Ministério da Defesa dará acentuada predominância a uma das nossas Forças Armadas sobre as suas coirmãs, mesmo que a cúpula ministerial seja ocupada por um civil.

• Cada Força Singular tem sua organização própria, inerente às peculiaridades do seu emprego. Cada Força Singular tem seu *esprit de corps*, que estimula a própria eficiência. Cada Força Singular tem suas tradições históricas e seus vezos. É prudente respeitar as diferenciações existentes. Nos casos da Marinha e do Exército, essas diferenciações se estabeleceram ao longo de um processo secular de decantação e sedimentação. À Força Aérea, surgida muito mais recentemente, também se deve conceder o mesmo respeito.⁹

2) Quem se der ao trabalho de rever os estudos, pareceres e relatórios elaborados no EMFA no decorrer de sua existência de mais

⁹ Estas idéias foram expressas pelo Almirante-de-Esquadra Luiz Teixeira Martini, quando Chefe do EMFA (1965-1966).

de quarenta anos, notará como se foi ampliando e melhorando gradativamente sua estrutura organizacional; como se foram acumulando nos seus arquivos subsídios informativos e experiência de grande valor; como se foi tornando cada vez mais objetivo o trato dos problemas nas suas seções e comissões; como se foram estabelecendo relações de trabalho mais eficazes e aperfeiçoando seus métodos de trabalho, seus procedimentos, suas maneiras de atuar. Em suma, quem consultar o acervo documental do EMFA constatará que melhorou substancialmente a

sua capacidade de apreciar os problemas que lhe são afetos. O que tem faltado, no Governo e nas Forças Singulares, é uma vontade política de acatar as soluções por ele propostas.

3) Nossa sugestão é, pois, no sentido de "manter o rumo geral até aqui seguido", submetendo-o apenas a pequenas correções de rota. Pelo menos enquanto se mostrar precária, como ainda está, a estabilidade política, econômica e social do País. □



A Proteção que você precisa...

- respiradores e máscaras com filtros
- máscaras com mangueiras de ar comprimido
- máscaras autônomas para salvamento
- detectores para gases tóxicos e combustíveis



Dräger Lubeca

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.

Rua Cidade de Bagdá, 554 - CEP 04377 - Vila Santa Catarina
Fone: 563-4111 (PABX) - Caixa Postal 21232 - CEP 04698
Telex: (11) 24259 LUBE BR - São Paulo - SP

Os nossos Anjos-da-Guarda não têm asas.

Artis M&A

ESQUILO



BK 117



PANTHER



COUGAR



A N O
15
helibras

Os Helicópteros do Brasil

Contatos e Informações:

Diretoria Comercial: Tel. (011) 289.8797 / 284.2203 Fax: (011) 283.2978



Serviço Militar Obrigatório e/ou Profissionalização do Exército

Davis Ribeiro de Sena*

O artigo apresenta uma síntese histórica da evolução da estrutura organizacional, de pessoal e de material bélico do Exército, tendo por meta a sua profissionalização, e aprecia a problemática da adoção do serviço militar obrigatório nesse contexto.

A ESTRUTURA MILITAR

Há quem diga que o *Termo* promulgado pela Câmara de São Vicente, em 9 de setembro de 1542, foi o fato gerador da primeira tropa reunida no lado de cá do oceano, ao obrigar os reinóis e índios a atenderem à convocação às armas, quando necessário. Seria o mesmo Serviço Militar Obrigatório que consagraria Olavo Bilac, 4 séculos depois?

A preocupação das autoridades das capitanias com a defesa da terra recentemente descoberta e alvo fácil da cobiça internacional

continuou através do *Regulamento* de 17 de dezembro de 1548, estabelecendo que todo colono proprietário deveria possuir uma arma de fogo, pólvora e chumbo, e que os senhores de engenho mantivessem estocados 20 lanças, 40 espadas e gibões alcochoados, além de "pólvora para acionar 2 falcões, 6 berços, 6 meio-berços e 20 arcabuzes". Sem dúvida, o *Termo* e o *Regulamento* foram as pioneiras decisões de caráter militar organizando a incipiente sociedade local, visando a assegurar a própria sobrevivência.

Segundo J. Washt Rodrigues, a primeira tropa regular (600 voluntários) aportou na Bahia em 1549, juntamente com o Governador-Geral, Tomé de Souza, e foi empregada, sob o comando dos Sás, na expulsão dos franceses do Rio de Janeiro. Apenas no século XVII foram formadas tropas

* Coronel da Reserva do Exército, sócio efetivo do IGHMB.

recrutadas no próprio território da América Portuguesa, surgindo, assim, os *Terços* de brancos, pretos e índios, organizados separadamente.

O *Terço* era a unidade tática básica de Infantaria. Ela sucedera a *hoste* medieval, sucessora da legião romana, como esta sucedera à *falange* greco-romana. Possuía dez companhias de cem homens cada uma, comandadas por capitães, sendo chefiado por um mestre-de-campo, auxiliado por um sargento-mor e por um ajudante.

Além dos *Terços* existiam as *Ordenanças*, tropas de Cavalaria, onde todos os oficiais, inclusive os subalternos, portavam bastões de comando.

Em 1629, quando Matias de Albuquerque chegou ao Recife, encontrou, para defender a capitania ameaçada pelos holandeses, somente 130 homens. Foram organizadas, então, as célebres "Companhias de Assalto", de atuação decisiva nas exitosas ações de guerrilhas desencadeadas contra o invasor. Nessas operações se destacaram chefes como Henrique Dias, Cristóvão Lins de Vasconcelos, Antônio Felipe Camarão, Martim Soares Moreno, André Vidal de Negreiros, Jerônimo Serrão de Paiva, João Fernandes Vieira, Nicolau Aranha Pacheco e Antônio Dias Cardoso,¹ que guiaram os insurgentes durante a gloriosa jornada desenvolvida em todo o Nordeste. Ultrapassando epidemias, fome, incipiente organização, acentuada carência em armamento, víveres e munição, derrotas em combates frontais, mas animados pela fé irredutível na causa justa,

os patriotas, com a participação ostensiva do elemento feminino, armavam emboscadas, ofereciam pequenos combates e destruíam instalações logísticas, aquartelamentos e embarcações, limitando o raio de ação da tropa inimiga ao perímetro urbano das vilas e povoados e à Ilha de Itamaracá.

Por todo o século XVII, apenas em Pernambuco existia uma organização verdadeiramente castrense² de conotação nitidamente brasileira, em consequência da terrível luta desenvolvida naquela região. No início do século XVIII, alguns *Terços*, já denominados *Regimentos*, foram transferidos para Minas Gerais, para onde se deslocara o pólo de desenvolvimento da Colônia, em face da exploração aurífera e, por fim, fizeram a campanha da Colônia do Sacramento, no Rio da Prata.

Isso posto, talvez se possa dizer, com mais propriedade, que o Exército Brasileiro emergiu na ocasião em que os nativos, por sua iniciativa, mobilizaram frações combatentes a fim de expulsar o invasor holandês, na epopéia dos Guararapes. Ali se mesclaram etnias, bravura, garra, solidariedade, liderança e altivez, forjando o amor à terra natal.

O conceito de cidadão-soldado nasceu com a República, em 1889. A queda do Império trouxe, em seu bojo, a noção de que o soldado era o "povo armado". O Marechal Deodoro da Fonseca proclamou que as instituições republicanas foram estabelecidas e seriam mantidas pelo "cidadão fardado". Sem dúvida, esse patriotismo extremado, patenteado com o novo regime, considerado,

1 Este último, oficial de carreira, sargento-mor, pertencente à Cavalaria.

2 Tropa regularmente paga e fardada.

pelos seus sinceros idealistas, como a solução definitiva para todas as dificuldades existentes no País, foi o embrião do serviço militar obrigatório, que propiciou a identificação do Exército com a sociedade brasileira, ao receber, em suas fileiras, sem preconceitos de qualquer espécie, jovens oriundos de todas as regiões geográficas do território nacional, representando as diferentes camadas sociais.

A primeira lei que tratou do serviço militar obrigatório data de 1874, logo após a Guerra do Paraguai (1864-1870) e nos estertores da Monarquia, mas não chegou a ser posta em execução. A seguir, a primeira constituição republicana (1891), através de seu artigo 86, determinou que "todo brasileiro é obrigado a prestar o serviço militar". Mas a lei que regulamentou a sua aplicação, implantando o sistema de "sorteio" para selecionar os contingentes a incorporar, foi aprovada pelo Congresso Nacional somente em 1908.

Temendo a infiltração do proselitismo político no Exército, os chefes militares agiram sem tardança em defesa de sua coesão e na manutenção da sua destinação constitucional, como Instituição permanente e apartidária, ao mesmo tempo em que, por intermédio da instrução militar, desenvolvia o espírito nacional da juventude brasileira, ministrando-lhe noções básicas de patriotismo, de educação moral e cívica, de disciplina e, mesmo, de fundamentos do currículo primário (Escolas Regimentais). Era essencial que a Força Terrestre fosse mantida afastada das disputas partidárias, inflamadas com o advento da República, enquanto, por outro

lado, participava ativamente da evolução da sociedade brasileira.

A dicotomia existente, no Império, entre conservadores e liberais, com reflexos negativos no Exército; a cruenta Campanha de Canudos (1897), no alvorecer da República, na qual um bando de combatentes religiosos, sem formação militar de qualquer espécie, resistiu estoicamente a várias expedições e só a um preço elevadíssimo em recursos humanos, financeiros e em material, foram submetidos; e as grandes manobras de 1905, na região de Santa Cruz (RJ), deixaram claro que o sistema de recrutamento até então empregado — voluntariado constituído, em sua maioria, de desempregados, de aventureiros, de contraventores, de doentes e de elementos convocados à força — comprovava que o Exército não dispunha de um universo razoável em que alicerçasse sua pirâmide organizacional. Urgia agir com presteza.

A disciplina era mantida literalmente a duras penas, através de rigoroso regulamento,³ que prescrevia severos castigos, inclusive físicos, para transgressões menores. Apesar desse fato, indisciplina coletiva, motins e tumultos se repetiam periodicamente nos quartéis, e a solução era controlá-los através de punições disciplinares de dosagem elevada.

Para que se tenha uma idéia de como funcionava a estrutura da Força Terrestre no início deste século, basta citar que a instrução era ministrada por Organização Militar (OM), isto é, não haveria programação centralizada, hoje representada pelos nossos conhecidos PP (Programas-Padrão de Ins-

3 Reformulado em 1899.

trução), regulamentos e os diversos manuais técnico e de campanha. A responsabilidade era exclusiva do Comandante, com limitados controle e coordenação do escalão superior.

O Estado-Maior do Exército iniciava as suas atividades, criado que fora em 1896, e enfrentava problemas de vulto, tais como:

- dificuldade de mobilização, pois sendo um Exército profissionalizado, inexistiam condições de expansão do seu efetivo, em caso de necessidade. Vejam bem, não havia Reserva;

- verbas orçamentárias diretamente distribuídas às OM, segundo o seu efetivo estabelecido em lei, caracterizando uma excessiva autonomia administrativa;

- não havia uma data definitiva para a incorporação do contingente. O voluntariado era aceito ao longo do ano civil, recebendo formação militar deficiente. Não existindo turmas homogêneas, torna-se difícil deduzir como era orientado o seu aprendizado;

- a instrução não era faseada progressivamente. Não existiam os atuais Períodos de Adestramento Básico e Avançado, que são a resultante da modernização dos antigos Períodos de Adaptação, de Formação e de Aplicação, surgidos com a 1ª edição dos PP, em 1915, aperfeiçoados, posteriormente, com o assessoramento da Missão Militar Francesa (1920-1938).

Formação dos quadros, instalações, estado sanitário, instrução, soldo, alimentação, uniformes, equipamento, armamento, munição, tudo era precário em nosso nável Exército, que necessitava urgentemente

de medidas corajosas e eficazes que permitissem a sua modernização. Era necessário começar pela base da pirâmide: a tropa.

O PESSOAL

Findas as hostilidades da prolongada e cruenta campanha da Tríplice Aliança, o Exército Brasileiro regressava glorioso e exausto à Pátria. Foram superiores a 100 mil as baixas sofridas no maior conflito jamais travado na América do Sul e os nossos combatentes veteranos, por vezes perplexos, retornavam à vida civil desamparados e sem condições sociais para a sobrevivência.

O Exército profissionalizado não podia absorver o elevado efetivo herdado da guerra e empreendia as atividades de desmobilização aceleradamente, estimulado, por um lado, pela desconfiança do Imperador, que temia uma intervenção armada, visando à sua queda e, por outro, pela precária situação financeira que o Império atravessava.

A soldadesca dispensada, composta em grande parte por negros alforriados, não tinha condições — nem intenções — de retornar às plantações e aos engenhos, refugiando-se nos morros existentes nas cercanias da capital imperial, fugindo ao sistema escravocrata vigente. Estava caracterizado o início do êxodo rural brasileiro e fundadas as primeiras favelas no País.

Por todo o 2º Reinado, a administração do Exército estivera, na maioria das vezes, em mãos de políticos civis⁴ que, embora

4. 37 ministros civis e 26 militares, a maioria doutores, entre 1840 e 1889.

fossem personalidades de reconhecida dignidade, estavam distanciados do aperfeiçoamento técnico-profissional que a instituição reclamava e eram representantes de uma filosofia que preconizava a redução drástica do orçamento destinado ao Exército e dos efetivos a ele pertinentes.⁵ Ademais, estando o Exército preterido por uma milícia paramilitar — a Guarda Nacional, subordinada ao Ministério da Justiça —, inclusive na captação de recursos humanos, restava-lhe recrutar o pessoal (oficiais e praças) na faixa menos favorecida da população, fato que, somado aos fatores acima apontados, quase lhe valeu a perda de sua característica de força terrestre nacional, ameaçando-lhe, inclusive, a coesão e a disciplina.

A Constituição do Império previa, em seu Artigo 145, que “todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a independência e a integridade do Império, e defendê-lo de seus inimigos externos e internos”. A esse respeito, Handelman esclarece: “Segundo a Lei de 8 de outubro de 1831, são obrigados a entrar para a milícia (Guarda Nacional) todos os cidadãos entre 18 a 60 anos, que possuam renda de 200 mil réis, nas grandes cidades marítimas (Rio, Bahia, Pernambuco e Maranhão) e 100 mil réis nos outros lugares do Império. Os oficiais subalternos, até capitão, são eleitos pelas praças; o comandante do batalhão (tenente-coronel) e o seu major-assistente são eleitos pelos oficiais, ao passo que é reservado ao governo central nomear os comandantes das legiões (coronel) e seus maiores-assistentes.”

À Guarda Nacional cabia “defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império; manter a obediência às leis, conservar e restabelecer a ordem e a tranquilidade públicas e auxiliar o Exército de linha na defesa das fronteiras e costas”.

Tão ampla missão confinava o Exército nas remotas fronteiras e guarnições do litoral, voltado exclusivamente para a defesa externa e distante dos centros de decisões políticas, o que resultava conflitos pessoais e ressentimentos de classe entre as duas organizações. Desprestigiado, embora vitorioso, “o Exército era visto como organização sem função específica, ou como instituição dispensável”, debatendo-se em ambiente desfavorável e valendo-se das formas bruscas para o recrutamento militar, da aplicação de castigo físico como norma disciplinar e do tempo demasiadamente longo na prestação do serviço militar, sofrendo, ainda, as consequências financeiras do atraso sistemático no pagamento do parco soldo.

Já existia o *Almanaque de Oficiais do Exército*, denominado *Livro Mestre* e eram quatro as modalidades de promoção: antiguidade, merecimento, escolha (apenas para os postos de oficiais-generais) e bravura (os oficiais-generais não concorriam), sendo obedecido, como hoje, o critério de interstício mínimo de permanência nos diferentes postos.

Nos tempos coloniais, não havia um Exército nacional, homogêneo, com unidade de comando, como o entendemos nos dias atuais. Ao contrário, as forças terrestres eram locais, quase privadas, com atribuições poli-

5 Inferior a 13.000 homens, ao ser proclamada a República.

ciais e sob o controle pessoal do Comandante das Armas das capitânias, que acumulava esse cargo com a chefia do poder público da área. A primeira tropa organizada aqui com certas características de força nacional foi o Exército do Sul, que expedicionou às terras do Continente do Rio Grande, em fins do século XVIII, aproveitando, inclusive, quadros oriundos da Insurreição Pernambucana, geratriz do amor pátrio brasileiro. Foi seu comandante o General Böhm, discípulo e conterrâneo do Conde de Lippe, que, mercê de sua eficiente ação, deu início à admiração por parte de significativo segmento de oficiais brasileiros, pelo militarismo germânico.

A formação profissional dos oficiais era feita em Portugal, para os portugueses e raríssimos brasileiros, sendo que os últimos não tinham acesso aos postos mais elevados da hierarquia militar,⁶ particularmente no último quartel do século XVIII, momento em que se acentuou o temor da Metrópole pela independência da Colônia. Desde esse tempo e mesmo durante o regime imperial, as promoções, até o posto de major, eram realizadas mediante concurso e os candidatos ao primeiro posto, recrutados entre os sargentos e cadetes de bom comportamento.

Na reorganização das forças de terra empreendida em 9 de maio de 1831, logo após a abdicação, aparecia, pela primeira vez, a palavra "estado-maior" (de 1ª e 2ª classes), para designar o quadro de oficiais, de 2º tenente a coronel, mandados servir nos comandos de "praças" e de arsenais e no Ministério da Guerra, além do estado-maior general, composto pelos oficiais-generais.

Utilizando essa incipiente organização de cúpula, foi que entramos na Guerra do Paraguai, pois foram mínimas as mudanças até a sua eclosão. A seu turno, a República, ao iniciar seus primeiros passos, teria que superar agitações de vulto, em parte causadas pela frase explícita no Artigo 176 da Constituição de 1891 — "obediência dentro dos limites da lei" — que transferia a todo cidadão, em última análise, a interpretação e o julgamento dos atos dos governantes.

***"A primeira tropa organizada
no Brasil com certas
características de força nacional
foi o 'Exército do Sul', em fins
do século XVIII."***

O ano de 1906 foi profícuo para o Exército: o Deputado federal Alcindo Guanabara apresentou projeto de lei estabelecendo o serviço militar obrigatório, enquanto o Congresso Nacional aprovou a *Lei da Confederação do Tiro Brasileiro*, criando as *Linhas de Tiro*. Dois anos após, a Câmara dos Deputados transformou em lei o projeto do serviço militar obrigatório, iniciou-se o programa interno de Educação Física e, no Distrito Federal, reuniram-se 10 *Clubes de Tiro* e formaram um *Corpo de Atiradores*, constituindo, assim, a primeira *Reserva organizada do Exército Brasileiro*. Finalmente, o Marechal Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra, colhia os frutos dos seus ingentes esforços, no sentido de tornar a Força Terrestre mais operativa.

⁶ Tenente-coronel e coronel.

Os *Clubes de Tiro* exercitavam-se aos domingos e os atiradores indenizavam os cartuchos consumidos e adquiriam os próprios uniformes. Era uma seleção elitista, duramente criticada por alguns líderes políticos de peso, mas contava com o apoio resolutivo da nascente classe média e, embora de maneira ainda claudicante, significava um avanço expressivo na busca da solução do problema da mobilização.

“Em 10 de dezembro de 1916 foi efetuado, solenemente, o primeiro sorteio de todos os brasileiros de 21 anos de idade, iniciando o Serviço Militar Obrigatório.”

A Força Terrestre atravessava período crítico de transição, enfrentando problemas graves, como a insatisfação generalizada, particularmente entre as praças graduadas, várias delas punidas rigorosamente com expulsões ou transferências para guarnições remotas do território nacional, a bem da disciplina. No governo do Presidente Wenceslau Brás (1914-1918), o Exército retomou a trilha aberta pelo Marechal Hermes, conduzido pelo seu comandante da época, o emérito Marechal José Caetano de Faria (1855-1920), Ministro da Guerra durante todo o período, que, entre outras decisões de envergadura, teve o descortino de determinar uma única data para a apresentação dos novos recrutas e proibir o reengajamento de ex-praças, determinando que o reservista só retornaria à ativa por ocasião de convocação geral, nos casos de crise aguda.

A questão diplomática do território do Acre (1903-1904), as penosas operações no

Contestado (1912-1916), o apoio da Liga de Defesa Nacional (fundada em 1916), o reconhecimento, pelo Brasil, do estado de guerra contra a Alemanha (outubro de 1917) e, principalmente, a ativa campanha cívica, abrangendo todo o território nacional, chefiada patrioticamente pelo poeta Olavo Bilac, em 1915 e 1916, contribuíram decisivamente para a participação de toda a sociedade no serviço nacional obrigatório, que utilizaria o instrumento do sorteio, acima dos interesses de classe ou de partidos, e acelerando o processo do necessário aumento dos efetivos militares.

Em 10 de dezembro de 1916 foi efetuado, solenemente, pelo Marechal Caetano de Faria, na presença do Presidente Wenceslau, o primeiro sorteio de todos os brasileiros de 21 anos de idade, iniciando o serviço militar obrigatório, por 1 ano civil. O Exército se ressentia, na realidade, de condições financeiras, de instalações adequadas e de pessoal qualificado para instruir as classes apresentadas anualmente, mas a “linha de partida” fora ultrapassada e a progressão sobre o objetivo principal iniciada com firmeza, apesar das incompreensões de críticos insensatos que nomeavam a medida de “cesarismo”.

A adoção da Carteira de Reservista e a regulamentação da promoção de sargentos ao oficialato, constituindo um quadro paralelo, administrativo, foram outras iniciativas de profundidade do Marechal Caetano de Faria. Ao conceder o benefício do ingresso no oficialato a todas as praças graduadas, sem favorecimentos, atendendo aos critérios da idade e do tempo de serviço, além do disciplinar, o então Ministro da Guerra criou a principal motivação que norteia esses prestímos auxiliares em suas carreiras profissionais, até os nossos dias.

Evidentemente, alguns equívocos e imperfeições comprometiam a aplicação correta do sistema do serviço militar obrigatório, como, por exemplo, a dispensa dos jovens que participassem, voluntariamente, das manobras anuais do Exército e daqueles que frequentassem um estabelecimento de ensino que oferecesse certo treinamento militar. Ademais, os atiradores dos Tiros de Guerra também eram dispensados do sorteio e considerados reservistas, ocasionando o desproporcional aumento de seus efetivos, em detrimento da incorporação na tropa e tornando lícito concluir que era reduzida a contribuição da classe média, e quase nula a da classe alta, no número dos conscritos apresentados anualmente.

Por sua vez, a deficiência dos registros de nascimentos e de óbitos e a evasão pura e simples do elemento sorteado representavam outros problemas a serem superados, o que foi conseguido, em parte, com a exigência da apresentação da Carteira de Reservista para admissão em empregos federais e estaduais e, mais tarde, com a proibição da existência de Tiros de Guerra em localidade que sediasse organização militar, dirigindo-os para o interior do País, municipalizando-os, em proveito das populações rurais. Em que pese as distorções apontadas, o objetivo fundamental da reforma estabelecida fora claramente alcançado: a formação de uma Reserva, em condições, mesmo precárias, de atender a uma mobilização geral, em caso de necessidade.

A denominação das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros estaduais, através de convênios, como Forças Auxiliares, em

1917, e da Guarda Nacional como "Tropa de 2ª Linha do Exército", no ano seguinte, definiu, pela primeira vez, que todas as forças constituintes do poder militar da Nação estavam sob o controle do Exército, fato que foi ressaltado, com propriedade, pelo Marechal Caetano de Faria, convicto de haver vencido um verdadeiro desafio.

O Dr. João de Pandiá Calógeras (1870-1934), que foi o único Ministro da Guerra civil que a História registra na fase republicana, deu continuidade à renovação indispensável ao fortalecimento do Exército. A sua ação esclarecida, em período conturbado politicamente (1919-1922), é elogiada pelos estudiosos da evolução histórico-militar brasileira e reconhecida por todos a sua conduta exemplar em busca da solução justa para os mais variados problemas a serem ultrapassados. No setor administrativo, deixou a sua marca através dos famosos e eficientes "quartéis calógeras", pois o Dr. Calógeras construiu meia centena deles e ampliou ou reformou outro tanto, realizando a presença física da Força Terrestre em, praticamente, cada uma das então províncias. Na administração de pessoal, duplicou o efetivo para 50.000 homens⁷ e tomou cuidados especiais com os analfabetos e os filhos de imigrantes que não falavam o português.

O contingente incorporado retratava a dura realidade da sociedade brasileira; entretanto, apresentava padrões nitidamente superiores aos da época da profissionalização e rejuvenescera a tropa. O serviço militar obrigatório trouxera consigo a amenização do código disciplinar, sendo suprimidos os castigos físicos, pois era inadmissível submeter a eles os jovens sorteados.

7 Mesmo assim, apenas 0,2% da população nacional.

As reformas castrenses introduzidas, o fervor revolucionário da oficialidade jovem, conhecido como "tenentismo", a extinção da Guarda Nacional, no final da década de 20, e o enquadramento legal das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros, na de 30, reforçaram a União e, ao solidificar o Governo Federal, deram-lhe condições de substituir a República Velha.

nômico e de agitação política e social, exigia muito mais esforço e redobrada criatividade.

"Ao eclodir a Primeira Grande Guerra, a munição provinha unicamente da Europa e foi sustado o fluxo do seu fornecimento."

O MATERIAL BÉLICO

Ao eclodir a Primeira Grande Guerra, a munição provinha unicamente da Europa e, evidentemente, foi sustado o fluxo do seu fornecimento. O problema era grave e foi enfrentado com pragmatismo: inicialmente, diversificando os fornecedores, foi enviada a primeira missão militar brasileira aos Estados Unidos. Se bem que o Exército não dispusesse de *know-how* e fosse carente de tecnologia e de mão-de-obra especializada, perseverava em tornar-se auto-suficiente em matéria de munições, no mínimo, as de Infantaria.

Em 1890, a fábrica de pólvora protótipo, localizada em Realengo, subúrbio carioca, explodiu, comprometendo todo o estafante trabalho iniciado no Império, visando a restringir a dependência externa. Esse acidente retardou todo o processo de substituição de importações, mas os trabalhos de reconstrução foram iniciados de imediato e, em 1909, foi inaugurada uma nova fábrica, a de Piquete, ampliando as condições internas de conquista de tecnologia autônoma.

Eram apenas os primeiros passos. A modernização do Exército Brasileiro, inserido em um contexto de subdesenvolvimento eco-

Foi dada a máxima prioridade à proteção do litoral, particularmente à defesa da vulnerável capital do País, situada na Baía de Guanabara, o que se obteve razoavelmente, com a instalação de fortalezas guarnecidas por canhões de grosso calibre: a valorosa Artilharia de Costa. Mas não bastava. Juntamente com a Diretoria de Saúde, foram criadas a Diretoria de Material Bélico, em 1915, destinada a executar as diretrizes ministeriais quanto à produção e à manutenção de armamento e munição, e a Fábrica de Itajubá, além de outras fábricas de pólvora e cápsulas, e fundados diversos arsenais.

Encaminhada judiciosamente a batalha dos explosivos, incontinenti iniciou-se a do armamento.

O Exército chegara a possuir, no início do século, uma fundição de aço, que produzia de 3 a 4 toneladas diárias, e tinha consciência de que a produção de armamentos começava pela indústria pesada própria, tornando imprescindível a existência de uma usina siderúrgica integrada por técnicos e operários brasileiros.

O início das atividades industriais em nosso País ocorreu em 1762, através da Casa do Trem, depois Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. A Fábrica de Pólvora, estabelecida em 1808, às margens da Lagoa Rodrigo de

Freitas, na Cidade do Rio de Janeiro,⁸ foi a precursora da genuína indústria nacional.

Assegura Pondé que *"...o Tratado de Comércio, assinado em 1812, entre Portugal e a Inglaterra, determinando, para as mercadorias britânicas, um pagamento na Alfândega de, no máximo, 15% ad valorem, incrementou bastante a importação brasileira de produtos ingleses, tais como casimiras, louças, queijos, manteiga e tecidos. Esse Tratado, que vigorou até 1844, garroteou o Brasil e o conservou com sua estrutura orientada, em quase 1 século, para exportar matérias-primas e gêneros alimentícios. O Brasil não acompanharia o surto de industrialização que se processou em outras nações, sobretudo na segunda metade do século XIX, quando o País dispunha apenas de 50 empresas industriais, incluindo-se nelas suas ainda precaríssimas salinas. No fim do século XIX, apesar das iniciativas de Mauá, conseguiríamos atingir, no máximo, 636 indústrias".*

Em 1928, foi criada a Escola de Engenharia, hoje conhecida como Instituto Militar de Engenharia. Nesse conceituado estabelecimento de ensino foram formadas as primeiras turmas de engenheiros metalúrgicos brasileiros, que iriam semear a indústria siderúrgica nacional. Logo após, em 1931, cumprindo diretrizes do Presidente da República, o Ministro da Guerra constituiu a Comissão Nacional do Aço, composta por civis e militares, a qual traçou a política brasileira nesse setor de economia, vindo a desaguadar na Campanha Siderúrgica

Nacional (1943). Iniciava-se, assim, o grande diálogo entre o empresariado nacional, ainda incipiente, e as Forças Armadas, assegurando o sistema econômico vigente em nosso País, reafirmado, depois, através de sólido relacionamento estabelecido pela Escola Superior de Guerra, a partir de 1949. A convergência dos interesses de segurança nacional representados pelo Exército Brasileiro com o setor empresarial nativo, resultou na estatização da indústria metalúrgica, em oposição ao ingresso de capital estrangeiro na produção do insumo fundamental para a manufatura de armamentos: o aço.

"No IME foram formadas as primeiras turmas de engenheiros metalúrgicos brasileiros que iriam semear a indústria siderúrgica nacional."

A Companhia Siderúrgica Nacional (Volta Redonda, RJ) assinalou a entrada de nosso País no século XX. Sem dúvida, é o marco da afirmação da competência do povo brasileiro em gerir seu próprio destino e forjar seu futuro com as próprias mãos. Ao lado da implementação da estrada-de-ferro eletrificada da Central do Brasil, da organização da Fábrica Nacional de Motores — produzindo máquinas pesadas e modernas, caminhões e tratores, além de pequenos aviões, os inesquecíveis *teco-tecos* — e da introdução da Rádio Nacional, principal geratriz do desenvolvimento artístico e cultural da Nação,

8 Depois transferida para Estrela, RJ.

que assim ingressava na esfuziante era do *broadcasting* e da explosão dos meios de comunicação social.

Entretantes, o Governo brasileiro continuava na incessante luta em busca da aquisição de armamentos: acordou com a Alemanha a troca de alimentos por canhões *Krupp* (1938), adquiriu carros-de-combate franceses e aviões norte-americanos e, finalmente, criou o Ministério da Aeronáutica (1941). Entretanto, apenas com a intervenção na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em 1943, e com os tratados assinados com os Estados Unidos, concedendo a instalação temporária de bases aéreas e navais em pontos estratégicos da costa atlântica, o Brasil teve acesso efetivo aos armamentos e equipamentos modernos.

A destemida ação da nossa FEB, no teatro-de-operações europeu, foi o fato gerador da modernização da Força Terrestre, através de um processo célere e contínuo: as atividades castrenses, desde a tática, e a logística, à provisão de material de Intendência, passando pelas viaturas blindadas, técnicas e materiais de Artilharias, de Engenharia e de Comunicações, tudo sendo equacionado e desenvolvido com método e dinamismo. A FEB teve, acima de tudo, a faculdade de contagiar o Exército com seu espírito jovem, inovador, autêntico, que remodelou sua estrutura organizacional e o adiestramento básico e impulsionou seu progresso material e doutrinário.

NOVOS ENSINAMENTOS

A inauguração de Brasília materializou a interiorização do Brasil, iniciada com a criação da Fundação Brasil Central, fazendo-

o voltar-se para o estreito relacionamento com os seus vizinhos da América do Sul e redirecionando a sua estratégia global, tornou-o um país continental, evoluindo da antiga tradição herdada de Portugal e fundamentada no imenso litoral de 8 mil quilômetros. Além disso, as fronteiras terrestres representam mais do dobro da sua costa marítima. A Revolução de 31 de março desenvolveu o poder de combate das Forças Armadas, em virtude do surgimento de facções guerrilheiras contestatórias; o *inimigo interno*. Estabelecido o combate e verificada a derrota da subversão, houve a confirmação da mudança assinalada, fato consolidado, mais tarde, pela oportuna decisão presidencial sobre a política nuclear independente.

“Mudar o sistema de recrutamento representaria mudar a mentalidade nacional, e projetá-lo para o futuro requer o entendimento do passado.”

Os anos de 1959 e 1977 são datas marcantes para o Exército. No primeiro, iniciou-se a formação de oficiais pertencentes ao Quadro de Material Bélico, na Academia Militar das Agulhas Negras, dando início à especialização da oficialidade, no mesmo nível das Armas e do Serviço de Intendência. No segundo, houve a denúncia unilateral brasileira do tratado de assistência militar norte-americana, deixando claro que, dali para frente, o Exército Brasileiro seria equipado com material bélico preferencialmente de origem nacional e empregaria doutrina autônoma. Os frutos já estão sendo colhidos: a tropa mecanizada está dotada com esse material e o Brasil é considerado, nos dias de

hoje, como um dos principais produtores de carros blindados (*Urutu* e *Cascavel*) comparáveis aos melhores existentes em exércitos de países mais desenvolvidos, utilizando capital e técnica exclusivamente nacionais.

Não obstante, a busca do aprimoramento é permanente. Reduzido, como vimos, o problema do armamento e da munição à disponibilidade ou não de recursos financeiros, em face da aquisição de tecnologia nacional, montado e desenvolvido o sistema de ensino e de pesquisa (doutrina própria), surgiu um fato novo que exige a reflexão e o estudo de todos os interessados pelo assunto: os ensinamentos a serem assimilados com o desfecho do recente conflito das Malvinas, estratégico guardião geográfico do Estreito de Magalhães que, juntamente com Gibraltar, Panamá, Suez, Cingapura, etc, constitui área de passagem obrigatória, cujo controle é considerado vital pelas grandes potências aliadas que, por todo este século, comungam os mesmos interesses: Estados Unidos da América e Grã-Bretanha.

Senão vejamos: deflagradas as hostilidades no terreno, os britânicos derrotaram os argentinos em curto prazo, fulminantemente. Alguns analistas consideraram que a incapacidade argentina em oferecer combate ao inimigo foi devida a uma razão excludente: os soldados de Sua Majestade Britânica eram profissionais e os argentinos, recrutas, portanto, sem condições psicológicas para o confronto armado.

Sem dúvida, esse foi um fator preponderante, mas não o único. Haja vista que princípios doutrinários básicos foram descumpridos pelos defensores, tais como:

- a flagrante escassez e obsolescência do material utilizado, em contraposição ao elenco de material sofisticado empregado por seus adversários;

- a tática excessivamente defensiva, aferrando-se em torno de Port Stanley onde tencionavam resistir, mas entregando o canal e o terreno à frente, quase sem luta, ao inimigo. A progressão do pequeno efetivo inglês, desde o local de desembarque, foi, praticamente, um desfile militar;

- as posições defensivas não foram escalonadas sucessivamente até a última linha de defesa, nem mobiliadas para durar na ação;

- não foram levantadas todas as hipóteses sobre as linhas-de-ação opostas, sendo desprezada a via de acesso utilizada pelos ingleses;

- a defesa não foi organizada em profundidade e em todas as direções, barrando a totalidade das vias de acesso;

- emprego de equipamento e armamento incompatíveis àquela zona-de-ação, de características especialíssimas;

- inexistência de blindados, para as ações dinâmicas de defesa.

A supremacia aérea dos atacantes dificultava enormemente a fortificação de terreno e a concentração de efetivos expressivos em zonas de reunião (Z Reu) e a topografia favorecia as ações ofensivas; particularmente, a inexistência de cursos de água (onde apoiar os limites avançados das áreas de defesa?) e de bosques, ou, mesmo, de simples árvores, para cobertas e proteção das tropas em Z Reu. Isso posto, o combate noturno tinha que prevalecer — principalmente os contra-ataques — enquanto seria procurada a superioridade aérea local, durante as horas de luz.

Acrescente-se que a tropa argentina era composta de recrutas bisonhos, oriundos de áreas do interior, pois o alto comando militar tencionava evitar protestos públicos de parentes dos soldados, no caso deles serem recrutados na região de Buenos Aires.

Parece claro que a Argentina julgou que a Inglaterra não chegaria ao ponto da invasão em força, deixando a impressão de que a sua tropa expedicionária tinha por missão, apenas, apossar-se dos acidentes capitais da ilha, tendo por fim lograr condições favoráveis à negociação bilateral. Acreditou, também, na solução diplomática da questão, descrendo, por outro lado, que os Estados Unidos dariam apoio logístico ostensivo e decisivo à Inglaterra, como, na verdade, aconteceu.

Desse modo, vemos que a responsabilidade da derrota não cabe, exclusivamente, ao conscrito, pois sabemos que, quando empregado adequadamente, ele é capaz de conquistar expressivas vitórias. Foi com recrutas que os Estados Unidos intervieram vitoriosamente em duas guerras mundiais; com recrutas os alemães conquistaram a Europa e os soviéticos defenderam Stalingrado; e foi com recrutas que a FEB cobriu-se de glórias, na Itália.

CONSCRIÇÃO OU VOLUNTARIADO?

Não restam dúvidas que o emprego de tropa experiente e profissional é desejável e essa possibilidade é plenamente atingível quando se trata de pequenos efetivos. Na guerra ora referida, se a brigada de Infantaria argentina fosse constituída por elementos veteranos, o seu nível operacional seria aumentado. Entretanto, o deficiente poder de combate permaneceria comprometendo o êxito das operações.

Sabidamente, o grau de operacionalidade da Força Terrestre é o resultante dos seguintes fatores: pessoal, material (com ênfase no binômio armamento — munição), adestra-

mento (doutrina) e estrutura organizacional. Essas condicionantes têm peso específico semelhante; entretanto, as duas primeiras são vitais: é óbvio que o homem é o vetor essencial para que a tropa exista fisicamente e, munido de sua arma, concretize a Força. Ele é o único parâmetro constante nessa equação, enquanto os demais variam de acordo com os progressos tecnológico e intelectual da sociedade que os abrange. É notório que pequenos grupos de guerrilheiros derrotaram efetivos superiores de tropa convencional, contando com pouca disponibilidade de material, tornando lícito concluir que o homem, por intermédio dos condicionamentos físico e mental, desde que armado, prepondera sobre os demais fatores da operacionalidade. Entretanto, esses últimos não devem ser minimizados e para que se tenha uma força armada organizada é imprescindível a existência harmoniosa dos quatro fatores, colocados sob uma ação de comando única e capaz.

O nosso Exército, aprimorando-se ao longo do tempo, abordou simultânea e criteriosamente as componentes apresentadas. A estrutura organizacional da Força Terrestre foi edificada, muitas vezes, utilizando os ensinamentos adquiridos em lutas e combates internos e externos; outras, por simples intuição; outras, ainda, buscando aperfeiçoar-se valendo-se de seus próprios esforços ou da experiência alheia, sendo, hoje, considerada uma tropa operacional.

Sabe-se que entre os três tipos de soldado — mercenário, conscrito e voluntário — o último apresenta melhor grau de combatividade, eis que está exercendo determinado papel por ele mesmo escolhido. É o que acontece atualmente no Exército. O efetivo do elemento variável é preenchido por pessoal essencialmente voluntário, embora, aparentemente, o sistema de recrutamento seja forçado.

O serviço militar obrigatório, no Brasil mobiliza, anualmente, um contingente aproximado de 2.000.000 de jovens alistados de 18 anos de idade, dos quais pouco mais de 100.000 são incorporados, pelo prazo de 10 meses. Ao verificarem praça, são-lhes ministradas instruções essencialmente voltadas para a formação do combatente e, findo o período, o sistema é realimentado com a transformação do soldado em reservista e a convocação de novos conscritos. Há acentuado desgaste de material, manipulado, sucessivamente, por pessoas inexperientes, e a tropa só está em condições de emprego após a conclusão do seu adestramento avançado, logo após o que, passa para a Reserva. Essa deficiência é amenizada pela organização de 2 grupamentos de recrutas que assentam praça em datas diferentes; mas, ocorrem ocasiões em que o efetivo disponível é mínimo.

Grandes Unidades especializadas — pára-quedistas, artilharia antiaérea, unidades-escola, blindados etc — poderiam possuir, como parte de seu efetivo, tropa voluntária, no valor máximo de batalhão. Parece-nos contraproducente manter subunidades enquadradas por batalhões, grupos ou regimentos integradas por profissionais, pois, a heterogeneidade do adestramento entre frações de uma mesma Unidade, refletiria negativamente no relacionamento diário e diversificaria as metas a cumprir, ao término do ano de instrução.

A existência de tropa valor batalhão, composta de profissionais, remediaria a questão do emprego imediato de pequenos efetivos, em qualquer época do ano, mas teria que ter definido o tempo de engajamento, o tipo de adestramento (constante e distribuído por todo o ano civil, impedindo, assim, a ociosidade) o período de férias, o soldo, o quantitativo das etapas e os problemas das promoções e movimentações.

Seria de transcendental importância evitar a solução de continuidade nas amistosas relações existentes entre o Exército e a população civil menos favorecida — que o admira e aplaude. Haja vista que os reservistas brasileiros guardam boas recordações do seu tempo na caserna e sabem que seus filhos poderão, também, ser chamados para “servir no quartel”, mantendo, permanentemente, o contato físico e a empatia.

“O Serviço Militar Obrigatório mobiliza anualmente, no Brasil, um contingente aproximado de 2.000.000 de jovens alistados, dos quais pouco mais de 100.000 são alistados.”

Outra linha-de-ação para profissionalizar o Exército seria a desobrigatoriedade do serviço militar e a adoção do voluntariado que proporcionasse o aumento do núcleo-base acima dos atuais 30%, com a consequente redução do elemento variável, e/ou limitar a ampliação do tempo de serviço às Qualificações Militares de difícil formação.

Seja como for, a linha-de-ação eleita visaria, unicamente, à operacionalidade da Força Terrestre, e não a minorar eventuais problemas sociais como, por exemplo, o desemprego e a manutenção da segurança pública.

Em qualquer caso, deve ser lembrado que o Exército era profissionalizado, em passado recente, e que esse sistema de prestação do serviço militar não funcionou a contento, conquanto as condições do País fossem significativamente diferentes das atuais. Mudar o sistema representaria mudar a mentalidade nacional, e projetá-lo para o futuro requer o entendimento do passado. □

BIBLIOGRAFIA

- BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954)*. São Paulo, 1964.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Editora Forense — Universitária, Rio de Janeiro, 1976.
- DOCUMENTOS (relatórios, decretos, alvarás, portarias, ordens do dia, etc) existentes no Estado Maior do Exército, Centro de Documentação do Exército (Seção de Histórico de Organizações Militares e Banco de Dados), Biblioteca do Exército e Arquivo do Exército.
- ESCOLA DE COMANDO e ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Guerras Insurrecionais no Brasil (Canudos e Contestado)*. Imprensa do Exército, Rio de Janeiro, 1968.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Sistema de Acompanhamento da Operacionalidade da Força Terrestre*. Brasília, DF.
- GUERTNER, Gary. *A Guerra dos 74 Dias: Nova Tecnologia e Velhas Táticas*. In *A Defesa Nacional*, nº 707, maio/junho de 1983.
- MCCANN, Frank D. *A Nação Armada*. Editora Guararapes, Recife, 1982.
- MORAES, J. B., Mascarenhas de. *A FEB pelo seu Comandante*. Bibliex, Rio de Janeiro, 1960.
- SENA, Davis Ribeiro de. *As Polícias Militares e sua Destinação Legal*. In *A Defesa Nacional*, nº 689, maio e junho de 1980.
- TORRES, Teodorico Lopes e Gentil. *Ministros da Guerra do Brasil, 1808-1946*. Editora Pongetti, Rio de Janeiro, 1947.

Faça a Sua Revista Conosco!

OFERECEMOS AUTOFINANCIAMENTO PARA
SUAS PUBLICAÇÕES. TEMOS EXPERIÊNCIA EM
REVISTAS MILITARES, COM MÉTODOS
MODERNOS DE DIAGRAMAÇÃO.

CONSULTE-NOS SEM COMPROMISSO PELOS TELEFONES:

(021) 581-2722 / 581-7869 / 281-5822 / 241-0088 - Fax: (021) 241-1265

ENREVISTAS PROD. GRÁF. PUBL. LTDA.





**O TEMPO PASSA,
O TEMPO VOA
E A POUPANÇA BAMERINDUS
CONTINUA NUMA BOA.**

P O U P A N Ç A



BAMERINDUS



Fronteira Peru-Ecuador, a Questão de Côndor

Therezinha de Castro*

A articulista identifica a origem dos recentes conflitos fronteiriços entre o Peru e o Equador nos fundamentos geoistóricos, geopolíticos e geoestratégicos de fronteiras.

A região andina entre o equador terrestre e 6 graus de latitude sul, envolvendo o Equador, Peru e Colômbia, além do Brasil, é detentora das nascentes de vários rios, incluindo a calha principal da Bacia Amazônica. Embora constitua uma paisagem montanhosa, abrigando os territórios do Peru e Equador, apresenta fácil comunicação, em função de vários "nudos", ou nós, entre os quais o de Pasto e Loja.

Até os 2 graus de latitude sul, a região andina equatorialiana assemelha-se à da Colômbia meridional, envolvendo-se, em seguida, bem mais com o Peru, através das

nascentes de afluentes do Marañon, topônimo que recebe o Rio Amazonas na maior parte do território peruano.

O Rio Amazonas, considerado o maior do mundo em extensão, tem reivindicada, pelo Equador, a glória de sua primeira exploração e, conseqüentemente, descoberta. Data esse evento de 1540, quando chega, a Quito, o governador Gonzalo Pizarro, que convidou Francisco Orellana, governador em Guayaquil, para uma expedição que viesse a desvendar as terras desconhecidas do oriente andino. Assim, ainda no século XVI, do Rio Coca (hoje fazendo fronteira entre Equador e Colômbia), a referida expedição atingiu o Napo. Nos primeiros dias de junho de 1542, enfrentando chuvas violentas e continuadas, chegaram os exploradores a uma região

* Conferencista de Geopolítica na ECEMAR.

ocupada pelos índios *coniapayaras* onde avistariam mulheres desnudas, armadas com arcos e flexas, o que levaria Orellana, em alusão às guerreiras mencionadas pelo geógrafo da antiguidade, Heródoto, a dar-lhes o nome de amazonas, topônimo que tem hoje o rio que, continuando o Napo, corta o território peruano para, depois de pequena fronteira com a Colômbia, entrar no Brasil.

Desse emaranhado dos rios nascidos na Cadeia dos Andes, à medida que nos afastamos do Pacífico, a paisagem vai perdendo a altitude para receber o nome de *yunga* — em Tabatinga, no Brasil, já a calha do Amazonas se encontra a 80 metros do nível do mar. Envolvida na parte mais baixa da Bacia Amazônica, essa área é também banhada por numerosos rios. Assim, do ocidente para o oriente, destacam-se o *Cenepa*, o *Santiago/Zamora*, o *Morona*, o *Pastaza/Bohonaza*, o *Corrientes*, o *Tigre/Cunambo/Pintoyacu*, o *Cononaco/Curaray*, *Napo/Yasuni*, *Guapi/Coca/Putumayo/Iça* no setor norte, enquanto no sul correm o *Hualaga*, *Ucayali*, além do *Javari* na fronteira Brasil/Peru (Mapa 1).

O domínio fisiopolítico da *yunga*, desde a Colômbia, passando pelo Peru e chegando à Bolívia, na zona lindeira com o Brasil, caracteriza-se ainda, grosso modo, como área geopolítica neutra, ou seja, despovoada, com caracterizada fronteira faixa.

Seriam, no entanto, os traços equatorianos de enlace Colômbia/Peru, os fatores geradores de uma geopolítica de confronto, acirrada no século XIX, no momento em que as unidades administrativas aí instaladas por Castela tratavam de se separar politicamente da metrópole.

EVOLUÇÃO GEOPOLÍTICA COLONIAL

Durante a rápida conquista norte/sul levada a efeito por Castelo, ainda no século XVI, a administração da América do Sul esteve centralizada em Cuzco/Lima, cidades que capitalizavam o vasto espaço denominado Vice-Reinado do Peru (Mapa 2A).

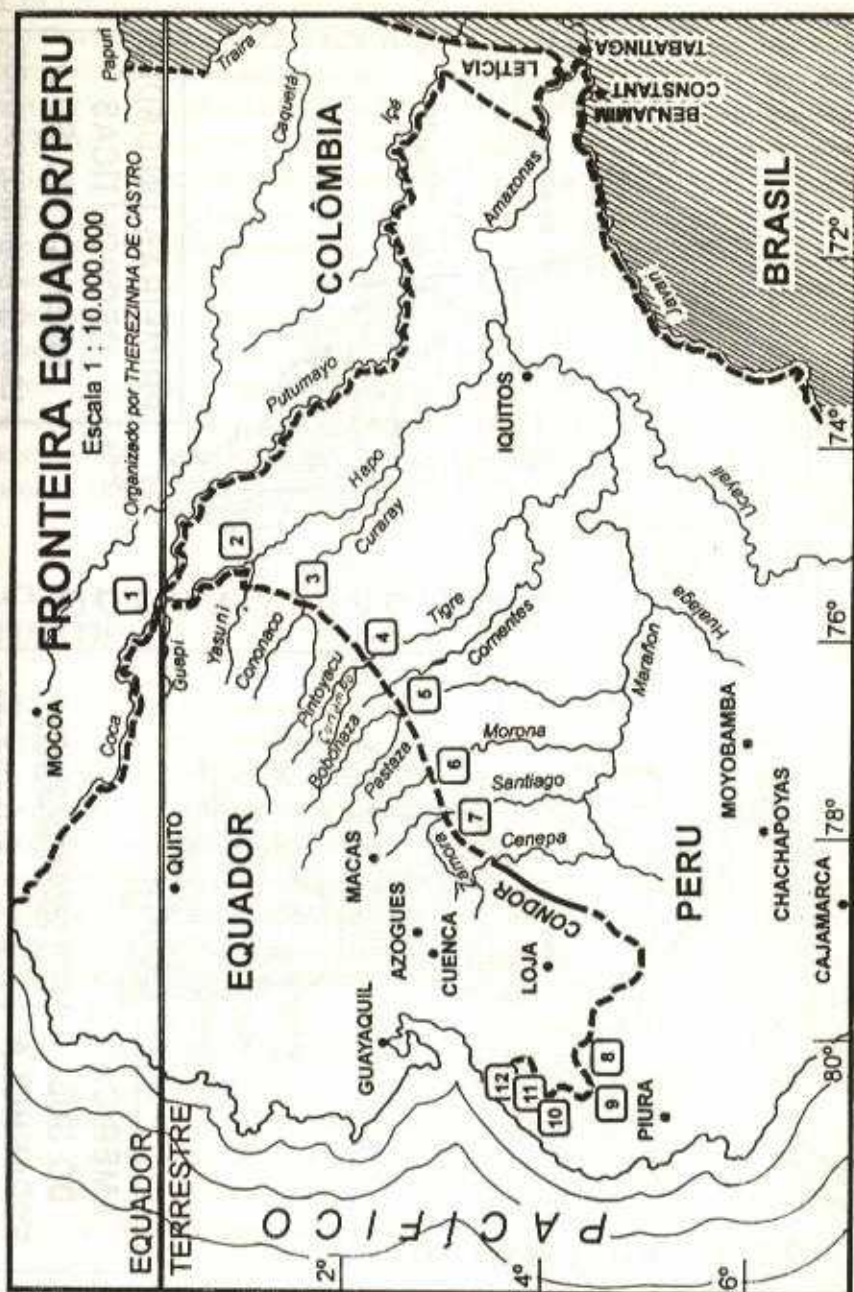
Nos dois extremos, entregues a governos militares, ficavam as regiões que, por serem consideradas de valor geoestratégico, foram transformadas em Capitânias Gerais. A do Chile, na retaguarda do ângulo morto que então formava o Pacífico, de navegação secundária em relação ao Atlântico, e a da Venezuela, na vanguarda conturbada do Caribe, infestada por bucaneiros, filibusteiros e piratas abrigados nas ilhas antilhanas e, posteriormente, no escudo guianense.

Uma zona geopolítica neutra separava, na época, os espanhóis e portugueses, com esses últimos bem mais ocupados em sua faixa litorânea delimitada por Tordesilhas, inteiramente dependente do Atlântico.

No setor do Pacífico, afluía para Lima toda a riqueza representada pelo ouro e pela prata que, seguindo para o norte, era exportada pelo istmo do Panamá, via Atlântico, o que tornava Buenos Aires um porto secundário.

Com a união das monarquias ibéricas (1580-1640), revertia-se a situação. Desaparecia o limite de Tordesilhas, dinamizando-se a zona geopolítica neutra, com as Bandeiras se adentrando no continente com o consentimento dos Bourbons, já instalados em Madri.

Assim, vemos que, no século XVIII, os portugueses haviam implantado postos avançados no *hinterland* (Mapa 2B). Em contra-



MAPA 1

MAPA 2A



ORGANIZADO POR THEREZINHA DE CASTRO

MAPA 2B



partida, a ocupação da Colônia do Sacramento, na foz do Prata, pelos portugueses, levaria o Governo espanhol, já perdedor de vasto território sul-americano pelo Tratado de Madri (1750), a criar o *Vice-Reinado do Prata* (1763), enquanto a capital do Estado do Brasil era transferida, no mesmo ano, de Salvador para o Rio de Janeiro.

Ante o *cantonismo geopolítico da descentralização*, para melhor conservar seus territórios ameaçados, esfacelava-se o espaço comandado por Lima. Além da unidade administrativa no Prata, impunha-se o *Vice-Reinado de Nova Granada*, que se isolava ainda mais do Peru, com a interposição da *Audiência de Quito*.

ESFACELAMENTO GEOPOLÍTICO

O século XIX iria se caracterizar pela desagregação dos impérios coloniais da América do Sul. No entanto, a sistemática histórica seria bem diferente nos setores hispânico e português. O Brasil — já Reino Unido ao de Portugal e Algarve, desde 1816 — caminharia coeso para a independência, com o maçom azul José Bonifácio conduzindo o processo dentro do sistema monárquico. Na América Hispânica, abundaram os líderes, enquanto o maçom vermelho, Simon Bolívar, adepto da república, se encontrava com o maçom azul, San Martín. Na conferência entre os dois, em território equatoriano de Guayaquil, na então Audiência de Quito, seria selado o destino de uma América Hispânica irremediavelmente esfacelada, na qual, conseqüentemente, seriam gerados litígios de fronteiras. Desentenderam-se Bolívar e San Martín, em 1822, coincidentemente no mesmo

ano em que se concretizava, no Brasil, a independência dentro da unidade nacional.

A centralização levada a efeito no Rio de Janeiro, contrastava com a campanha de libertadores que começaram no sul — Assunção (1810), atingiram Buenos Aires e Santiago (1816-1818) — para eclodir no norte — Colômbia e Venezuela (1819), alcançando o epicentro reacionário de Lima (1821). Completava-se o esfacelamento geopolítico com a disputa do Equador, então Audiência de Quito (1822), onde se desfazia o sonho da Grã-Colômbia, e o esfacelamento do Prata, com a dissidência da Bolívia (1825).

O FENÔMENO DAS FRONTEIRAS FLUIDAS

As fronteiras fluidas no sul e o desejo sub-reptício da restauração tornaram o Prata palco de lutas durante o século XIX, com desentendimentos no Chaco (já no século XX), e resquícios da Guerra do Pacífico entre Chile, Peru e Bolívia, em que o Tratado de Ancón (1883) condenava os bolivianos a perderem, para os chilenos, Antofagasta, o seu único litoral. Era a conseqüência natural do repúdio à fronteira geohistórica, formadora no passado de um todo de língua espanhola, ter sido desarticulada por várias fronteiras políticas.

O fato se repetia na área andina e de yungas formada pela Audiência de Quito, que a Colômbia, herdeira do Vice-Reinado de Nova Granada, reclamava para sua jurisdição, já se sobrepondo e se confundindo com a Comandância de Mainas, considerada pelo Governo de Lima como uma das oito Intendências integradas ao Vice-Reinado do Peru. E seria justamente nesse impasse de

fronteiras fluidas que o Equador, tal como a Bolívia, nasceria como "mero expediente da História".

Eis, pois, a origem de todo o processo histórico do século XX, estruturado pelo impasse de fronteiras fluidas, e, nesse contexto, a subtração territorial sofrida pelo Equador, o herdeiro da Audiência de Quito, por parte de seus vizinhos, Colômbia e Peru (Mapa 3).

Nessa disputa de fronteiras fluidas, a Bolívia, o segundo maior país da América Latina, tornava-se o 5º em área, enquanto o Equador, hoje com 270.670 km², só possui área maior que a do Uruguai, quando se destaca que, no passado, a Audiência de Quito se envolvia numa área de aproximadamente 1.037.890 km².

A QUESTÃO DE CÔNDOR

Tendo perdido grande parte de seu espaço vital, o Equador deixava de fazer fronteira com o Brasil e ficava, praticamente, alijado do complexo amazônico. É fato que o governo equatoriano se ressentia com a partilha de terras da Audiência de Quito entre o Peru e a Colômbia, muito embora o projeto inicial, menos ambicioso, venha se resumindo no território contestado na Cordilheira de Côndor e saída para o Maraño via Rio Canepa, englobando uma área que se diz rica em ouro, petróleo e urânio (Mapa 1). Envolvem-se, nesses 78km de montanhas com matas amazônicas, os conflitos de 1941, 1981 e 1995.

Em 1942, o Peru e o Equador assinaram o Protocolo do Rio tendo, como países garantes, o Brasil, a Argentina, o Chile e os Estados Unidos. Caberia então ao brasileiro

Brás Dias de Aguiar estabelecer a Cordilheira de Côndor como linha divisória. Esta seria reconhecida pelo Peru, porém, repudiada pelo Equador, que declarava, em 1947, inexecutável o Protocolo do Rio — inexecutável, porque o Equador discorda do traçado de fronteira, não somente na Cordilheira de Côndor, mas em outros diferentes pontos a saber: na Província de Napo na junção do Lagartococha-Guapi; na confluência Yasini/Napo na Província de Pastaza; na emboadura Cononaco/Curaray; na confluência Cunambo/Pintoyacu; no encontro do Bombonaza/Pastaza na Província de Morona-Santiago; na Cooperativa Morona; no contraforte Santiago; na Província de El Oro — Ilha de Maracá; na Ilha Lopez; no Codo de Huaquillas; no Canal de Zarumilla e no Codo de Hualtaco.

"No impasse de fronteiras fluidas, o Equador, tal como a Bolívia, nasceria como 'mero expediente da História'."

Esses pontos de atrito demonstram que o Equador pleiteia, na realidade, seu território geográfico da Audiência de Quito. No momento em que este era disputado pelo Peru e a Colômbia, em 1829, Larrea y Loredó, na carta que enviava à sua Chancelaria, no dia 29 de setembro do mesmo ano, afirmava: "O Maraño é o limite mais natural e marcante entre os territórios de ambos e o mesmo que assinalam os mapas antigos e modernos." Conclui-se, pois, que a tese geopolítica do Equador é a reintegração de seu território colonial geográfico, com sua saída pelo Maraño/Amazonas, quando então será efetivamente um país amazônico.



MAPA 3

"A 'Questão de Côndor' é somente um rastilho de pólvora no contexto de fronteiras fluidas e guerras de conquista no seio do anfiteatro amazônico."

Sem aceitar o Protocolo do Rio, o Governo de Quito propôs, ao de Lima, entregar a questão litigiosa ao Papa João Paulo II, que este já se destacou como árbitro no contencioso do Canal de Beagle, entre o Chile e a Argentina. O Peru, satisfeito com o Protocolo do Rio, não aceitou a proposta. Daí a luta entre os dois países, em especial no *punctum dolens* do Rio Cenepa, com um curso de aproximadamente 200 km, vertendo suas águas para o Marañon.

CONCLUSÃO

Os fundamentos geoistóricos, geopolíticos e geoestratégicos de fronteiras fluidas em disputa se estendem não só pela fronteira Peru-Ecuador, mas também por outras zonas

lindeiras da vulnerável Amazônia, onde o Poder Latente vem aticando, cada vez mais, a cobiça internacional. Fronteiras contestadas subsistem entre Suriname e Guiana, Venezuela e Guiana, Colômbia e Venezuela — reflexo de fronteiras fluidas numa Amazônia vulnerável, com seus primórdios nas guerras de independência, com o esfacelamento da Grã-Colômbia, com o Peru derrotado pela Colômbia, na Guerra de 1828-1829, com a derrota do Equador pelo Peru, numa guerra em 1860, com a Colômbia ocupando Letícia, numa cunha entre o Içá e o Amazonas (1932-1934) e a retirada das tropas peruanas (1938).

A questão de Côndor é, assim, somente um simples rastilho de pólvora no contexto de fronteiras fluidas e guerras de conquista no seio do anfiteatro amazônico, onde a "balcanização" com reservas indígenas, vem torná-lo ainda mais frágil, destacando-se o perigoso precedente em fronteira, na faixa do Brasil/Venezuela, de uma manobrável "nação ianomâmi". Daí a conveniência da revisão do Decreto de 1992 que criou esse "quisto" numa zona proibida pela Constituição, do revigoramento do Projeto Calha Norte e do fortalecimento do Pacto Amazônico. □

BIBLIOGRAFIA

- Atlas de História de España* — Coordenado por J. Vicens Vives — Editorial Teide, S.A. — Barcelona, 1965.
Atlas de História Universal — Coordenado por J. Vicens Vives — Editorial Teide, S.A. — Barcelona, 1966.
 BARBAGELATA, Hugo D. *Histoire de la Amerique Espagnole*. Librairie Armand Collin, Paris, 1949.
 CASTRO, Therezinha de. *Nossa América: Geopolítica Comparada*. Edição IBGE/Pedro II, Rio, 1994.
 CHAVES, Julio Cesar. *San Martin y Bolivar en Guayaquil*. Editorial Ayacucho, Buenos Aires, 1950.
 FREITAS, Ailton Salgueiro de, Cap. *As Repúblicas Hispano-Americanas*. Biblioteca Militar, Rio, 1945.

- GALLEGOS, Paco Moncayo, General. *El Protocolo de Rio a la Luz de la Geopolítica Contemporánea* — in Revista de las Fuerzas Armadas del Ecuador n° 104, Ano XXXIII, fevereiro de 1992.
- MALAGRIDA, Carlos Badia D. *El Factor Geográfico en la Política Sudamericana*. Establecimiento Tipográfico de Jaime Ratés, Madri, 1919.
- MARURI, Angel N. Bedoya, Ten-Cel. *El Amazonas — Rio de Orellana* — in Revista de las Fuerzas Armadas del Ecuador, n° 104, Ano XXXIII, fevereiro de 1992.

ENFIM, UMA RECEPCIONISTA QUE ALÉM DE BONITA, TOCA MÚSICA, ATENDE 40 LIGAÇÕES POR MINUTO E SÓ PEDE AUMENTO DE TRABALHO.



O PABX MAX Monytel vem com a exclusiva Recepcionista Digital. Bonita, moderna, ela atende qualquer ligação, mesmo que a telefonista esteja ocupada. Nesse caso, ela pede numa gravação que a pessoa aguarde, enquanto ouve uma música de espera.

Assim que a telefonista desocupar, ela completa a ligação. Não deixe sua empresa perder um negócio por telefone ocupado. Instale o PABX MAX Monytel com exclusiva Recepcionista Digital. Uma linha sempre aberta para um negócio fechado.

MONYTEL

O IMPULSO QUE SUA EMPRESA PRECISA.

MONYTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
Av. Miguel Frias e Vasconcelos, 1205 - Jaqueira - 05345
São Paulo - SP - Fone: (011) 268-2077
FAX (011) 819-3459 - Telex: (011) 811367

PROGRAME-SE COM A WARNER.



Confira em sua locadora,
A Warner tem sempre novidades para você.



WARNER HOME VIDEO



A DEFESA NACIONAL

Amazônia — um Desafio a Vencer

Osmar José de Barros Ribeiro*

Trata-se de mais uma abordagem sobre um tema cuja atualidade e importância não se esgotam.

Com ou sem conhecimento de causa, muito tem sido escrito e falado sobre a Amazônia. Em verdade, a vastidão da área somente é igualada ao desconhecimento sobre ela por parte dos brasileiros dos demais quadrantes que, juntamente com os irmãos que nela vivem, cumpre trabalhar no sentido de desenvolvê-la, transformando em Poder o que ainda hoje é Potencial. E o tempo para fazê-lo torna-se mais curto a cada dia que passa, principalmente face à cobiça internacional que mal consegue disfarçar seu interesse por uma área vasta, tão rica e tão despovoada.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Abrangendo os Estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia, a Região Norte representa 70% da Amazônia Global e 40% do território nacional, abrigando 16 milhões de habitantes, ou 11% da população nacional. Este efetivo, rarefeito e desigualmente distribuído, concentra-se cada vez mais nas cidades ribeirinhas, configurando-a, no dizer da professora Therezinha de Castro, como geopoliticamente neutra, marginalizada e subdesenvolvida.

A região Norte é caracterizada pela Planície Amazônica, vasta bacia sedimentar entre o Planalto das Guianas, ao norte, o Planalto Brasileiro, ao sul, a Cordilheira dos Andes, a oeste, e o Oceano Atlântico, a

* Tenente-Coronel do Exército

nordeste. Sua porção menor e mais acidentada fica ao norte do Rio Solimões-Amazonas. Ao sul deste, o relevo é mais suave e menos acidentado.

A Planície Amazônica pode ser dividida em três partes: as "várzeas", situadas ao longo dos rios e que permanecem inundadas boa parte do ano; "tesos", terraços mais altos apenas inundáveis nas cheias, e "firmes", terrenos mais elevados, fora do alcance das águas.

O clima da Região Norte é o equatorial, com chuvas abundantes e bem distribuídas. A vegetação, muito embora dominada pela floresta, apresenta vastas extensões de cerrados e campinas, notadamente no Amapá e em Roraima.

Com uma área de quase quatro milhões de quilômetros quadrados, a Bacia Amazônica representa a maior superfície drenada do mundo. Além disso, como o seu eixo principal corre quase paralelo ao equador terrestre, recebe afluentes dos dois hemisférios, o que mantém praticamente constante sua vazão, visto haver uma compensação entre o volume de água carreado pelos mesmos. Conformando uma via permanente de navegação da ordem de 19 mil quilômetros, a Bacia Amazônica possui, segundo dados do IBGE, um potencial hidrelétrico de 36.163 MW/ano.

UM POUCO DE HISTÓRIA

O ano de 1616, com a construção do Forte do Presépio, origem da cidade de Belém, marca o início da ocupação da foz do Rio Amazonas significando, ao mesmo tempo, a criação de uma base de apoio permanente aos reconhecimentos feitos rio acima, desde o século anterior.

Em 1637, unidos os reinos de Portugal e Espanha, era criada a Capitania do Cabo Norte e a busca do interior, feita sem obstáculos legais, terminou por tornar nulo, de fato e de direito, o Tratado de Tordesilhas. Assim, entre os séculos XVII e XIX, em meio a sacrifícios e dificuldades de toda ordem, cerca de 37 fortificações foram erguidas na região, dando origem, entre outras, às cidades de Macapá, Óbidos, Santarém e Manaus. Cumpria aos fortes, fortins e baterias construídos na foz do Rio Amazonas, defendê-las das incursões inglesas, francesas e holandesas; aos demais, erguidos no interior, ao longo dos rios, cabia barrar as vias de acesso que demandavam, das terras dominadas pelos espanhóis, o território conquistado por Portugal. As dificuldades encontradas para a ocupação da área podem ser balisadas pelos anos em que foram construídas, naqueles tempos remotos, algumas das fortificações que marcaram nossas fronteiras na região Norte: 1616 — Forte do Presépio, origem da cidade de Belém; 1623 — Forte de Santo Antônio do Gurupá, na confluência dos Rios Jari e Amazonas; 1660 — Forte de São José do Rio Negro, origem da cidade de Manaus; 1768 — Forte de São José de Marabitanas, no Rio Negro, próximo à fronteira com a Venezuela; 1771 — Forte de São José de Macapá, origem da cidade de Macapá; 1775 — Fortes de São Joaquim, na confluência dos Rios Cotingo e Tacutu; 1776 — Forte de Tabatinga, no Rio Solimões e Forte Príncipe da Beira, no Rio Guaporé.

O Quadro 1, extraído do livro *Géopolítica e Teoria de Fronteiras: Fronteiras do Brasil* (Biblioteca do Exército, 1990) cujo autor é o renomado geopolítico General Carlos de Meira Mattos, proporciona uma visão bem mais completa e abrangente do anteriormente afirmado.

No Amapá, só em 1900 cessaram os atritos com os franceses.

AS FORTIFICAÇÕES HISTÓRICAS DA AMAZÔNIA (SÉCULOS XVII, XVIII E XIX)



Área de Localização dos Fortes de Belém e Vizinhanças
(ver na legenda)

- | | | |
|--|--|---|
| 1 - Fortes de Orange e Nassau | 13 - Forte de Santo Antonio de Macapá (Macapá) | 26 - Forte de Nossa Senhora da Consolação |
| 2 - Forte de Maricó | 14 - Forte do Rio Barroque | 27 - Reduto de São José (Belém) |
| 3 - Fortes de Cunha e Castêl | 15 - Fortaleza de Santarém ou dos Tapajós | 28 - Bateria da Via-da-Cruz (Belém) |
| 4 - Forte de Presépio ou do Castelo (Belém) | 16 - Forte de Obidos ou de Pauca | 29 - Forte do Principe da Beira |
| 5 - Fortaleza de Santo Antonio de Gurupá (Gurupá) | 17 - Forte do Paru (Ametim) | 30 - Forte de Cabo Norte |
| 6 - Fortes de Munib, Mandububa, Tonégio e Felipe | 18 - Fortim e Bateria de Ilha dos Periquitos (Belém) | 31 - Forte de São Joaquim |
| 7 - Forte de Cunha | 19 - Casa Forte do Guama (Ourem) | 32 - Forte de Nossa Senhora da Nazaré (Tucuruí) |
| 8 - Fortes do Destino e do Toaré | 20 - Vigia Cunha | 33 - Fortes do Cabo Norte |
| 9 - Fortes de Araguaia | 21 - Forte de São Gabriel (Uaupés) | 34 - Batalha de Santo Antonio (Belém) |
| 10 - Forte de S. Pedro Nolasco (Belém) | 22 - Forte de São Joaquim (Rio Negro) | 35 - Forte da Ilha dos Periquitos (Belém) |
| 11 - Fortaleza de S. José da Barra do Rio Negro (Minaçu) | 23 - Forte de Cucui (Marabitanas) | 36 - Forte da Cachoeira de Itaboca |
| 12 - Fortaleza da Barra (Belém) | 24 - Fortaleza de Macapá | 37 - Vigia da Ilha de Bragança |
| | 25 - Fortaleza de Tabatinga | |

QUADRO 1

No Pará, assim como no Amazonas, a luta contra os invasores só terminou no século XVIII.

Em Roraima, também palco de disputas fronteiriças, os primeiros povoados somente puderam ser assentados após a derrota e expulsão dos grupos indígenas que se opunham à colonização.

No Acre, a situação complicou-se bastante e uma solução só foi encontrada no ano de 1903.

Quanto ao atual Estado de Rondônia, até o século XVII, praticamente, apenas existiam ali missões religiosas e guarnições militares. No século XVIII, a descoberta de ouro na região de Cuiabá e o Ciclo da Borracha, ao

final do século XIX, levaram para a área bom número de migrantes.

As Colônias Militares não podem deixar de ser citadas, sendo de assinalar que a sua instalação em áreas fronteiriças ou afastadas dos centros maiores objetivava, antes de mais nada, o apoio às ações de povoamento de uma determinada região. Das 10 colônias mandadas instalar, no tempo do Império, duas apenas foram na região Norte: a Colônia Militar D. Pedro II, às margens do Rio Araguari, no Amapá (1840), e a Colônia Militar de Óbidos, no Pará (1854). Já em nossos dias, face à crescente ameaça de desnacionalização entre os brasileiros na área fronteira à Guiana Francesa, foi criada a Colônia Militar do Oiapoque em 1964, e em 1967, buscando a efetiva ocupação da fronteira Brasil-Peru-Colômbia, foi criada a Colônia Militar de Tabatinga, no local onde, no passado, se erguera o forte de mesmo nome.

OS CONFLITOS NA FRONTEIRA NORTE

Em 1822, encerrado o Período Colonial, o Império passou a possuir um vasto território. Não obstante, a demarcação das suas fronteiras na área em estudo ainda estava por ser feita e a sua fixação definitiva, na dependência de negociações com os países e colônias vizinhos.

À época, não existiam problemas de fronteira com a Guiana Francesa posto que, desde o Tratado de Utrecht (1713), ficara definida como tal o Rio Oiapoque. Contudo, em 1836, as dificuldades do Governo na repressão à Cabana-

gem, levaram os franceses a tentar alargar os seus domínios. Para tanto, instalaram um posto militar ao sul do Rio Oiapoque, às margens do lago Amapá. No ano de 1840, a mediação inglesa levou-os a deixar o local e, no mesmo ano, o Governo imperial criava a Colônia Militar anteriormente referida. Prosseguiram as negociações quando, em 1894, ocorreu a descoberta de ouro no Rio Calçoene, atraindo aventureiros de todos os lugares, além de criar na área um clima de completa anarquia. Os brasileiros trataram de constituir um governo local para cuidar dos seus direitos e interesses, o mesmo fazendo os franceses. O conflito tornou-se inevitável e o governador da Guiana enviou uma força armada ao local. No choque havido o comandante francês foi morto, levando seus comandados a exercerem violentas represálias sobre a população. A repercussão foi grande, tanto no Brasil quanto na França e ambos os Governos acordaram em submeter o assunto à arbitragem, a qual, em 1900, deu-nos ganho de causa, impedindo o acesso francês ao Rio Amazonas, conforme mostrado no Quadro 2.



QUADRO 2

Corria o ano de 1775 quando, para fazer face aos holandeses que se haviam estabelecido no Alto Essequibo, foi criada a Capitania do Rio Negro e fundado o Forte de São Joaquim, sendo lançado um posto avançado às margens do Rio Pirara, afluente do Maú. Os holandeses, então senhores da Guiana, não apresentaram qualquer protesto reconhecendo, implicitamente, a expansão portuguesa. No ano de 1803, em consequência da guerra na Europa, os ingleses conquistaram a Guiana e, em 1814, a incorporaram de forma definitiva aos seus domínios. Nos anos de 1835 e 1836, em viagem científica ao interior da nova possessão inglesa, o explorador Schomburg reconheceu que a divisória entre os domínios de Portugal e Inglaterra fora, até então, formada pela linha balisada pela Serra Paracaima-Monte Annay-Alto Rupununi. Retornando à área no ano de 1838, o mesmo inglês encontrou, abandonados, tanto o Posto do Pirara quanto o Forte de São Joaquim, por motivo de as suas guarnições haverem sido deslocadas para o sul, a fim de combater a Cabanada. Tomando posse da área, o inglês logo tratou de instalar ali uma missão religiosa. Em 1840, os brasileiros retornaram, reocuparam as fortificações e fizeram com que os religiosos ingleses se retirassem. Logo se estabeleceu a possibilidade de um conflito armado e, para evitá-lo, as autoridades brasileiras propuseram a neutralização da área,

enquanto era buscado um acordo entre as partes. Em 1843, a proposta brasileira que propunha, como fronteira, o divisor de águas entre os Rios Branco e Essequibo, foi recusada pela Inglaterra, que não abria mão de um dos formadores do Rio Branco. Submetida a questão ao arbitramento do Rei da Itália, no ano de 1901, em 1904 era dada uma solução que mais se aproximava da proposta inglesa, conforme mostrado no Quadro 3, constante do livro do General Meira Mattos.



QUADRO 3

Em 1821, o território da então Grã-Colômbia abrangia áreas da Venezuela, da Colômbia e do Equador. Em que pese a extensão da fronteira comum, somente em 1826, com a vinda de um representante britânico ao Rio de Janeiro, tiveram início as negociações sobre as fronteiras. Contudo, desde o princípio, configurou-se um impasse, posto desejar a Grã-Colômbia que, na fixação dos limites, fosse levado em conta o *uti possidetis* de direito, e o Brasil, o *uti possidetis* de fato. As negociações arrastaram-se até 1832, quando o desmembramento da Grã-Colômbia levou à suspensão das negociações.

No ano de 1852, Brasil e Venezuela negociaram um Tratado de Limites que em nada resultou, posto não haver sido ratificado pelo Congresso venezuelano. Somente em 1859 os dois países assinam novo Tratado, ratificado em 1860, pelos venezuelanos. A fronteira compreende um trecho entre a cabeceira do Rios Menachi e Negro, ainda objeto de litígio entre a Venezuela e a Colômbia.

Em 1853, Brasil e Colômbia negociam um tratado de limites, não ratificado pelo Congresso colombiano. Uma Missão Especial, enviada pelo Brasil à Colômbia, no ano de 1867, assinala que nosso País não aceita discutir os limites já acertados com o Peru (1851) e com a Venezuela (1859). É somente em 1907 que Brasil e Colômbia negociam um tratado de limites, no qual este país reconhece a validade da demarcação da fronteira com a Venezuela, no trecho Menachi-Ilha São José, e a linha demarcada em 1853 (Rio Tanaíra — nascentes do Rio Uaupés — divisor de águas entre os ramos superior e inferior do Rio Negro). Finalmente, em 1928, a Colômbia reconhece a linha Tabatinga-

Apaporis, já negociada com o Peru, como sendo a fronteira com o Brasil.

O Peru, até 1841, tentou fazer valer, em sua fronteira com o Brasil, o Tratado de Santo Ildefonso. Naquele ano foi negociado um tratado de limites baseado no *uti possidetis* de fato no ano de 1821, ano que marcou o surgimento da república naquele país. Tal tratado não foi ratificado pelo Brasil, dada a instabilidade política então existente no Peru. No ano de 1851 foi assinada, entre os dois países, uma convenção que tomava por base, no traçado da fronteira, conforme defendido pelo Brasil, o *uti possidetis* de fato. Em 1865, a comissão, já operando na área, ao realizar o reconhecimento do Rio Javari, sofreu violento ataque indígena e foi forçada a retirar-se. Em 1866, o Peru apresentou protesto contra a Guerra do Paraguai e, no ano seguinte, foram rompidas as relações diplomáticas entre os dois países. Em 1869, reatadas tais relações, o Peru protestou contra o tratado firmado com a Bolívia, em 1867, alegando direitos sobre as terras a este e ao sul do Rio Javari. Conflitos mais sérios ocorreram a partir de 1897 entre brasileiros e peruanos no curso superior do Rio Juruá e, depois, em 1902, na área dos Rios Amônia e Chandler, quando comissários peruanos procuraram dela apropriar-se, sendo expulsos pelos seringueiros. Quando retornaram, em 1904, encontraram o Acre ocupado militarmente pelo Brasil e foram, mais uma vez, repelidos. Finalmente, em 1909, é negociado um tratado de limites definitivo, e os territórios ocupados por brasileiros são então reconhecidos pelo Peru, como pertencentes ao Brasil.

O Quadro 4, organizado pela professora Therezinha de Castro e constante da obra já citada do General Meira Mattos, permite a

visualização e compreensão dos problemas fronteiriços com a Venezuela, a Colômbia e o Peru.

O Quadro 5, da mesma forma, dá margem a um melhor entendimento dos problemas havidos não só com o Peru mas, também, com a Bolívia.

O tratado de limites com a Bolívia foi assinado em 27 de março de 1867. No entanto, daquela data até 1898 arrastaram-se, em meio às dificuldades naturais da área, os trabalhos de demarcação da fronteira entre os dois países. Nesse ínterim, a região do Rio Acre fora povoada por nordestinos expulsos

**QUADRO 4****QUADRO 5**

de suas terras pela seca e atraídos pelo sonho da riqueza representada pela exploração da borracha. Dessa forma, embora ocupada por brasileiros, a área pertencia, de direito, à Bolívia, fato reconhecido pelo Brasil. Os conflitos provocados pela truculência das autoridades bolivianas que chegavam à região, terminaram por levar à revolta os residentes brasileiros. A pedido da Bolívia, uma força naval brasileira restabeleceu a ordem mas, pacificada a área, o governo boliviano houve por bem arrendá-la a um consórcio anglo-norte-americano segundo condições que alienavam a própria soberania da Bolívia sobre ela. Nova insurreição, liderada por

“Após 136 anos da Proclamação da Independência, estavam delimitadas as fronteiras na Região Norte. Porém, a característica da área é, ainda, o despovoamento...”

Plácido de Castro, em 1902, apodera-se do território acreano e proclama sua independência. O Governo norte-americano torna público que não poderá ficar indiferente à violação dos direitos dos seus nacionais. A Bolívia envia expedição militar contra o Acre. Nesse quadro, o Brasil ocupa, militarmente, em princípios de 1903, toda a região. Em novembro do mesmo ano, pelo Tratado de Petrópolis, mediante uma indenização em dinheiro, concessões econômicas e compensações territoriais em vários pontos da fronteira com a Bolívia, o Acre torna-se brasileiro. Permaneceram algumas questões de menos importância, as quais, pelo Acordo de Roboré, foram solucionadas em 1958.

Destarte, após 136 anos da Proclamação da Independência estavam delimitadas as fronteiras na Região Norte. Porém, no que respeita à sua efetiva ocupação, a característica da área é, ainda, o despovoamento, agravado pela miséria e pelo abandono em que vivem seus habitantes.

A AÇÃO INTERNACIONAL

A vastidão territorial e sua baixíssima taxa de ocupação sempre geraram, ao longo do tempo, desde os remotos dias de colônia, a cobiça internacional. A listagem que se segue, embora talvez incompleta, diz das ações externas, desenvolvidas após 1822, que buscaram alienar nossa soberania sobre áreas da Região Norte.

Quando da Guerra dos Cabanos (1835-1840), alegando a necessidade de dar proteção à região e aos seus habitantes, Estados Unidos, França e Inglaterra propuseram aos revoltosos que se separassem do Brasil. Ainda por essa época, conforme visto anteriormente, tanto a Inglaterra quanto a França buscaram alargar seus domínios na região de fronteira, sendo que esta última, em 1894, voltou à carga e tentou estabelecer, na região aurífera do Rio Calçoene, a República do Cunani.

A criação do Bolivian Syndicate para, com a anuência da Bolívia, ocupar a área do hoje Estado do Acre, foi outra tentativa de penetração estrangeira na Amazônia.

Outro exemplo foi a proposta japonesa, feita em meados do século XIX, de abrigar na Amazônia os excedentes populacionais do mundo.

Nos idos de 1948, a UNESCO planejou e propôs a criação de um Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. Tal Instituto

teria tal soma de atribuições e direitos que, uma vez implantado, retiraria a região do concerto nacional, e implicaria, para o Brasil, em abdicar não só da sua integridade territorial como também da sua soberania.

Mais recentemente, nos anos 60, o Instituto Hudson elaborou o chamado Plano do Mar Mediterrâneo Amazônico, abrangendo terras do Brasil e da Colômbia. Tal plano (que à época contou com a entusiástica adesão de certos brasileiros) provocaria a total submersão de cidades como Manaus, Santarém e Óbidos, para somente citar as maiores e mais importantes. Este lago, em última análise, interligaria as Bacias do Amazonas e do Orenoco, acentuando a atração do Caribe sobre a região.

A partir de 1970, o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), organização religiosa de âmbito global e muito interessada no desenvolvimento de ações de todo tipo — inclusive de caráter subversivo — em países da África e da América Latina, passou a dedicar especial atenção à Amazônia, particularmente pelas áreas ocupadas pelos índios ianomâmi, defendendo, já naquela época, a criação de uma “nação Ianomâmi” que abrangeria terras do Brasil e da Venezuela. Hoje, vemos que tiveram êxito. O despalante do CMI é tamanho que, em documento oficial, afirmou que a Amazônia e seus habitantes (no caso, os índios) “...são patrimônio da humanidade e não patrimônio dos países cujos territórios, pretensamente, dizem lhes pertencer”. E essa organização continua a atuar impunemente em nosso País, subsidiando entidades como o Instituto Superior de Estudos Religiosos (ISER) e suas coligadas, bem como dominando organizações ditas ecumênicas como o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC).

Em 1989, François Mitterrand, presidente da França, levantou a estranha tese da “soberania relativa”, pela qual o Brasil passaria a admitir a ação de organismos internacionais na Amazônia. Nessa proposta foi seguido pelo então czar russo Mikhail Gorbachov, que afirmou: “— O Brasil deve delegar parte de seus direitos (sobre a Amazônia) aos organismos internacionais competentes.”

De lá para cá, face aos seguidos protestos que se ergueram em todo o território nacional, alguma coisa mudou. Porém, após a abjeta capitulação ante as pressões econômicas que redundaram na criação da Reserva Ianomâmi, já se fala no surgimento de “nações indígenas” dentro de um complexo de ações que buscam não só a desnacionalização do brasileiro que habita a Região Norte como também a preservação da cultura indígena na era neolítica, particularmente naquelas áreas ao norte da linha do Rio Solimões-Amazonas.

A ação internacional voltada para a Amazônia torna-se, quer venha de governos quer de ONGs, a cada dia, uma certeza e um motivo de alarme, pois devemos ter, sempre presentes, as notórias divergências entre países desenvolvidos e não desenvolvidos, abrangendo, entre outros, temas como ecologia, etnias indígenas e tráfico de drogas. Não podemos nem devemos esquecer que a Região Norte, pouco povoada e deficientemente assistida pelo Poder Central, precisa ser integrada ao todo nacional, de modo a que suas imensas e quase desconhecidas fronteiras fiquem firmemente consolidadas. Sem isso, o Brasil corre o risco de assistir a região ao norte da calha do Solimões-Amazonas ser atraída por economias regionais melhor implantadas na área. De resto, há a considerar que a região, desde muito, é

influenciada pela proximidade das rotas marítimas que demandam o Atlântico Norte, a saber: área do Caribe, costa leste dos Estados Unidos, Europa Ocidental e norte da África. Não é preciso recordar as lutas que ali tiveram lugar quando da Independência, e muito menos que, quando do Ciclo da Borracha, as famílias de posses mandavam suas roupas serem lavadas na Europa. Hoje, é mais barato uma passagem aérea Manaus—Miami que outra de Manaus ao Rio de Janeiro, sem esquecer que se paga, praticamente, o mesmo para voar de Manaus a Brasília ou a Washington.

Outrossim, não interessa às nações do Primeiro Mundo nem às grandes corporações que atuam a partir delas e com o apoio dos respectivos Governos, que a Região Norte, com suas inegáveis potencialidades, cresça e incorpore-se à área desenvolvida do Brasil. Se nas atuais condições somos a 10ª economia do mundo, conforme bem assinala a professora Therezinha de Castro, o que seremos quando a Amazônia for devidamente explorada? Desta insígne mestra são as seguintes observações: “Sem Balbina, tão combatida, Manaus estaria hoje no escuro, à mercê das lamparinas ou gastando petróleo, bem mais caro como energia”; “A hidrelétrica de Monte Belo (ex-Kararaô), foi combatida por vários organismos internacionais, porque iria deslocar 300 índios. No entanto, esses mesmos órgãos não se manifestaram quando Furnas, construída no sul, desalojou 30.000 pessoas e a Barragem de Assuan engoliu monumentos históricos do Egito e modificou o ecossistema em parte do Mediterrâneo”; “...a Amazônia é hoje, comprovadamente, grande reservatório mineral e concorrente em potencial de outras áreas do mundo, em exploração por *trusts* internacionais de

empresas de países do hemisfério norte. A entrada agora da Amazônia no mercado mundial desestabilizaria sobremodo esses *trusts* de grupos internacionais”. Em sua apaixonada defesa da Amazônia, a professora Therezinha de Castro traça um paralelo entre o que aconteceu na Península da Malásia e o que, na sua opinião, pretendem fazer entre nós, afirmando: “A Península da Malásia foi presa fácil na era do colonialismo. Presa fácil dos interesses internacionais e geoestrategicamente dividida em países e mais países... A desnacionalização, o mosaico étnico que caracteriza essa área asiática, facilitou e permite, ainda hoje, a ‘balcanização’... A ‘balcanização’ já começa a se delinear na nossa Amazônia, implantando-se lá os apartheims de reservas indígenas, que serão estados dentro da nossa Federação, facilmente manejados pela ação exterior. O objetivo de Rondon de converter para civilizar, transforma-se hoje no converter para manobrar... E se na Malásia o perigo da ‘balcanização’ se constituiu no mosaico étnico, na Amazônia o ponto de apoio se encontra no vazio demográfico. É justamente esse vácuo de desnacionalização que gera a cobiça da internacionalização. É neste pobre espaço demográfico, de população urbana que se concentra em pólos descontínuos, mas de solo extremamente rico, que se procura invocar a incapacidade de gerir para se internacionalizar.”

“É mais barata uma passagem aérea Manaus—Miami que outra de Manaus ao Rio de Janeiro e se paga, praticamente, o mesmo para voar de Manaus a Brasília ou a Washington.”

A AÇÃO GOVERNAMENTAL

A Constituição de 1946 destinava, para a Amazônia, 3% da renda tributária da União, com vistas ao seu desenvolvimento. Entretanto, dada a ausência de planejamento para a aplicação dos recursos, pouco ou nada foi feito. Para preencher tal lacuna, em 1953 foi criada a SPEVEA — Superintendência do Plano de Valorização e Estruturação da Amazônia, logo atingida pelas acusações de empregar mal os recursos que lhe eram destinados. Foi somente com a construção da estrada Belém—Brasília, no governo Kubitschek (1955-1959), que o Brasil passou a ter um maior conhecimento das áreas atravessadas pela mesma. E, com o conhecimento, chegou o desenvolvimento. A década de 60 trouxe a criação do BASA — Banco da Amazônia S.A., a transformação da SPEVEA em SUDAM — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e a criação da Zona Franca de Manaus, já no governo Castello Branco. Os governos militares são, a partir de 1970, os responsáveis, com a implementação dos sucessivos PND — Planos Nacionais de Desenvolvimento, pelo crescente conhecimento da Amazônia e seu desenvolvimento. Assim, no governo Médici (1970-1974), foi desenvolvido o PIN — Programa de Integração Nacional, no qual era estabelecida a estratégia federal para a integração da Amazônia. Dele, as marcas mais evidentes são as estradas Transamazônica, a Porto Velho—Rio Branco e a Cuiabá—Santarém, que levaram o progresso a regiões até então desabitadas. Assinale-se ainda o Projeto RADAM que permitiu um melhor conhecimento dos recursos naturais da área. O governo Geisel, com o 2º PND, deu continuidade à obra do seu antecessor. É

dele que surge o POLAMAZÔNIA — Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia e, em sua esteira, o Projeto Carajás, a Albrás, a Alcoa, a Alunorte, o Projeto Jari, as hidrelétricas de Tucuruí, Samuel e Balbina. Em termos diplomáticos, por abrir novas e importantes perspectivas para a região, foi importante a assinatura, em 1978, pelos países independentes da Amazônia, do Tratado de Cooperação Amazônica. Ao findar-se o governo Geisel e iniciar-se o governo Figueiredo, o País já começava a debater-se nas dificuldades econômicas que ainda hoje perduram. Não foi diferente com a Amazônia. Ali, assistiu-se ao término ou à mera continuação dos projetos em curso, sem o lançamento de novos empreendimentos, salvo alguns da iniciativa privada e da Companhia Vale do Rio Doce.

Se muito foi feito pela e para a Amazônia, particularmente de 1953 aos nossos dias, muito ainda resta para ser feito. É o que exige a permanente ameaça das tentativas de internacionalização, os perigos da desnacionalização e o vasto somatório de problemas advindos do tráfico de drogas, do contrabando, das incursões de guerrilheiros e do garimpo ilegal. O ponto focal do problema, além da baixa taxa demográfica, reside na própria vastidão e diversificação da área: existem várias amazônias, cada uma com suas características e peculiaridades, impedindo a adoção de uma única estratégia para a região.

O PROJETO CALHA NORTE

O Projeto Calha Norte, iniciativa da então Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, está em curso desde

1985 e partiu, em linhas gerais, dos seguintes pressupostos:

- a integração da região ao restante do País viria, a um só tempo, impedir a desnacionalização que já se fazia sentir em certas áreas da fronteira e estimularia o desenvolvimento em ambos os lados da mesma;

- um planejamento abrangente, interessando a vários ministérios e voltado para o médio e o longo prazos, seria a solução mais racional para ser posta em prática em lugar de iniciativas isoladas e que, por tal motivo, em pouco ou nada redundavam;

- uma vez iniciada a ação governamental e surgidos os primeiros frutos, a ela logo viria juntar-se a iniciativa privada assegurando-se, desta forma, tanto o desenvolvimento quanto a segurança nacional na área considerada.

“A quem interessa que perdue a situação de abandono e de miséria em tão largo trato do território nacional?”

No quadro do Projeto Calha Norte, cabe ao Ministério das Relações Exteriores, através a instalação de postos diplomáticos na fronteira, incentivar o desenvolvimento das relações bilaterais e uma crescente cooperação regional no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica.

Aos ministérios militares incumbe o fortalecimento da presença militar na área e o apoio aos órgãos encarregados das ações de governo.

Tal Projeto, desde que foi tornado público quando do governo Sarney, provocou as mais absurdas acusações, sendo a principal delas

referente a uma “militarização da Amazônia”. Seus mais atuantes detratores eram o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e ONGs, notadamente estrangeiras, além de grupos políticos nacionais de tendência esquerdista. Como se fosse crime uma nação soberana afirmar sua soberania sobre um território que lhe pertence. A quem interessa que perdue a situação de abandono e de miséria em tão largo trato do território nacional? Aos contrabandistas? Aos narcotraficantes? Aos ecologistas? Aos indigenistas? Aos que não deram importância ao episódio do Rio Traíra? Às empresas de mineração?

CONCLUSÃO

Nenhuma nação tem o direito de sentir-se segura apenas porque outras, mais fortes e ricas, proclamam amarem a paz e serem cumpridoras das leis que regem a convivência internacional. Hoje, tanto quanto no passado, os interesses de cada nação, principalmente quando respaldados na força, são, tal qual na fábula sobre o lobo e o cordeiro, o que realmente conta.

Às nossas Forças Armadas cabe a missão de afirmar a presença do Brasil ao longo da nossa extensa e abandonada fronteira norte. Seus integrantes, oficiais e praças, imbuídos dos seus deveres e responsabilidades, embora ignorados por muitos e escarnecidos por tantos outros, sabem que, além do cumprimento da destinação constitucional, têm, ainda, o dever de apoiar a população da área

em suas necessidades primárias de educação e saúde, posto seus quartéis, historicamente, constituírem os embriões de futuras cidades e vilas.

O Brasil recusa-se a aceitar o papel de entreposto comercial nas relações entre os países do norte e do sul. Nossas Forças Armadas, quais novos bandeirantes, malgrado

as dificuldades econômicas que atravessamos, a dissolução moral das nossas elites e a cupidez internacional, haverão de cumprir o seu dever, lutando o bom combate se tal se fizer necessário, pois já o afirmava Maquiavel: "A guerra é justa quando necessária e piedosas são as armas quando nelas repousa a esperança." □

BIBLIOGRAFIA

- ALMANAQUE ABRIL. Editora Abril, Rio de Janeiro, 1993.
- CASTRO, Therezinha de. *Amazônia — geopolítica do confronto e estratégia da integração*. A Defesa Nacional nº 755, janeiro/março de 1992.
- CUNHA, Murillo Alves da. *Geografia Geral e do Brasil*. Livraria Francisco Alves Editora, Rio de Janeiro, 1982.
- . *Manual Básico*. Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 1993.
- MATTOS, João Metello. *A reserva que condena um povo*. A Defesa Nacional nº 757, julho/setembro de 1992.
- MEIRA, Sílvio. *A Amazônia e o Projeto Calha Norte*. A Defesa Nacional nº 756, abril/junho de 1992.
- MEIRA MATTOS, Carlos de. *Geopolítica e Teoria de Fronteiras: Fronteiras do Brasil*. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro.
- MOREIRA, José Benedito de Barros. *Uma concepção estratégica brasileira para a Amazônia*. A Defesa Nacional nº 759, janeiro/março de 1993.
- OLIVEIRA, Ney Coe de. *Temas Amazônicos*. A Defesa Nacional nº 755, janeiro/março de 1992.
- MAQUIAVEL. *O Príncipe*. Tradução de Brasil Bandecchi. Editora Moraes Ltda., São Paulo-SP, 1992.
- REZENDE, Ney R. *História das Fronteiras*. ECEME, Curso de Preparação, Rio de Janeiro, 1976.
- RUFIN, Jean-Christophe. *O Império e os Novos Bárbaros*. Editora Record, Rio de Janeiro, 1991.
- SOUTO, Cláudio Heráclito; ALVES, Manoel da Penha; HERNANDEZ, Júlio César Barbosa; ASSIS, Paulo Roberto Correia; SILVA, Carlos Alberto Pinto. *Ameaças à Soberania Nacional na Amazônia. Hipótese de Guerra. Estratégias para a defesa da região*. A Defesa Nacional nº 752, abril/junho de 1991.
- VIDAL, Evandro Bartholomei. *Projeto Calha Norte — importância para a Amazônia e reflexos na Segurança Nacional*. A Defesa Nacional nº 757, julho/setembro de 1992.

**A ordem
do dia
é
comprar
barato.**

PERNAMBUCANAS



A DEFESA NACIONAL

Liderança Militar no Pós-Guerra Fria¹

Roberto José da Costa*

O artigo procura mostrar que novos paradigmas estão se apresentando para a identificação do líder em todos os campos de atividade — inclusive o militar — e que o despertar, ou não, deste estará condicionado à percepção, identificação e desenvolvimento dos novos padrões das ciências e da humanidade.

"Aquele que vigia, modestamente, algumas ovelhas sob as estrelas, se tem consciência do seu papel, descobre que não é apenas, um servidor. É uma sentinela.

E cada sentinela é responsável por todo o Império."

Saint-Exupéry in Terre des Hommes

S onhador, místico, visionário, "idealista", fora-da-realidade, qualquer um destes adjetivos, e muitos outros usados com entonação pejorativa, serviriam para, maniqueisticamente, ser colocado na caixeta² de quem, poucos anos atrás, se

atravesse a propor uma ampliação do método de análise cartesiano para estudos-de-situação, ou, pior ainda, tentar acrescer, ao método científico, quaisquer outros ingredientes que não os da dedução matemática e da indução. E isto muitos anos após as teorias de Albert Einstein do início do século terem derrubado alguns conceitos mecanicistas... mesmo após a explosão de conceitos como

* Coronel do Exército.

1. Selecionado pelo PADECEME.

2. Divisórias tipo caixa-postal destinadas, nas escolas militares, para a correspondência individual instrutor-aluno.

teoria dos sistemas, das contingências, reengenharia, modernos conceitos de recursos humanos (RH) e outros que, com roupagem nova ou não, revivem velhos problemas do homem e suas buscas.

A finalidade deste artigo está longe de tentar acrescer qualquer conhecimento aos inúmeros manuais de liderança já existentes e à extensa bibliografia de filósofos e reconhecidos chefes militares sobre liderança militar. Seria por demais pretencioso tentar, também, ensinar liderança a um leitor que se se aventurou a ler motivado pelo título é porque já possui experiência e conhecimentos suficientes sobre o assunto.

Pretende-se apenas, e modestamente, alertar para o momento histórico que estamos vivenciando, sem percebê-lo em sua totalidade, por estarmos imersos e envoltos nos fatos que se sucedem dia-a-dia, cada um deles tão próximo de nós, embora tão ou mais importantes que muitos dos pontos de inflexão da História Geral da Humanidade.

Se, atualmente, apenas pouco mais de 5%³ da comunidade científica mundial reconhece a necessidade de se mudar os paradigmas cartesianos e newtonianos do método científico, muito menos talvez sejam os profissionais militares que exteriorizem admitir incluir no futuro, em seus estudos-de-situação, dados para análise que há 20 anos eram considerados mera especulação de filósofos orientais, de religiões extravagantes ou de algum ocidental alienado pelas drogas, que a religiosidade era mero acessório para reforçar o moral das tropas (ou do próprio) para qualquer comandante militar.

A abordagem global dos problemas e o evitar reducionismos e mecanismos são aceitos teoricamente, mas considerados, ainda, impraticáveis. Abordagem holística ainda corresponde, hoje, em muitos foros, à imagem de um espertalhão enganando desinformados supersticiosos.⁴

A única pretensão deste ensaio é, sem tomar partido, procurar mostrar que novos paradigmas estão se apresentando para o líder militar, como, de resto, para todos os líderes.

Os dois próximos tópicos procurarão delinear, sinteticamente, o macrosistema e seu ambiente circundante, em que estamos inseridos, os quais servirão de lastro para justificar o despertar de novos paradigmas que se avizinham e se consolidam.

A fase da Guerra Fria caracterizou-se, em grande parte, pela carência de líderes mundialmente respeitáveis. Desde 1945, com todo o desenvolvimento da mídia eletrônica, poucos líderes civis e militares conseguiram projeção e respeito mundiais. A percepção, identificação, absorção e desenvolvimento dos novos padrões da ciência e da humanidade é que despertarão, ou não, novos líderes, inclusive militares.

O MACROSSISTEMA MUNDIAL⁵

O reordenamento do sistema mundial, após a falência e colapso do sistema político-econômico-ideológico soviético, caracterizou-se por uma crescente homogeneidade da

3. Avaliação do físico Fritjof Capra, segundo Walter de Souza em *O Novo Paradigma*. Cultura, 1993.

4. O que é plenamente justificável pela recorrência destes fatos.

5. A maior parte deste capítulo está baseada na síntese das aulas iniciais do Prof. Rubens Ricúpero no curso de Pós-graduação em Relações Internacionais da UnB 1994 — *Reordenamento do Sistema Mundial*.

atitude dos líderes políticos dos Estados-nações, mesmo que, algumas vezes, apenas no nível de discurso: democracia representativa, alternância do poder, surgimento de associações e liberdade de imprensa. Essa homogeneidade não garante que o sistema mundial seja pacífico, embora antes se achasse que a heterogeneidade é que gerasse o conflito.

As crescentes universalização e democratização das decisões, após a queda do Muro de Berlim, parecem indicar que a ausência do conflito global esperado não descaracterizou a chamada *Guerra Fria* como um verdadeiro e violento conflito. Estaríamos, portanto, vivendo o 4º período pós-guerra, com todas as implicações, embora diferenciadas, que a História já demonstrou nos 3 primeiros — Revolução Francesa, Primeira e Segunda Guerras Mundiais.

A segunda característica do sistema nascente é o desequilíbrio entre a distribuição do poder estratégico-militar de um lado, e os meios econômico-tecnológico-financeiro-industriais, do outro.

Se, após a Segunda Guerra Mundial, o sistema mundial apresentava-se bipolar, no plano militar, e unipolar, no plano econômico, hoje a situação é *sui generis*:⁶ unipolaridade militar dos EUA e multipolaridade no plano econômico-financeiro.

A superioridade estratégico-militar dos EUA atinge níveis de supremacia, seja no potencial nuclear, nos vetores estratégicos de

lançamento (bombardeiros, mísseis transcontinentais de base terrestre ou em submarinos nucleares de longo curso), em armas convencionais com tecnologia de ponta, seja na capacidade de projeção estratégica do poder militar e de durar na ação.

“A ausência do conflito global esperado após a queda do Muro de Berlim não descaracterizou a chamada Guerra Fria.”

A terceira característica do sistema mundial é a multipolaridade econômica, com o surgimento de, pelo menos, 3 grandes pólos mundiais (EUA, Japão e União Européia) dentro de um movimento de crescente unificação e integração do espaço econômico com produção globalizada, mercados unificados, pelo GATT e outros instrumentos, e os investimentos diretos criando e reforçando esses 3 pólos regionais.

Enquanto a produção globalizada tornar-se cada vez mais difícil encontrar-se economias nacionais, o que gerará conflitos com as decisões do Estado-nação, as ações diplomáticas, a atuação das empresas transnacionais⁷ e das organizações não-governamentais interferirão com poder nunca antes imaginável na opinião pública de países, procurando alterar decisões internas.⁸ Atividades culturais, programas de rádio e TV e aculturação forçada até no vernáculo, conduzirão objetivos políticos e

6. Embora se possa encontrar situações semelhantes no curso da História.

7. Parece claro que, hoje, a expressão multinacional não consegue mais reproduzir a realidade desses conglomerados.

8. Em sete meses de revisão constitucional no Brasil uma das três pequenas alterações aprovadas foi a dupla nacionalidade para brasileiros.

econômicos de países e entidades não nacionais.⁹

Embora a demorada Rodada Uruguai (1988-1994) do GATT,¹⁰ encerrada em 15 de abril de 1994, em Marrocos, tenha mantido o sistema multilateral do comércio, a verdade é que, se a globalização da economia não é problemática para os EUA, os demais "países monstros" (território + população: Brasil, Rússia, China, Índia) perdem, inclusive, a capacidade de ter políticas nacionais do tipo "substituição de importações". O GATT, desde sua fundação, nunca teve tanto poder. A criação da Organização Internacional do Comércio (OIC), da qual o GATT é apenas um acordo, não tinha sido efetivada desde a primeira tentativa, em 1947/1948. A unificação dos mercados, somada à globalização da produção, limitam cada vez mais a área de atuação dos Estados. À medida que escalas, degraus, etapas vão se globalizando, há crescentes pressões para as normas jurídicas irem se homogeneizando. É o que os economistas chamam de "convergência sistêmica". O GATT regulará propriedade intelectual, serviços, agricultura, produtos têxteis, e nenhum país poderá negar (como faz o Brasil) patentes a produtos farmacêuticos.

Diferentemente das grandes civilizações anteriores, o sistema pós-guerra, que agora surge com sua "homogeneidade" política, unipolaridade estratégico-militar e multipolaridade econômica ocorre sem o isolamento que motivou Adam Smith a dizer que os dois maiores eventos da história humana foram o descobrimento das Américas e o do caminho para as Índias.

O AMBIENTE¹¹ QUE ENVOLVE O MACROSSISTEMA — a busca de paradigmas

Se o item anterior procurou mostrar, sinteticamente (e portanto com imprecisões), o quadro mais abrangente do macrossistema mundial, e se Adam Smith está correto, ao afirmar que a atual civilização difere das demais, como a romana, mesopotâmicas, chinesas e mesmo a do clímax do Império britânico, pelo rompimento do isolacionismo que os descobrimentos trouxeram, o que poderia ser mais abrangente, mais amplo e capaz de envolver o macrossistema mundial pós-Guerra Fria já descrito?

Talvez estejamos, exatamente, como os portugueses e os espanhóis do século XVI,

9. Sugiro ao leitor tentar comprar no Barra Shopping (Rio) em qualquer loja uma camiseta com inscrições em português. No caminho de Copacabana à Barra conte quantos empreendimentos (comerciais, edifícios, etc.) têm o nome no idioma pátrio. Experiência que pode ser transplantada para boa parte das cidades brasileiras.

10. General Agreement Trade And Tariffs (Acordo Geral de Comércio e Tarifas).

11. A busca de novos paradigmas é apenas um dos caminhos para se mostrar que existe algo muito mais abrangente que a simples avaliação político-econômico-estratégico-militar-psicossocial do sistema mundial que costumamos fazer, por mais ampla e bem provida de dados que seja. Foi escolhido o caminho da "busca de paradigmas".

Uma outra abordagem muito interessante, mais abrangente e bem mais competente é a de Alvin e Heidi Toffler em *Guerra e Antiguerra* — Record 1994. O exame das armas seletivas não letais, novo papel das Forças Especiais, o PhD de mochilas, os guerreiros do conhecimento e sua crítica *pondo a culpa no fim da Guerra Fria* indica que mesmo que fosse ampliado com dados econômicos, políticos e militares o cenário mostrado no capítulo 2 é apenas um dos universos paralelos que estamos vivendo. Há algo "mais infinito" além do buraco negro.

rompendo, sem saber, um outro isolamento até então desconhecido. Se o império romano, com sua *Pax Romana*, desconhecia a China e as Américas, a sociedade mundial atual talvez esteja novamente isolada pelo desconhecido e prestes a descobrir o "novo mundo". Só que agora o descobrimento não seria apenas o universo físico envolvente, como os mares de então, dominados por desconhecidos dragões. É o desconhecimento de si mesmo como parte de um organismo vivo. Não podemos duvidar que só agora, há poucos anos, um homem observou a Terra externamente.

Por outro lado, a ciência, pela primeira vez, parece não mais competir com a filosofia — esta questionadora daquilo que as ciências não questionam. Nem com as artes, forma de conhecimento virtualmente esquecida pela Academia. Nem com as religiões que, por terem dimensão imaginativa e transcendental, prefiguram saberes que hoje a ciência admite. Nem com as culturas milenares, cuja contribuição sempre foi abandonada. Enquanto as religiões (caminhos) parecem descobrir que diferem apenas na forma exterior e nos ritos, a ciência identifica e comprova o que há pouco eram apenas dogmas aceitáveis pela fé. O método indutivo e dedutivo sofre seus abalos pelas novas descobertas da física subatômica, dos conceitos atuais de energia, tempo e matéria, e pela comprovação dos buracos negros e da possibilidade de universos paralelos.

Realidade virtual, encontros e trocas de experiência entre Ocidente e Oriente, agora

não mais em pequenos portos incrustados em outra civilização, como Hong-Kong e Macao, início de novos períodos cíclicos, cérebro global, yin x yang, tudo pode ser contestado. Descartes passa de herói a vilão, esquecidos que estamos de suas últimas conclusões escritas: a importância que Deus deveria ter para a filosofia científica. Afinal, só nos interessava, à época, o método e ele atendia completamente.

Só não se pode contestar que a Ciência, a Humanidade e suas Instituições estão em crise e na busca de outros paradigmas. Ou que o estudo do *todo* sobrepõe-se, hoje, ao mero estudo e somatório das partes isoladas.

O CARÁTER DINÂMICO E A TRAJETÓRIA DOS LÍDERES

Qualquer estudo sobre liderança reconhece seu caráter dinâmico no tempo e no espaço.¹² É ponto comum também a existência de princípios básicos, qualidades e técnicas que se podem desenvolver ou aprimorar.

O estudo da História Militar, que se confundiu com o da História do Mundo até hoje,¹³ se, por um lado, indica a presença de qualidades permanentes do líder, de Gengis Khan a Caxias ou Churchill, por outro lado vetores mutáveis foram agregando-se ou sendo abandonados, com a evolução moral, cultural e espiritual do ser humano.

12. Pelo menos nos conceitos de tempo e espaço que ainda hoje utilizamos.

13. Visão parcial, setorializada e influenciada pela formação profissional do autor. Economistas e diplomatas, com certeza, discordarão. A verdade possivelmente medeia estes três corporativismos.

A figura 1, de forma esquemática e bastante incompleta, procura, apenas, exemplificar a existência desses vetores mutantes e de características que permanecem da caverna à guerra nas estrelas.

A LIDERANÇA MILITAR ANTES E DURANTE A GUERRA FRIA

Embora a liderança venha sendo estudada desde antes de Sun Tzu, a direção tomada pela Ciência influiu, também, nesses estudos.

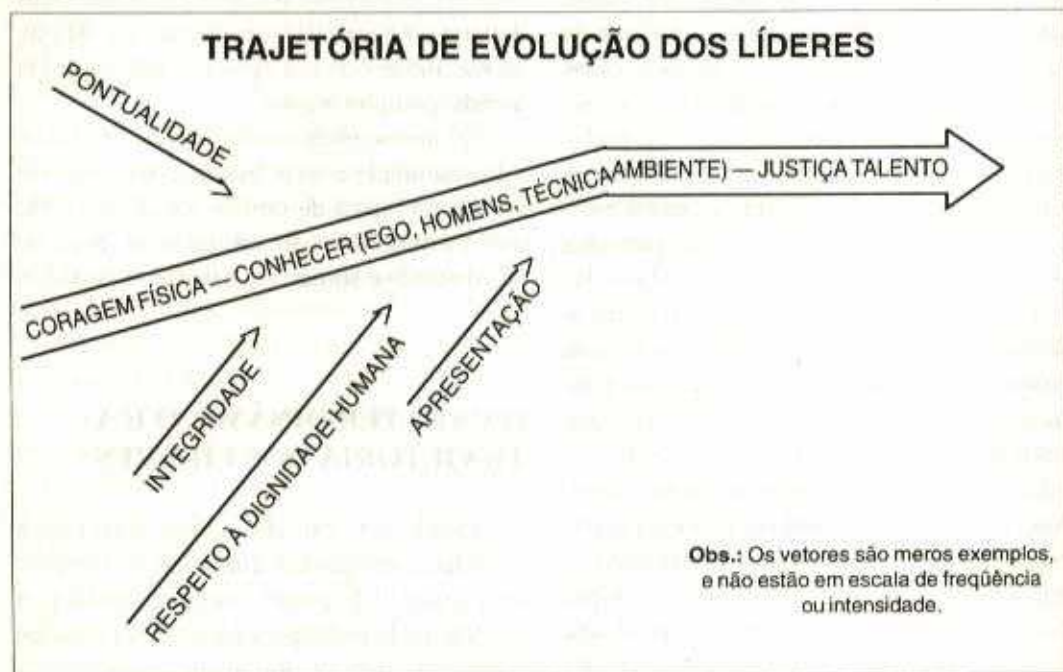


FIGURA 1

Reconhecendo-se a diferença que algumas características do líder acompanharam a história das civilizações isoladas até os dias de hoje e que outras foram agregadas, amortizadas, intensificadas ou abandonadas, podemos supor que, nos grandes pontos de inflexão da História e do desenvolvimento tecnológico, esses vetores passaram a influir mais ou menos intensamente na árvore de trajetória da liderança.

Para se estimar as qualidades previsíveis do líder futuro, seria preciso estudar comparativamente a evolução desde os primórdios, como apenas esquematicamente procurou mostrar-se na figura 1 e no capítulo anterior. Isso para se avaliar quais os vetores, e com que intensidade, repetiram-se como padrões de liderança, bem como com que frequência desapareceram, apareceram ou se mantiveram.

No entanto, os estudos conhecidos¹⁴ abordam normalmente o grau de desenvolvimento da arte de liderar em dado momento, como Sun Tzu, Maquiavel, Liddel Hart, Padre Gaston Courtois, etc. O que não os descaracteriza, entre outros, como preciosas fontes de pesquisa até hoje e no futuro.

O que se pretende aqui é apenas mostrar a necessidade de se desenvolver estudos prospectivos para a imagem virtual do líder do futuro, necessária para as escolas de formação de líderes, e não tentar corrigir autores e manuais consagrados.

Sem conseguir fugir desta abordagem não-sistêmica e mecanicista, procurou-se, no Quadro apresentado no Anexo, um resumo-tentativa sintetizando qualidades e princípios inerentes ao líder militar, pesquisados em vários autores, chefes militares, professores e padres. Pesquisa feita durante muitos anos, conseguiu apenas abarcar o período das Primeira e Segunda Guerras Mundiais, Coréia, Vietnam e Guerra Fria, embora tenham sido coletados alguns períodos anteriores.

A lista apresentada é discreta e não pretende esgotar o assunto. Nem poderia. Serve apenas como referencial para uma

futura tentativa de se estimar, com certa imprecisão, pois não é completa, as qualidades dos futuros líderes.

Serve também para mostrar que a aceitação e busca de novos paradigmas cresce em proporção geométrica. Em 1950, qualquer livro ginásial de Geografia ou História ensinava, com certo tom de indisfarçável superioridade, que os indígenas brasileiros "adoravam" o sol e a lua.

Tínhamos pena por seu grande atraso cultural e espiritual. Quarenta anos depois, eles são agora, também exageradamente, exaltados pela mesma civilização, por sua avançada visão ecológica e compreensão atual da Terra como Goya.¹⁵ Isto num mesmo país e num período tão pequeno de tempo.

O Quadro apresentado no Anexo, portanto, é, apesar de fruto de demorada pesquisa em autores renomados, apenas um referencial que precisa ser completado para se propor uma estimativa. Seria preciso aprofundar, principalmente, o período da Idade Média e da Antiguidade, para se pretender uma prospectiva confiável. Também outro ponto para o qual se pede a compreensão do leitor é que a síntese e a generalização pecam pela imprecisão e não consi-

14. Segundo Jarbas Gonçalves Passarinho in *Liderança Militar* — Biblex 1987 — ao citar Arthur Jones (A Educação dos Líderes), relata a experiência de Zimmerman que, com trato estatístico, teria reduzido as qualidades mais citadas segundo a seguinte expressão: Coragem — 30%; Visão — 26%; Iniciativa — 16%; Discernimento — 14%; Personalidade — 14%; Liberalidade — 14%; Cultura — 12%; Autoconfiança — 10%; Simpatia — 10%; Energia — 10%; Sinceridade — 10%.

Passarinho, em seu livro, critica o tratamento dado ao levantamento estatístico dessas qualidades. Parece realmente que não se pode dar um tratamento tão matemático a assunto subjetivo e social. Ou melhor, o "trato científico" deverá considerar os novos paradigmas do método científico, citados superficialmente no capítulo 3.

15. Goya — deusa grega, nascida do caos original, gerou os Titãs, precursores dos deuses olímpicos, e passou a ser venerada como a grande Mãe.

deram os diversos níveis político-estratégico-táticos que valorizam, mais ou menos, uma ou outra qualidade e princípio.¹⁶ A generalização desconsidera, também, as idiosincrasias, cultura e experiências históricas de cada povo.

Explicadas as grandes limitações, riscos e o objetivo apenas motivador de estudos mais abrangentes, passemos, no tópico seguinte, às qualidades mais destacadas por filósofos, chefes militares, estudiosos, professores e padres.

A FASE ATUAL — O PÓS-GUERRA FRIA

Se o fim da Guerra Fria (ou interrupção?) é realmente um ponto de inflexão da História e não o seu fim, como admitem alguns intérpretes de Francis Fukuyama,¹⁷ quais são os tipos de conflitos previsíveis? E que tipo de líder se precisa para "armado e preparado pela sociedade, para o exercício cívico da violência",¹⁸ em nome e na dosagem estabelecida por esta mesma sociedade organizada?

Fukuyama não admite a possibilidade de nova *Guerra Santa*, agora uma evangelização invertida para converter o mundo herege e "instalar o governo islâmico universal", advogada e prevista no Livro Verde de

Khomeini, com a união de xiitas, sunitas e Estados islâmicos.

Poderão as diferentes interpretações do que seja a economia de mercado no Ocidente e Oriente, no Norte e no Sul, provocar os futuros conflitos? A homogeneidade política atrás considerada parece realmente que fica somente no nível de discurso e no desejo nato da potência hegemônica de hoje. Visa a obter a estabilidade interna, o apoio externo e as benesses financeiras dos organismos econômicos multilaterais de voto ponderado.

Nacionalismos emergentes, migrações em massa, tráfico internacional de drogas e armas, crescimentos demográficos explosivos em áreas miseráveis, refugiados, crise moral e de governabilidade do Estado e das instituições em várias regiões do planeta, proliferação e sucateamento de arsenais de destruição maciça mas de difícil manutenção e atualização, possibilidade de pulverização de micro-Estados-nação até em plataformas flutuantes nos oceanos, substituição do conflito ideológico por tentativas de se quebrar a insustentável supremacia da *Pax Americana*, com nações ou grupos de nações procurando alterar a atual unipolaridade militar?

Aceitarão passivamente as Forças Armadas de todo o planeta serem transformadas em poderosas milícias, como forças auxiliares de um poder de polícia unificado sob a égide

16. Propositadamente, para manter a origem dos autores consultados, não houve preocupação neste trabalho em separar os conceitos de princípio e qualidade.

17. Francis Fukuyama, em seu livro *O fim da História*, adverte para o fim da história do "conflito de idéias". O modelo definitivo, após o debate soviético, seria o modelo da economia de mercado e da Democracia. Nem o fundamentalismo islâmico abalaria este novo sistema. Outros intérpretes admitem que Fukuyama não foi bem compreendido, o que torna polêmico o autor.

18. Expressão do General Benedito Onofre Bezerra Leonel, Chefe do Estado-Maior do Exército, para definir o militar.

da macropotência? Ressurgirá a Rússia com sua tradição expansionista, após o malogro de sua ideologia superada e afogada pela economia centralizada? Caso positivo, utilizará, novamente, uma ideologia maquiada e adaptada para identificar-se com os países do Sul? Caso isto não aconteça, o que sucederá, com o possível esfacelamento da aliança atlântica, na ausência de um inimigo, mesmo presumido, que justifique e confirme a "teoria das alianças"? Com tantas perguntas sem resposta, fica difícil estabelecer o perfil do líder militar que se deseja no pós-Guerra Fria. A única certeza é a incerteza, como disse o General Collin Powel. Uma missão humanitária, ou de simples distribuição de alimentos, pode, em horas, transformar-se em operações contraguerrilha e uma operação para assegurar neutralidade, missão de paz da ONU, pode converter-se num gigantesco conflito localizado. Portanto, a flexibilidade da tropa e do líder são fundamentais, pois a ação equivocada de um graduado, comandante de pequena fração, em horas estará nas telas do mundo inteiro.

Uma resposta bastante abrangente, oportuna e precisa, neste cenário de total incerteza, é a do Major-General Stofft, comandante do USA Army War College. Perguntado sobre quais as qualidades de liderança que julgava fundamentais no ambiente da "Nova Ordem Internacional", respondeu:¹⁹

"O chefe militar, neste período, deverá ser, em primeiro lugar, cidadão, com arraigadas ligações com a nacionalidade. Deverá ser um gênio, abnegado, com mente aberta e inquisitiva, estudioso, corajoso e ousado. Os ousados sempre têm sorte — provérbio dinamarquês. Deverá ainda ter determinação, ser resoluto e tenaz. A tenacidade é a qualidade imperial."

"Uma missão humanitária pode, em horas, transformar-se em operações contraguerrilha e uma missão de paz da ONU pode converter-se num gigantesco conflito localizado."

A brilhante resposta do General Stofft, feita de improviso, por certo não esgota o assunto, embora, sem dúvida, seja uma excelente primeira aproximação do problema.

A reconhecida capacidade de adaptação do homem brasileiro, provada nos Apeninos em 1944, é, sem dúvida, ao mesmo tempo vantagem e desvantagem. Vantagem, pela facilidade de absorver a rápida mudança dos cenários. Desvantagem, pela excessiva confiança que gera o descuido com problema de tão grande relevância profissional.

O tópico final é apenas uma tentativa de se alertar que a indefinição de cenário não pode ser justificativa para se aguardar o clarear. É preciso estudar, pesquisar, inovar, ousar.

19. Pergunta feita no dia 27 de outubro de 1993 quando em visita ao Estado-Maior do Exército no Brasil. A resposta pode conter algumas incorreções por ter sido anotada durante a tradução simultânea.

NOVOS PARADIGMAS — Sociedade Sinérgica ou Assincrônica?

A busca de novos paradigmas pela humanidade e pela própria Ciência, a crise moral da família e da sociedade, a violência crescente, muitas vezes sem aparentes causas justificantes, e o cenário indefinido do tópico anterior causam, como não poderia deixar de ser, o surgimento de estimativas as mais extremadas. Segundo o físico Peter Russel, o mundo estaria aproximando-se de ter 10^{10} habitantes, o que equivaleria à mesma potência do número de células nervosas do córtex humano, responsável pela faculdade de pensamento consciente, o que seria uma das condições (as outras seriam a organização e a interconexidade) para se chegar a um cérebro planetário, mais ou menos organizado. Ficção ou não, o fato é que as inovações de toda ordem já estão acontecendo em anos, e até meses, e pode-se supor que chegariam a acontecer em semanas.

Caminha a sociedade mundial, qualquer que seja o poder ou área de atuação reservada ao Estado-nação, para uma sociedade

sinérgica, ou para uma sociedade francamente assincrônica, com o Estado sitiado por grupos poderosos armados que o intimidam? Neste caso, alguns dos vetores da liderança, como bondade e sinceridade, continuarão a ser importantes na evolução ou involução da árvore de trajetória da figura 1, ou serão abandonados, como na antiguidade da arte militar?

Uma visão bem mais otimista e mais provável, embora não imediata, indica a incorporação de outras qualidades próprias da evolução social e espiritual do ser humano.

O que se sabe é que algumas qualidades de liderança que permeiam períodos de centenas de anos parecendo ser constantes são, na verdade, variáveis. Outras, como a coragem e a justiça, são constantes em toda a trajetória.

Finalmente, no caso de uma sociedade mais ou menos sinérgica, terá a segurança ou a expressão militar do poder participação mais discreta na História do que até agora exerceu, como estimam analistas, diplomatas e economistas?²⁰ Ou será mais real a visão de Alvin e Heidi Toffler em seu livro *Guerra e Antiguerra*?

20. A resposta a esta pergunta não pode ser dada por um analista militar, por mais imparcial que procure ser. Mas é conveniente lembrar que esta atual tendência é uma repetição do que já ocorreu há cerca de 100 anos. Segundo J. F. C. Fuller em seu livro *A Conduta da Guerra — de 1789 aos nossos dias*, Bibliex 1960, quando cita I. S. Bloch, banqueiro polonês, autor de *A Guerra do Futuro e suas Relações Técnicas, Econômicas e Políticas* (1897), e *A Guerra é Impossível?* (1899), Bloch afirma "... cada nação era uma unidade mais ou menos homogênea, autônoma, independente... Tudo isso se modificou... A cada ano que passa a interdependência das nações para as necessidades da vida é maior do que nunca. Consequentemente, a primeira coisa que a guerra faria seria privar as potências que as promoveram de todas as oportunidades de beneficiarem-se com os produtos das nações contra as quais estão em luta" ... e acrescenta "o soldado declina e o economista ascende. Não há dúvida a respeito disso. A humanidade ultrapassou o estágio em que a guerra não pode mais ser considerada como uma possível Corte de Apelação". A respeito das modernas armas dizia: "O sinal exterior e visível do fim da guerra foi a adoção do fuzil de repetição... O soldado por evolução natural, aperfeiçoou de tal maneira o mecanismo de matar, que assegurou sua própria extinção".

Bloch era de opinião que, numa guerra entre a Dupla e a Tríplex Aliança, "haveria 10 milhões de homens em armas" e o comando seria impossível. As batalhas durariam cada vez mais e seriam cada vez mais onerosas. Uma guerra custaria, no mínimo, quatro milhões de dólares por dia. A cavalaria seria inútil e a época da baioneta tinha

Qualquer que seja o caminho trilhado pela humanidade, é preciso considerar, no caso do Brasil, que convivemos, simultaneamente, com as três ondas de Toffler: a agrária, a industrial e a do conhecimento; esta bem mais restrita e incipiente.

“Como a Ciência, a arte militar, para cumprir inusitadas e imprevisíveis missões, incorporará, ainda mais, o auxílio da filosofia, das religiões e das artes.”

As citações assistemáticas contidas no Quadro do Anexo, requerem um aprofundamento de pesquisa sobre quais os novos parâmetros requeridos para o chefe militar do futuro, devem, desde já, serem cultivados nas escolas de formação de líderes. Sem dúvida, boa parte daquelas qualidades permanecerá. Nunca é demais realçar que

coragem, justiça, exemplo e conhecer foram as qualidades mais permanentes na história dos líderes. Os novos vetores, além dos já citados, poderiam ser, entre outros, a flexibilidade, a capacidade de adaptar-se a novas situações, a convicção democrática arraigada, profunda noção do ambiente e da realidade mutantes, estreita vinculação com a nação, tenacidade, mente inquisitiva e, por paradoxal que possa parecer, capacidade de amar e compreender, para administrar, organizar e conviver no, e com, o caos.

Como a Ciência, a arte militar, para cumprir inusitadas e imprevisíveis missões, incorporará, ainda mais, o auxílio da filosofia, das religiões e das artes. Sem dúvida, os sentidos de previdência e de realidade e a fé na missão de Caxias e do Padre Gaston Courtous (veja Quadro I, anexo) encontrarão muitos outros defensores no futuro. E essas qualidades, ou princípios, serão agora, e no futuro, atributos espirituais.

passado. Para demonstrar sua teoria, I. S. Bloch descreve uma guerra estática absurda de milhões de homens. O grande mérito de Bloch foi descrever com perfeição os teatros-de-operações da Primeira Guerra Mundial. Na chamada “guerra para acabar com todas as guerras” morreram cerca de 8,5 milhões de pessoas.

O único soldado de renome de que se tem notícia haver se disposto a criticar os pontos de vista de Bloch foi o velho General Dragamirovi, veterano da Guerra Russo-Turca. Condenou-os porque deixaram de demonstrar que a baioneta era ainda o supremo recurso.

Depois do velho general, duas guerras mundiais ocorreram. Sem contar Coreia, Vietnam, Oriente Médio...

Mas as frases acima grifadas parecem-se muito com as atuais do pós-Guerra Fria.

Anexo. Qualidades de Liderança antes e durante Guerra Fria (1) e (2)

Simbologia: (A) Qualidade enfatizado pelo citado.

(B) Qualidade atribuído ao citado pelo biógrafo

1. DIGNIDADE	Gen Div SEVERINO JOSÉ DA COSTA JÚNIOR (A) Gen ARIEL PACCA DA FONSECA (A) Gen ATHOS CEZAR BATISTA TEIXEIRA (A) Ten Cel GERMANO SEIDL VIDAL (A) Major C.A. BACH - 1917 (EUA) (A) (3) Cel AUDERICO FERREIRA DA SILVA - FEB (B)	3. INICIATIVA	OSÓRIO (B) Gen ATHOS (A) Ten Cel SEIDL (A) Padre COURTOIS (A) PASSARINHO (A) C 20-10 (1961) - I P 20-10 (1991) Pesquisa ZIMMERMAN (16%)
2. CORAGEM FÍSICA E MORAL	Gen SEVERINO (A) (B) - Major BACH (A) DUQUE DE CAXIAS (B) - OSÓRIO (B) - SAMPAIO (B) - SUN TZU (CHINA) (A) - NAPOLEÃO (B) Gen GEORGE S. PATTON JR. (EUA) (B) - Gen ATHOS (A) - Ten Cel SEIDL (A) - Gen ARIEL (A) - Cel BRASIL GUARANI ARRUDA in "Chefia e Liderança na FEB" - Def Nac (A) - Gen ERNANI AYROSA DA SILVA (A) (B) - Gen STAFFT Cmt US Army War COLLEGE - (EUA) (A) - Mai HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO (B) Cel AUDERICO (B) Cel SERÔA DA MOTA (B) JARBAS G. PASSARINHO (A) OTTO SKOZENY (AL) (A) (B) - Gen JAMES M. GAVIN (EUA) - (A) (B) MA-NUAL "Princípios de Chefia" - (C 20-10) - Ed 1961 - I P 20-10 Ed 1991 - ERWIN ROMMEL (AL) - (B) Pesquisa ZIMMERMAN (4) (30%) Pesquisa STOUFFER (5) e outros - (EUA) (31%)	4. TALENTO	CLAUSEWITZ (B) Gen AYROSA (A) CAXIAS (B)
		5. EXEMPLO	CAXIAS (B) - OSÓRIO (B) SAMPAIO (B) Gen SEVERINO (A) (B) - ANÍBAL BARCA (B) Ma-rechal MASCARENHAS DE MORAIS (B) Padre GASTON COURTOIS (A) - Gen ARIEL (A) Major BACH (A) - Gen ATHOS (A) - Ten Cel SEIDL (A) TC LEBAUD (França) (A) - Gen AYROSA (A) - Gen LEONEL (A) - Mai ERWIN ROMMEL (B) Gen GAVIN (A) (B) - Cel AUDERICO (B) Pesquisa do Exército Israel - 1967 (6) Pes-quisa - STOUFFER (31%) Mai CASTELO BRANCO (B) Cel HUMBERTO DA SILVA GUEDES (B) Cel Inf SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETTO
		<p>"É fácil a missão de coman- dar homens livres. Basta mostrar-lhes o caminho do dever. O nosso caminho está ali em frente." Mai OSÓRIO - 1866</p> <p>"Alferes, este é o terceiro." Brigadeiro SAMPAIO ao mensageiro de OSÓRIO re- portando-se a seus dois ferimentos em combate.</p>	

6. CONHECER { • ego • seus homens • profissão • ambiente • realidade }	CAXIAS (B) - OSÓRIO (B) - SAMPAIO (B) - Major BACH (A) - LIDDEL HART (INGLATERRA) (A) - NAPOLEÃO BONAPARTE (B) - SUN TZU (A) - Gen ARIEL (A) - Padre GASTON COURTOIS (A) - Marechal - de-Campo Conde HELMUTH VON MOLTKE (A) 1800-1891 (B) - Cel S.L.A. MARSHALL (EUA) (A) Ten Cel SEIDL (A) Pesquisista STOUFFER C 20-10 (1961) EISENHOWER (B) (SEGUNDO O. GRADLEY)	9. LEALDADE 10. FORÇA MORAL	Gen ARIEL (A) - Gen. BRADLEY (A) - SUN TZU (A) Gen SEBASTIÃO R. CASTRO (A) C - 20-10 (1961) Gen SEVERINO (A) (B) Major BACH (A) Ten Cel SEIDL (A) Gen ATHOS (A) Gen CHARLES DE GAULLE (FR) - (B) Obs: Citada como qualidade por dois dos citados.
7. AMOR A VERDADE	Gen SEVERINO (A) (B) Gen ARIEL (A)	11. AUTO CONTROLE	Gen SEVERINO (A) (B) Major BACH (A) Gen ATHOS (A) Ten Cel SAIDL (A) Padre COURTOIS (A) Gen SEBASTIÃO R. CASTRO (A) EISENHOWER (A)
8. JUSTIÇA	SUN TZU (A) CAXIAS (B) Gen SEVERINO (A) (B) Gen Ex DÉCIO PALMEIRA ESCOBAR (A) Gen Ex BENEDITO ONOFRE BEZERRA LEONEL (A) Gen Ex (EUA) OMAR BRADLEY (A) Major BACH (A) Gen ATHOS (A) Ten Cel SEIDL (A) Padre GASTON COURTOIS (FR) (A) Gen Ex SEBASTIÃO RAMOS DE CASTRO (A) Gen AYROSA (A) Cel BRASIL (A) Prof WAGNER ESTELITA CAMPOS (A) (07) C 20-10 (1961)	12. SABER FALAR	MAJOR BACH (A) Gen ATHOS (A) Ten Cel SEIDL (A) Cel S.L.A. MARSHALL (EUA) - (A) SUN TZU (A)
* Justiça é tratar desigualdade os desiguais, na justa medida de sua desigualdade. Gen LEONEL Chefe do Estado Major Exército		13. VIGOR FÍSICO E MENTAL	Gen ARIEL (A) Major BACH (A) Gen ATHOS (A) Ten Cel SEIDL (A) ALEXANDRE MAGNO (B)

14. ESPÍRITO DE SACRIFÍCIO	Gen ATHOS (A) Ten Cel SEIDL (A) ANÍBAL BARÇA (A) (CARTAGO) ALEXANDRE MAGNO (B) (Macedônia - Pérsia) Brigadeiro SAMPAIO (B) Maj BACH (A)	18. BOM HUMOR SIMPATIA (C 20-10)	Prof WAGNER ESTELITA CAMPOS (A) JARBAS GONÇALVES PASSARINHO (A) (B) OSÓRIO (B) Cel BRASIL (A) Cel AMÉRICA (A) (B) Cel SERÔA DA MOTA (B) Gen MEDICI (B) EISENHOWER (B) C 20-10 (1961) Pesquisa ZIMMERMAN (10%) Pesquisa STOUFFER
15. APRESENTAÇÃO	CAIO JÚLIO CESAR (B) CAXIAS (B) Gen ARIEL (B) C 20-10 (1961)	19. BONDADE	Padre COURTOIS (A) (cita também Benevolência de Espírito) CAXIAS (B) Gen SEVERINO (A) (B) SUN TZU (A) Gen AYROSA (A) Juramento do Soldado (Exército Brasileiro)
16. PONTUALIDADE	Gen ARIEL (A)	20. FORÇA DE VONTADE	Gen ARIEL (A)
17. COMPETÊNCIA	Gen DÉCIO PALMEIRA ESCOBAR (A) CAXIAS (B) Prof WAGNER ESTELITA CAMPOS (A) Padre COURTOIS (A) Ten Cel SEIDL (A) Maj MASCARENHAS DE MORAIS (B) Maj CASTELO BRANCO (B) I P - 20-10 (1991)	21. ENTUSIASMO	OSÓRIO (B) Gen DÉCIO PALMEIRA ESCOBAR (A) Ten Cel SEIDL (A) C 20-10 Gen SEBASTIÃO R. CASTRO (A)

22. DISCIPLINA	Gen SEVERINO (A) (B) Gen Ex (EUA) GEORGE S. PATTON JR. (A) Padre COURTOIS (FR) (A) SUN TZU (CH) (A) SAMPAIO (B) Gen Ex OMAR BRADLEY (A) Cel OTTO SKORZENY (B) I P 20-10 (1991)	26. DEDICAÇÃO	Gen SEVERINO (A) (B) Gen JOÃO F. M. COUTO (A) Padre COURTOIS (A) Ten Cel SEIDL (A) JOSEPH CONRADO (A) (The Mirror of the Sea - Dent Coll ED PP 29/30) EISENHOWER (B) (Segundo O. Bradley)
<p>"Só há uma espécie de disciplina, a disciplina na perfeita. Aquele que não exige e mantém a disciplina é um assassino em potencial." Gen PATTON (EUA)</p> <p>Sobre dedicação integral: "... Finalmente teréis que dar até vosso dinheiro. Teréis frequentemente que gastar de vossas reservas para conservar a saúde e o bem-estar de vossos homens, ou para assisti-los quando em dificuldades. Geralmente teréis vosso dinheiro de volta. Muito raramente teréis que carregá-los no título 'Despesas Diversas'." Major C.A. BACH (Fort Sheridan 1917)</p>			
23. HONESTIDADE	Gen SEVERINO (A) (B) Gen DECIO (A) Ten Cel SEIDL (A) Prof WAGNER ESTELITA CAMPOS (A) SUN TZU (A) CAXIAS (B)	27. INTELIGÊNCIA	Gen COUTO (A) Ten Cel SEIDL (A) Pesquisa ZIMMERMAN (28%)
24. PATERNALISMO (no sentido positivo da palavra)	Major BACH (A) Gen ATHOS (A) Ten Cel SEIDL (A) Gen SEVERINO (B)	28. ESPÍRITO DE DECISÃO (DECISÃO)	SUN TZU (A) Padre COURTOIS (A) Ten Cel SEIDL (A) Major BACH (A) Gen ATHOS (A) Gen GARRASTAZU MÉDICI (B) PASSARINHO (A) C 20-10 (1981) I P 20-10 (1991)
25. ENERGIA	Gen SEVERINO (A) (B) Gen JOAO FRANCISCO MOUREIRA COUTO (A) Ten Cel SEIDL (A) PASSARINHO (A) Padre COURTOIS (A) Pesquisa ZIMMERMAN (10%) - C 20-10	29. PONDERAÇÃO	Major BACH (A) Gen ATHOS (A) Ten Cel SEIDL (A)
		30. ATTITUDE MENTAL	Ten ATHOS (A) Obs: Gen OMAR BRADLEY (EUA) chama de "OTIMISMO" e atribui a qualidade a ERWIN ROMMEL (B) Gen OMAR BRADLEY (A)

31. INTEGRIDADE	CAXIAS (B) "Chefia e Liderança - Brasileiros na campanha da ITALIA" - BRASIL GUARANI ARUDA Def Nac (A) PASSARINHO (A) C 20-10	36. ESPÍRITO MILITAR	Gen SEVERINO (B) Gen ARIEL (A)
32. HUMILDADE	SAMPAIO (B) MOLTKE (AL) (B) SUN TZU (A) Padre COURTOIS (A) Cel HÉLIO DE MOURA (FEB) (B) Cel HELCIO ALVES DE SOUZA (B) Obs: OMAR BRADLEY utiliza "MODESTIA" e atribui a EISENHOWER (B)	37. CAMARADA Gen SADIA	Gen ARIEL (A) Cel S.L.A. MARSHALL (A) (EUA) - "Homens ou Fogo" Biblex 1959 OSÓRIO (B) MONTGOMERY (B) I P - 20-10 (1991) Pesquisa STOUFFER (5%)
33. ASSIDUIDADE	Gen ARIEL (A) Gen SEVERINO (A) (B)	38. FÉ NA MISSÃO	Padre COURTOIS (A) OSÓRIO (B)
34. SINCERIDADE	OSÓRIO (B) SUN TZU (A) Gen ARIEL (A) Gen SEVERINO (A) (B) Marechal MONTGOMERY (INGLATERRA) (B) Pesquisa ZIMMERMAN (10%)	39. SENSO DE AUTORIDADE	Padre COURTOIS (A) Gen SEVERINO (A) (B)
35. FRANQUEZA	Gen ARIEL (A) Gen SEBASTIÃO A. CASTRO (A) OSÓRIO (B) Gen SEVERINO (B) EISENHOWER (B) (segundo O. BRADLEY) Pesquisa STOUFFER	40. SENTIDO DE REALIDADE	PADRE COURTOIS (A) CAXIAS (B)
		41. ESPÍRITO DE PREVIDÊNCIA	Padre COURTOIS (A) CAXIAS (B) Gen BITTENCOURT (B)
		42. RESPEITO À DIGNIDADE HUMANA	CAXIAS (B) OSÓRIO (B) Padre COURTOIS (B)

43. FIRMEZA	Padre COURTOIS Obs: Citado pelo autor como qualidade, separadamente de ENERGIA	50. SORTE (COMPETÊNCIA + OPORTUNIDADE)	Gen BRADLEY (A) Cel AMÉRICO (A) Gen Ex FERNANDO VALENTE PAMPLONA (A) Gen GAVIN (B) Gen GARRASTAZU MEDICI (B)
44. ZELO PELO PREPARO PRÓPRIO	Gen ARIEL (A)	51. VISÃO POLÍTICA PROSPECTIVA (P/S OBJ. POLÍTICOS DA GUERRA E DO PÓS-GUERRA)	CAXIAS (B) CHURCHILL (B) STALIN (B) PATTON (B) Maj. CASTELO BRANCO (B)
45. RESPONSABILIDADE	Gen ARIEL (A) Gen SEBASTIÃO R. CASTRO (A) C 20-10 (1961) IP 20-10 (1991) Obs: Gen LEONEL enfatiza a "Responsabilidade Funcional" não atribuindo ao escalão superior, e assumindo, as decisões impopulares.	<p>Sobre a tendência atual de se cuidar apenas do preparo intelectual, julgando-se que coisas simples e corriqueiras como as meias de um soldado, não são assunto para o "elevado nível intelectual" do chefe militar:</p> <p>"Não fiquem 'AMARRADOS' às suas mesas; Façam os homens secarem suas meias e roupas. Muitos se abandonados a si mesmos, deitam-se com as roupas molhadas. Estive na linha de frente outro dia e um comandante de regimento me disse que não sabia o que fazer para secar as roupas de seus homens. Ao me dizer isto, encontramos-nos numa sala tão quente que daria para secar toda roupa de seu regimento em duas horas.</p> <p>Chamei sua atenção para este fato e disse-lhe também que há sempre um modo de se fazer as coisas quando se tem disposição e 'CABEÇA' para se querer fazê-las." (2ª GUERRA MUNDIAL Transcrito da ambientação do Cmt do 2º Corpo de Exército (EUA) no TOÁFRICA do NORTE para seu EM) Gen GEORGES. PATTON JR.</p>	
46. TENACIDADE	Gen STAFFT (EUA) (A) C 20-10 (1961) SAMPAIO (B)	<p>SOBRE A CRIAÇÃO DA "ALMA DA FRAÇÃO":</p> <p>"Soldados são muito parecidos com crianças. Deveis estar mais preocupados com o conforto deles que com o vosso próprio. Deveis ver que eles tenham a alimentação antes de pensardes na vossa. Deveis ver que eles tenham uma cama tão boa quanto for possível, antes mesmo de saber onde ides dormir. Deveis zelar pela saúde deles e evitar esforços inúteis para não desperdiçar-lhes as forças. E fazendo tudo isto estareis dando vida a uma coisa que de outro modo seria apenas uma máquina. Estareis criando uma alma em vossa unidade..."</p> <p>...E o Espírito de Corpo."</p> <p>Major C.A. BACH (Fort SHERIDAN - 1917)</p>	
47. TATO	C 20-10 PASSARINHO (A) Gen O. BRADLEY (A) Gen EISENHOWER (B)		
48. DETERMINAÇÃO	WINSTON CHURCHILL (B) SAMPAIO (B) Gen STAFFT (EUA) (A) Gen JAMES M. GAVIN (EUA) (A) (B)		
49. CULTURA	CAXIAS (B) CESAR (B) ALEXANDRE (B) SUN TZU (A) LIDDEL HART (A) PATTON (Artes, História) CARLOS DE MEIRA MATOS (FEB)		

Observações:

- (1) Este quadro enumera as qualidades mais citadas, procurando evitar um tratamento estatístico, bem como deixando ao leitor a hierarquização ou emissão de juízo de valor de cada autor, independente de sua importância histórica ou hierárquica. Propositadamente, também, algumas qualidades que poderiam ter sido reunidas em uma só, não o foram para manter a ideia original de cada autor.
Como a coleta foi feita após a 2ª Guerra Mundial e até o final da Guerra Fria, grande parte dos autores refere-se a experiências deste período, embora tenham sido coletadas experiências anteriores (1ª Guerra Mundial etc). O levantamento sofre também influências da facilidade de se obter dados de autores brasileiros, americanos, franceses, ingleses, alemães e chineses e distorce pela eliminação de culturas e experiências importantes e não avaliadas.
- (2) A maioria das qualidades listadas foram enfatizadas em bibliografia das próprias pessoas citadas (letra A). Em alguns casos, como os grandes capitães da antiguidade, foram qualidades a eles atribuídas por seus biógrafos (letra B). Nestes casos, a atribuição foi assistemática, não representando, necessariamente, uma análise global de todas suas principais características. As citações não obedecem ordem de importância do citado.
- (3) O então Major C.A. BACH escreveu o discurso "Comandar", proferido como últimas palavras aos oficiais que se formavam no 2º Campo de Instrução - Fort SHERIDAN em 1917. Seu discurso teria sido mandado reeditar pelo Senado dos EUA em 1942, para ser distribuído ao Exército.
- (4) Pesquisa ZIMMERMAN - ver Obs (13) no texto
- (5) Pesquisa STOUFFER - realizada no TO do Mediterrâneo em 1994 com homens da Infantaria (EUA)
- (6) Citado por ANTHONY KELLET in "Motivação para o Combate" - Biblix. São citadas também outras pesquisas canadenses, americanas (1ª e 2ª Guerras Mundiais e Vietnam) - Nas pesquisas canadenses realça a ocorrência coincidente de vários líderes com a prática desportiva voluntária.

2.511 dos 5.000 consultados apontaram as seguintes qualidades que esperam de seu chefe:

- COMPETÊNCIA
- BOM HUMOR
- ESPÍRITO DE JUSTIÇA
- HONESTIDADE

(Pesquisa do Prof. WAGNER ESTELITA CAMPOS entre Funcionários Cívicos)

BIBLIOGRAFIA

- AGOSTINHO, Santo. *As Confissões*. Ediouro.
- ARRUDA, Brasilguarany. *Chefia e Liderança — Brasileiros na Campanha da Itália*. Revista Defesa Nacional.
- BACH, Major C. A. *Comandar* — Forte Sheridan, 1917. Reeditado em 1942 pelo Senado dos EUA.
- BERVIAN, P. A. e A. L. Cervo — *Metodologia Científica*. Mc Graw-Hill, 1983.
- BONHEUR, Gaston. *Napoleão — O Retrato do Homem*. Bibliex, 1982.
- BRADLEY, Omar. *História de um Soldado*.
- CAMINHA, J. C. Gonçalves, Vice-almirante. *Delineamentos da Estratégia*.
- CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação*. Cultrix, 1982.
- CASTRO, Sebastião Ramos de. *A Responsabilidade de Comandar*. Revista Defesa Nacional.
- COUTO, João Francisco Moreira. *Ordem do Dia aos Novos Aspirantes*. 18 de dezembro de 1965, AMAN.
- COVEY, Stephen R. *Os 7 Hábitos das Pessoas Muito Eficazes*.
- C20-10. PRINCÍPIOS DE CHEFIA. *Manual de Campanha*, Ed. 1961.
- CHURCHILL, Winston. *Minha Mocidade*. Nova Fronteira.
- CLEARY, Thomas. *A Arte da Liderança*. Ensinaamentos ZEN. Ed. Siciliano, 1993.
- COURTOIS, Gaston. *A Arte de Ser Chefe*. Bibliex.
- DUARTE, Gen Paulo de Queiroz. *Sampaio*. Bibliex.
- EINSTEIN, Albert. *Como Vejo o Mundo*. Nova Fronteira.
- FONSECA, Ariel Pacca da. *Aula Inaugural da EsAO e ECEME*. 25 de fevereiro de 1977.
- FUKUYAMA, Francis. *Democratization and International Security*.
- FULLER, J.F.C. *A Conduta da Guerra*. Bibliex, 1966.
- GAULLE, General Charles. *Memórias de Guerra*. Bibliex.
- GAVIN, James M. *Até Berlim*. Bibliex.
- HOCKLEY, Antony Farrar. *Market Garden — Pará-quedistas em Ação*. Renes, 1977.
- HOCKLEY, A. H. Farrar. *Para-quedistas Alemães — A Supertropa*. Renes, 1975.
- HERZOG, Chaim. *A Guerra do Yom Kippur*. Bibliex.
- IP 20-10. *Liderança Militar — MEx Instruções Provisórias*, 1991.
- KELLET, Anthony. *Motivação para o Combate*. Bibliex.
- KHOMEINI, Aiatolá (sic). *O Livro Verde*. Record, 1979.
- KOCK, Lutz. *Rommel*. Aster.
- LA PALOMBARA, Joseph. *A Política no Interior das Nações*. Ed. UnB.
- LEACH, Barry. *Estado-Maior Alemão*. Renes, 1975.
- LEBAUD, Tenente-Coronel. *Comandar* (dezembro de 1921). Biblioteca Militar, 1942.
- LEONARD, Rogers Ashley. *Clausewitz*. Bibliex.
- LEONEL, Benedito Onofre Bezerra. *Palestra aos Novos Comandantes de OM*. 1989, EME.
- LIDER, Julian. *Da Natureza da Guerra*. Bibliex.
- LIDDEL HART, R. H. *As Grandes Guerras da História*. Ibrasa, 1967.
- . *O Outro Lado da Colina*. Bibliex.
- LORINGHOVEN, Hugo Von Freitag. *O Poder da Personalidade na Guerra*. Bibliex.
- MAGALHÃES, Celso. *Técnica da Chefia e do Comando*. IBGE, 1980.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Anotado por Napoleão e Cristina da Suécia, Ed. Rio, 1979.
- . *A Arte da Guerra*. Ed UnB.
- MARSHALL, S. L. A. *Homens ou Fogo*. Bibliex, 1959.
- MONTGOMERY. *Memórias do Marechal Montgomery*.
- MORAES, J. B. Mascarenhas. *Memórias*. Bibliex. Foram também utilizados os demais livros da Bibliex sobre a FEB.

- PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. *Liderança Militar*. Bibliex.
PATTON, Georg S. P. Junior. *A Guerra que eu Vi*. Bibliex.
SILVA, Ernani Ayrosa da. *Memórias de um Soldado*. Bibliex.
SOUZA, Walter de. *O Novo Paradigma — A ciência à procura da verdadeira luz*. Cultrix, 1993.
TEIXEIRA, Athos Cesar Baptista, General. *Chefia e Liderança*. Revista Militar Brasileira.
SUN TZU. *A Arte da Guerra — Comentários de Zhuge Liang e Liu Ji*. Ed Gente, 1989.
TOFFLER, Alvin e Heidi. *Guerra e Antiguerra*. Record, 1994.
———. *A Terceira Onda*. Record.
VEIGA, José Ezil V. da Rocha. *Acertos de Ponteiros*. Palestras, 1987.
VIDAL, Germano Seidl. *O Chefe Militar*. Revista A Defesa Nacional.
WHITING, Charles. *Patton*. Renes, 1975.
ZAMA, Cezar. *Alexandre*. Bibliex.
———. *Anibal e Cesar*. Bibliex.
ZESKA, Major Von. *O Exército Alemão*.

EM DEFESA DO PRODUTO NACIONAL.



Depois de conquistarem o mercado brasileiro e serem utilizadas como peças originais de fábrica por várias montadoras instaladas no país, as Baterias Moura estão defendendo o nome da indústria nacional nos Estados Unidos (Flórida), Portugal (Lisboa), Porto Rico e nos países do Mercosul. O Grupo Moura conhece a importância de defender o que é do Brasil. Como faz a Revista Defesa Nacional há 80 anos.





A História Militar e a Historiografia Contemporânea¹

Nuno Severiano Teixeira*

O campo historiográfico militar vem sendo ampliado pela introdução de novas problemáticas ao pensamento estratégico, extraídas das ciências sociais e políticas. Como consequência, um novo modelo tende a substituir o modelo tradicional de apreciação do fato histórico militar.

Este artigo procura identificar as características deste novo modelo.

A HISTÓRIA MILITAR E O PARADIGMA TRADICIONAL

Da Antiga Grécia aos primórdios do século XX, a guerra e, em particular, a batalha, ocuparam um lugar privilegiado na historiografia ocidental. Não será de certo por acaso que um dos primeiros

textos históricos é a história de uma guerra — A História da Guerra do Peloponeso, de Tucídides. E não será igualmente por acaso, que nos finais do século XIX e primeiros anos do século XX o recitativo do fato militar, de *per se* ou estritamente ligado ao fato político, constituía ainda o tecido fundamental do discurso histórico.

É o tempo em que a História, dominada por duas correntes principais — o positivismo de Comte e Buckle e o idealismo de Rickert e Windelband — se procura a si própria como discurso científico. Embora divergentes, sob

* Doutor em História Militar e Secretário da Comissão Portuguesa de História Militar.

¹ Selecionado pelo PADECME.

o ponto-de-vista gnoseológico, positivismo e idealismo encontram na historiografia de então um acordo tácito, não só no plano dos pressupostos epistemológicos, mas também na leitura da função social da história, conferindo uma certa coerência a este paradigma do discurso histórico que, por comodidade, chamarei tradicional. E isto, tanto no que respeita à História em geral como à História Militar, desde a origem marcada por um duplo interesse: por um lado, a reflexão técnica sobre a arte militar que a dirige para a especialização; por outro, o interesse pelo fato glorioso e o seu significado político que a aproxima da História Geral. Esta ambiguidade entre especialização e generalidade constituir-se-á, aliás, como um dos problemas centrais da História Militar.

Do ponto de vista epistemológico, a historiografia tradicional partilhava de uma mesma concepção de fato, tempo e sujeito histórico. O fato histórico era apenas um — o fato único, singular e atomizado, “o acontecimento” que se concretiza, em particular, no grande feito militar e, inevitavelmente, nas suas consequências políticas. Também o tempo histórico era apenas um — linear, contínuo e irreversível, justamente a sucessão desses mesmos grandes acontecimentos. Finalmente, o sujeito histórico, sempre individual e voluntarista, era o protagonista dos grandes acontecimentos — “o herói”, o homem-estado, o chefe militar. A História, portanto, não era mais que a sucessão, no tempo, dos grandes feitos, protagonizados pela figura dos heróis, em que, não raras vezes, concidiam chefe político e chefe militar. Esse primado absoluto do *événementiel* e do recitativo político-militar assegura uma certa identidade historiográfica entre a história geral e a História Militar em sentido restrito,

entendida como estudo específico da conduta da guerra, das campanhas militares e das batalhas decisivas.

Porém essa identidade não se reduz ao campo estritamente epistemológico e alarga-se igualmente à leitura da função social da história. No quadro dos movimentos nacionalistas que atravessam a Europa, da segunda metade do século XIX, à Primeira Guerra Mundial, as diferentes historiografias nacionais cumpriam uma função social e política bem precisa, a saber, a legitimação dos estados nacionais. Pela História passava, então, a tarefa de constituição e reforço das identidades nacionais através da transmissão dos valores e tradições de um povo pelo estudo do seu passado. A guerra, a batalha, os grandes feitos militares e os seus heróis, jogam aí um papel decisivo — são os pontos referenciais, os marcos da evolução histórica e constituem mesmo, em certos casos, o mito fundador da nacionalidade. Numa palavra, são a textura ideológica da memória nacional. Ora, não raras vezes, sob o culto deliberado da pátria passava também a legitimação política dos regimes que se constituem eles mesmos como herdeiros desse passado histórico. A História Militar cumpria, nesse contexto, uma dupla função. Por um lado, uma função interna, profissional, de formação dos quadros militares. Seja no sentido prático-pedagógico do estudo dos sistemas estratégicos e táticos das campanhas passadas para um melhor conhecimento e controle desses sistemas no presente, seja no sentido mais elevado da formação do espírito de comando do chefe militar. Mas, por outro lado, a História Militar, não fugindo aos pressupostos da historiografia em geral, participava, conseqüentemente, da concepção dominante de uma história heróica, patriótica

e comemorativa. E longe de se afastar do paradigma dominante, ofereceu-lhe sempre um terreno privilegiado. A história das grandes campanhas, das batalhas decisivas e dos chefes militares, não só participa e se identifica com os mitos e heróis nacionais no sentido político mais global, como, em muitos casos, é atravessada por um discurso de auto-legitimação, seja do papel da instituição militar em geral, seja de determinada opção estratégica ou operação tática.

"O sujeito histórico não é um sujeito individual, não é o herói, mas sim as sociedades e os grupos sociais."

Ora, é contra esse paradigma tradicional da historiografia, fundado sobre o primado do *événementiel* político-militar e sobre a função de legitimação política da história, que se afirma o processo de renovação historiográfica que estaria na origem da crise da história militar. Iniciado pela escola dos *Annales*, o processo prolonga-se até à chamada "nova história" que, uma vez paradigma dominante, atravessa hoje de forma difusa, múltiplos domínios e correntes diversas do campo historiográfico, incluindo a própria história militar.

Inspirado por um artigo de François Simiand — *Méthode Historique et Sciences Sociales* — o paradigma dos *Annales* assentava sobre a crítica daquilo a que os pais fundadores Mare Bloch e Lucien Febvre chamavam "os três ídolos da tribo dos historiadores": o político, o individual e o cronológico. Contra o recitativo político-militar, procuram uma história económico-social, da qual nascerão uma multiplicidade

de novos domínios, da demografia às mentalidades; contra o sujeito individual e o herói, uma história total das sociedades; e contra a cronologia do tempo único linear e contínuo, virá Fernand Braudel propor a pluralidade dos tempos históricos. Essa mudança implicava, desde logo, o alargamento do campo da história e a reformulação das suas concepções teóricas e procedimentos metodológicos. Em primeiro lugar, não só o fato político e militar é histórico, mas todos os fatos humanos são históricos e, conseqüentemente, dignos de história. Em segundo lugar, o sujeito histórico não é um sujeito individual, não é o herói, mas sim as sociedades e os grupos sociais. Finalmente, à História não interessa apenas o acontecimento, interessam também a conjuntura e a estrutura e os tempos que lhe são inerentes, a média e a longa duração. A história constitui, a partir de então, um paradigma epistemológico assente na interdisciplinaridade com as Ciências Sociais, cujo modelos teóricos, métodos e técnicas passou a aplicar ao estudo do passado. Abandona, assim, a lógica tradicional do recitativo, para adotar a lógica hipotético-dedutiva das ciências sociais: a descrição do fato atomizado cede o lugar à análise das permanências em busca da explicação científica. Esse movimento teria, sobre o futuro da história militar, um efeito duplo e profundamente negativo. Por um lado, o alargamento do campo historiográfico deslocava, já por si, o centro de interesse dos historiadores — do tradicional objeto político-militar para a economia, a sociedade, a demografia ou as mentalidades. Por outro lado, o novo paradigma baseado na lógica explicativa das ciências sociais que procura, se não leis pelo menos regularidades tendenciais, acaba por

afastar definitivamente o político-militar, lugar por excelência do aleatório e do fato atomizado. O abandono do recitativo *événementiel* é acompanhado pelo abandono da história militar.

Porém não é só o discurso historiográfico que está em causa. É também, e por maioria de razão, a função política da História. O estatuto científico procurado pela "nova história" era absolutamente contrário à função patriótica, comemorativa e legitimadora da historiografia tradicional. É toda uma outra leitura da função social da história que se desenha com esse novo paradigma: "o historiador deverá deixar de fornecer os argumentos à nação e aos governantes, de alimentar a sua necessidade de legitimidade retrospectiva, deve procurar, pelo contrário, dar-lhes os meios para melhor compreender e, por isso, melhor gerir os mecanismos da realidade".² Dito de outro modo, a função social da história será de natureza técnica e não política. Através de um melhor conhecimento dos mecanismos sociais, o seu contributo será o de ajudar a elaborar soluções técnicas e não a legitimar opções políticas.

Nesse contexto, a História Militar ficava à margem do movimento de renovação historiográfica: centrava-se sobre o acontecimento, ignorava a estrutura e a conjuntura; centrava-se sobre o psicológico e o individual, ignorava a sociedade global e os condicionamentos sociais; centrava-se sobre o tempo curto, ignorava a média e a longa duração; era qualitativa, ignorava o quantitativo; baseava-

se sobre a descrição e o recitativo, ignorava a análise e a explicação; e finalmente, era ideológica e, pior que isso, não se reconhecia como tal.

"Com a fuga dos historiadores da história-batalha, a História Militar retira-se para dentro do muro dos quartéis."

O novo paradigma científico da História era absolutamente incompatível com o paradigma tradicional da História Militar. A partir daqui, quebra-se a identidade até então existente entre a História em geral e a História Militar. Eram, doravante, dois paradigmas distintos, para não dizer opostos. E, progressivamente, os historiadores vão trocando os teatros de guerra pelas curvas de preços, as taxas de natalidade ou os avatares da sexualidade. Em suma, desertam do campo da História Militar, abandonada ao domínio *événementiel*, considerada gênero menor, e designada pelo epíteto significativamente pejorativo de *histoire-bataille* — a história-batalha.

É óbvio que a História Militar permaneceu e continuou a cultivar-se segundo o modelo tradicional. E, no caso da escola histórica inglesa, cuja tradição da História Militar — da biografia dos grandes chefes à história da batalha — teve sempre grande prestígio, não só não desapareceu do panorama historiográfico, como ocupou mesmo um lugar de destaque nas histórias gerais mais

2. André Bourguière, *Histoire d'une Histoire: La Naissance des Annales*, in *Annales Économies Sociétés Civilisations*, novembro-dezembro de 1979, p. 1356.

importantes, como a New Cambridge Modern History. Mas esta é a exceção, porque a regra é outra. Com a fuga dos historiadores da história-batalha, a história militar retira-se para dentro do muro dos quartéis. Feita por militares e para militares e, assim, privada da reflexão histórica geral, a história militar sofre um processo de marginalização/auto-marginalização, com um efeito duplamente negativo sobre o seu desenvolvimento, e que marca todo o período da sua crise. Em primeiro lugar, fecha-se nos problemas internos, técnicos e específicos da instituição militar, evitando toda a reflexão sobre a relação dos militares com a sociedade civil e política no sentido mais global. Em segundo lugar, corta todo o diálogo com a história, agravando assim o fosso entre história militar e história geral, a primeira sempre apegada ao paradigma tradicional, a segunda em pleno processo de renovação.³

A crise será longa e prolongar-se-á, com variantes nacionais, grosso modo, até a década de 70/80.

A HISTÓRIA MILITAR E A CRISE DO PARADIGMA TRADICIONAL

Ao mesmo tempo que os historiadores abandonavam a História Militar, as ciências sociais e políticas começam a interessar-se pelo fenómeno militar e a reflexão sobre a

história do pensamento estratégico a produzir um pensamento inovador nesse campo.

O primeiro núcleo inovador sobre o fenómeno militar parte, indiscutivelmente, da sociologia. Na França, a iniciativa pertence a Gaston Bouthoul, que procura uma aproximação sociológica do fenómeno "guerra" a que chamou "polemologia". Desde o *Traité de Polémologie* a *Le Défi de la Guerre*, Gaston Bouthoul⁴ e a escola polemológica partindo dos materiais conhecidos da História Militar, tentam a análise da guerra numa perspectiva sociológica. Estudando os conflitos militares ao longo de um largo período histórico, procuram, através da quantificação e da construção de uma tipologia dos conflitos, determinar as suas constantes e funções e, em última análise, a essência do fenómeno guerra. A "polemologia" foi altamente contestada e é hoje consensual, entre historiadores e sociólogos, o julgamento sobre a sua *démarche*: os seus resultados tornaram-se progressivamente repetitivos e o seu procedimento parece ter chegado a um beco sem saída. Mas esse é todo um outro debate que não cabe aqui desenvolver. O que importa sublinhar é que, a seu tempo, a "polemologia" de Gaston Bouthoul mostrou que poderia haver uma outra perspectiva sobre o fenómeno militar.

Mas o contributo, indiscutivelmente, mais importante virá da sociologia norte-americana do segundo pós-guerra. Imedia-

3. O processo de renovação historiográfica que vai da história tradicional à chamada nova história, que aqui se sumaria, é um processo longo e completo. Uma análise mais detalhada pode ver-se in Nuno Severiano Teixeira, *A História Política na Historiografia Contemporânea*, in *Ler História*, nº 13, 1988, pp. 77 a 102.

4. Da extensa bibliografia da escola polemológica vejam-se as duas obras que marcam, por assim dizer, o princípio e o fim da sua produção: Gaston Bouthoul, *Traité de Polémologie*, Ed. rev, Paris, 1970; e Gaston Bouthoul/René Carrière, *Le défi de la Guerre*, Paris, 1976.

tamente após a guerra, os comandos militares encomendam aos cientistas sociais um estudo sobre as características sociais e psicológicas do Exército norte-americano durante a Segunda Guerra. Deste trabalho, conduzido de acordo com o procedimento científico da sociologia empírica no universo da instituição militar, resultaria o estudo monumental, hoje considerado como fundador da sociologia militar — *The American Soldier*.⁵ Em simultâneo e conduzidos com a mesma perspectiva científica, devem referir-se dois pequenos mas importantíssimos estudos: o de Morris Janowitz e Eduard Shils sobre *Cohesion and Disintegration in the Wehrmacht in II World War*⁶ e o segundo de Samuel Lyman Atwood Marshall *Men Against Fire — the problem of battle command in future war*.⁷ O primeiro estudava as condições psicológicas do combatente no quadro das relações inter-pessoais no seio de um grupo, identificando aquilo que a gíria militar chama “o espírito de corpo” como um tipo mais geral de relação no quadro da dinâmica de grupos. O segundo, de acordo com o mesmo princípio, examinava a experiência do combate em si própria, concluindo-se sobre a melhor forma de constituir grupos de combate. Na sequência desses primeiros estudos da sociologia militar que se concentravam sobre os aspectos psicossociológicos e organizacionais, no interior da instituição militar, outros surgem sempre dentro da mesma orientação

sociológica, mas que se dirigem numa outra direção e abrem um novo campo, o das relações civis-militares e em particular, dos militares com a política. Entre os pioneiros contam-se: *The Soldier and the State*, de Samuel Huntington;⁸ *The Man on the Horseback: the role of the military in the politics*, de S. E. Finer;⁹ e *The Professional Soldier*, de Morris Janowitz.¹⁰ A sociologia militar mostrava, assim, definitivamente que era possível uma análise científica do fenómeno militar. Em primeiro lugar, cortava radicalmente com a perspectiva ideológica do paradigma tradicional, adotando uma postura empírica e objetiva. Doravante, a sua função será, de fato, a resolução de problemas técnicos da instituição militar e não mais a legitimação política. Em segundo lugar, introduzia novas teorias, novos métodos e novas técnicas, abrindo, assim, novas direções no estudo do fenómeno militar: a primeira, mais próxima à sociologia das organizações, que estuda os problemas internos da instituição militar; a segunda, mais próxima à sociologia política, que estuda as relações civis-militares e militares-políticas.

O segundo núcleo inovador da reflexão sobre o fenómeno militar parte de um complexo de disciplinas, entre a ciência política, as relações internacionais e a história das idéias, que se materializa na reflexão histórica e teórica sobre o pensamento estratégico.

5. S. A. Stouffer et al., *The American Soldier*, 2 vol., Cambridge, 1949.

6. E. A. Shils/Morris, Janowitz, *Cohesion and disintegration in the Wehrmacht in the World War II*, in *Public Opinion Quarterly*, nº 12, 1948, pp. 281 a 292.

7. Samuel Lyman Atwood Marshall, *Men Against Fire: the problem of battle command*, in *Infantry Journal*, 1947.

8. Samuel Huntington, *The Soldier and the State*, Cambridge, 1957.

9. S. E. Finer, *The Man on the Horseback; The Role of Military in Politics*, London, 1962.

10. Morris Janowitz, *The Professional Soldier*, New York, 1960.

Depois do clássico que é, hoje, *Makers of Modern Strategy*¹¹ e que data dos anos quarenta, faz-se de certo modo um silêncio na história do pensamento estratégico. De fato, até à década de setenta, nenhum estudo de grande relevo se dedica aos clássicos da Estratégia. Os anos setenta, pelo contrário, são marcados não só pela publicação de novas edições desses clássicos — Guibert; Jomini; Clausewitz — mas, sobretudo, pelo aparecimento de dois estudos de exceção sobre o estrategista prussiano: *Clausewitz and the State*, de Peter Paret¹² e *Penser la Guerre-Clausewitz*, de Raymond Aron.¹³ E, mais recentemente, deverão citar-se, *Clausewitz*, de Michael Howard,¹⁴ *Clausewitz L'Arte Militare L'Eta Nucleares*, de Loris Rizzi¹⁵ e *Clausewitz la Filosofia tra Guerra e Rivoluzione*, de Pier Franco Tabonil.¹⁶ Com perspectivas diferentes — Paret, predominantemente histórico-biográfico; Aron, predominantemente teórico-analítico — ambos fazem renascer um interesse renovado por Clausewitz e, sobretudo, Aron (todo o segundo volume é dedicado à leitura de

Clausewitz à luz dos teóricos do século XX) pelo pensamento estratégico em geral.

Entre Peter Paret e Raymond Aron¹⁷ e os seus críticos, Claude Leffort,¹⁸ Walter Emil Kaegi Jr.¹⁹ e, mais recentemente, Rinaldo Falconi²⁰ e, sobretudo, a exegese excelente de Emmanuel Terrey²¹ — abre-se um fecundo debate teórico que se estende até os anos oitenta. De todo esse debate e no que concerne à História Militar, importa sublinhar dois pontos fundamentais: em primeiro lugar, e decorrente da tese de Paret,²² o papel decisivo da história, não só na formação de Clausewitz, mas na construção da sua própria teoria estratégica, o que abre um campo novo à História Militar; em segundo lugar, e decorrente da tese de Aron,²³ a sua exegese sobre o binômio guerra-política em Clausewitz, oferece à História Militar uma outra matriz para o estudo da guerra: não a de uma gramática interna mas a de uma leitura política.

O terceiro elemento a considerar para a renovação da História Militar não releva do campo científico, mas da própria evolução

11. Edward Mead Earle (Ed. by), *Makers of Modern Strategy*, Princeton, 1943.

12. Peter Paret, *Clausewitz and the State*, Oxford, 1976.

13. Raymond Aron, *Penser la Guerre-Clausewitz*, 2 vol., Paris, 1976. Veja-se também Raymond Aron, *Sur Clausewitz*, Paris, 1987.

14. Michael Howard, *Clausewitz*, Paris, 1987.

15. Loris Rizzi, *Clausewitz l'Art Militare l'Eta Nucleare*, Milano, 1987.

16. Pier Franco Tabonil, *Clausewitz la Filosofia tra Guerra e Rivoluzione*, Urbino, 1990.

17. Veja-se a crítica de Raymond Aron a Peter Paret, Raymond Aron, *Clausewitz et L'Eta* in *Annales Économies Sociétés Civilisations*, Nov/Dez 1977, pp. 1255 a 1267.

18. Veja-se Claude Lefort, *Lectures de la Guerre; le Clausewitz de Raymond Aron*, in *Annales, Économies Sociétés Civilisations*, novembro/dezembro de 1977, pp. 1268 a 1279.

19. Walter Emil Kaegi Jr. *On War*, in *Armed Forces and Society*, vol. 5, nº 1, Fall 1978, pp. 123 a 131.

20. Rinaldo Falconi, *Política e Guerra da Clausewitz ad Aron*, in *Il Mulino*, nº 294, julho-agosto de 1983, pp. 577 a 602.

21. Emmanuel Terray, *Violence et Calcul, Raymond Aron lecteur de Clausewitz*, in *Revue Française de Science Politique*, abril de 1986, pp. 248 a 267.

22. Veja-se Peter Paret, *op. cit.*, pp. 331 a 355.

23. Veja-se Raymond Aron *op. cit.*, particularmente o vol. I e a crítica já citada de Emmanuel Terray.

histórica. Prende-se com a modernização do fenômeno guerra durante o século XX, isto é, com industrialização e a massificação do conflito militar que toma forma nas duas guerras mundiais. É toda uma experiência radicalmente diversa, esta da guerra moderna, industrial e de massas, que se traduz pelo conceito de "guerra total".

***"Até a 'guerra total' era possível
conceber uma História Militar
centrada sobre o recitativo das
campanhas militares e a
biografia dos grandes chefes."***

Relativamente à guerra tradicional, limitada no tempo, no espaço, nos meios utilizados e, sobretudo, nas suas consequências sobre a sociedade global, a "guerra total" altera radicalmente esses dados. A França revolucionária e napoleônica, introduz o elemento ideológico e nacionalista e a mobilização masculina obrigatória, constituindo, pela primeira vez, um exército de cidadãos — "a nação em armas". Era o primeiro golpe na guerra tradicional. O século XIX e a revolução industrial aumentam consideravelmente a capacidade, não só da mobilização de tropas, com a estrada de ferro, mas também do potencial de destruição, com a industrialização da tecnologia militar. Porém era, ainda e só, uma tendência. A "guerra total" será a guerra do século XX: a grande guerra e, por maioria de razão, a Segunda Guerra

Mundial. Contrariamente à guerra tradicional, é uma guerra em que a lógica não é a da limitação, mas precisamente a contrária, e assume por isso proporções ilimitadas. Em primeiro lugar, ao nível dos objetivos e, conseqüentemente, da mobilização de meios — não só de meios militares, mas de meios que envolvem a sociedade global. Ao nível militar, uma mobilização em massa e a utilização de uma tecnologia militar industrializada de elevado potencial destrutivo, que afeta não só os exércitos, mas também as populações civis. Ao nível global, a mobilização de toda a sociedade civil para o esforço de guerra, desde a constituição de uma economia de guerra à organização da propaganda, envolvendo forças materiais e morais. Finalmente, e acima de tudo, uma guerra que deixa marcas profundas no próprio tecido social: alterações demográficas, não só no aumento da taxa de mortalidade, mas de todos os movimentos naturais da população; distorções graves do sistema econômico, não só decorrentes da mobilização industrial, mas também da alteração de composição da mão-de-obra, com entrada massiva da mão-de-obra feminina e o aparecimento de fenômenos como o desemprego e a inflação; mudança ao nível institucional e político, com o crescimento do fenômeno Estado, da sua intervenção e controle sobre a economia e a sociedade e a conseqüente inversão do primado institucional do Legislativo sobre o Executivo. Em suma, é uma guerra que afeta as próprias estruturas sociais e, mais do que isso, se constitui como fator de mudança social.²⁴

24. Sobre o conceito de *Guerra Total* veja-se por todos Ian F. W. Beckett, *Total War in*, Clive Emsley, Arthur Marwick and Wendy Simpson (Ed. by), *War, Peace and Social Change in Twentieth Century Europe*, Philadelphia, 1989, pp. 26 a 44.

A "guerra total" tornava completamente obsoleto o paradigma tradicional da História Militar. Até então, era possível conceber uma história militar centrada sobre o recitativo das campanhas militares e a biografia dos grandes chefes. Depois da "guerra total", que mobiliza a sociedade global e lhe impõe mudanças estruturais, torna-se impossível uma História Militar concebida em termos de batalhas decisivas. Era necessário o abandono de paradigma tradicional e a renovação da historiografia militar.

Outros campos historiográficos tinham já percorrido o mesmo trajeto. Era a vez da História Militar. E, como dizia Raymond Aron, "nunca houve razão lógica ou epistemológica para afirmar que o conhecimento histórico dos fenômenos econômico-sociais apresenta um caráter mais científico que o dos regimes políticos, das revoluções ou das guerras".²⁵ A diferença residia eventualmente no fato de que, no momento de partida da renovação historiográfica, já existia uma ciência econômica e não existia ainda uma ciência política. Mas este era um problema superado desde o segundo pós-guerra. As ciências sociais e políticas já tinham mostrado que era possível uma outra aproximação do fenômeno militar.

UM NOVO PARADIGMA PARA A HISTÓRIA MILITAR

De fato, progressivamente, de forma dispersa e segundo cambiantes nacionais diversos, começa a surgir um movimento de inovação na História Militar, a partir do final dos anos sessenta, primórdios de setenta. Não será aqui o local para fazer um balanço da historiografia militar nos diferentes casos nacionais. Mas a partir desses mesmos balanços, determinar os seus pontos de referência e linhas de força fundamentais e, a partir destas, tentar uma caracterização geral daquela que não será abusivo chamar a "nova história militar".

Na tradição anglo-saxônica, em que a História Militar manteve sempre uma presença viva, o movimento de renovação começa a se fazer sentir durante os anos sessenta.²⁶

Na Inglaterra, iniciam-se ao longo da década de sessenta, sob a influência de Michael Howard, os chamados *war studies*. Ao lado do modelo tradicional, das campanhas e dos chefes militares, surge uma óptica nova e diferente no estudo da guerra: não a gramática interna, mas a guerra em contexto. Esse movimento dos *war studies*,

25. Raymond Aron, *Comment l'Historien Écrit l'Épistémologie*, in *Annales, Économies Sociétés Civilisations*, Nov/ dezembro de 1971, p. 1350.

26. Sobre a evolução geral da historiografia militar anglo-saxônica nos últimos trinta anos, veja-se: Walter Millis, *Military History in Service Center for Teachers of History*, 1961, pp. 5 a 11; Michael Howard, *The Demand for Military History*, in *Times Literary Supplement*, 13 de novembro de 1969; Peter Paret, *The History of War*, in Felix Gilbert/Stephen Graubard (Ed. by), *Historical Studies Today*, New York, 1972, pp. 372 a 392; D. Rickey Jr./B. F. Cooling (Ed. by), *Essays in Some Dimensions of Military History*, Pennsylvania, 1972; R. F. Weigley Ed. by), *New Dimension in Military History*, San Rafael, 1975; Walter Emil Kaegi Jr. *The Crises in Military Historiography*, in *Armed Forces and Society*, vol. 7, nº 2, Winter 1980, pp. 299 a 216; Michael Howard/Brian Bond/J. C. A. Stagg/David Chandler/Geoffrey Best/John Terraine, *What is Military*, in Juliet Gardiner (Ed. by) *What is History Today*, London, 1988, pp. 4 a 17. Sobre o caso canadense veja-se Serge Bernier, *L'Historiographie Militaire Canadienne entre 1975 et 1988*, in *Guerres Mondiales et Conflits Contemporains*, nº 157, janeiro de 1990, pp. 5 a 24.

ou *war and society*, continuado, entre outros, por Geoffrey Best e Brian Bond, conhece um enorme desenvolvimento e materializa-se não só na publicação periódica do *War Society Newsletter* e da revista *Armed Forces and Society*, mas também na prestigiosa coleção histórica *The Fontana History of European War and Society*²⁷ e nos seminários animados por Arthur Marwick, hoje clássicos, *War and Social Change in Twentieth Century*.²⁸ Faltava, porém, a renovação na história da batalha em sentido estrito. Surgiria em 1976, com *The Face of the Battle*, de John Keegan,²⁹ verdadeiro livro "manifesto" e modelo de uma nova história militar. Distanciando-se dos *war studies*, Keegan chamava de novo a atenção para o núcleo duro da História Militar, a saber, a batalha. Mas, por outro lado, ajustava contas com o modelo tradicional, introduzindo a problemática e os métodos da sociologia militar. Abandonava os generais, a sua estratégia e as operações táticas; afrontava o problema central da experiência do combate e do comportamento psicossociológico do combatente. Também esta via, aberta por Keegan, conhece grande desenvolvimento, do qual surgiram obras importantes, cujo exemplo mais significativo é ainda o de Tony Ashworth, *Trench Warfare 1914/1918. The Live and Let Live System*.³⁰

Nos Estados Unidos, a renovação da História Militar parte dos trabalhos pioneiros

de John Nef e da sociologia histórica de Morris Janowitz. O primeiro, abordando os aspectos tecnológicos e econômicos da guerra, abre uma via de interpretação global do fenômeno, cujo desenvolvimento mais acabado é a grande síntese de William McNell.³¹ *The Pursuit of Power-Technology, Armed Force and Society since a. D. 1000* constitui-se como uma verdadeira genealogia guerreira da história. Não é de história batalha que se trata, pelo contrário, é de um modelo braudeliano, cuja infra-estrutura é a guerra. Trabalhando sobre o tempo longo e aquilo a que se poderia chamar a produção das produções da guerra, McNeill chega a uma conclusão contrária à do marxismo e da nova história. Mais que os meios de produção ou a vida material, são aquilo a que chama os "complexos político-militares" o fator de mudança histórica. Em suma, o motor da história não é a economia, mas sim a guerra. A herança de Morris Janowitz concretiza-se no estudo histórico da instituição militar e seu comportamento. Partindo da teoria e métodos da sociologia e, mais recentemente, da problemática psicanalítica e antropológica, dirige-se para o estudo do soldado em combate, do universo psicossociológico do combatente e da construção da memória e dos mitos da guerra, *The Great War and Modern Memory* e *Wartime*, de Paul Fussell.³² *No Man's Land — Combat and Identity in World*

27. Geoffrey Best (Editor), *Fontana History of European War and Society*, London, 5 vol.

28. Arthur Marwick (Ed. by), *War and Social Change in Twentieth Century: a comparative study of Britain, France, Germany, Russia and United States*, London, 1974; Arthur Marwick (Ed. by), *Total War and Social Change*, New York, 1988; Clive Emsley, Arthur Marwick and Wendy Simpson (Ed. by), *War, Peace and Social Change in Twentieth Century Europe*, Philadelphia, 1989.

29. John Keegan, *The Face of the Battle*, New York, 1976.

30. Tony Ashworth, *Trench Warfare 1914-1918. The Live and Let Live System*, London, 1980.

31. William H. McNeill, *The Pursuit of Power-Technology, Armed Force and Society since a. D. 1000* Chicago, 1982.

32. Paul Fussell, *The Great War and the Modern Memory*, Oxford, 1975; e *Wartime*, Oxford, 1989.

War I, de Eric Leed,³³ e o estudo recente de George Lee Mosse *Le Guerre Mondiale — Dalla Tragedia al Mito dei Caduti*³⁴ constituem-se como referência fundamental. No contexto norte-americano, não poderá ainda esquecer-se o já citado contributo de Peter Paret e da sua escola para a história do pensamento estratégico.

Na tradição francesa, o peso esmagador dos *Annales* e da nova história determina uma outra situação.³⁵ Não fora o percurso solitário de Henry Contamine³⁶ entre guerras e Émile-G. Léonard³⁷ no imediato pós-guerra, e a história militar teria desaparecido completamente do discurso historiográfico francês. Em 1946 é publicado postumamente o último livro de um dos fundadores dos *Annales*: *L'Étrange Défaite, de Mare Bloch*.³⁸ A seu modo, que não era certamente o *événementiel*, Bloch produzia uma reflexão lúcida sobre a derrota francesa no ano de 1940. E fazia-o em termos da relação entre comando militar e classe política, entre a incompetência do primeiro e a fraqueza da segunda, que o

mesmo é dizer termos de relação guerra política. Mas o ensino de Mare Bloch, que conferia toda a legitimidade à história militar, foi entendido como simples depoimento e não teve repercussão imediata no campo historiográfico. Foi necessário esperar pelos trabalhos de Raoul Girardet, *La Société Militaire dans la France Contemporaine*,³⁹ e André Corvisier, *L'Armée Française de la fin du XVII siècle au ministère de Choiseul — Le Soldat*,⁴⁰ para ver os primeiros sinais de renovação na História Militar. Voltados para o estudo da instituição militar como corpo social, procuravam determinar a sua composição, funcionamento e fatores de evolução. Numa palavra, era uma história social dos exércitos. Se esses primeiros estudos relevavam de uma perspectiva sociológica e se dirigiam para o corpo militar em si, a segunda metade dos anos sessenta vê surgir uma outra corrente de estudos que releva mais de uma perspectiva politológica e de defesa nacional, e se dirige para o estudo da guerra no seu contexto e as relações do militar com a

33. Eric Leed, *No Man's Land. Combat and Identity in World War I*, Cambridge, 1979.

34. O livro teve publicação simultânea em inglês e italiano. Cita-se da edição italiana: George Lee Mosse, *Le Guerre Mondiale. Dalla Tragedia al Mito dei Caduti*, Roma/Paris, 1990.

35. Sobre a evolução geral da historiografia militar francesa nos últimos trinta anos, veja-se: Robert Vial, *L'Armée Française et l'Histoire*, in *Revue Historique*, 86 année, Tome CCXXVII, 1962, pp. 435 a 455; André Martel, *Le Renouveau de l'Histoire Militaire en France*, in *Revue Historique*, 95 Année, Tome CCXLV, 1971, pp. 107 a 126; André Corvisier, *Aspects Divers de l'Histoire Militaire*, in *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, Tome XX, janeiro-março de 1973, pp. 1 a 9; André Corvisier, *L'Association des Chercheurs Militaires et non Militaires-Problèmes de Pluridisciplinarité: le cas français*, in *Revue Internationale d'Histoire Militaire*, n° 49, Paris, 1980, pp. 1 a 15; André Corvisier, *Histoire Militaire*, in André Bourguière, *Dictionnaire des Sciences Historiques*, Paris, 1988, pp. 463 a 471; e Jean-Pierre Azéma, *La Guerre*, in René Raymond (dir.), *Pur une Histoire Politique*, Paris, 1988, pp. 345 a 377.

36. Henry Contamine, *La Revanche 1871-1914*, Paris, 1957.

37. Émile-G. Léonard, *La Question Sociale dans l'Armée Française au XVIII Siècle* in *Annales, Économies Sociétés Civilisations*, janeiro-fevereiro de 1948, pp. 135 a 150; e, mais tarde, *L'Armée Française et ses Problèmes au XVIII Siècle*, Paris, 1958.

38. Marc Bloch, *L'Étrange Défaite*, Paris, 1946. Nova edição, 1990.

39. Raoul Girardet, *La Société Militaire dans la France Contemporaine (1815-1914)*, Paris, 1953.

40. André Corvisier, *L'Armée Française de la fin du XVII siècle au ministère de Choiseul. Le Soldat*, Paris, 1964.

política e a sociedade civil — desde a mobilização industrial às formas do governo de guerra, passando pela opinião pública. Entre estes contam-se as obras pioneiras de Guy Pedroncini, *Les Mutineries de 1917* e *Le Haut Commandement Français 1917/1918*⁴¹ e a síntese de Henri Michel, *La Seconde Guerre Mondiale*,⁴² que abrem o caminho a uma vasta produção onde pontuam, entre muitos outros, Jean-Jacques Becker, Antoine Prost e Jean Pierre Azéma.⁴³

Também na Itália, a História Militar conheceu um longo eclipse. Durante os anos cinquenta e sessenta apenas Piero Pieri não deixou que se apagasse por completo da historiografia italiana. Se na França a renovação veio da história social, na Itália virá, sobretudo, da história política.⁴⁴ Em primeiro lugar, *Il Rinascimento e la crisi militare italiana*, de Piero Pieri,⁴⁵ seguido de uma série de trabalhos sobre a história do pensamento estratégico de inspiração *clauswitziana* que, muito antes dos anos setenta — do retorno a

Clausewitz — abre a reflexão sobre o binômio guerra-política. A herança de Pieri desenvolve-se a partir dos anos setenta, em que se registra um verdadeiro *boom* em quantidade e qualidade da historiografia militar italiana, protagonizada, entre outros, por nomes como os de Giorgio Rochat, Raimondo Luraghi, Virgílio Ilari e Mario Isnenghi. A historiografia italiana parece hoje dividida entre duas correntes, como uma concepção diversa da História Militar: a primeira, liderada por Raimondo Luraghi, que se inclina para uma orientação teórica de especialização e autonomia da história militar; a segunda, liderada por Giorgio Rochat que, ao contrário, teoriza a necessidade de integração da História Militar com a História Geral. Orientando-se ou para o estudo interno da instituição militar, ou para a história da guerra no seu contexto mais geral, a História Militar italiana segue, de muito perto e criticamente, as historiografias

41. Guy Pedroncini, *Les Mutineries de 1917*, Paris, 1967, e *Le Haut Commandement français 1917-1918*, Paris, 1971.

42. Henri Michel, *La Seconde Guerre Mondiale*, 2 vol., Paris, 1968/1969.

43. Citam-se apenas alguns exemplos, entre os mais significativos: Jean-Jacques Becker, 1914. *Comment les Français sont entrés dans la Guerre*, Paris, 1977; Antoine Prost, *Les Anciens Combattants*, Paris, 1977; Jean-Pierre Azéma, *De Munich à la Libération*, Paris, 1985.

44. Sobre a evolução geral da historiografia militar italiana nos últimos trinta anos, veja-se Piero Pieri, *Sur les Dimensions de l'Histoire Militaire*, in *Annales Économies Sociétés Civilisations*, julho-agosto de 1963, pp. 625 a 639; Piero Pieri, *La Storia Militare*, in A. A. V. V., *La Storiografia Italiana Negli Ultimi Vent'Anni*, vol. II, Milano, 1968, pp. 1351 a 1369; Alberto Monticone, *La Storiografia Militare Italiana e i suoi Problemi*, in A. A. V. V., *Atti del Primo Convegno di Storia Militare*, Roma, 1969, pp. 99 a 122; Giorgio Rochat (a cura di), *La Storiografia Militare Italiana Negli Ultimi Vent' Anni*, Milano, 1985; Raimondo Luraghi, *Storia Militare*, in Luigi De Rosa (a cura di), *La Storiografia Italiana Degli Ultimi Vent'Anni*, vol. III, *Età Contemporanea*, Roma/Paris, 1989, pp. 221 a 240; Giorgio Rochat, *Gli Stadi di Storia Militare sull'Italia Contemporanea* (1914/15). Bilancio e prospettive in *Rivista di Storia Contemporanea*, outubro de 1989, nº 4, pp. 605 a 627.

45. Piero Pieri, *Il Rinascimento e la Crisi Militare Italiana*, Torino, 1952; sobre a história do pensamento estratégico, veja-se, sobretudo: Piero Pieri, *Guerra e Politica negli Scrittori Italiani*, Milano/Napoli, 1955 e Piero Pieri, *Il legame fra Guerra e Politica dal Clausewitz a Noi*, in *Relazione del X Congresso Internazionale di Scienze Storiche*, vol. I, *Metodologia Problemi Generali*, Firenze, 1955, pp. 277 a 339.

francesa e anglo-saxônica e, em alguns campos precisos, estará mesmo mais avançada.⁴⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste percurso breve sobre a renovação da historiografia militar nos diferentes casos nacionais, quais as constantes linhas de força que poderão traçar-se como características da nova História Militar?

Em termos globais, poderiam sintetizar-se numa idéia: o alinhamento da História Militar pelo novo paradigma historiográfico. Mas, explicita-se.

Em primeiro lugar, o alargamento do campo historiográfico com a introdução de novas problemáticas importadas de outros campos científicos — das ciências sociais e políticas ao pensamento estratégico, passando pelos estudos de defesa nacional. Significa isto, não só o aprofundamento de alguns temas tradicionais, mas sobretudo o deslocamento dos centros de interesse: no domínio estritamente militar, da estratégia e das operações táticas para a logística, a medicina militar e, sobretudo, a experiência do combate — o moral do combatente, os movimentos de dissidência, os motins e a deserção, a experiência do cativo de guerra; por outro lado, o estudo da "frente interna", isto é, da sociedade em guerra — da mobilização industrial à organização da propaganda, do crescimento do Estado à opinião

pública, do recrutamento militar à fabricação da memória e à construção dos mitos.

Em segundo lugar, a utilização no campo histórico das teorias, métodos e técnicas das outras ciências — desde a dinâmica de grupos à teoria dos jogos, dos métodos quantitativos à psicanálise, da informática ao pensamento estratégico. A História Militar troca, assim e em definitivo, o recitativo *événementiel* pela compreensão e a explicação, à procura de um conhecimento tão rigoroso e objetivo quanto é possível no campo das ciências sociais.

Em terceiro lugar, o abandono da função tradicional patriótica e comemorativa. À história militar não cabe mais uma função de legitimação, mas sim, uma função de natureza eminentemente técnica. No sentido estritamente profissional, sem dúvida, para a formação dos quadros militares. Num sentido mais lato, na eventual resolução de problemas da sociedade global que tocam o militar. Sem que se defenda a função prospectiva, para não dizer preditiva, que setores importantes da historiografia norte-americana defendem para História Militar,⁴⁷ não poderá considerar-se de todo dispiciendo o seu contributo para a resolução de problemas presentes. Lucien Febvre disse sempre que a História era ciência do passado tanto quanto ciência do presente, e Marce Bloch não fazia mais do que confirmá-lo, dizendo que se deveria compreender não só o passado pelo presente, mas também o presente pelo passado.⁴⁸ Passado e presente poderiam e deveriam iluminar-se

46. Citam-se apenas alguns exemplos, entre os mais significativos: Raimondo Luraghi, *Storia della Guerra Civile Americana*, Torino, 1966; Giorgio Rochat, *L'Esercito Italiano da Vittorio Veneto a Mussolini 1919-1925*, Paris, 1967; Mario Isnenghi, *Il Mito della Grande Guerra*, Bari, 1970; Virgilio Ilari, *Le Forze Armate tra Politica e Potere 1943-1976*, Firenze, 1976.

47. Sobre a função prospectiva da História Militar, veja-se Walter Emil Kaegi Jr. art. cit., p. 303 a propósito do livro de Edward Lutwak, *The Grand Strategy of the Roman Empire from the First Century a. D. to the Third*, Baltimore, 1976.

48. Veja-se Lucien Febvre, *Combats pour l'Histoire*, cita-se da edição portuguesa, *Combates pela História*, Lisboa, s/d, vol. II, p. 208; Marc Bloch, *Apologie pur l'Histoire*, Paris, 1976, pp. 44 a 50.

reciprocamente. E de fato, é possível que o conhecimento de um problema no passado (o recrutamento militar por hipótese) possa ajudar a compreender as suas manifestações no presente e contribuir para as suas reformas no futuro.

Em quarto lugar, importa referir a existência de duas tendências distintas dentro da História Militar. Ambas atravessadas pelo processo de renovação, nem sempre facilmente diferenciáveis, têm orientações teórico-metodológicas e visam a problemáticas diferentes: a primeira, aponta para o estudo interno da organização militar e em particular, do núcleo duro que é a batalha e o combatente; a segunda, para o estudo da guerra em contexto e, conseqüentemente, da relação militar-civil e guerra-política. André Corvisier distingue-as sob a designação "história dos militares" para a primeira e "história militar" para a segunda. A tradição anglo-saxônica, de Michel Howard a Geoffrey Best,

reserva designação de "história militar" para a primeira, preferindo a de "história da guerra" ou "guerra em sociedade" para a última.

Finalmente, uma quinta característica não menos importante: um novo tipo de relação entre as duas componentes da História Militar — a dos historiadores e a dos militares. Se a renovação foi marcada pelo retorno dos historiadores ao fenômeno militar, o foi também pelo abandono do *événementiel* por parte dos militares. Abria-se, assim, um novo capítulo marcado pela colaboração entre civis e militares que se materializa institucionalmente nas comissões nacionais de História Militar. A filiação dessas comissões na comissão internacional, e os trabalhos que esta tem desenvolvido, marcam uma última característica da nova História Militar — a internacionalização e a tendência para uma história comparada. □



METAL LEVE

Tecnologia e Qualidade.



A DEFESA NACIONAL

“O Poder Militar e a Sociedade Civil”¹

Reinaldo Nonato de Oliveira Lima*

Reagindo à dicotomia civil x militar que se procura evidenciar com insistência, o artigo interpreta o real significado de cada uma de suas peças, do instrumento denominado poder nacional posto à disposição do grupo social para a consecução dos objetivos nacionais, e o significado da presença das Forças Armadas no contexto, mostrando sua importância para a Nação, tanto na paz quanto na guerra.

“O pior cego é aquele que não quer ver.” (Dito popular)

Muito se tem questionado a existência das Forças Armadas brasileiras ou, como querem alguns, a presença dos militares no contexto social.

Entretanto, o que se observa são contestações, na sua grande maioria levianas e

totalmente destituídas de argumentação consistente, não resistindo à mais elementar das análises. Generalizações são encontradas a cada página de jornal, levando, fatalmente, a conclusões enganosas. Um intencional desvirtuamento de conceitos básicos, em especial do verdadeiro sentido dos diversos segmentos sociais e dos complexos fenômenos que regem o surgimento do grupo social, tem conseguido desorientar, antes de esclarecer,

* Tenente-Coronel do Exército.

¹ Selecionado pelo PADECME.

Nesse contexto, podemos identificar, basicamente, dois grandes blocos — o dos que preconizam, “simplesmente”, a extinção das Forças Armadas e o dos que propugnam por desvirtuar-lhes a missão constitucional. Um e outro partem de premissas falsas para chegar a conclusões aparentemente lógicas e verdadeiras, estabelecendo silogismos que se contrapõem à realidade histórico-cultural da formação da nacionalidade brasileira.

O fato é que todas as proposições se apresentam com o estigma do negativismo, do radicalismo e do revanchismo em relação às Forças Armadas. São, inegavelmente, fruto de um anterior trabalho de doutrinação, ou patrulhamento, ideológico,² ao longo de décadas encetado por “especialistas” interessados em criar um caldo de cultura favorável ao desmoronamento do baluarte que sempre se antepôs, como obstáculo maior à realização de seus intentos.

O presente ensaio procurará apoiar-se em fundamentos conceituais reconhecidos e adotados pela maioria dos estudiosos, e buscará caracterizar determinadas impropriedades que se sente estarem sendo assimiladas pela parcela menos esclarecida da nossa sociedade e, principalmente, pela classe estudantil, celeiro dos futuros dirigentes desta Nação. Dentre essas impropriedades, cumpre chamar a atenção para o título do ensaio, intencionalmente colocado entre aspas por constituir uma expressão que vem sendo aceita com a maior naturalidade. Quotidianamente encontrada na imprensa escrita e, inconscientemente, adotada como verdade pela grande maioria dos leitores, ela encerra,

na realidade, uma sub-reptícia e inaceitável dicotomia *civil x militar*, intencionalmente difundida pelos que querem minar os valores básicos cultuados pela nossa sociedade.

Com base nessas considerações, é objetivo deste artigo tentar interpretar, com imparcialidade, o real significado de cada uma das peças componentes do grupo social, do instrumento denominado “poder nacional”, posto à disposição desse grupo para a consecução dos objetivos nacionais, e o significado da presença das Forças Armadas no contexto social, enfatizando sua importância para a Nação, tanto na paz como na guerra.

PODER NACIONAL

Para que se possa caracterizar a impropriedade que reside na expressão “poder militar”, tomada com o sentido genérico e capcioso de distinguir um poder paralelo e à parte da sociedade nacional, é preciso, antes, ter-se o entendimento do que vem a ser *poder nacional*.

Os conceitos de poder nacional, adotados pela maioria dos países, são similares e encerram, basicamente, as noções de *vontade* e *capacidade*. Pela vontade, o poder se manifesta e pela capacidade se concretiza, ou seja, produz os efeitos desejados.

Por motivo de simplificação, citaremos apenas o conceito preconizado pela Escola Superior de Guerra (ESG) que, como dissemos, não difere em muito dos adotados por outros países ou instituições. Segundo a ESG, “poder nacional é o conjunto integrado

2 Bem elaborado e persistente, reconheça-se.

dos homens e dos meios que constituem a nação, atuando na conformidade da vontade nacional, para conquistar e manter os objetivos nacionais".³

Hodiernamente, o poder é estudado pela ciência denominada Cratologia. Nesse estudo, são considerados todos os fatores, materiais e imateriais, existentes e potenciais, que vão compor a essência estrutural do poder. Em virtude dessa evidente complexidade, costuma-se estudar o poder de uma nação à luz de uma esquematização prática e objetiva, onde se destacam, como seus elementos constitutivos, os *fundamentos*, os *fatores*, os *órgãos* e as *expressões*, dentre outros.

Os fundamentos são a geratriz do poder, pois se referem: à *homem*, como origem do poder e responsável pela manifestação da vontade; ao *espaço*, entendido como as áreas físicas, sociais e políticas onde o poder se exerce; e à *cultura*, que sintetiza o espectro dos interesses, das atividades e dos comportamentos humanos.

Os *fatores* são aqueles aspectos dinâmicos e conjunturais que vão exercer influência, provocar modificações ou adaptações nos fundamentos. Estendem-se por um amplo leque de condicionantes e pressupostos, desde as raízes históricas até as prospectivas, vislumbradas para a nação no cenário mundial.

Os *órgãos* são, em síntese, as entidades responsáveis pelo exercício do poder, exercício que se manifesta, via de regra, pelo somatório harmônico de parcelas do poder, caracterizando as diversas funções desempenhadas pelos grupos sociais, com destaque

para o Estado. Aqui cabe ressaltar que o poder é legítimo quando exercido em nome do grupo social por delegação deste à autoridade consensualmente constituída. Em outras palavras, o poder é legítimo quando exercido pela autoridade legalmente instituída para atender aos interesses do povo que é, afinal, o detentor e delegante desse poder.

As *expressões* traduzem os agrupamentos de efeitos afins que são buscados ou obtidos quando da aplicação do poder. Assim, pode-se chegar à formação de inúmeros grupos ou campos, conforme se deseje maior ou menor detalhamento das dimensões desses efeitos. Entretanto, uma classificação mais geral e simplificada é a que tem sido adotada por considerável parcela de estudiosos,⁴ onde se consideram quatro expressões do poder nacional — a *política*, a *econômica*, a *psicossocial* e a *militar*. Paralelamente, é preciso que se diga, tem aumentado o número daqueles que consideram, além das quatro citadas, mais uma expressão, a *científico-tecnológica*, posto que, nos dias atuais, o conhecimento tem se constituído, cada vez mais, em incontestável fator de poder.

Essa decomposição do poder nacional em expressões deixa transparecer, à primeira vista, a idéia de compartimentação, de separação dos meios que o integram em campos distintos. Na realidade, não existem limites perfeitamente caracterizados entre elas; muito pelo contrário, as expressões do poder se interpenetram, se complementam. Os efeitos que se fazem sentir em uma terão, fatalmente, reflexos nas demais. O que normalmente ocorre é que, quando da

3 Manual Básico — Ed. 1993.

4 No Brasil, pela Escola Superior de Guerra.

aplicação do poder nacional, pode-se verificar a prevalência ou a ênfase de uma ou outra expressão em face das necessidades conjunturais. Entretanto, essa prevalência não deve implicar na exclusão das demais expressões. Assim, por exemplo, no momento atual, verifica-se que o Governo brasileiro tem enfatizado as ações relacionadas com as expressões econômica e psicossocial na busca daqueles objetivos nacionais que se apresentam mais ameaçados. No caso em que um país se visse envolvido em um conflito armado, logicamente que a ênfase seria a dada à expressão militar, com estreito apoio das outras.

“É preciso entender o poder como ‘um meio para a produção de efeitos’ e não como um fim em si mesmo.”

São bastante conhecidos os casos de governos que levaram seus países à derrocada, ao cometerem o erro estratégico de dar prioridade a uma determinada expressão do poder, relegando as demais. Desta forma, é importante que fique perfeitamente caracterizado que o esforço nacional deverá estar voltado, inicialmente, para o atendimento dos interesses ou necessidades imediatas do país, à guisa de degraus que conduzam à conquista de objetivos nacionais maiores, permanentes, através da aplicação conjunta de todas as expressões do poder, ou seja, da sua aplicação como um todo.

Outro aspecto fundamental a se considerar, pela sua importância para o perfeito entendimento da conceituação de poder nacional, é o relacionado às suas características, a saber: *instrumentalidade, integralidade, âmbito de atuação e relatividade.*

Antes de mais nada, é preciso entender o poder como instrumento da manifestação da vontade. Esta característica instrumental permite-nos visualizar o poder como “um meio para a produção de efeitos” e não como um fim em si mesmo. Daí se infere que tal instrumento deve ser aplicado para a conquista ou manutenção de objetivos, os quais, por sua vez, nada mais são do que a concretização dos interesses e aspirações populares. Qualquer utilização desse instrumento, vale dizer aplicação do poder nacional, para fins outros que não o atendimento das necessidades sociais, torna-a ilegítima e, como tal, atentatória aos interesses maiores da sociedade nacional. Neste ponto é que reside a essência da arte política, ou seja, o bem-interpretar as aspirações e interesses nacionais e consolidá-los em objetivos reais e atingíveis (de acordo com a capacidade do poder), colimados ao longo dos sucessivos períodos governamentais. Atitudes ou atos que atentem contra essa essência constituem desvirtuamento da arte política, vulgarmente conhecido por “politicagem” ou “fisiologismo político”.

Outra característica do poder nacional é o seu caráter de integralidade, isto é, o poder entendido como um todo, que, dividido ou aplicado em partes desconexas, estará enfraquecido e, fatalmente, condenado a não atingir os objetivos estabelecidos. Assim, é de suma importância não desconsiderar a unicidade do poder nacional, conforme procuramos deixar bem claro ao abordarmos o estreito inter-relacionamento entre as expressões e a total simbiose de seus múltiplos e variados componentes.

Em relação ao âmbito de atuação, cumpre ressaltar que, pelo fato de o poder nacional

se destinar à consecução de objetivos estabelecidos nos ambientes nacional e internacional, ele deverá atuar tanto interna como externamente. Internamente, buscando atingir todos os objetivos colimados; externamente, como instrumento de afirmação da soberania nacional. Além disso, é preciso considerar que os óbices que se antepõem à conquista desses objetivos podem ser de origem interna ou externa, com nítido reflexo para a atuação do poder nacional nos dois campos.

Por fim, resta considerar a relatividade do poder, já que ele está condicionado aos fatores *tempo* e *espaço*. No *tempo*, verifica-se a variação da capacidade do poder em virtude da disponibilidade de seus meios integrantes. No *espaço*, definem-se suas esferas de atuação interna e externa.

Há que se atentar, ainda, para a natureza e o valor dos óbices com que o poder pode se deparar, bem como para as capacidades de outros poderes nacionais. Em síntese, estes e muitos outros fatores contribuem para caracterizar a relatividade do poder nacional, fato que, normalmente, dificulta sua avaliação objetiva, real, já que o poder não é absoluto nem se aplica no vazio.

Após todas essas considerações, podemos tirar uma primeira conclusão. A de que o poder nacional, como instrumento de concretização da vontade nacional, é algo bastante complexo, por integrar meios de naturezas as mais diversas e por estar sujeito à influência de fatores subjetivos e imponderáveis. Fruto dessa complexidade, para estudá-lo e entendê-lo, faz-se mister dissecá-lo através da análise de sua estrutura, ou seja, do entendimento de cada um dos elementos que o constituem ou que o afetam. Paralelamente, não se pode perder de vista que,

apesar das suas múltiplas facetas, ele constitui um todo instrumental à disposição da nação para o atendimento dos interesses e das aspirações nacionais.

PODER MILITAR

No item anterior, exploramos a estrutura do poder nacional, com ligeira referência ao seu âmbito de atuação, tanto interna como externamente.

Ainda dentro deste conceito de âmbito de atuação, há que se ter em mente que a ação do poder nacional deve se fazer sentir, por força de sua própria essência e das injunções conjunturais, não apenas em áreas físicas (terra, mar e ar), mas, também, em áreas sociais e políticas. Desta forma, pode-se concluir que o *espaço*, onde se exercerá a ação ou a influência do poder, é muito mais amplo do que o mero conceito de base territorial, não permitindo a definição de limites que balizem essa atuação. Na realidade, estamos diante do fenômeno denominado *projeção do poder*, caracterizado tanto pela sua presença em áreas físicas como no campo das relações humanas, nos âmbitos nacional e internacional.

De acordo com esta concepção e consideradas as diversas funções atinentes ao poder nacional, surgem suas várias denominações, que, de fato, traduzem *áreas de atuação* e não *parcelas do poder* ou *poderes paralelos*. Como exemplo, podemos citar os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que nada mais são do que instituições do Estado, referidas à expressão política do poder nacional, cada qual com sua função específica, porém, convergentes no ordenamento social da nação.

De modo semelhante, vamos encontrar expressões como poder terrestre, poder marítimo e poder aeroespacial, relacionados aos elementos físicos que definem o território como componente do fundamento espaço, onde se sobressai a expressão militar.

Por ser de estreito interesse deste tópico, julgamos conveniente fazer uma abordagem mais próxima dessas três projeções do poder nacional, o que nos permitirá identificar o real significado do poder militar, tão deturpado por aqueles que ignoram as conceituações ora estudadas.

Para tal, recorreremos ao Manual Básico da ESG — Edição 1993, onde encontraremos:

- “Poder Terrestre é a projeção do Poder Nacional resultante da integração dos recursos predominantemente terrestres de que dispõe a Nação, no território nacional, quer como instrumento de defesa, quer como fator de desenvolvimento controlado pelo Estado, visando à conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais. Seus elementos constitutivos básicos são: Poder Militar Terrestre; Sistema de Transporte Terrestre; Sistema de Comunicações; Indústria de interesse do Poder Terrestre; Indústria de material de defesa de interesse do Poder Militar Terrestre; Sistema de Ciência e Tecnologia de interesse do Poder Terrestre.”

- “Poder Aeroespacial é a projeção do Poder Nacional resultante dos recursos de que dispõe a Nação para utilizar e controlar o espaço aéreo, visando à conquista e à manutenção dos Objetivos Nacionais. Seus elementos constitutivos fundamentais são: Poder Militar Aeroespacial; Aviação Civil; Infra-estrutura Aeronáutica; Indústria Aeroespacial; Instalações e Engenheiros Espaciais; Organizações de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Espaciais e as de interesse de seu

Componente Militar; Pessoal que desempenha atividades relacionadas com o espaço aéreo, e os estabelecimentos de formação e treinamento desse pessoal.”

- “Poder Marítimo é a projeção do Poder Nacional resultante dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar e águas interiores, visando à conquista e à manutenção dos Objetivos Nacionais. Seus elementos constitutivos básicos são: Poder Naval (componente militar); Marinha Mercante, facilidades, serviços e organizações relacionadas com o transporte marítimo; Infra-estrutura marítima: portos, terminais, meios e instalações de apoio e controle; Indústria Naval: estaleiros de construção e de reparos; Indústria Bélica de interesse para o aprestamento naval; Indústria de Pesca: embarcações, terminais e indústrias de processamento de pescado; Organizações e meios de Pesquisa e Desenvolvimento tecnológico de interesse para o uso do mar e de seus recursos, e as de interesse do Componente Militar; Organizações e meios de exploração e exploração dos recursos do mar, do leito e do seu subsolo; e Pessoal que desempenha atividades relacionadas com o mar, e os estabelecimentos de formação e treinamento desse pessoal.”

Pela simples observação desses três conceitos, podemos verificar que eles englobam todas as expressões do poder nacional, inclusive a política, pois tanto a política nacional como a política de governo desdobram-se para atender a cada uma dessas projeções.

A partir daí, acreditamos que se torna mais fácil constatar que o chamado “poder militar” nada mais é do que uma pequena parcela, uma área de projeção ou, se quisermos, uma das formas de expressão de

um poder unitário e maior, denominado poder nacional.

Por outro lado, exatamente por se constituir em uma pequena mas complexa parcela, com significativa esfera de atuação, e por estar voltado essencialmente para a defesa de interesses vitais e do vasto patrimônio nacional, o poder militar, mais adequadamente *expressão militar do poder nacional*, deve ser motivo de considerações especiais no presente artigo.

Quando se fala em poder militar é natural e lógico que o pensamento se direcione para a guerra, como instrumento por excelência que ele é na solução daqueles conflitos que não se resolveram nos foros da negociação diplomática.

Entretanto, o entendimento dessa relação não deve ser adotado de forma simplista ou superficial, uma vez que os fenômenos guerra e paz constituem algo profundamente complexo, e não poderiam ser plenamente analisados em apenas algumas linhas. Mas, para uma melhor compreensão do posicionamento da expressão militar nesse contexto, tomam-se necessárias algumas considerações a respeito desses fenômenos.

Fazendo uma correspondência com a máxima de que "para morrer, basta estar vivo", podemos afirmar que para envolver-se em uma guerra, basta encontrar-se em paz. E a razão maior de um conflito todos conhecemos — é o choque de interesses vitais, que surge na paz e, via de regra, se prolonga na guerra.

Ora, em se tratando de interesses vitais da nação, de ameaças a objetivos nacionais permanentes, é claro que o assunto está afeto

ao segmento político, mais exatamente ao Governo, responsável pela condução dos destinos nacionais. Como tal, e lembrando Clausewitz, "a guerra nada mais é do que o prosseguimento da política por outros meios" mais contundentes, mais decisivos, mais dissuasores. Em consequência, não há como

pensar diferente de se empregar o poder nacional como um todo na resolução dos conflitos, o que significa dizer que o esforço de guerra afetará todos os segmentos

da sociedade nacional e não apenas a expressão militar. Em resumo, a guerra é um ato político, sob decisão da autoridade governamental e, normalmente, desencadeada por manifestação favorável ou apoio da comunidade nacional ao se ver agredida em seus interesses vitais.

Por ser ela, em contrapartida, algo abominável (e os motivos são óbvios), verifica-se que existe uma preocupação generalizada em se evitá-la. E este é exatamente o ponto fundamental para o entendimento filosófico da razão de ser da expressão militar, ou seja, ela deve existir não para fazer a guerra, mas para evitá-la, para assegurar a paz. É por isso que não se pode entender como os auto-denominados "pacifistas" desencadeiam campanhas tão contundentes contra a presença das Forças Armadas no contexto social. E tal fato se agrava perante o testemunho da História, pois o homem, com todas as suas idiossincrasias, jamais conseguiu obter a paz permanente. Citando um exemplo recente, só no período entre o término da Segunda Guerra Mundial e a queda do Muro de Berlim, em 1989, ocorreram, no Mundo, mais de cem

"A razão maior de um conflito é o choque de interesses vitais, que surge na paz e, via de regra, se prolonga na guerra."

conflitos armados de caráter regional. Em síntese, a paz é algo relativo e tem-se constituído em episódicos intervalos entre guerras.

***“Quando o mundo está em paz,
um homem sensato mantém a
espada junto de si.”***
Sun Tzu

Em decorrência desses fatos, cabe um questionamento: — se a guerra é o fenômeno social mais indesejado, mais repudiado e a paz o mais cobiçado pela raça humana, por que se eliminar o instrumento mais adequado a se evitar a guerra e a se manter a paz, qual seja a expressão militar do poder nacional?

E assim, outras conjecturas vão surgindo a cada dia, sempre com a intenção manifesta de relegar as Forças Armadas a um patamar de insignificância. Há, até mesmo, os que acreditam que, desta forma, elas, por si só, se extinguirão.

Outro argumento freqüentemente levantado, pelos ditos “pacifistas”, é o fato de não se vislumbrar, para o Brasil, uma ameaça armada a curto prazo. Mas é exatamente isto que desejamos e, mais uma vez, essa argumentação só serve para justificar a existência do braço armado da Nação, já que sua finalidade maior é, como vimos, evitar o surgimento dessas ameaças e manter o *status quo de paz*.⁵

O entendimento dessas colocações sobre a necessidade da existência da expressão militar do poder nacional é que servirá de respaldo para justificar sua preparação continuada, de forma a permitir que ela esteja realmente apta a cumprir sua importantíssima parcela na preservação dos objetivos nacionais.

Há centenas de anos, o sábio filósofo chinês Ho Yen Hsi, lendo Sun Tzu (500 a.C.), concluiu que “quando o mundo está em paz, um homem sensato mantém a espada junto de si”. Esta proposição, impregnada de verdade, evidencia a idéia de que, mesmo não havendo inimigo à vista, mesmo que não se vislumbre uma ameaça, a sensatez nos obriga a estarmos sempre preparados para nos defendermos. Ou como preconizava o próprio Sun Tzu — “a arte da guerra nos ensina a confiar não na probabilidade de o inimigo não vir, mas na nossa própria prontidão para enfrentá-lo; não na eventualidade dele não atacar, mas, antes, no fato de que tornamos nossa prontidão inexpugnável”.

Em junho de 1939, o General Malin Craig, em seu último relatório como chefe do Estado-Maior do Exército americano, afirmava — “o que ocorre num campo-de-batalha é o resultado virtual do que ocorre anos antes nos salões do Congresso. O tempo é a única coisa que pode ser irremediavelmente perdida e a primeira coisa a ser perdida de vista na falsa e sedutora segurança dos tempos de paz. Pessoas que declararam não ver nenhuma ameaça à paz dos Estados

5 Em relação a este argumento, é bom lembrar que, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, ninguém na sociedade brasileira vislumbrava a possibilidade de o País se envolver naquele conflito. Entretanto, repentinamente, o povo se viu cobrando do Governo a reação armada às agressões sofridas por nossa Marinha Mercante em águas territoriais brasileiras, e lá se foi a Força Expedicionária combater no Teatro-de-Operações europeu.

Unidos hesitariam em repetir essa confiança daqui a dois anos”.

Ainda na antevéspera da Segunda Guerra Mundial, o General George Marshall, também chefe do Estado-Maior americano, a partir de setembro de 1939, disse com muita propriedade: — “quando tínhamos tempo, não tínhamos dinheiro, e agora que temos dinheiro não temos tempo”, referindo-se ao preparo da expressão militar.

Corroborando estas citações de respeitáveis chefes militares americanos, o General Gordon R. Sullivan, chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA, em artigo publicado no Boletim Informativo nº 27, da XX Conferência dos Exércitos Americanos, em dezembro de 1992, concluiu o seguinte: — “A mensagem contida no sábio conselho desses homens, que dedicaram suas vidas à proteção dos Estados Unidos, é que a segurança nacional e o preparo de qualquer força armada deve ser uma responsabilidade a ser compartilhada com os senhores legisladores, com a administração e com o povo. Cada um desses deve fazer a sua parte e nós não podemos deixar de fazer a nossa.” E prosseguindo: — “Nós somos o Exército dos Estados Unidos. *Fazemos parte do povo* que juramos defender. Há um *indestrutível laço com a cidadania* que os outros invejam e procuram desenvolver.”

Como se vê, o preparo da expressão militar ou, em termos mais objetivos, das Forças Armadas, para o cumprimento de sua missão constitucional, é de fundamental importância e deve estar apoiado não só na aquiescência dos governantes, mas, principalmente, no entendimento e na aceitação da sociedade. Aqueles que, valendo-se de argumentos falaciosos, preconizam o esvaziamento das Forças Armadas nada mais estão

a fazer do que colaborar para o enfraquecimento do poder nacional, instrumento que, em última instância e nos momentos de crise, deverá representar a manifestação da vontade soberana de um povo na defesa de seus mais caros interesses.

É importante que a consciência nacional assimile a verdade óbvia de que a Nação, ao investir no preparo de seu braço armado, estará contribuindo para o aumento de seu poder dissuasório e, como tal, afastando a terrível possibilidade de seu envolvimento em conflitos armados. Custos muito maiores serão exigidos da Nação caso ela descure o preparo da expressão militar, porque, além de envolver vultosos recursos financeiros e materiais, implicará o sacrifício impagável de inúmeras vidas humanas, ao se ver envolvida em uma guerra. É muito mais sensato prevenir-se contra o mal do que remediá-lo, se para ele houver remédio.

Resta, ainda, considerar que sempre seremos julgados pelos resultados que apresentarmos. Da noite para o dia, não se prepara uma força armada. E esta, inapta, fatalmente não conseguirá cumprir a destinação a ela atribuída pela sociedade através da lei magna da Nação.

Mas a importância do preparo das Forças Armadas não se justifica somente para enfrentar a guerra ou para evitá-la. Também na paz se verifica a grande soma de benefícios que elas produzem para o País. Basta considerar sua valiosa contribuição social através das denominadas atividades complementares, desenvolvidas em consonância com o princípio de que uma expressão do poder deve coadjuvar aquela(s) que está(ão) em destaque no momento. É a expressão militar auxiliando a psicossocial quando das inúmeras ações comunitárias que as Forças

Armadas realizam no dia-a-dia. Os exemplos a seguir listados ratificam esta evidência:

- recolhimento, atendimento médico, educação, lazer, esporte e profissionalização de menores de rua, através de projetos como o da "Integração da Criança à Sociedade", trabalho realizado em conjunto com prefeituras municipais, bancos, Igreja e empresas privadas;

- operações ACISO (Ação Cívico-Social), com as quais as Forças Armadas prestam atendimento médico e odontológico, bem como o fornecimento de documentos de identidade, a populações carentes;

- apoio a flagelados, nos casos de calamidades públicas, através de transporte, resgates, socorro médico, construção de abrigos, montagem de acampamentos, fornecimento de alimentação etc;

- manutenção de instalações escolares civis, em especial daquelas destinadas a alunos do ensino primário, através de inúmeras organizações militares que "adotam" essas escolas;

- alfabetização de brasileiros nos mais afastados rincões do vasto território nacional, particularmente nas fronteiras, onde se pode verificar, freqüentemente, o trabalho anônimo, gratuito e silente de esposas de militares;

- distribuição de gêneros alimentícios, dos estoques reguladores do Governo, às populações desassistidas;

- convênios culturais com estabelecimentos de ensino civis, em especial universitários, ora transmitindo-lhes experiências e conhecimentos tecnológicos de ponta, ora orientando-lhes os trabalhos de pesquisa;

- abertura e pavimentação de estradas, construção de obras de arte, assentamento de linhas férreas etc, em importantíssima contribuição para a expansão das nossas fron-

teiras agrícolas e otimização dos corredores de exportação;

- o próprio Serviço Militar que prepara, a cada ano, consideráveis levas de jovens de todos os quadrantes nacionais, transmitindo-lhes imprescindíveis noções de cidadania, de civismo, além de permitir-lhes conhecer o próprio potencial como seres humanos e de integrar suas famílias com a família militar.

São, enfim, inúmeras e variadas as atividades que, a par dos benefícios sociais acarretados, justificam plenamente a necessidade de se aprimorar, cada vez mais, nossas Forças Armadas, lúdimo fator de integração nacional.

Entendido desta forma, o chamado "poder militar" realmente pode e deve existir, nunca como segmento à parte, corporativista, alheio aos anseios da Nação, como querem os arautos da discórdia e do revanchismo incutir na consciência nacional, através da imprensa, de palestras e doutrinação em estabelecimentos de ensino, de propagandas falaciosas, de retóricas sem conteúdo, atestando sua própria estupidez e ignorância em termos de interesses nacionais.

SOCIEDADE CIVIL

Assim como encontramos, quotidianamente, a expressão "poder militar" associada à conotação de classe fardada à parte, dotada de idéias controversas, divorciada dos interesses sociais, é comum nos depararmos com a expressão "sociedade civil" significando o grande segmento social não fardado, ceticamente postado do "outro lado", em franca oposição à classe militar.

Tal concepção, embora alguns tentem insistentemente propagar, constitui verdadeira

antítese aos conceitos de nação, pátria e poder nacional.

Da mesma forma que o conceito de poder nacional, o de nação é bastante abrangente e envolve inúmeros componentes e aspectos.

A idéia principal que, acreditamos, deva fundamentar o conceito de nação é o *sentido de identidade* e, como tal, de unicidade, caracterizado desde as mais elementares manifestações culturais, como língua, tradições, costumes etc, até os mais caros objetivos nacionais.

Esse enfoque encontra-se perfeitamente sintetizado no conceito de *Nação* preconizado pela Escola Superior de Guerra: — “é um conjunto de pessoas que, ocupando espaço geográfico definido, revela consciência de uma identidade própria, advinda dos aspectos culturais nele predominantes”. Ou seja, a nação congrega todos os segmentos sociais, por mais diferentes ou peculiares que sejam suas atividades; porém, identificados com a mesma consciência nacional.

Diante de tal significado, não podemos deixar de abordar algumas considerações sobre esse grupo social, denominado *sociedade nacional*, que vem a constituir o cerne da nação.

Segundo o sociólogo G. Duncan Mitchell, em seu *Novo Dicionário de Sociologia*, “um sistema social consiste basicamente em dois ou mais indivíduos que interagem direta ou indiretamente numa situação determinada. A determinação da situação pode ser física ou territorial, mas a referência sociológica fundamental é a de que os indivíduos estão orientados, num sentido amplo, para um *foco comum* ou para *focos inter-relacionados*. Assim, o termo *sociedade* é um dos mais vagos e gerais do vocabulário do sociólogo. Pode significar tudo, desde um povo primitivo não civilizado a uma nação-

estado, ou desde a referência mais geral à espécie humana a grupos organizados relativamente pequenos de pessoas”.

Jay Rumney e Joseph Maier, em *Sociology: The Science of Society*, consideram que “a sociedade nada mais é do que a *conexão intrínseca* de seus componentes entre si, com seu meio físico e com a cultura e tradições por eles elaboradas. A sociedade é integrada por mil e uma instituições conectivas e conjugadoras, cada uma das quais parece seguir o seu próprio caminho, mas que na realidade depende, para o seu bom funcionamento, da totalidade das relações sociais. A sociedade compreende toda a tessitura de relações humanas e não possui limites ou confins demarcativos. Sendo ela própria de estrutura amorfa, deu origem a muitas sociedades específicas, parcialmente superpostas e interligadas, mas que não a substituem: elas são apenas ilhas, em meio ao oceano infinito das relações humanas. A sociedade, segundo esta aceção genérica, não deve ser confundida com uma sociedade ou grupo social, que é uma reunião definida de indivíduos, dotada de certa permanência (o que a diferencia de uma multidão temporária), e cujos membros possuem relações explícitas entre si”.

Ainda sobre a conceituação de sociedade, Wilfred A. Anderson e Frederick B. Parker, através de sua obra *Society, its Organization and Operation — An Introduction to Sociology*, afirmam que “as sociedades, nascendo das relações humanas recíprocas, são os maiores sistemas de organização global que unem os homens em *sínteses coletivas*, atuando como *unidades* em determinadas áreas geográficas. As sociedades são as mais generalizadas e globais entre todas as estruturas de relações humanas”.

O *Novo Dicionário Aurélio* conceitua sociedade como sendo um "corpo orgânico estruturado em todos os níveis da vida social, com base na reunião de indivíduos que vivem sob determinado sistema econômico de produção, distribuição e consumo, sob um dado regime político e obedientes a normas, leis e instituições necessárias à reprodução da sociedade como um todo".

Especificamente em relação à expressão *sociedade civil*, vamos encontrar no *Dicionário de Política*, de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, a seguinte explicação, que julgamos interessante e suficiente para o perfeito entendimento do tema em pauta:

"A expressão sociedade civil teve, no curso do pensamento político dos últimos séculos, vários significados sucessivos; o último, o mais corrente na linguagem de hoje, é profundamente diferente do primeiro e, em certo sentido, é-lhe até oposto.

"Em sua acepção original, corrente na doutrina política tradicional e, em particular, na doutrina jusnaturalista, sociedade civil (*societas civilis*) contrapõe-se a sociedade natural (*societas naturalis*), sendo sinônimo de *sociedade política* em correspondência, respectivamente, com a derivação de *civitas* e de *polis* e, portanto, de *Estado*.

"No sentido de sociedade política ou Estado, a expressão sociedade civil é comumente usada por teólogos, canonistas e, em geral, por escritores de direito eclesiástico e história religiosa, para distinguir a esfera do temporal da esfera do espiritual, a esfera das relações sobre que se estende o poder político, da esfera de relações sobre que se estende o poder religioso."

Segundo Hobbes, o viver "civil" é aquele "onde se distinguem, dentre outras, carac-

terísticas como o domínio da razão, a paz, a segurança, a riqueza, a decência, a sociabilidade, o requinte, a ciência e a benevolência".

Para Locke, "aqueles que se reúnem num só corpo e adotam uma lei comum estabelecida e uma magistratura à qual apelar, investida da autoridade de decidir as controvérsias que nascem entre eles, se encontram uns com os outros em sociedades civis".

Enquanto para Hobbes e Locke a sociedade civil é a sociedade política e ao mesmo tempo a sociedade civilizada (civilizada na medida em que é política), a sociedade civil de Rousseau é a sociedade política que surgirá do contrato social e será uma recuperação do estado de natureza e uma superação da sociedade civil.

Finalmente, cumpre fazer referência ao conceito de Estado, dada sua estreita relação com os de nação e de sociedade.

Já vimos que o homem é a origem do poder. Este, por sua vez, terá sua expressão real quando entendido como poder grupal, ou seja, o poder da sociedade nacional. Por outro lado, esse poder, por ordem natural da sistemática social, será delegado a representantes eleitos pelo grupo (sociedade), dando surgimento à autoridade, que, em última instância, terá o encargo de aplicar esse poder em prol do bem-comum de todo o grupo. Consequência dessa estruturação natural, a nação tem, então, que se organizar politicamente, dando origem ao Estado. Em outras palavras, a necessidade de se concentrar o poder do grupo, deu origem à autoridade politicamente instituída, que é o Governo, responsável por gerir o poder nacional através da organização denominada Estado. Daí o conceito de que o "Estado é a nação politicamente organizada".

Nestes termos, podemos entender que o Estado ideal é aquele orientado para o

atendimento das necessidades sociais do grupo-nação, para os serviços básicos, como incentivo do desenvolvimento da sociedade em todos os seus matizes. O Estado deve, pois, orientar, coordenar, definir rumos para que as forças produtivas da nação possam promover o desenvolvimento na busca do bem-comum. O Estado competidor ou intervencionista na atividade privada estará se desvirtuando de sua finalidade precípua e, provavelmente, provocando o colapso ou o entrave das iniciativas do desenvolvimento.

“Jamais a nação atingirá seus objetivos, se cada gestão governamental portar-se de maneira estanque ou procurar anular iniciativas da gestão anterior, sem uma razão fundamentada.”

Outro aspecto a se considerar no Estado é o seu dimensionamento como instituição nacional. A tese de que ele deve ser reduzido, o mais compacto possível, não pode ser aceita em termos absolutos. Acreditamos, sim, que o Estado deve ter dimensões proporcionais às necessidades básicas do País, para atender àquelas atividades que lhe são especificamente inerentes. Em consequência, modelos de outras nacionalidades não devem simplesmente ser tomados como paradigma para a estruturação de um determinado Estado. Cada caso é um caso. Se o Estado tiver que ser amplo, em face das exigências do ordenamento nacional, que o seja, evidentemente sem a admissão de excessos supérfluos. O farol para essa estruturação deverá ser a otimização do gerenciamento da coisa pública, consideradas as injunções conjunturais.

Este enfoque vai, inclusive, ao encontro de outro aspecto importante a se considerar que é o da flexibilidade, basicamente referido às variações de cada conjuntura. Por outro lado, o Estado não pode prescindir daquelas instituições ditas permanentes que, em qualquer situação, irão permitir sua longevidade.

Há, ainda, que se considerar, na atuação do Estado, a *continuidade* da ação governamental. Jamais a nação conseguirá atingir seus objetivos se cada gestão governamental portar-se de maneira estanque ou, simplesmente, procurar anular as iniciativas encetadas pela gestão anterior, sem uma razão fundamentada. Isto significa dizer o seguinte: — um determinado governo, interpretando os anseios nacionais, estabelece seus objetivos, suas políticas e estratégias, destinando consideráveis recursos à sua consecução. Caso tais iniciativas não se concretizem nesse período governamental, haverá necessidade de prosseguir-las na gestão posterior e assim sucessivamente. O mero abandono ou o cancelamento das realizações iniciadas em governo anterior irá significar o não atendimento daqueles anseios nacionais e um flagrante desperdício de recursos, com o conseqüente empobrecimento da nação e o enfraquecimento do poder nacional. E esta incoerência temos verificado em nosso País através, por exemplo, de inúmeras obras de vulto que, iniciadas em um determinado período governamental, foram simplesmente abandonadas no seguinte.

Após todas essas considerações, podemos concluir que sociedade, sociedade civil, nação e estado são conceitos intimamente relacionados e assimilam todos os segmentos sociais. Assim, não procede a dicotomia poder militar x sociedade civil, até porque civis e militares são lídimos integrantes da mesma sociedade

civil, sujeitos aos mesmos deveres e direitos perante a lei, embora admitidas peculiaridades inerentes a determinados segmentos sociais. No caso dos militares, esta condição se faz necessária não para lhes criar privilégios, como propalam alguns, mas para permitir a preservação do caráter *apolítico* e de *permanência* da instituição militar. Aliás, esta situação peculiar só faz criar, para o militar, muito mais deveres do que direitos, até mesmo negando-lhe alguns direitos usufruídos pelo civil. Além disso, existem também instituições civis que se regem por leis específicas, por necessidade do ordenamento social, como o Congresso Nacional, o Poder Judiciário, etc, que, nem por isso, têm seus integrantes aliçados da sociedade civil. O aspecto mais importante a se preservar nesse emaranhado social é o sentido de identidade em relação aos valores e aos propósitos pretendidos pela nação como um todo.

SÍNTESE

Em virtude da infundada contestação à presença das Forças Armadas na sociedade brasileira, aspecto que tem sido amplamente explorado em nosso dia-a-dia, particularmente através da imprensa e nos estabelecimentos de ensino, vimo-nos compelidos a realizar esta sucinta análise sobre quem é quem no contexto de nossa organização social. O ponto que julgamos mais crítico nessa contestação é a exploração persistente de uma inaceitável idéia de dicotomia "civil x militar", através da qual uma aparentemente esclarecida parcela da sociedade brasileira tem procurado caracterizar a existência de uma muralha dissociadora entre cidadãos fardados e não fardados.

Assim, atendendo ao objetivo proposto, de contraposição a esse óbice, iniciamos por uma análise sucinta do que vem a ser o poder nacional, instrumento por excelência de concretização da vontade popular, para o atendimento de seus anseios e aspirações, representados pelos objetivos de governo e nacionais.

Vimos que o poder nacional é bastante complexo e que, para o seu perfeito entendimento, há que se considerar inúmeros componentes, dentre os quais se destacam os fundamentos, as expressões e sua característica de integralidade. A variedade dos elementos que compõem o poder nacional não lhe compromete a unicidade, nem permite a existência de poderes paralelos, como se tem procurado fazer crer através da acepção capciosa de existência de um "poder militar" à margem da sociedade. As expressões do poder nacional, por sua vez, são, essencialmente, interligadas e complementares. A priorização de uma delas, com o esmorecimento das demais, constitui gravíssimo erro estratégico que nenhum povo pode se permitir, sob pena de comprometer irreversivelmente o futuro da nação. Em face do grau de insignificância que alguns brasileiros estão pretendendo atribuir às Forças Armadas, preocupante erro estratégico, procuramos tecer considerações sobre o real significado da expressão militar do nosso poder nacional, enfatizando sua importância, em especial nos momentos de crise, e como ela exerce seu papel coadjuvante de outras expressões, particularmente da psicossocial, nos tempos de paz.

A expressão militar do poder nacional encontra sua representação somática nas Forças Armadas, parcela social eminente-

temente voltada para os misteres que envolvem a guerra e a paz. Na oportunidade, procuramos salientar quão complexo e imprevisível é o fenômeno denominado guerra, fruto de decisões políticas e não militares, envolvendo todas as expressões do poder nacional, com prevalência da militar; razão, por si só, bastante para justificar um adequado preparo do braço armado da Nação.

Em outras palavras, concluímos que as forças militares constituem o instrumento dissuasório mais nítido para se evitar a guerra e assegurar o desenvolvimento nacional em clima de harmonia. Mostramos, ainda, que os benefícios que a sociedade auferir com a atuação dessas forças, através de suas atividades complementares, são incomensuráveis, fato que também induz à sua continuada preparação, a começar por uma justa e satisfatória alocação de recursos. Este, acreditamos, deve ser o entendimento do poder militar, como parcela inalienável do poder nacional, tão importante como as demais expressões. Somente assim a sociedade disporá de um instrumento realmente eficaz para o atendimento de seus mais caros anseios e aspirações.

A seguir, abordamos o conceito de sociedade e, em decorrência, o de sociedade civil, onde procuramos deixar patente que o aspecto mais importante de um conglomerado social, em que pese o amplo e complexo relacionamento de seus membros, é o seu sentido de identidade. No caso da sociedade nacional, essa identidade deve ser cultuada desde as mais remotas e elementares tradições, passando pela cultura, até os mais importantes objetivos estabelecidos para a Nação. De acordo com esta acepção, respaldada pelos principais estudiosos da Sociologia, a sociedade civil é uma só, congregando

todos os cidadãos submetidos às mesmas leis. Mais uma vez ficou caracterizada a falácia do maquiavélico contraste "civil x militar", que pessoas descompromissadas com a verdade tentam difundir, particularmente entre os segmentos sociais menos esclarecidos e em fase de formação educacional, por representarem terreno fértil e receptivo à semeadura de suas idéias. Nesse tópico, chegamos à conclusão que todas as classes integrantes da sociedade são importantes na composição do amálgama que constitui o campo das relações humanas. Civis e militares, todos cidadãos nacionais, têm sua representatividade no contexto social e, antes de se contraporem, devem unir esforços e estreitar relacionamentos, na busca incessante do objetivo maior sintetizado no bem-comum.

Ao abordarmos o tema sociedade, aproveitamos o ensejo para tecer considerações a respeito do Estado, uma vez que ele existe em função daquela. Vimos que o Estado, como organização política por excelência de uma nação, é o detentor do poder, por delegação da sociedade, devendo exercê-lo em prol dos interesses nacionais. Para tal, sua estruturação deve estar de acordo com as necessidades do país e em sintonia com as injunções conjunturais. Isto implica que ele tenha flexibilidade em sua organização, não devendo, simplesmente, ser cópia de modelos alienígenas ou se transformar em uma instituição "obesa" para atender a interesses corporativos e/ou competir com a iniciativa privada. Pela sua própria essência de responsável por direcionar a nação rumo ao bem-estar social, o Estado deve, em princípio, dar prioridade às atividades inerentes a essa progressão social, permitindo que a iniciativa privada se desenvolva através das rotas balizadas pelas leis

do mercado. Tal posicionamento não exige o Estado de estar sempre atento aos descaminhos e de buscar continuamente o resguardo dos interesses nacionais, particularmente de desenvolvimento e segurança, concebendo e aplicando estratégias coerentes com a consecução dos objetivos nacionais.

Na intrincada tarefa de gerir o Estado, torna-se fundamental que os governantes pratiquem a arte política em sua essência, bem interpretando os anseios da sociedade, estabelecendo objetivos que realmente reflitam tais interesses e colocando-os acima de requisições corporativas, de forma a tornar viável a continuidade da ação política ao longo dos sucessivos períodos governamentais.

A partir do entendimento da função de cada engrenagem e de todo o conjunto

representado por essa complexa máquina social, será muito mais fácil a obtenção do consenso nacional em torno do que fazer para se atingir o quê. Em nossos dias, quando a velocidade é fator inegável de êxito, não há por que ficarmos à espera do surgimento de "salvadores da pátria", de milagreiros que consigam transformar o País em um paraíso da noite para o dia. O lema tem que ser o do entendimento, o da conscientização do povo e, principalmente, das elites dirigentes, o da colocação dos interesses nacionais acima de quaisquer outros menos nobres. Em outras palavras, esta reflexão nada mais significa do que mudança ou evolução cultural, condição básica para se evitar a proliferação de cegos que não querem enxergar. □

CASA TUFICK

FUNDADA EM 1914

**Tecidos, Confeções, Produtos 3M,
Bebedouros Elegê, Carpetes, Artigos Hering.
Calculadoras Sharp e Texas, Polaroid, etc.**

Tufick Comércio e Representações Ltda.

**RUA LUIZ BARRETO, 80 - (0243) 54-2104 e 54-0394 - 27500
RESENDE-RJ**



Saneamento Básico

José Maria de Souza*

Matéria extraída de monografia elaborada pelo autor, como exigência curricular para obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos Militares, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Examina a situação atual do saneamento básico em áreas urbana e rural, sua influência para o desenvolvimento psicossocial do homem brasileiro e suas conseqüências para a seleção e incorporação de conscritos para o Serviço Militar.

O historiador J. Stobart afirmava que “não há melhor índice de civilização e de cultura do que o bom (adequado) saneamento”.¹

O saneamento, no seu cômputo de medidas, configura uma luta do homem com o meio ambiente. Existe como tal desde tempos remotos. Desenvolveu-se e retrocedeu com a evolução e a queda das civilizações. Sua história remonta a um passado longínquo, que faz chegar, aos dias de hoje, eventos descontínuos, no tempo e no espaço.

* Oficial do Exército da Arma de Engenharia.

Datam de milênios construções importantes, como as de adutoras para água potável, na China e no Egito, de uma galeria para lançamento de esgotos, na Assíria, de túneis, cisternas e aquedutos para adução, reservação e distribuição de água, em Jerusalém, de um canal e túneis para distribuição de água, em Atenas, de aquedutos e canais de esgotos, em Cartago e Roma, de obras admiráveis de hidráulica no Império Asteca.

Posteriormente e por longo tempo, o desinteresse pelo saneamento ensejou endemias em extensas regiões, com alastramento quase incontrolável de pestes, que dizimaram

1 CETESB — “Sistema de Esgotos Sanitários”, p. 1.

milhões de vidas humanas até que surgiu, na Inglaterra, a reação.

"Os ingleses, em 1815, instituíram a Engenharia Sanitária; em 1848, promulgaram a primeira lei sanitária; em 1873, com Baldwin Lathan, publicaram a primeira obra didática sobre esgotos. Sucessivamente, no mundo, algumas cidades passaram a implantar suas redes de esgoto: Londres (1850), Hamburgo (1853), Frankfurt (1867), Berlim (1874), Buenos Aires (1877), Roma (1879), Viena (1889) e Nápoles (1893)."²

"Enquanto isso, no Brasil, chegou-se ao final do século XIX com algumas cidades providas de rede de abastecimento de água: Recife (1857), Pelotas (1872), Rio de Janeiro (1876), São Paulo (1877), Rio Grande (1878) e Campos (1890). Mais raros, porém, eram os sistemas de esgotos implantados: Rio de Janeiro (1864), Recife (1873), São Paulo (1877), Santos (1889) e Campos (1890)."²

No século XX, os países industrializados investiram na reversibilidade da poluição ambiental provocada pela industrialização e pelo crescimento das populações urbanas. Como exemplo da massificação dos empreendimentos nessa direção, promoveu-se a despoluição de rios, como o Tâmesis e o Reno, e alterações comportamentais, como a preocupação em eliminar o lixo, com os requintes das embalagens biodegradáveis e da transformação dos detritos de cozinha em lixo biológico.

No Brasil, os esforços em prol do saneamento também se multiplicaram. A partir de 1918, o engenheiro sanitário Saturnino de Brito empreendeu obras no

Recife, Santa Maria, Cachoeira do Sul e outras cidades. A partir de 1920, alguns governos estaduais passaram a avocar a solução do problema ao âmbito estadual, e daí essa responsabilidade se expandiu para todos os níveis governamentais.

Sucederam-se instituições responsáveis pelo saneamento básico, tais como a Fundação Especial de Saúde Pública (FESP), o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), o Banco Nacional de Habitação (BNH), bem assim planos como o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) e o Programa de Despoluição do Rio Tietê.

Entretanto, tal como a descontinuidade no tempo, também, há a descontinuidade no espaço. O quadro mundial, de acordo com dados oficiais, revela que cerca de um bilhão de pessoas não dispõem de água tratada, nem para beber, nem para higiene pessoal; 1,7 bilhão de pessoas não dispõem de serviços sanitários básicos; a água não tratada é uma das principais causas dos 900 milhões de casos anuais de diarreia, que matam 3 milhões de pessoas, em sua maioria, crianças; endemicamente, 500 milhões sofrem de tracoma, 250 milhões sofrem de esquistossomose e 900 milhões, de verminose; existem, ainda, em escala significativa, a cólera, a febre tifóide e a paratífóide.

Grande parte dessa miséria ocorre também no Brasil. Para a instituição militar, a situação do setor enseja as seguintes perguntas: quais são as suas causas? Que reflexos produz no homem brasileiro? Que consequências traz à seleção e incorporação às Forças Armadas? O que cada indivíduo e

2. Interior — Política Nacional de Saneamento Básico e Ambiental, p. 34 a 39.

as instituições podem fazer para reverter o problema? E ao Exército, o que se poderia reservar?

São esses questionamentos que nos propomos responder em sequência.

SANEAMENTO BÁSICO — CIÊNCIA E TECNOLOGIA A SERVIÇO DO HOMEM

Saneamento

Saneamento é o conjunto de medidas que visa a preservar ou modificar as condições do meio ambiente, com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde.

Esta definição, no entanto, está despojada do fator humano. O homem deve ser inserido nesse contexto, como agente e paciente de um modo de vida com qualidade. Essa qualidade deve traduzir as condições de salubridade, firmadas a partir de observações simples como casa, cidade e fazenda limpas.

Para que a conquista de um modo de vida padrão não caia em retrocesso é necessário que ele seja alimentado pelo saber popular e cresça como ideal e obrigação nas relações humanas.

Meio Ambiente

O meio ambiente é constituído por quatro elementos principais: água, terra, ar e sol.

Esses elementos naturais exercem influência sobre a casa, a escola, os locais de trabalho, de convalescença, de refeição e de diversão.

A água possui duas qualidades marcantes: grande poder de dissolução e grande capacidade para manter substâncias em suspensão. É o solvente químico universal. Internamente, compõe 70% das células do homem, que consome 2 a 3 litros por dia, através de ingestão, e perde cerca de 1,5 litro por dia, apenas pela transpiração. Existe na natureza, percorrendo um caminho chamado ciclo hidrológico.

Ao longo desse ciclo, a água encontra-se em permanente contato com os elementos presentes na atmosfera e na crosta terrestre. A partir daí, ela dissolve e recebe diversas partículas, que alteram suas características físicas, químicas e biológicas. Nesse processo, adquire os poluentes naturais.

Além disso, o homem, em decorrência das diversas atividades que executa, introduz outras substâncias nos corpos d'água. Nesse processo, adquire os poluentes artificiais.

A água pode afetar a saúde do homem através de mecanismos de risco, os quais estão distribuídos em três categorias principais: os relacionados com a ingestão ou contato com água contaminada por agentes biológicos (vírus,³ bactérias⁴ e parasitas⁵); os relacionados com os insetos vetores que necessitam da água em seu ciclo biológico;⁶ os derivados de poluentes químicos e físicos, contidos nos efluentes de esgotos industriais, nos resíduos de agrotóxicos, de vinhoto, mercúrio e substâncias radiativas.

3 Os vírus mais frequentes em águas contaminadas por dejetos humanos são os da poliomielite e da hepatite infecciosa.

4 As bactérias patogênicas comumente encontradas na água são responsáveis pela enterite, diarreia infantil, febre tifóide, cólera, disenteria bacilar, gastroenterite e leptosporose.

5 Os parasitas cuja infestação se dá pela água contaminada são a entamoeba histolytica, causadora da amebíase, a áscaris, o trífocálo, o ancylostoma, o necátor e o esquistossoma.

6 Esses vetores, em sua variedade, podem transmitir doenças como malária, febre amarela, oncocercose e filariose.

O simples aumento da quantidade de água, independente da melhoria de sua qualidade, representa fator de fundamental importância na prevenção de determinadas doenças. Moléstia como o tracoma, associada diretamente à higiene, é mais efetivamente combatida pelo aumento da quantidade de água, do que pela sua purificação.

A terra, ou o solo, constitui-se no *habitat* natural do homem. É, principalmente, no solo, que o homem exerce suas atividades biológicas, sociais e econômicas, alterando-o ou poluindo-o com resíduos e dejetos, que promovem o aparecimento de poluentes.

Todos os poluentes naturais e artificiais da água, se depositados no solo, poluem-no da mesma forma, principalmente, pela umidade que ele detém.

Assim, tal como acontece com a água, os riscos à saúde existem no solo, distribuídos pelas mesmas categorias e com a mesma morbidez.

O ar é a massa que envolve o homem e se interpõe entre ele e todos os outros seres. É o maior sustentáculo da vida humana. Carrega, em suspensão, partículas animadas e inanimadas; muitas produzidas, direta ou indiretamente, a partir de atividades humanas, constituindo os poluentes artificiais.

O sol, pela ação prolongada da luz, é um dos depuradores naturais dos elementos poluidores. No entanto, essa depuração só se torna efetiva quando a poluição é pequena e onde a concentração humana é baixa.

As Doenças, a Saúde e o Saneamento Básico

Importa particularmente à Engenharia Sanitária a classificação das doenças, de

acordo com o nível sanitário das populações em que sua ocorrência é predominante. Assim, existem doenças pestilenciais, de massa e degenerativas.

Doenças pestilenciais são aquelas que revelam o mais baixo nível sanitário das populações humanas. Ocorrem, predominantemente, nas regiões mais miseráveis da Terra; portanto, nas áreas em que as condições sanitárias são as mais precárias. Podem-se citar, como exemplos, a hidrofobia, a peste, a varíola e o cólera.

As doenças de massa assolam a maior parte da Terra e são responsáveis pela maior parcela dos óbitos nela verificados. Prevalencem nos países de desenvolvimento sanitário médio (países subdesenvolvidos e em desenvolvimento). O saneamento básico produz efeito decisivo no controle dessas enfermidades, quais sejam, diarreia, tuberculose, lepra, verminose e doença de Chagas.

As doenças degenerativas predominam nos países industrializados e mais desenvolvidos. Em geral, surgem após o indivíduo atingir certa idade e não tem sua epidemiologia e prevenção perfeitamente conhecidas. Como exemplos, podem-se considerar o câncer, a arteriosclerose e uma série de doenças cardíacas.

A saúde individual consiste, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) no "estado de completo bem-estar físico, mental e social". Não significa ausência de doença, conceito que encerra uma utopia. Nunca haverá alguém que desfrute de bem-estar tão abrangente. Entretanto, ele enseja um grau de perfeição que deve constituir um ideal para a humanidade.

O saneamento básico é um instrumento de saúde pública vinculado aos serviços de

Engenharia, que abrange as seguintes atividades: abastecimento de água, esgotamento sanitário e disposição do lixo.

O sistema de abastecimento d'água convencional consiste de manancial provedor, casa de bombas, estação de tratamento, reservatório e rede de distribuição, realizando, seqüencialmente, as atividades de adução, tratamento⁷ e distribuição.

O sistema de esgotos sanitários viável e, normalmente, adotado consiste de coletores, interceptadores, emissários e obras de lançamento final. Destina-se a coletar águas servidas e resíduos líquidos das localidades, proporcionando um destino final que acarrete segurança sanitária e conforto à comunidade, bem como controle da poluição dos cursos de água receptores.

A disposição do lixo está afeta aos serviços de limpeza pública e coleta de lixo, que se constituem das pessoas, equipamentos, viaturas especiais, incineradores, usinas de reciclagem, aterros sanitários e logradouros para depósito de lixo.

O SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL, REALIDADE ATUAL

"Em 1991, dois terços da população brasileira viviam em dramática situação de saneamento básico. Pelo menos, cem milhões de brasileiros não tinham condições sanitárias adequadas. Cinquenta e quatro milhões de

pessoas não recebiam água encanada. Cerca de cem milhões não contavam com o sistema público de coleta de esgoto. Do total de esgoto coletado nas principais cidades, apenas 3% recebiam o necessário tratamento. Poucas eram as comunidades que possuíam soluções sanitárias adequadas para a destinação do lixo."⁸

A Realidade Urbana

Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1991, a população do Brasil era de 146.154.502 habitantes e 74,1% estavam distribuídos em áreas urbanas.

O constante crescimento urbano no Brasil tem gerado sérios problemas. Eles decorrem de uma interação cruel do ecossistema urbano com o perfil distributivo da renda dos seus habitantes. O saneamento básico é um desses problemas, sentido, com maior rigor, pelas populações periféricas.

Existe, nitidamente, um modelo que prioriza o abastecimento d'água, "De 4.425 cidades brasileiras, em 1989, 4.231 possuíam rede de distribuição de água. 4.145 tinham coletas de lixo. Apenas 2.092 contavam com rede coletora de esgotos."⁹ Esqueceu-se, em muitas delas, da concepção de saneamento geral.

Muitas cidades possuidoras de água encanada não obedecem ao processo completo

7 Decantação, cloração e filtração.

8 Informativo CP/ECOME — nº 29 — abril de 1991 — País tem 54 milhões sem água encanada, p. 59.

9 IBGE — Anuário Estatístico do Brasil — 1991, p. 383.

de tratamento. Eximem-se, principalmente, da cloração, responsável pela eliminação das bactérias. Autoridades municipais e população se envolvem num jogo de omissão para o qual se encontram explicações evasivas e infundadas, tais como: a fonte é corrente; a água é clara; o cloro dá dor de barriga; é melhor ter água abundante do que água tratada; água tem que ser de graça.

**"A cada 24 horas, o país
acumula 70 mil toneladas
de detritos."**

O Globo, 14.02.1993

As redes de distribuição de água, quase sempre não beneficiam toda a população urbana. Existem pontos, nos bairros mais distantes e menos acessíveis, onde não chega o encanamento. A população é, então, obrigada a baldear água de poço, chafariz, torneira pública e caminhão-pipa. Enquanto isso, em outras situações, pelos motivos mais diversos, observa-se desperdício de água.

Durante as estações menos chuvosas, a seca tem assolado o Nordeste. Toda água consumida, em muitas de suas cidades, provém de poços ou é transportada por caminhões-pipas. Às vezes, até se paga por uma lata de água. Esse quadro caracterizaria uma situação esporádica, não fossem as emergências tão constantes na região.

O recurso da população, na ausência da rede de esgotos, tem sido variado, observando-se soluções sanitárias e recursos não sanitários.

Existindo água encanada, usa-se privada tipo WC, pia de cerâmica e fossa absorvente¹⁰ como solução sanitária; não existindo, a privada com fossa seca, um simples buraco no solo, recebe os dejetos, sem descarga de água.

A fossa negra é um dos recursos não sanitários. Escavada a uma profundidade abaixo do lençol freático, recebe dejetos e águas servidas. Outro é a privada sem fossa, elevada em relação ao solo, faz com que os excretos sejam dispostos sobre a superfície do solo, abaixo do piso, ficando expostos a vetores e animais domésticos como porcos e galinhas. Os dejetos depositados diretamente sobre o solo constituem alternativa de fundo de quintal ou matagal vizinho, quando nem a privada existe.

Não obstante esse quadro se configure principalmente nas regiões suburbanas e nas pequenas cidades, não raro e mais dramáticos são os esgotos a céu aberto, com excrementos *in natura* a poluir os cursos d'água e praias das metrópoles.

"A cada 24 horas, o país acumula 70 mil toneladas de detritos. Só no Rio de Janeiro, como exemplo, são recolhidas seis toneladas diárias, numa média estimada de 500 a 600 gramas de lixo por pessoa."¹¹

Quanto ao lixo recolhido, raramente ele sofre tratamento adequado. Sendo jogado em

10 Espécie de sumidouro escavado no solo, revestido de alvenaria, destinado a receber os dejetos e as águas servidas da residência.

11 O Globo — 14 de fevereiro de 1993 — Entrevista com Emílio Engenheer.

terrenos baldios, cursos d'água e lixeiras a céu aberto. Na disputa pela sua apropriação, às vezes, pessoas, porcos, cachorros, ratos e insetos experimentam o mesmo "cardápio" ou sobrevivem do mesmo espaço.

O lixo abandonado e jogado a esmo represa as águas de enxurrada e debruça-se sobre encostas, provocando inundações e desabamentos por ocasião das chuvas.

A Realidade Rural

As condições de saneamento no meio rural podem ser inferidas a partir dos seguintes dados: "em 1989, 1157 municípios possuíam rede de distribuição d'água fora do distrito sede; da mesma forma, 929 tinham coleta de lixo e 429, redes de esgoto".¹² Isso significa que, pelo menos uma parcela da zona rural desses municípios era servida nos moldes urbanos de saneamento. Contudo, o quadro revelou-se muito deficitário pelos próprios índices.

Os problemas no meio rural são atenuados pela baixa concentração demográfica, facilitando a ação dos depuradores naturais como o sol, o ar e os microorganismos dos solos. No entanto, os hábitos populares na adoção de recursos não sanitários são proporcionalmente mais freqüentes e os mesmos da população suburbana.

As Diferenças Regionais

"Observam-se profundas diferenças entre as grandes regiões brasileiras, principalmente na infra-estrutura de saneamento básico, tanto no meio urbano como rural."¹³

Na Região Sudeste, 99,9% dos municípios possuem rede de distribuição d'água; 98,2%, coleta de lixo e 90,9%, rede coletora de esgoto. Na Região Sul, 97,3% dos municípios contam com rede de distribuição d'água; 94,3%, com coleta de lixo e 39,0%, com rede de esgoto. Na Região Nordeste, 92,8% dos municípios tem rede de distribuição d'água; 92,6%, coleta de lixo e 26,1%, rede coletora de esgoto. Na Região Centro-Oeste, 95,5% dos municípios são dotados por serviços de coleta de lixo; 92,8%, por rede de distribuição d'água e 12,9%, por rede coletora de esgotos. Na Região Norte, 87,2% dos municípios são servidos por rede de distribuição d'água; 72,4% por coleta de lixo e 8,3%, por rede coletora de esgoto.

As Falhas Estruturais e Conjunturais

Os programas de desenvolvimento têm-se revelado descontínuos e provisórios em todos os níveis das administrações públicas. Como exemplo, as metas do PLANASA, fixadas pelo Ministério do Interior para o período 1981/90, estabeleciam: abastecer de água 90% da população urbana e atender, pelo menos, 65% da mesma com serviços adequados de esgotos. Hoje, vencido o prazo, esta meta ainda não foi atingida, nem o PLANASA existe mais.

12 IBGE — *Anuário Estatístico do Brasil* — 1991, p. 385.

13 IBGE — *Anuário Estatístico do Brasil* — 1991, p. 385.

As intervenções isoladas têm-se demonstrado pouco eficazes e a ausência de políticas migratórias, de ocupação do território e de empregos propicia concentrações demográficas e industriais desorganizadas e desestruturadas.

Há falta de sensibilidade, por parte dos administradores públicos, para se priorizar o setor e os recursos econômicos têm sido insuficientes para se eliminar o problema. Existe parcela considerável da população que requer investimento a fundo perdido, devido ao seu estado de pobreza.

Respaldo Legal

O saneamento básico respalda-se, legalmente, na Constituição, que estabelece preceitos que dizem respeito ao setor, tais como:

- a República Federativa do Brasil tem, como um dos fundamentos, a dignidade da pessoa humana;
- constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, entre outros, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- são direitos sociais, entre outros, a saúde e a proteção à infância;
- compete à União, entre outras obrigações, instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;
- é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, entre outros encargos, cuidar da saúde e assistência pública, proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico e

combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

- compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar, concorrentemente, entre outros assuntos, sobre proteção do meio ambiente, controle da poluição e proteção à infância;

- a ordem social tem como base o primado do trabalho e, como objetivo, o bem-estar e a justiça social;

- a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

- ao Sistema Único de Saúde (SUDS) compete, além de outras atribuições nos termos da lei, executar as ações de vigilância sanitária, participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico e colaborar na proteção do meio ambiente;

- incumbe ao poder público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

- as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Conclusão Parcial

Do retrato da realidade brasileira podem-se extrair os seguintes subsídios para a sua avaliação:

- a população da zona rural, das pequenas cidades e da periferia das grandes cidades sofre mais com a situação precária de saneamento;

- a distribuição de água encanada tem sido prioridade em todo o Brasil, embora nem sempre tratada;

- rede de esgoto é coisa rara nas pequenas cidades e na zona rural, enquanto, nas grandes cidades, têm sido comuns esgotos a céu aberto;

- a destinação indevida do lixo polui os terrenos baldios e os rios, ameaça as encostas de desmoronamento e tem sido causa de inundações, pelo represamento das águas de enxurradas;

- as regiões mais pobres do Brasil, também são, proporcionalmente, menos privilegiadas pelos serviços de saneamento. Assim, podem-se relacionar, na ordem decrescente de precariedades, as regiões Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sul e Sudeste;

- as falhas são de ordem estrutural e conjutural e revelam grande complexidade;

- a Constituição estabelece, como direito de todo cidadão brasileiro, o saneamento básico e, como dever do Estado, a garantia desse direito.

INFLUÊNCIAS DO SANEAMENTO BÁSICO PARA O DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL DO HOMEM BRASILEIRO

O Homem e o Meio Ambiente, a Sociedade e a Educação

As influências do meio ambiente podem ser benéficas ou prejudiciais, conforme ele seja adequado ou impróprio para o indivíduo.

O organismo humano possui uma capacidade de resposta às condições inadequadas do meio, chamada adaptação. Ela não é infinita e se verifica num intervalo denominado tolerância. Os limites dessa tolerância são definidos pelo binômio intensidade-tempo.

A sociedade é composta de indivíduos, cada um responsável por sua parcela no conjunto global. A soma das condições individuais promove o desenvolvimento social. Uma sociedade próspera, por sua vez, proporciona melhor qualidade de vida aos seus elementos.

Qualquer ação sobre o indivíduo provoca uma interação com a sociedade e vice-versa.

A educação adquirida pelo homem, desde a concepção, é um instrumento para a vida em sociedade. Dela dependem, entre tantas coisas, seu grau de civilização e sua cultura.

A cultura profissional do indivíduo influi na sua capacidade de trabalho.

O Homem, o Trabalho Produtivo e a Doença

A vida produtiva do homem corresponde, em média, ao período compreendido entre 15 e 60 anos de idade. Ao longo desse espaço de tempo, as atividades do indivíduo devem representar um fator de progresso para a comunidade a que pertence. Entretanto, a sabedoria e a experiência acumuladas não eximem a importância da atuação dos homens de mais de 60 anos.

Pelo trabalho, que é sua atividade produtiva, o indivíduo adquire o sustento e bem-estar para si e sua família.

Quando as condições adversas do ambiente ultrapassam a tolerância, torna-se impossível a adaptação e sobrevem a doença.

A doença incide sobre o indivíduo, prejudicando-o. Pode gerar, numa reação em cadeia, consequências negativas sobre sua educação, seu trabalho, sua vida familiar e seu bem-estar geral. A partir do indivíduo lesado, surgem reflexos, também negativos, para a sociedade.

Comprovação das Adversidades

O retrato da realidade cruel atrás apresentada reserva a certeza de que todos os brasileiros sofrem, direta ou indiretamente, as influências perversas da carência de saneamento básico no Brasil. Logicamente, a exploração de dados, fatos e exemplos divulgados pode conduzir à melhor percepção do problema.

"Em 1988, 7% das mortes registradas no Grande Rio foram causadas por doenças infecciosas e parasitárias."¹⁴

"Em 1989, o índice de mortalidade infantil no Brasil foi de 45 por mil. Comparativamente, no Japão — 4,7; Estados Unidos — 9,1; Argentina — 2,9 e Índia — 9,1."¹⁵

"Em 1991, numa das áreas do Rio, onde a maior parte do esgoto domiciliar não é tratado, uma pesquisa da Secretaria Estadual de Saúde, abrangendo 2.226 crianças menores de 5 anos levadas aos postos médicos, comprovou que todas são acometidas de diarreia, pelo menos, três vezes por ano."¹⁶

"A vida média no Brasil é de 62,3 anos para homens e de 67 para mulheres; enquanto,

no Japão, Argentina e Índia são, respectivamente, para homens e mulheres, 75,9 e 81,8, 67 e 74, 58,1 e 59,1."¹⁷

Há indícios de que o cádmio, um metal pesado que provoca degeneração óssea e insuficiência renal, possa estar poluindo o litoral do Rio de Janeiro.

O Anuário Estatístico da OMS de 1991 revelava que, no Brasil, os níveis de esquistossomose estavam aumentando.

"Nos primeiros 21 dias de 1993, o Ministério da Saúde foi informado da ocorrência de 814 casos de cólera no País. Desse total, 84,5% foram registrados na Região Nordeste, com seis mortes. No período, a doença atingiu um município de Minas Gerais. No Rio Grande do Sul, embora não houvesse nenhum caso comprovado, amostras de água do Rio Tramandaí, no litoral norte, acusaram a presença do vibrião do cólera."

Figuras caricatas são exploradas pelos meios de comunicação, tais como o Jeca-Tatu, Sugismundo e Cascão, representações pejorativas que atestam baixos níveis sanitários.

Conclusão Parcial

As influências do saneamento básico sobre o desenvolvimento psicossocial do homem brasileiro dependem de muitos aspectos, tais como, local onde vive, poder aquisitivo e hábitos de higiene. Entretanto, onde o homem e a comunidade convivem com a inexistência ou deficiência dos serviços de saneamento, seu padrão de vida cai.

14 Informativo CP/ECME — nº 29 — abril de 1991 — "Um elevado índice de mortalidade", p. 59.

15 *Almanaque Abril* — 1993, p. 319, 465, 381, 295 e 445.

16 Informativo CP/ECME — nº 29 — abril de 1991 — "Um elevado índice de mortalidade", p. 59.

17 *Almanaque Abril* — 1993, p. 319, 465, 295 e 445.

O ambiente torna-se propício à instituição de hábitos higiênicos inadequados. Reduz-se o conforto e deprecia-se o senso estético. As doenças podem levar o homem à inatividade ou reduzir sua potencialidade para o trabalho, transformando-o de unidade produtiva em uma carga para a sociedade. Diminui-se a vida média do homem, pelo aumento da mortalidade. Os locais de recreação e turismo são prejudicados. A flora e a fauna, também responsáveis pelo lazer e redução de tensões, são agredidas. Os mecanismos de assistência médica e previdência social tornam-se inviáveis, devido à perda de eficiência, causada por dois fatores: queda de arrecadação, motivada pelo decréscimo da capacidade produtiva da sociedade, e aumento da despesa, devido à quantidade de pessoas doentes.

CONSEQUÊNCIA DO SANEAMENTO BÁSICO NA SELEÇÃO E INCORPORAÇÃO PARA O SERVIÇO MILITAR

Recrutamento

O recrutamento para a prestação do Serviço Militar compreende: seleção, convocação e incorporação.

A seleção é realizada dentro dos aspectos físico, cultural, psicossocial e moral. Deve proporcionar a avaliação e o aproveitamento dos brasileiros para a incorporação, conforme suas aptidões e as necessidades das Forças Armadas. Compreende, além do alistamento, inspeção de saúde, testes de seleção e entrevista. Classifica os inspecionados em apto A, incapaz B-1, incapaz B-2 e incapaz

C, e preconiza, pela seriedade com que deve ser conduzida, eliminar os problemas para a incorporação.

“Onde o homem e a comunidade convivem com a inexistência ou deficiência dos serviços de saneamento, seu padrão de vida cai.”

A convocação é a chamada dos brasileiros para a prestação do Serviço Militar. Anualmente, esta chamada se faz aos jovens de uma mesma faixa etária (classe) para o Serviço Militar inicial, aos 19 (dezenove) anos de idade.

A incorporação é o ato de inclusão do convocado na organização militar.

Preconiza intensa disponibilidade do homem durante a prestação do Serviço Militar. Para isso, o Serviço Militar tem por base a cooperação consciente dos brasileiros, sob os aspectos espiritual, moral, físico, intelectual e profissional, na segurança nacional.

Uma Amostragem da Sociedade

Anualmente, os candidatos à prestação do Serviço Militar constituem uma amostragem da sociedade brasileira. Na herança de suas características acumulam, também, influências das condições sanitárias em que vive toda a população.

Numa amostragem regional, em 1992, no âmbito da 1ª Região Militar, 87.935 brasileiros compareceram à seleção; 60.670 foram julgados aptos. Cerca de 31% foram considerados incapazes.

Esse índice de incapacitação comprova a existência de sequelas de uma sociedade molesta, entre outros males, pela deficiência ou falta de saneamento básico. Isso acontece, embora a 1ª Região Militar esteja sediada no Sudeste, estatisticamente comprovada a região mais bem dotada dos serviços de saneamento básico no Brasil.

Ao aumentar o número de incapazes, o excesso de contingente diminui. A qualidade é buscada a partir de um universo menor de conscritos. Surgem, então, conseqüências negativas na incorporação, com desdobramentos durante o ano de instrução.

Comprova-se maior incidência de problemas médicos pré-existentes à seleção e, também, os adquiridos posteriormente. Constata-se maior número de problemas sociais. Tornam-se mais freqüentes os problemas disciplinares graves.

A caserna revela, sistematicamente, deficiências sanitárias em grande parcela do efetivo incorporado, que demandam atenção e providências especiais. São de ordem médico-odontológicas: verminose, micose e cárie dentária. Surgem motivadas pela falta de educação: os maus hábitos de higiene. São de ordem sociológica: o baixo padrão de vida de seus familiares e de sua comunidade de origem.

Conclusão Parcial

Como conseqüência do quadro esboçado, comprovaram-se evidências que seriam atípicas, não fossem sua constância e abrangência, ressalvada é claro, a variação de intensidade devida às diferenças regionais.

O nível de qualidade do efetivo incorporado cai; a disponibilidade do soldado di-

minui com o aumento de baixas médicas. Ocorre maior número de licenciamentos a bem da disciplina e por problemas médicos ou sociais. A baixa aptidão intelectual para aprender a operar equipamentos e armamentos modernos e complexos, fruto de deficiências mentais do efetivo incorporado, pode comprovar sequelas das doenças endêmicas. A baixa capacidade para resistir às operações militares de longa duração, cujas exigências em rusticidade pressupõem excelentes condições de saúde para "durar na ação", também, pode ser causada por doenças endêmicas.

A BUSCA DE SOLUÇÃO

Necessidade de Mudanças

Torna-se importante distinguir as mudanças capazes de promover reflexos positivos para o setor. Assim:

- o País tem que retomar o desenvolvimento sócio-econômico;
- os governos devem estabelecer programas abrangentes; porém, exequíveis e duradouros na sua concepção;
- é necessário um trabalho integrado; principalmente dos setores saneamento, habitação, promoção social, educação, saúde pública, poder público, iniciativa privada e comunidade;
- os governos devem estabelecer uma política de ocupação do território. A criação e o incentivo às correntes migratórias dos grandes centros para o interior podem trazer reflexos positivos, tais como: inibir a migração inversa, esvaziar os grandes centros, diminuir o seu déficit habitacional, estabilizar

sua demanda de saneamento, incrementar a construção civil no interior, criar novos pólos de desenvolvimento e incentivar o desenvolvimento integrado das pequenas cidades;

- o saneamento básico deve ser uma prioridade nacional;

- os investimentos do setor, a fundo perdido, devem restringir-se apenas às regiões e população carentes;

- não há solução duradoura sem a ajuda da população, sua mobilização ou seu comportamento adequado com o meio ambiente. O caminho deve ser o da participação, cidadania e civilidade.

O Papel do Homem Brasileiro

Quaisquer que sejam as falhas ou mudanças, o foco da questão está no homem. Os problemas e as soluções divergem dele e, para ele se convergem. Tendo-os gerado, também deve solucioná-los, desde que receba os instrumentos adequados.

O homem usou sua capacidade de improvisar para modificar o ambiente, o que lhe trouxe conflitos com o próprio meio. No entanto, a improvisação e habilidades lhes permitem eliminar esses conflitos. Essa capacidade advém do hábito ou treinamento, das tendências voluntárias, das aptidões mentais e das pressões sociais.

A vida em sociedade gerou a necessidade de desenvolvimento de um senso ético ou padrão de comportamento para uma atividade cooperativa e não dissociativa da comuni-

dade. Esse padrão ético somente pode derivar da compreensão, isto é: as obrigações do homem para com a comunidade só são assumidas quando entendidas as suas finalidades.

É senso ético o homem brasileiro solucionar os problemas de saneamento no Brasil. A sociedade deve, então, despertar, nesse homem, a vontade; aproveitar suas aptidões, orientá-lo e treiná-lo através de um processo de conscientização nesse sentido.

O Papel do Estado

O Estado deve proporcionar os instrumentos que garantam ao homem brasileiro eficácia no setor, através de políticas, estratégias de governos, investimentos e educação.

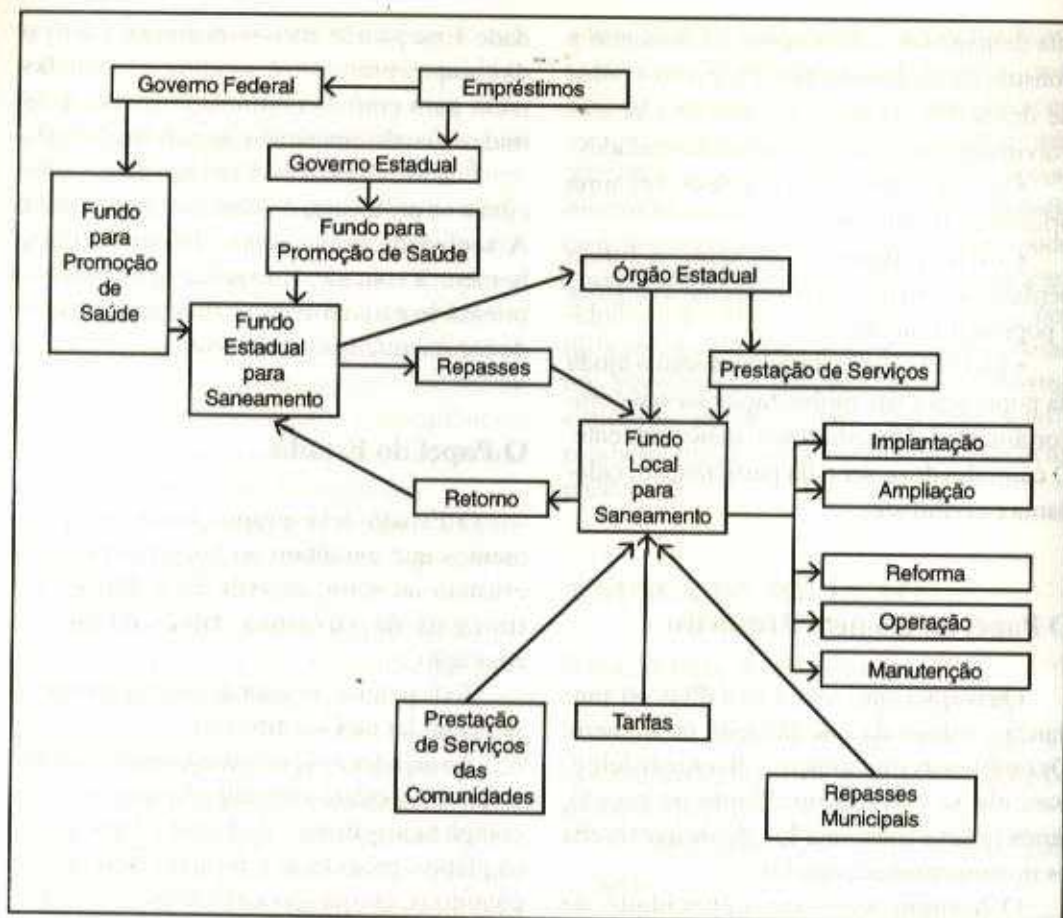
Toda política no setor de saneamento deve se respaldar na Constituição.

Ao atender aos preceitos constitucionais, o Governo estará concebendo uma política completa nos limites do Estado. Entretanto, os planos, programas e projetos deverão ser contínuos, exequíveis e eficazes.

Quanto aos investimentos, entre tantas possibilidades, o esquema a seguir sugere um modelo, que é genérico na captação e específico na aplicação dos recursos. Por conseguinte, não deve admitir desvios e será mais ou menos superavitário, conforme a capacidade de gerenciá-lo.¹⁸

A então Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) enfatizou alguns aspectos que caracterizam o processo de educação ambiental:

18 FONSECA Edmilson — Saneamento Rural na Paraíba — Propostas para implantação e institucionalização, p. 304.



• na educação formal, não poderá ser mantida a tradicional fragmentação dos conhecimentos através de disciplinas escolares considerados como compartimentos estanques;

• a educação ambiental deverá estender-se à toda a comunidade, proporcionando-lhe uma tomada de consciência e conseqüente participação no equacionamento dos problemas ambientais vivenciados;

• os diversos aspectos do ambiente variarão no tempo, definindo novas configurações biofísicas e novas estruturas sociais e culturais; portanto, novas problemáticas.

A educação ambiental deverá adaptar-se, permanentemente, para responder a elas.

Não se pode esquecer da divulgação de idéias novas ou corretivas que contribuam na melhoria das condições higiênicas. Um exemplo do passado, que atesta a adoção desse instrumento, é a figura de Zé Carioca, o papagaio sabido que, através da sua arte, divulgou idéias sobre poços d'água residuárias e proteção dos alimentos. Essa prática plausível favorece à propagação do óbvio, simples hábitos, porém necessários, como medida de saneamento, tais como: evite o desperdício; beba apenas água tratada ou fervida; banhe-

se diariamente, nunca em água contaminada; lave as mãos antes de todas as refeições e após as necessidades fisiológicas; faça suas necessidades fisiológicas numa privada que não atraia mosquitos; reduza o seu lixo, evite jogá-lo a esmo, acondicione-o para um fim adequado, separe-o por espécies, facilitando sua reciclagem, mas, antes, reutilize-o se possível; mantenha seu ambiente sempre limpo; evite contato direto com solos contaminados; lave frutas, legumes e verduras com água tratada ou fervida; não contamine as plantas, os solos, nem os rios com substâncias nocivas, como mercúrio e agrotóxicos; por tudo isso, no exercício de sua cidadania, contribua para que os serviços de água, esgotos, limpeza pública e coleta de lixo, primeiro existam, depois funcionem adequadamente.

Subordinam-se ao processo educativo, por considerá-los instrumentos adequados às soluções dos problemas do saneamento, a integração perfeita entre os profissionais planejadores, os sanitaristas e a comunidade. É mais, a simbiose entre a ciência e tecnologia com a sabedoria popular.

O Papel das Instituições

Nos dois parágrafos anteriores, fez-se a tipologia do homem, como agente das medidas de saneamento, e dos instrumentos para sua eficácia. Procurar-se-á, agora, considerar a sociedade organizada para facilitar a obtenção desses instrumentos. Para isso, ela se estrutura em instituições específicas ou com possibilidades para atuar em prol do setor, passíveis de convocação pelas estratégias de governo, podendo ser privadas, públicas ou de outra natureza jurídica.

São instituições específicas, podendo estar ou não cadastradas no Cadastro Nacional das instituições que atuam na área do meio ambiente. Entre tantas: Secretaria do Meio Ambiente (SMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), Companhia de Tecnologia de Saneamento Básico (CETESB).

Incluem-se, como instituições com concretas possibilidades de atuarem, direta ou indiretamente, em atividades de saneamento básico, a Família, a Igreja, a Escola, as Empresas e as Forças Armadas. Observa-se que existem aspectos relevantes sobre a conjuntura e a importância de suas participações.

Em relação à Família, o problema é mais sério, exatamente quando não se pode reunir pais e filhos sob um teto ou sob um teto decente.

À Igreja Católica, embora se reconheça a excelência do seu papel na educação de massa, não seria assaz oportuna uma reavaliação de sua posição sobre a anti-concepção? Essa pergunta tem a finalidade de estimular a reflexão sobre o controle da natalidade.

Quanto às Escolas, convém se buscar, em todos os níveis: primeiro, o bom exemplo; depois, o ensino específico e até um "laboratório" para formulação de novos princípios, métodos e técnicas voltados para o saneamento.

Às Empresas, principalmente no setor privado, já se cabem, como oferta de serviços competitivos, reivindicações em favor do funcionamento privado de serviços relacionados ao saneamento básico, talvez até como forma de atender à demanda e resolver a falta de investimentos no setor.

Vê-se, nas Forças Armadas, especificamente no Exército Brasileiro, o exemplo mais participativo das instituições não específicas. Até porque o saneamento básico está inserido nas suas atividades de preparar a Força para um ambiente operacional.

Constam do Manual de Campanha de Higiene Militar, destinado à formação básica de todo soldado, os assuntos: controle das doenças transmissíveis, suprimento de água em campanha, eliminação de detritos, higiene do rancho, controle e combate aos vetores e higiene individual.

As obras e os serviços de saneamento básico enquadram-se, em quase todos os seus estágios, entre os trabalhos técnicos das unidades de Engenharia. O Exército Brasileiro tem potencial para projetá-los e executá-los, à semelhança do que acontece com outras obras correlatas.

Há muitos anos, os Batalhões de Engenharia de Construção atuam no Nordeste, em convênio com outros órgãos da administração pública, construindo açudes e perfurando poços, proporcionando mananciais de água para a população.

A Diretoria do Serviço Geográfico do Exército é cadastrada no Cadastro Nacional das instituições que atuam na área do meio ambiente, pela atividade que lhe é peculiar: mapear todo o território nacional.

As Unidades de Engenharia de Combate possuem o conhecimento técnico necessário ao tratamento d'água.

As atividades de construção de qualquer obra de saneamento básico se enquadram nos trabalhos técnicos inerentes à Engenharia do Exército Brasileiro. Constituem-se, por conseguinte, em excelentes meios de adestramento dos quadros da Arma.

O Instituto Militar de Engenharia gradua engenheiros da área de construção civil no seu Curso de Fortificações e Construções.

O Quadro de Engenheiros Militares mantém, em sua organização, engenheiros especializados em Engenharia Sanitária.

“As obras e os serviços de saneamento básico enquadram-se, em quase todos os estágios, entre os trabalhos técnicos das unidades de Engenharia do Exército.”

A estrutura dos Batalhões de Engenharia de Construção é competente para empreender variadas obras de saneamento básico. Empreendendo-as, estarão se adestrando nos trabalhos técnicos, semelhantes aos que o ambiente operacional possa lhes exigir.

Atualmente, propaga-se a tendência de atribuir-se ao Exército Brasileiro, através da sua Engenharia, obras de saneamento básico. No Brasil existem vazios de interesse que explicam o afastamento das empresas civis de determinadas regiões. Nesse caso, a Engenharia Militar está apta a substituí-las.

Reversão do Imobilismo

No momento em que se avulta a precariedade da situação sanitária no Brasil, tamanha a defasagem, vislumbra-se a necessidade de um mutirão nacional para resolver o problema.

Entende-se que, num mutirão, a inércia da sociedade é substituída pela atuação de todos os segmentos, acima de sua carga normal de realizações, em função de um objetivo

de governo perfeitamente sintonizado com os anseios da comunidade.

Entende-se também que, no caso em questão, tratar-se-á de resgatar o tempo perdido, "reformando a casa, mas sem deixar de aumentá-la adequadamente", em função de um desenvolvimento integrado.

Entende-se ainda que a nenhum segmento da sociedade se justifica o imobilismo consubstanciado na expressão — só faço o que me interessa — principalmente quando a sua capacidade transcende a rotina. A identidade de objetivos preconiza exatamente interessar-se pelo que se faz.

Entende-se, até, que um mutirão é temporário; portanto, deve caracterizar-se como parte, apenas, de um planejamento faseado de metas exequíveis.

Finalmente, entende-se que, para sua eficácia, é imprescindível anular a ação dos corruptores, dos aproveitadores e dos incentivadores da miséria do povo brasileiro. Quais sejam e como anulá-los, pela complexidade e importância, seriam motivos para outro trabalho de pesquisa.

CONCLUSÃO

Numa visão global das condições de saneamento básico no Brasil, tanto em áreas urbanas como rurais, revela-se o estágio de miséria do povo.

O homem brasileiro tem sofrido toda sorte de influência adversa, que interfere negativamente na sua saúde, educação, trabalho e bem-estar geral. Essa influência desencadeia uma série de ações, também negativas, sobre as instituições que compõem a sociedade organizada.

Nesse percurso de adversidade, o Exército Brasileiro é lesado na essência da sua constituição, o homem. O nível de

qualidade do efetivo incorporado cai. A disponibilidade do soldado diminui com o aumento de baixas médicas. Ocorre maior número de licenciamentos a bem da disciplina e por problemas médicos ou sociais.

Sequelas das doenças endêmicas pré-existentes à incorporação têm sido causas da baixa aptidão intelectual para aprender a operar equipamentos e armamentos modernos e da baixa capacidade para resistir às operações militares de longa duração.

A prevalecer a irreversibilidade das condições sanitárias atuais, com tendência a agravar-se, simultânea ao aumento da necessidade qualitativa do soldado que a guerra moderna impõe, ter-se-á o prognóstico de uma situação cada vez mais prejudicial à otimização da operacionalidade das Forças Armadas brasileiras.

Certamente, essas deficiências críticas não podem comprometer a perspectiva de um futuro melhor. E aí consegue-se, também, visualizar uma realidade que, mesmo "no fundo do poço", oferece possibilidades de recuperação.

Enfatiza-se o homem como foco de todo o problema e de qualquer solução e que esta só se viabilizará quando ele receber, da sociedade, os instrumentos para promover as mudanças necessárias, consubstanciados na política e estratégia de governo, no investimento e na educação.

Vislumbram-se dois procedimentos essenciais: o primeiro visa a submeter o setor a um plano emergencial de abrangência — um mutirão nacional —; o segundo trata de institucionalizá-lo, ou seja, vinculá-lo a um programa nacional de saneamento, ora inconsistente.

A abordagem encerra a alusão de que a sociedade brasileira deva ser mobilizada num chamamento cívico que proporcione melhor qualidade de vida à sua população.

Quando isso acontecer, a tendência atual reserva ao Exército Brasileiro uma participação ativa em coerência com sua tradição pioneira nos momentos de crise e nas obras de cooperação, objetivando, pela prática nos trabalhos de construção, o adestramento de sua Engenharia, e, pelo resultado imediato, o desenvolvimento nacional.

No entanto, devem-se buscar mudanças estruturais em consonância com as mudanças conjunturais de menor prazo. Há que se adotar uma visão coerente, interdisciplinar e multisetorial de um progresso sócio-econômico a que o Brasil e os brasileiros, ansiosamente, aspiram. □

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 5 de outubro de 1988.
- . COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL (CETESB). *Sistema de Esgotos Sanitários*. São Paulo, CETESB, 1977.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1991.
- MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. C 21-10 — Manual de Campanha — Básico — Instrução Individual. *Higiene Militar*. Brasília, 1973.
- FONSECA, Admilson. *Saneamento Rural da Paraíba — Propostas para Implantação e Institucionalização*. João Pessoa, 1987.
- GOMES, Luiz Aírton. *Levantamento das condições sanitárias na Área do Polonoroeste e do Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, UFMT, 1987.
- PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo. *Saneamento do Meio*. São Paulo, Fundacentro, 1982.
- . COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL (CETESB). *Ecologia: Educação Ambiental*. São Paulo, CETESB, 1980.
- MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *Plano Regional de Convocação*. Brasília, 1992.
- . Ministério do Exército, IME. Trabalho Especial de Fim de Curso. *Saneamento e Abastecimento de Água*. Rio de Janeiro, 1983.
- VASCONCELLOS, José Luiz, GEWANDSZNAJDER, Fernando. *Programa de Saúde*. Ática. São Paulo, 1991.
- . Universidade Santa Úrsula. Centro de Ciências Exatas e Tecnologia. Departamento de Engenharia Civil. *Saneamento Básico I*. Rio de Janeiro, 1983.
- . *Almanaque Abril*. 93. São Paulo, 1993.
- . *Eco-Rio*. Ano 1, nº 3. Rio de Janeiro, 1991.
- . *Scala*. Alemanha, agosto de 1992.
- . *Memória*. Ano IV, nº 15. São Paulo, Eletropaulo, 1992.
- . *Rumos*. São Paulo, maio/junho de 1992.
- . *Revista da ESG*. Ano VI, nº 14. Rio de Janeiro, 1990.
- . *Revista da ESG*. Ano VI, nº 15. Rio de Janeiro, 1990.
- . *Interior*. Brasília, novembro/dezembro de 1983.
- . *Interior*. Brasília, outubro de 1975.

Artigos de Jornal

- ENGENHEER, Emílio. O desperdício deve ser superado. Entrevista, *O Globo*. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1993, p. 3.
- . O País. *O Globo*. Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1993, p. 5.



Se o Tiroteio Começar, Quem Vencerá?

Edward W. Desmond

Tradução de Rauvine Gaspar de Oliveira*

Reprodução de artigo publicado na revista Time, edição de 4 de abril de 1994, traduzido para o Português. No original, a pergunta do título é assim complementada: "Um estudo secreto do Pentágono fornece uma resposta estarrecedora; planejadores de defesa norte-americanos tentam um reajuste", que revela o seu conteúdo.

A barragem que abre o ataque de surpresa é a mais letal da história moderna. Mais de 10.000 peças de artilharia norte-coreanas e lançadores de mísseis fazem chover fogo sobre segmentos dos 258 km de fronteira. Milhares de homens apanhados pela torrente de fogo e aço lançada nas brechas serão feitos em pedaços. Outros milhares, nos abrigos fortificados, morrem quando explosivos combustíveis aerolanzados transformam o ar que respiram num verdadeiro inferno. Aqueles que sobrevivem ao assalto infernal rapidamente são tomados por espasmos agonizantes enquanto gases tóxicos dos nervos atacam-lhes pele e olhos.

Dentro de minutos, após a barragem ter sido levantada, milhares de homens da tropa de infantaria norte-coreana avançam cobertos por cortina de fumaça na linha sul-coreana, seguindo tropas blindadas equipadas com carros de combate T-62 e viaturas de transporte de pessoal. Comandantes sul-coreanos, nos flancos, tentam trazer sua própria artilharia, a fim de barrar as hordas que passam por eles, mas muitos de seus chefes de peça estão engajados, pelo fogo, com centenas de comandos norte-coreanos que haviam emergido de dentro de túneis secretos, repentinamente abertos entre os defensores.

Em uma dúzia de bases aéreas estabelecidas através do país isolado, esquadrões

* 1º Tenente do Exército.

de F-16 americanos e sul-coreanos tentam rapidamente desencadear um contra-ataque aéreo. Mas novamente os planejadores defensivos dos EUA subestimaram o alcance e a ferocidade das forças especiais da Coreia do Norte, que haviam se infiltrado, com antecedência, no Sul. Em Osan, na ampla base americana localizada a 40km ao Sul de Seul, os comandos surgem, de lugares ignorados, para alvejar os pilotos reunidos na preparação final antes do voo, matando-os e abortando o contra-ataque. Em muitas bases aéreas sul-coreanas, mísseis *Scud*, com ogivas de gases tóxicos dos nervos, explodem nos hangares e efetivamente aniquilam as operações.

Dentro de três dias, toda a linha-de-frente sul-coreana é desintegrada. Jamais tendo sido adestrados para retraírem e reagruparem-se, as tropas sulistas, 90% das quais organizadas numa faixa de 50km após a fronteira, fogem num pânico desordenado. Colunas blindadas norte-coreanas avançam, ferozmente, para envolver Seul e deslocarem-se ao sul até Taejon, um nó rodoviário vital. Elas alcançam seu objetivo em quatorze dias, devorando o suprimento de gasolina e óleo capturado ao longo do caminho, e rumando rapidamente para Pusan, o principal porto sul-coreano de desembarque, a fim de bloquearem a chegada das divisões pesadas dos EUA.

Enquanto os invasores atravessam o interior do país, unidades levemente armadas da reserva de Seul estão em maus lençóis, confrontando-se contra carros-de-combate e viaturas blindadas de transporte de pessoal. Milhões de civis em pânico lotam as rodovias após o avanço das colunas norte-coreanas, que, mais distantes, escondem-se do contra-ataque dos bombardeios americanos. Dentro de quatro semanas, as tropas de Kim Il Sung

capturaram Pusan, apagando o erro que seus predecessores fizeram 45 anos antes, quando forças do Norte não conseguiram alcançar o porto antes que novas tropas americanas chegassem para recolocá-las atrás do paralelo 38.

Nesse instante, a guerra da Coreia está quase no fim. Em Washington, o Presidente Bill Clinton pondera sobre contundentes opções. A península da Coreia está perdida. A Segunda Divisão de Infantaria, escudo das forças defensivas do Exército dos EUA na Coreia do Sul, sofreu 10.000 baixas. Os remanescentes 10.000 homens americanos foram capturados ou estão sendo evacuados. O Secretário da Defesa americana, William Perry, apresenta, ao seu comandante-em-chefe, quatro opções: montar uma invasão no estilo da Normandia, vinda da costa de um relutante Japão; usar armas atômicas em Pyongyang; lançar mísseis aéreos e submarinos, do Japão e de transportadores americanos, com o custo de incontáveis vidas de civis e do opróbrio da opinião pública mundial, ou, simplesmente, jogar a toalha. O Presidente reserva um horário para transmitir, em cadeia nacional de televisão, sua decisão ao país.

Esse cenário apocalíptico não é episódio de ficção científica. A desastrosa projeção é resultado da análise de um computador de guerra norte-americano muito bem classificado, dada em 1991 pelo Escritório de Avaliações do Pentágono, que confecciona estudos especiais sobre forças inimigas ao redor do mundo. Para seu exercício eletrônico, analistas civis e militares fizeram uso do mais extenso e exato banco de dados jamais desenvolvido sobre as possibilidades do Exército da Coreia do Norte, de 1.1 milhão

de homens, contra os 635.000 dos da Coreia do Sul e 35.000 dos EUA. Os analistas ficaram alarmados quando seus computadores repetidamente declararam o Norte vencedor em vários cenários de guerra. Diz um dos autores do estudo: "nós não seríamos vencedores nem mesmo num bate-bola."

Será que o resultado de um simples exercício de simulação, mesmo muito bem elaborado, é suficiente para nos fazer afirmar que Kim Il Sung provavelmente irá ganhar o confronto militar que a altas vozes ameaça começar contra o Sul? A questão ainda está sendo debatida nos círculos militares americanos, sob a luz de incendiárias ameaças de Pyongyang e promessas de reunificar a península em torno de 1995.

Apesar dos resultados do jogo da guerra de 1991, a maioria dos estrategistas americanos faz eco à afirmação de seu Secretário de Defesa, feita à *Time* na semana passada, que um novo conflito coreano, embora imensamente sangüinário e destrutivo, terminaria de fato na derrota do Norte. "O resultado final da guerra não estaria seriamente em dúvida", ele diz calmamente.

Entre as razões para tal confiança, enumeramos:

- algumas fraquezas da defesa identificadas, em 1991, pelo relatório do Pentágono já foram corrigidos;
- o iminente envio de um batalhão de mísseis *Patriot* americanos é um outro importante passo nessa direção. Entre outros incrementos sob discussão, estão o transporte de mais aviões de ataque para bases no Japão e na Coreia do Sul e a colocação de um porta-aviões próximo às águas coreanas.

A simulação de 1991 levou em conta que os norte-coreanos estavam em excelentes

condições de combater. Planejadores americanos, entretanto, acreditam que, hoje, a capacidade de combate do Norte está debilitada por más condições econômicas do país e falta de treinamento.

O poder aéreo aliado representaria papel muito mais devastador do que o considerado pela simulação, em parte devido ao desenvolvimento da segurança das bases aéreas.

"Você sempre tem algum risco na guerra", diz o General da reserva Robert Riscassi, comandante das forças americanas na Coreia do Sul, de 1989 a 1992. "Mas o nosso atual plano defensivo é bom o suficiente para nos levar à vitória, e isso é tudo o que você pode pedir." Há dois anos, Riscassi revisou o esquema feito pelo Pentágono para a defesa da Coreia do Sul, conhecido como OP5027. Seu sucessor em Seul, General Gary Luck, repetiu ao Congresso americano, mês passado, que os defensores da Coreia do Sul estão aptos a cumprir sua missão, embora ele acrescente que as baixas poderiam variar até acima de 436.000 homens, inclusive milhares de americanos. O ministro da defesa sul-coreana, Rhee Broung Tae, é até mais otimista. Semana passada ele declarou, à Assembléia Nacional em Seul, que as forças aliadas não só derrotariam qualquer ataque norte-coreano, mas também usariam a oportunidade para capturar Pyongyang.

Muitos peritos militares, entretanto, continuam convencidos de que o preocupante cenário de 1991 é totalmente viável. Destaca-se entre eles o coronel da reserva da Força Aérea americana Robert Gaskim, líder do controverso estudo do Pentágono. "Nós estamos muito mais vulneráveis do que a maior parte das pessoas imagina", diz Gaskim, que serviu por três períodos na

Coréia do Sul e é agora o vice-presidente dos Negócios Executivos da Segurança Nacional. "Eu sei que têm sido feitas mudanças nas defesas, mas ainda estou bastante preocupado." Um pequeno, mas excelente grupo de especialistas militares da reserva coreana faz eco às suas afirmações. Diz um antigo analista da Agência de Inteligência da Defesa dos EUA (que endossa enfaticamente as opiniões de Gaskim), num estudo separado: "Eu me sinto muito desconfortável."

Os pessimistas estão mais apreensivos sobre um fato: aproximadamente 90% das tropas sul-coreanas e americanas estão numa faixa de 50km da zona desmilitarizada, ficando facilmente ao alcance da potente artilharia do norte. As linhas defensivas aliadas, divididas em três finas linhas, codinominadas de LAADA (Limite anterior da Área de Defesa Avançada) Alfa, Bravo e Charlie, são um grupo de obstáculos anti-carro, fortificações e trincheiras que marcam as linhas de frente ao fim da primeira guerra da Coréia, em julho de 1953.

Seul tem investido pesado naquelas linhas defensivas, especialmente a extensão do LAADA que cruza os vales de Munsan e Chorwan, as prováveis rotas de invasão. Mas, ao longo dos últimos quinze anos, Pyongyang tem respondido com um aumento de poder de fogo da artilharia que o Secretário de defesa americana reconhece como maior e melhor que qualquer coisa possuía por Saddam Hussein, incluídos centenas de lançadores de foguetes de 240mm e armas *Kokson* de 170mm, que estão entre as de maior alcance do mundo. Essa força pode fazer fogo com, pelo menos, 20 milhões de tiros de alto-explosivos, combustíveis aéreos explosivos e armas químicas durante um único dia. "A barragem de abertura da

artilharia norte-coreana", diz Gaskim, "faria a Batalha de Somme parecer um *piquenique*".

Como parte do seu trabalho do OP5027, o General Riscassi tentou persuadir os oficiais engajados na defesa da Coréia do Sul a puxar algumas forças para fora do alcance das baterias inimigas, mas eles recusaram. Tal redesevolvimento de tropas no terreno empurraria forças defensivas aos subúrbios de Seul, tornando a defesa da capital mais difícil, em caso de êxito da invasão inimiga. Isso significaria, também, comprar caras propriedades de terra de fazendeiros plantadores de arroz que não desejam ver novas áreas de estágio e defesa construídas em suas terras. Além do mais, os sul-coreanos têm muito mais confiança na independência e rusticidade das suas linhas de frente do que os americanos. Diz um veterano oficial sul-coreano: "Nós achamos que Riscassi estava exagerando o problema."

Críticos da prontidão sul-coreana citam outras sérias fraquezas. As unidades de vanguarda da Coréia do Sul têm pouco treinamento ou equipamento para socorrê-las em caso de retraimento, reorganização e retomada da ação ofensiva, aspectos considerados chave, em termos defensivos, pelas forças da OTAN. Os críticos acrescentam que Seul tem apenas quatro divisões mecanizadas capazes de bloquear qualquer grande êxito inimigo na abertura de brechas, e todas ocupando bases dentro do alcance da artilharia norte-coreana. Divisões feitas de reservistas, mais ao sul, não estão equipadas para o combate blindado. Diz Paul Davis, um analista da defesa do centro de jogos de guerra *Rand Corp*, da Califórnia: "eles apostaram tudo numa única opção: uma defesa extremamente avançada".

Pyongyang, é quase certo, planeja explorar essa rigidez. A Coreia do Norte tem investido maciçamente em quatro bem equipadas forças mecanizadas e uma blindada, com a intenção de seguir rapidamente para o sul. No começo dos anos 90, Seul e Washington concordaram que a melhor defesa contra tal *blitzkrieg* norte-coreana seria a contra-ofensiva, com vistas ao "centro de gravidade" do Norte: Pyongyang. Detalhes dessa operação são guardados em alto sigilo, mas uma das prováveis linhas de ação seria um desembarque anfíbio, remanescente do decisivo desembarque em 1950 das tropas do General Mac Arthur em Inchon, que virou o curso da guerra em favor dos aliados. Um local provável do desembarque seria Wonsam, na costa da Zona Desmilitarizada, fazendo a junção com os atacantes de Wonsan e progredindo para oeste na moderna auto-estrada que liga o porto com Pyongyang.

Uma chave para o pensamento de americanos e sul-coreanos é a crença em que o desequilíbrio da vantagem aérea aliada pesará mais do que quaisquer erros cometidos em terra. Essa atitude estava baseada no dramático sucesso das forças aéreas aliadas na Guerra do Golfo, onde elas reduziram a lixo muito dos tanques e da artilharia de Saddam Hussein. Há pouca dúvida se os modernos aviões de caça americanos conseguiriam limpar os céus da Coreia do Norte de seus grandes, mas obsoletos, esquadrões de caças *MIG-21* e *MIG-17*.

Mas se os norte-coreanos seriam, de fato, tão suscetíveis ao bombardeio sustentado, quanto as facilmente desmoralizadas tropas de Saddam, é uma outra questão. O regime de Kim Il Sung teve o gosto devastador do poderio aéreo norte-americano na guerra de

1950, quando Pyongyang e todos os outros alvos no norte foram destruídos. Como resultado, cada ponto de apoio norte-coreano está defendido maciçamente por armas anti-carro e mísseis, e todo alvo, em consequência, está profundamente encravado em meio a duro granito.

O emprego mais urgente para forças aéreas seria abortar a ofensiva do norte com bombas inteligentes anti-carro e de ogivas de múltipla fragmentação. "Tem havido um salto enorme na capacidade dos aviões de combate em matar tropas a pé com munições avançadas", diz James Wendt, um analista do Rand Corp. "Os *F-16* fariam picadinhos das forças norte-coreanas que estivessem progredindo através dos vales."

Comandantes de Pyongyang, entretanto, também viram a televisada Guerra do Golfo. Pensadores militares dos EUA prevêm que a Coreia do Norte se antecipará à estratégia aérea atingindo as bases do Sul com mísseis *Scud* portadores de ogivas de gases tóxicos dos nervos e com infiltrações de destacamentos de comandos. Desde 1991, os EUA tem intensificado, e muito, as medidas de segurança nas bases aéreas da Coreia do Sul; a chegada de mísseis *Patriot* deve ajudar ainda mais a defesa contra qualquer letal *Scud*.

A análise de Gaskim destaca que as forças sul-coreanas podem não estar levando tão a sério quanto deveriam a ameaça de emprego de armas químicas. Por estimativas da inteligência americana o arsenal da Coreia do Norte contém 250 toneladas de vários agentes químicos letais, capazes de serem empregados através de mísseis de Artilharia. Diz um especialista americano: "Kim Il Sung, se quisesse vencer, estaria louco se não as usasse". Forças da Coreia do Sul, contudo,

treinam equipadas contra guerra química muito menos freqüentemente que seus aliados norte-americanos. Diz um oficial em Seul: "Kim Il Sung jamais, com certeza, usaria essas armas por causa da imediata retaliação que iria enfrentar." Muitos especialistas militares coreanos suspeitam que Seul possua secretamente um certo número de armas químicas exatamente para esse propósito.

Virtualmente, todos os analistas militares que estudam a frente de combate concordam em um ponto: as difíceis informações acerca da qualidade das forças norte-coreanas são frustrantemente escassas. "Comparadas à Coreia do Norte, a antiga União Soviética possibilitava um acesso às suas informações semelhantes à caça ao pato" — assegura um autor do relatório da Assessoria Líquida do Pentágono — "Nós simplesmente não sabemos muito". Já Carl Ford, um deputado assistente da Secretaria de Defesa da administração de George Bush, diz: "Nós vemos os norte-coreanos de uma grande distância, e como resultado tendemos a magnificar suas forças e talvez diminuir suas fraquezas. Nós sabemos pouco sobre assuntos como sua manutenção de equipamentos e treinamento dos seus comandantes."

Ninguém está certo, por exemplo, se o exército norte-coreano tem uma reserva de petróleo e óleo diesel que os livre do severo racionamento de combustíveis que castiga o resto do país. O racionamento de comida e de peças de reposição que atinge toda a nação pode também cortar a carne das forças armadas, mas não há certeza disso. Nem ninguém sabe se o norte tem meios de coordenar um ataque de tal envergadura. Os sistemas de comunicação de Pyongyang são primitivos (entretanto, as condutas militares de comando e controle, rotineiramente, são

treinadas para operações de larga escala). As forças comunistas quase nunca treinam em grandes unidades, necessidade imprescindível para qualquer operação de alta mobilidade que envolva dezenas de milhares de soldados e viaturas.

Os incomensuráveis da moral e da motivação são sempre difíceis de avaliar, ainda mais entre soldados de um estado policial. Os soldados norte-coreanos lutariam bem, especialmente por um regime que mal consegue alimentá-los? Uma observação que vem de um oficial norte-americano, estacionado perto da fronteira: recentemente ele avistou dois soldados norte-coreanos que se afastaram, ao sul do retorno para casa, através da cidade de Panmunjon, o ponto onde oficiais norte e sul-coreanos esporadicamente mantêm conversações — "Nenhum deles tinha mais de 1,60m de altura", disse o oficial americano, "e eles não podiam pesar mais de 45kg. Ninguém mais em suas unidades era muito maior que isso".

No topo de todas essas conjecturas está uma pergunta chave: será que Kim Il Sung realmente deseja uma guerra que poderia fatalmente ameaçar a sua sobrevivência? A maioria dos especialistas acredita que o ditador é muito cauteloso para correr tão enorme risco, especialmente desde que, desta vez, não receberia mais nenhum apoio de Moscou ou Beijim, provavelmente. O maior perigo de um conflito, imaginam eles, viria se o regime de Pyongyang se sentisse encurralado, sem outra saída de sobreviver além do combate. "A última ferroada do escorpião é minha maior preocupação", diz Davis, analista da *Rand Corp.* "Isso não é provável, mas é possível."

O melhor caminho para se remover essa possibilidade é erradicar completamente, e sem possibilidade de mal-entendidos, qual-

quer esperança de sucesso das mentes dos comandantes norte-coreanos. Um analista de defesa, que ainda vê algumas causas para preocupações na Assessoria Líquida de 1991, considera que "os norte-coreanos não estão inclinados a atacar. Mas por que correr

quaisquer riscos no caso de que venham a fazê-lo? Nós podemos reduzir esse risco a zero, fazendo alguns ajustes". Esse parece um pequeno preço a ser pago para evitar a sangrenta destruição de boa parte da península coreana. □

E.R. AMANTINO & CIA. LTDA.



AS ARMAS E OS ALVOS

DE UMA EMPRESA GAÚCHA

SEMPRE PRESENTE NO CENÁRIO

NACIONAL E INTERNACIONAL

Rua Florindo Dalla Coletta, 140 - Veranópolis-RS

Fones: (054) 241-1144 e 241-1532

Fax: (054) 241-1867 - Telex: 0542161 AMTO BR

Caixa Postal, 59 - Cep: 95330

**O MELHOR
DE UM
BANCO**



[Redacted]

**ESTÁ NA
CAIXA**

[Redacted]

**CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL**

[Redacted]



COMENTÁRIOS

EXPERIÊNCIA DE UM COMANDO

Marco Antonio de Mattos La Porta*

Mil novecentos e oitenta e nove. A receita era capaz de azedar o humor de qualquer um, mesmo o mais radical dos otimistas... Final de governo, País mergulhado na descrença, hiperinflação batendo em nossas portas. O *overnight* era a palavra da moda.

Mil novecentos e noventa. Novo governo e, de imediato, o País é submetido ao mais violento tratamento de choque financeiro que se tem notícia na história. Produzem-se violentos cortes no Orçamento da União. O Exército não fica alheio a esses cortes e o reflexo sobre as organizações militares (OM) é imediato. Começa a faltar tudo: do material de expediente à alimentação, sem falar de salários.

É evidente que tudo isso repercute negativamente nos quadros, criando um clima propício para a falta de motivação e queda do moral, com reflexos notórios no padrão de qualidade da instrução e da operacionalidade.

Esses foram os cenários com os quais convivi durante os dois anos à frente da Escola de Material Bélico (EsMB). Do mesmo modo que eu, outros comandantes viveram situações semelhantes obrigando-nos ao exercício de uma liderança eficaz, sem a qual os objetivos da OM, em particular, e do Exército, em geral, não seriam atingidos.

Ao ser nomeado comandante da EsMB, minha primeira preocupação foi com o fato de que, enquanto uma unidade operacional prepara o seu recruta para um período curto, até a sua desmobilização, uma escola de formação está preparando toda uma geração. Daí a responsabilidade com que me considerei investido, ao ser nomeado comandante e as implicações que a premissa anterior teria no comportamento a adotar. Antes de tudo, quero ressaltar que entendo o significado da palavra comandar em seu sentido literal, ou seja, comandar é "mandar com alguém". Assim sendo, outras pessoas devem tomar parte nas decisões, o que implica numa descentralização da cadeia de comando, envolvendo-as, com maior responsabilidade, no processo decisório.

Além disso, a missão de comandar pressupõe o dever de conduzir homens. Homens com qualidades e defeitos, homens que carregam, atrás de si, uma estrutura familiar que pode, a qualquer momento, trazer reflexos em seu rendimento. Cabe, portanto, ao comandante administrar defeitos e qualidades, superar problemas e ultrapassar os obstáculos que possam afetar o trabalho de seus subordinados.

Apesar de já ter sido aluno e instrutor da Escola, minha primeira providência, logo após ter sido nomeado, foi procurar conhecer a "cultura" da Organização que iria comandar. Para isso, visitei o Centro de Documentação e o Arquivo do Exército para conhecer a história da unidade. A seguir, conversei com ex-comandantes, procurando absorver um pouco da experiência que possuíam e conhecer suas idéias

a respeito da EsMB. Finalmente, encerrei esse ciclo com o contato que mantive com o comandante que iria substituir.

Assim sendo, no dia 31 de janeiro de 1989, acreditava estar preparado para cumprir a missão que me foi atribuída.

O tempo de quem comanda é muito precioso. Por isso, ele deve ser bem administrado, para não ser perdido em trabalhos que podem ser executados por outras pessoas. Até porque, a missão do comandante é criar, buscar soluções, o que fica prejudicado se ele afoga o seu pensamento criador, sobrecarregando-o com tarefas, rotineiras, ou não, que podem ser delegáveis.

Surge, então, uma palavra muito usada, mas muito pouco aplicada corretamente: a descentralização. Descentralizar significa acreditar no seu subordinado. Significa dar-lhe responsabilidade, incentivar a sua iniciativa, permitir-lhe exercitar a criatividade e se aperfeiçoar profissionalmente. Na medida em que se descentraliza, faz-se com que o subordinado se envolva mais e mais, se sinta responsável pela tomada da decisão, e se torne co-gestor na administração. E aí voltamos ao significado da palavra comandar.

Interessante é verificar como a descentralização contribui para a coesão interna, pois, à medida em que as pessoas se sentem co-responsáveis pelas decisões, elas passam, com mais ênfase, a vestir a camisa da Organização, o que só traz, evidentemente, benefícios. Entretanto, para a nossa "cultura" não é muito fácil descentralizar. Os mais inseguros crêem que descentralizar significa perder parte do comando ou ser ultrapassado. Pelo contrário, na medida em que se descentraliza, permite-se aperfeiçoar o sentimento de lealdade, respeito e responsabilidade do subordinado, o que gera uma liderança muito eficaz, uma vez que as tarefas passam a ser executadas por prazer, e não por medo.

É evidente que o comandante tem que acompanhar o desempenho de seus subordinados, de modo a corrigir desvios, cerrando o contato sobre aqueles cuja atuação não estiver satisfatória.

Plantadas as bases no campo interno, vejamos, em minha opinião, qual deveria ser meu comportamento em relação à comunidade civil. Particularmente nos tempos atuais, não é admissível que o comandante ignore o papel que o Exército deve desempenhar na sociedade.

Um Exército que não conte com o respeito e a confiança da população está desprovido do seu melhor apoio. Os espaços oferecidos devem ser bem aproveitados de modo a projetar a verdadeira imagem da Instituição. E a maneira de alcançar esse apoio é muito fácil. Basicamente, ela se fundamenta na atuação do comandante e na sua constante presença nas atividades da comunidade.

Isso abre as portas para realizar palestras, visitas, exposições etc., onde é possível divulgar a Força Terrestre, tornando-a conhecida, através do que ela tem de mais precioso: seus recursos humanos.

Outro ponto que considero fundamental é o exemplo. Alguém já usou esta frase antes: "se a palavra convence, o exemplo arrasta", ou seja, demonstrar vale mais do que dizer ou explicar. Não há melhor meio de ensinar e impor respeito do que dar bom exemplo. E o bom exemplo começa no próprio homem, com o cuidado que deve ter com a sua apresentação, seja uniformizado, seja em trajes civis. É estar presente em todas as situações, sempre no lugar e na hora certa. Se o comandante está presente e atuante, e possui ânimo forte, conseguirá contagiar os seus comandados e o resultado será uma equipe harmoniosa, confiante e eficaz.

Para finalizar, quero ressaltar a necessidade do comandante assumir integralmente as suas responsabilidades. Nunca temi o ônus que elas poderiam acarretar ou em adotar medidas mais

duras, embora necessárias. Pior, ainda, seria postergá-las ou transferi-las para outros, eximindo-me de enfrentar as suas consequências.

Dizem que se conselho fosse bom, ninguém dava, e sim vendia. Entretanto, gostaria de passar o que recebi de um companheiro tão logo fui nomeado para o comando da EsMB: "Você foi preparado durante toda sua carreira para o comando; portanto, faça o que você achar certo e não tenha medo de errar." A esse conselho eu acrescentaria apenas o seguinte: corra risco, pois, o risco é inerente ao comando e à nossa profissão. Foi o que procurei fazer em benefício da Instituição e em respeito aos meus princípios.

MARCO ANTONIO M. LA PORTA
É Coronel de Material Bélico, QEMA

UMA POSSÍVEL EXPLICAÇÃO PARA A VIOLÊNCIA NA REVOLUÇÃO DE 1893-95

Cláudio Moreira Bento*

De 5 de fevereiro de 1893 a 23 de agosto de 1895, o Rio Grande do Sul foi aterrorizado pela mais violenta das revoluções brasileiras, a Revolução Federalista, que vem sendo tratada como revolução de Bárbaros, Maldita e da Degola.

Nela, a primeira vítima foi a verdade, degolada pelo radicalismo político que a caracterizou. Verdade difícil de ser resgatada, dentro do contexto do memoricídio a que foi condenada nos últimos 100 anos, talvez por um complexo de culpa dos que a promoveram. É questão em aberto.

Uma tropa militar constitucional, como o Exército e a Brigada Militar, possui uma doutrina sustentada nas vigas mestras da hierarquia e da disciplina, no respeito imposto pela História ao inimigo inerte quando feito prisioneiro. Deve se ater à conquista de objetivos militares que auxiliem a conquista dos objetivos políticos e não se transformar em instrumentos de vinditas de chefetes ou de flagelo das populações com que entra em contato.

Na fase pré-revolucionária de 1993, em respeito à Federação, o Exército estava impedido, pela Constituição, de intervir no Estado. A Brigada Militar não existia. E foi aí que, penso, teve início a violência, conforme Tarcísio Taborda a interpretou muito bem:

"A insatisfação política reinante após a renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca levou os chefes municipais, das duas facções que se formaram, a reunir homens em armas. Formados estes exércitos particulares, começaram as arbitrariedades, as tropelias, os abusos, as vinditas (vinganças) que se espalharam por todo o território gaúcho."

E foi aí que, repito, teve início a violência generalizada, que não foi privilégio dos chefes Motta, Pedroso e Cândido Garcia, que o telegrama urgente e cifrado, do General João Telles a Florianópolis, datado de 2 de novembro de 1892 assinala, e que vem sendo usado sem a devida crítica histórica, como um dos raros documentos que restaram do memoricídio da Revolução.

Ausentes o Exército e a Brigada Militar, começou o festival de violência, intolerância e radicalismo político. Derrubado Castilhos e assumindo o "Governicho", os líderes municipais que o apoiavam, com a ajuda das guardas municipais e outras forças civis que mobilizaram, passaram a perseguir lideranças castilhistas que imigram e conspiraram uma revolução com apoio em forças populares. E tem lugar a derrubada do "Governicho" em Porto Alegre e,

finalmente, em Bagé, em 4 de julho de 1892, com a deposição das armas pelo General Joca Tavares, que é obrigado a emigrar, sendo o patrimônio dele e de seus companheiros atingido por forças populares que foram recrutadas. Forças essas que receberam autorização do governo do Estado de requisitar recursos de toda ordem para cumprirem a missão, no que cometeram abusos e excessos, até com fazendeiros correligionários. Esqueceram, as lideranças civis de ambas as facções, essa lição apreendida a duras penas e transmitida por Simon Bolívar: "Nas guerras civis é político ser generoso senão a vingança aumenta progressivamente."

Aí teve origem a violência requintada e incontrolável no genocídio de governistas em Rio Negro, em 28 de novembro de 1893, respondido, em 5 de abril de 1994, com o genocídio de federalistas em Boi Preto, Palmeira das Missões.

Antes da eclosão da Revolução, oficiais do Exército em Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande do Sul e outros locais se manifestaram publicamente contra a formação de forças populares batizadas de *patriotas*. Mas não foram ouvidos. E deu no que deu. Ou seja, na Revolução de Bárbaros...

É do experimentado e abalizado mestre Arthur Ferreira Filho estas considerações, após aprofundar-se no estudo das revoluções gaúchas: "Que os crimes nelas praticados eram consequência do mau costume repetido em todas as revoluções no Rio Grande, de confiar comandos a indivíduos fascinadores, ignorantes e irresponsáveis. Lamentavelmente, em todas as nossas revoluções têm sido entregues comandos que desonram, a bandidos, boçais alguns e outros sem instrução."

O General João Telles, sabemos por carta de um antigo auxiliar, Floriano Florambel, era contra o uso de forças populares. Mesmo assim as usou largamente para combater a Revolução

de 1993 na fronteira de Bagé. Mas seu telegrama citado compromete a memória de três deles que, numa análise superficial, leva o leitor a concluir que só eles existiram no Rio Grande, que a análise citada de Tarcísio Taborda leva a outra conclusão.

Para a formação de tropas populares recorreram chefes civis de ambas as facções, recrutando tropas na escória social do Rio Grande ou do Uruguai, onde, segundo interpretações históricas diversas, foi introduzida a prática da degola de prisioneiros. Em Rio Negro, a degola foi executada pelo uruguaio Adão Latorre, auxiliado por uma companhia de cortinos, segundo Wenceslau Escobar, militante federalista, em sua obra *Apontamentos para a história da Revolução Federalista de 1993* (Palegre, 1920).

Na Revolução de 1993, o comando das ações táticas esteve concentrado, na maioria das vezes, nas mãos de chefes civis improvisados; muitos abarbarizados, tendo, para comandar, tropas incontroláveis, as quais muitas vezes os ultrapassavam. Eram tropas recrutadas entre aventureiros, ex-escravos e desempregados rurais, mercenários uruguaiaos e argentinos. Se, numa força regular em campanha, se registram abusos de tropas, o que dizer de aventureiros e mercenários, sobre os quais os rigores de um regulamento disciplinar ou Código Penal Militar não podem incidir?

Na Revolução Farroupilha a violência foi exceção, enquanto na de 1993 foi quase regra. Penso que em razão de as massas farrapas terem sido organizadas em um Exército regular, conforme demonstramos em *O Exército Farrapo e os seus Chefes* (Rio, Bibliex, 1993, 2 v), e levadas ao combate por profissionais competentes, experimentados, egressos do Exército, como Bento Gonçalves, Bento Manoel, José Mariano de Matos, José da Silva Brandão, Joaquim Pedro Soares, Domingos Crescêncio de Carvalho etc.

Todos eles buscavam inspiração nos dois amores-perfeitos inscritos no Brasão da República Rio-grandense, simbolizando "Firmeza e Doçura". Firmeza — traduzido por lutar com toda a garra, valor e bravura para conseguir a vitória. Após a vitória, porém, respeito como religião à vida, à honra, à família e ao patrimônio do vencido inerte. E disto os líderes farrapos deram eloquentes exemplos.

A Revolução de 1923, ao reencontrar-se com o binômio inspirador dos farrapos vem sendo chamada *Revolução de Cavalheiros*, fugindo ao triste batismo da de 1993. *Revolução de Bárbaros, Maldita e da Degola*.

* CLÁUDIO MOREIRA BENTO

É coronel do Exército, membro do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul

TIRADENTES E O CONHECIMENTO DO PASSADO

Francisco Ruas Santos*

Tiradentes é o tema do editorial de *O Globo*, edição de 10 de setembro de 1994. E à rainha D. Maria I ali se atribui, entre outros "despropósitos", o da repressão à Inconfidência Mineira.

Mas não foi um despropósito, simplesmente porque D. Maria I corporificava a trissecular ação de Portugal, no sentido de ampliar e preservar o nosso território.

Se hoje o nosso País é a quinta maior área geográfica do Mundo, isso é obra da Monarquia e dos patriotas por ela liderados, tal como, por exemplo, no caso da nossa vitória final sobre os holandeses, em 1654.

Na década de 1780, a França tinha um plano para voltar ao Brasil, onde já tivera enclaves nos séculos XVI e XVII, e "limpara" o Rio de Janeiro através da expedição de Duguay-Trouin.

Se a Inconfidência Mineira fosse vitoriosa, tornando independente a área Rio de Janeiro-Minas Gerais, isso poderia animar os franceses a de novo aqui voltar.

Documento ou documentos com essa idéia talvez se encontrem em algum arquivo da Rússia, parte dos muitos quilômetros de fontes do nosso passado existentes no exterior e ainda desconhecidos.

Até aqui, "ensaios" a que fatalmente se reduz, por falta de domínio de fontes, a maioria das tentativas para bem conhecer o passado brasileiro.

E nisso entram hipóteses de pesquisa. Uma destas: a de que Tiradentes teve enforcado e esquartejado em seu lugar outro homem. Outra: a de que o alferes Xavier esteve na França antes de aqui ser preso na antiga Rua dos Latoceros.

Sabe-se que ele teve contato com franceses, em 1788, no Rio de Janeiro.

À vista de tudo isso, portanto, muita prudência quanto ao julgamento do passado brasileiro, sempre imunizando-nos quanto à antipatia e à simpatia, em atenção à sábia advertência do filósofo Spinoza, feita no século XVII.

Caso contrário, poder-se-á, sem chegar à Verdade, contrariar a Justiça, violando-se o lema do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na sua fase pioneira gloriosa, para o qual "História é Verdade e Justiça".

Assim chegaremos ao "sim" e ao "não", e ao também irretorquível "não se poderá saber".

Glória, pois, à Ciência da Informação que isso, e muito mais, permitirá, consagrando, por este lado, o "fim da História".

* FRANCISCO RUAS SANTOS

É coronel do Exército, Diretor do Centro de Informações Culturais

O MAGISTRADO E O IDEAL DE JUSTIÇA

R. Reis Friede*

Muito embora possa ser considerado correto afirmar, em termos amplos e genéricos, que o Magistrado, no desempenho de seu mister, possua uma determinada condição, em princípio, acima da própria autoridade pública, de modo geral por exercitar mais diretamente (agindo como Estado em nome do próprio Estado) o poder estatal, através da jurisdição, em nenhuma hipótese tem o Magistrado uma autoridade e um poder que não estejam nitidamente previstos e limitados pela Constituição Federal e pelas leis infraconstitucionais que com ela convergem.

Por esta razão, não podem os Juízes, como erroneamente supõem os menos avisados, realizar o que se convencionou tecnicamente chamar de Justiça, de forma ampla, subjetiva e absoluta, considerando que o verdadeiro e único poder outorgado legítima e tradicionalmente aos Magistrados (desde o advento da tripartição funcional dos poderes) é a prestação jurisdicional, com o conseqüente poder de interpretação e aplicação do ordenamento jurídico vigente, majoritariamente criado, em sua vertente fundamental, pelo Poder Legislativo, rigorosamente limitado à absoluta observância de regras próprias e específicas que, forçosamente, restringem o resultado final do que se convencionou chamar de Justiça à sua acepção básica, objetiva e concreta e, portanto, dependente da efetiva preexistência de um denominado Direito Justo.¹

"(...) hoje, entende-se por Justiça a aplicabilidade eficiente e correta das leis vigentes em um determinado país. Um Juiz faz Justiça quando, imparcialmente, sem propender

emocionalmente para esta ou aquela parte, aplica os preceitos legais cabíveis naquele caso em pauta" — Jorge Jaime, in *Dois Conceitos: Justiça e Justo*, JC, 09.07.1992.

"A Justiça consiste em aplicar a pena conforme a lei" — Fernando Whitaker, fazendo alusão ao Código de Manu (art. 660), in *Direito Penal do Trabalho*, *Revista de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro*, vol. 9, 1991, p. 31.

"Se as leis são injustas, mudem-se as leis. Caso sejam inconstitucionais que assim sejam declaradas. Não cabe ao juiz deixar de aplicá-las de acordo com sua ideologia, consciência e critério, apoiada em uma suposta "justiça social". Já ensinava Ennecerus que, ante a insubordinação do direito positivo ao direito ideal ou à justiça absoluta, deve caber ao legislador a tarefa de corrigir a injustiça através da derrogação da lei má, mas não ao Juiz recusar-lhe aplicação em nome de uma justiça ideal" — Hélio Cavalcanti Barros in *Direito Alternativo*, JB, 22.05.1992.

Esta é exatamente a prisão e a conseqüente servidão a que estão vinculados os membros do Poder Judiciário (além de todos os demais cidadãos brasileiros), sem qualquer exceção, em sua missão última e derradeira de, ao dizer o direito a ser aplicado, realizar, em última análise, o verdadeiro anseio do jurisdicionado, no sentido de alcançar o que ele mesmo ousou definir como Justo ou, em termos mais amplos, como Justiça.² Até porque, apesar de sua independência política (corolário parcial, para alguns autores, da garantia constitucional do devido processo legal) o Juiz se encontra, de forma permanente, inexoravelmente adstrito à lei em seu sentido mais amplo, conforme já, inclusive, prelecionava a lei alemã de 22 de março de 1924, verbis: *"A Justiça é distribuída por juízes independentes, única e exclusivamente subordinada à lei."*

Imperioso ressaltar que é, de fato, muito difícil para o Magistrado compreender e, principalmente, manter-se nessa limitada condição de humilde servo da lei *lato sensu*, realizador, portanto, de uma Justiça adstrita (e, por efeito, limitada), irremediavelmente dependente da criação de um Direito Justo (material e processual) por um outro poder, absolutamente soberano e independente, mas, por vezes, *data maxima venia*, distante e divorciada da realidade social e dos verdadeiros anseios dos integrantes do povo, na qualidade de permanentes e potenciais jurisdicionados.

"O problema que se pode arguir, de início, é saber-se se um Juiz pode, aplicando a justiça, ser justo. Modernamente, esses dois conceitos não são sinônimos. As leis são coercitivas, educativas, estruturantes sociais por excelência. Mas podem ser injustas (...)" — Jorge Jaime, *ob. cit.*, JC, 09.07.1992.

"(...) O Magistrado não é um homem para se contrapor à ordem jurídica. O Magistrado é um homem para dar concreção a uma ordem jurídica. Ordem jurídica que tem uma feição política irrefutável, porque não tem sentido que você imagine uma contradição dialética dentro do exercício do próprio Poder" — J. J. Calmon de Passos, in a Formação do Convencimento do Magistrado e a Garantia Constitucional da Fundamentação das Decisões, Simpósio de Direito Processual Civil, 11.05.1991.

"Na verdade, embora com atividades restritas, os Juízes possuem opiniões pessoais sobre assuntos políticos. O bom julgador, no entanto, é aquele que consegue deixar sua formação política em segundo plano, no momento do julgamento, e colocar acima dela a preservação da ordem jurídica" — Sidney Sanches, Ministro-Presidente do STF (à época) in O Judiciário deve cumprir e fazer cumprir a Constituição, GM, 25.06.1992.

No entanto, esta específica condição do Magistrado é, em princípio, absolutamente imutável (quer por sua própria vontade em eventual comunhão, ou não, com uma das Partes do Processo, quer com a plena concordância de ambas as Partes e, até mesmo, com o aval do próprio órgão ministerial na qualidade de *custos legis*), considerando que a legislação em vigor, especialmente a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (art. 35, I, da Lei Complementar nº 35/79) é expressa no sentido de ser dever indeclinável do Juiz *"cumprir e fazer cumprir, com independência, serenidade e exatidão as disposições legais e os atos de ofício"*. É importante salientar que a rigorosa observância desse dever é a única garantia real dos jurisdicionados, na medida em que as decisões do Poder Judiciário são absolutamente soberanas e não se sujeitam, em princípio, ao controle direto de qualquer outro Poder.³ Por outro lado, resta lembrar que o descumprimento desse dever pode vir a constituir, pelo menos em tese, até mesmo crime de prevaricação no caso específico de o Juiz vir a praticar ato, proferir decisão ou prolatar sentença — com dolo específico de satisfazer interesse ou sentimento pessoal —, contra disposição expressa de lei (art. 319 do Código Penal).⁴

"No Estado democrático é imperioso que os governantes e os cidadãos estejam sempre imbuídos do sentimento jurídico. O desrespeito à ordem jurídica traz graves consequências, pois desmoraliza o princípio da autoridade, encarnado pelo Executivo, avilta o Poder Legislativo, que exprime os anseios de liberdade do povo, desmoraliza o Judiciário, atingindo a sua razão de existir."

"No nosso sistema institucional, a garantia jurídica, em última análise, é a concedida pelo Judiciário, Poder independente como os outros dois, com os quais deve atuar harmonicamente."

"No quadro descrito, o Poder Judiciário, no exercício das suas atribuições, não presta vênias aos demais Poderes, nem dele as recebe, mas apenas à Constituição e às leis que com ela se conformem. Cinge-se a fazer justiça sempre que, concretamente, seja invocada a tutela jurisdicional do Estado" — Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, em cerimônia comemorativa do primeiro aniversário do STJ.

Não é por outra razão que (não obstante a insistência de um ou outro Juiz em procurar realizar o denominado "Justo Abstrato") a grande totalidade dos Magistrados se vê consciente na inafastável obrigação de ter que aplicar, independente de sua livre vontade, convicções pessoais e ideologias políticas, a lei objetiva adequada ao caso concreto, ainda que esta possa produzir, através de sua correta interpretação, um resultado que aparentemente o Julgador possa, em seu Juízo particular de valoração, entender como objetivamente "injusto".

"Constituirá, sem dúvida, um perigo insuperável, uma absoluta negação do valor segurança o admitir-se que os Juízes e, muito menos, as partes possam litigar com base no que é justo, dado, sobretudo, à invencível dificuldade de se estabelecer qual é o justo de cada um" — Francisco W. L. Dantas in *Uma Abordagem Hermenêutica sobre o chamado Direito Alternativo*, *Revista AJUFE*, maio/junho de 1992, pp. 15/16.

Essa virtual limitação, é conveniente frisar, atinge a todos os espectros de pronunciamentos judiciais, positivos ou negativos, na efetiva aplicação de um dado dispositivo legal que, por qualquer motivo, deva ser observado em um caso concreto levado ao conhecimento do Magistrado.

"Ora, para que algum Juiz pudesse ser realmente justo, teria de possuir poderes que a sociedade ainda não lhe outorgou. Sua onipotência precisaria ser reconhecida, pois para fazer-se justo, muitas vezes, teria que

reformular toda a estrutura social daquele momento histórico. O Juiz não faz e nem propõe leis; este poder pertence ao Legislativo e, em certos regimes políticos, o Executivo pode sugerir-las, pode decretá-las (...)

"O lógico seria que os Juízes fossem consultados na feitura das leis para informar serem elas justas ou não. Mas isto não acontece. E, uma vez impostas as leis, mesmo as injustas, serão cumpridas com convicção pacífica dos Juízes" — Jorge Jaime, *ob. cit.*, JC, 09.07.1992.

É por esta razão que, independente da simples vontade, derivada da valoração particular e subjetiva do Juiz, não pode o mesmo, em nenhuma hipótese, se afastar do denominado "império da lei e da ordem jurídica", devendo se ater, de forma serena e complacente, à rigorosa observância dos preceitos legais em vigor que se harmonizam com a defesa dos valores mais sublimes que traduzem a verdadeira essência do Direito.

"O direito, portanto, não é uma coisa que gera justiça. O direito é uma coisa que gera ordem. Em termos de exercício de poder, pode ou não gerar justiça" — J. J. Calmon de Passos, in *"A Formação do Convencimento do Magistrado e a Garantia Constitucional da Fundamentação das Decisões"*, Simpósio de Direito Processual Civil, 11.05.1991.

Por outro lado, não poderíamos deixar de registrar que essas referidas e eventuais limitações, derivadas da imperatividade das normas relativas ao direito positivo vigente, não atingem apenas aos Magistrados, mas, evidentemente, a todos os integrantes da denominada tríade basilar da Justiça (o que inclui, além dos Juízes, os Advogados e os Membros do Ministério Público),⁵ bem como ao próprio somatório dos cidadãos em nosso País, e até mesmo no estrangeiro.

Trata-se, de maneira efetiva, da inafastável imperatividade e, por via de consequência,

rigorosa observância das normas jurídicas de direito positivo por todos (mas, em especial, pelos aplicadores da lei) como natural imposição da segurança das relações sócio-jurídicas, dentro do contexto amplo do binário básico do Direito que privilegia, além da dimensão do valor da Justiça, fundamentalmente a Segurança das Relações Jurídicas.⁶⁷

Por efeito, devemos deduzir não ser possível, a título de aplicação do denominado direito alternativo, uso alternativo do direito ou a qualquer outro, produzir-se uma verdadeira subversão à ordem legal, na qualidade de garantidora última da estabilidade social, criando, sem legitimidade e competência para tanto, um verdadeiro direito paralelo, absolutamente divorciado das normas legais vigentes e da técnica jurídica própria, efetivamente vinculativa (e, portanto, restritiva) de sua correta interpretação.

"A lei não pode nunca envolver uma injunção de ordem geral que na realidade traduza o que seja mais conveniente para cada um em particular, ela não pode determinar com absoluta exatidão o que seja bom e direito para cada membro da comunidade a um só tempo, seja qual for. As diferenças da personalidade humana, a variedade a que se entregam as pessoas e a inexorável instabilidade de todos os negócios humanos tornam impossível, seja como for, ditar regras gerais que se mostram boas para todas as questões em todos os tempos" — Platão, *apud* Vitor A. A. Bonfim Marins, "Sobre o Juiz, a lei e a idéia de Justiça", *Revista de Direito Civil*, 36:7.

"A criação da lei pelo próprio Juiz, para o caso concreto, como propõe o chamado direito alternativo, é uma extravagância tão grande como a que é atribuída a D^a Maria I, Rainha de Portugal, conhecida como 'a louca', que dividia os pleitos que lhe eram submetidos mediante aplicação de uma imaginária lei mental. Os

vereditos daquela soberana variavam de acordo com seu humor ou com maior ou menor grau de lucidez que passava ao proferir a Justiça" — Ney Magno Valadares in "A Ética do Magistrado", palestra proferida na Justiça Federal de 1^a Instância, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, em 07.04.1994.

Também, a este propósito, devemos concluir, sem qualquer vacilação, que o cerne da questão do Justo (e, por extensão, da Justiça como elemento axiológico fundamental do Direito) não se encontra, portanto, propriamente na valoração genérica e subjetiva de cada Julgador, ou mesmo circunstanciado pela força da paixão interior de cada Magistrado. Mas, ao contrário, no rigor da aplicação racional da lei, de forma serena, equilibrada e, fundamentalmente, imparcial pelo Julgador.

"A paixão perverte os Magistrados e os melhores homens: a inteligência sem paixão — eis a lei" — Aristóteles, in *Política*, Livro III, Capítulo XI, 4^a ed., Francesa de Laboulaye.

"Nada é mais inimigo da verdadeira justiça do que a paixão. É nada a atropela mais do que a pressa. Os julgamentos apaixonados não são julgamentos, são libelos, são atos unilaterais eivados de nulidade" — Sílvio Meira in *Clamor pela Justiça*, JC, 04.09.1992.

O Magistrado (e, por extensão, o órgão jurisdicional), é importante frisar, somente realiza a Justiça em sua amplitude maior, quando, de maneira inflexível e independente — sem propender para esta ou aquela causa, afirma o direito, amparado única e exclusivamente pela imperatividade da lei em seu sentimento amplo, interpretando e aplicando, consoante o arcabouço técnico-jurídico próprio, a norma jurídica, de forma absolutamente imparcial e distante, por efeito da paixão e da emoção, próprias das partes envolvidas que, necessária e constantemente, rondam as diversas causas.

"É necessário que o órgão jurisdicional não corra perigo de carecer da independência, inflexibilidade e imparcialidade indispensáveis ao seu ofício (...)" — Giuseppe Chiovenda in Instituição de Direito Processual Civil, vol. III, p. 312.

Imparcialidade, ao lado do equilíbrio e da serenidade, se constituem, por efeito conclusivo, na palavra-chave, no valor máximo a ser buscado, de todas as formas, pelos Membros do Poder Judiciário em sua missão última de produzir, através de suas decisões, o que convencionalmente ousamos chamar de Justiça em sua acepção mais ampla. Não é por outra razão, portanto, que a capacidade subjetiva do Julgador, pelo menos em tese, deve ser sempre questionada, incluindo, nesta avaliação, a constatação do real distanciamento do Magistrado em relação às paixões trazidas pelas partes, como bem assim, de suas próprias, permitindo que a razão e o ideal ético (a vontade livre dirigida unicamente à realização do bem comum) possam sempre, e em todas as hipóteses e circunstâncias, prevalecer.

NOTAS

1. Conceitos do Legal e do Justo

A respeito do tema da aparente dualidade entre os conceitos do legal e do justo, é oportuno transcrever algumas das considerações procedidas por Felipe Augusto de Miranda Rosa (in *O Legal e o Justo*, JC, 04.09.1992):

"A questão das diferenças entre os conceitos do legal e do justo é velha. A seu respeito, não concordam todos os estudiosos, nem mesmo os aplicadores da lei. Costuma-se dizer que, na solução dos conflitos agudos e assim submetidos ao aparelho judicial, nem sempre se faz justiça com a utilização dos parâmetros legais para a

sua composição. Ou seja, juízes e tribunais, decidindo segundo a lei, muitas vezes produziram resultados injustos.

"Essa afirmação exige algumas considerações esclarecedoras. A primeira é de que é necessário definir o que é justo, em cada caso concreto. Quem formulará a definição? quais os parâmetros para isso? Uma vez estabelecido o critério, se o resultado for diverso do alcançado pela aplicação da lei, então, será reconhecida a distância entre o justo e o legal, no caso.

"A segunda ordem de idéias a desenvolver é a constatação de que a lei visa, por princípio, realizar a justiça. A sua razão de ser é essa. Para que tal objetivo seja atingido, porém, são estabelecidas regras básicas e uniformes, coerentes entre si, que incluem procedimentos judiciais. As normas, entretanto, não podem prever todos os casos específicos e concretos que poderão ser submetidos a decisão. Em consequência, nem todos os aspectos individuais de cada caso podem ser abrangidos pela regulamentação legal. Há dados, principalmente no campo do subjetivo dos valores, das opiniões e dos sentimentos, que fogem à disciplina das leis. Outro tipo de reflexão diz respeito ao conceito de justiça. Ele tem duas faces: a de justiça-valor e da justiça-instituição. A primeira diz respeito ao que é abstratamente dito como justo (bom, equânime, correto, desejável, etc); a segunda, refere-se ao aparelho estatal ao qual se incumba realizar a primeira, mediante a aplicação da lei. De certo modo, foi com essa acepção que Jorge Jaime, recentemente, discutiu seu Conceito em contraposição ao de justo, nestas mesmas páginas. Para ele, a idéia de justiça confunde-se com o aparelho judicial, Juiz, Tribunal. É o que entendemos como legal, o plano da legalidade.

"Como não existe estrita correspondência entre querer e poder, assim também não concordam sempre o justo e o legal. A lei 'quer' realizar o justo, mas nem sempre 'pode' fazê-lo. É ela, entretanto, o caminho pragmático para se buscar o que é justo, ou seja, a justiça-valor. Instrumento humano, a lei (que aqui se confunde como o próprio direito) é imperfeita, insuficiente, contida em expressões verbais que não abrangem a complexidade de todos os fenômenos psicológicos e sociais; mas é o caminho."

2. Imperatividade da Ordem Jurídica

A este especial propósito, assevera Eustáquio Silveira, Juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (in *A Autofagia do Judiciário*, JC, 18.05.1993), reafirmando a imperatividade da ordem jurídica frente às decisões judiciais, que:

"Não há pior juiz do que aquele que busca a notoriedade. Que só decide pensando na repercussão favorável que a sua decisão terá na mídia e, com esse objetivo, pratica todas as ilegalidades e abusos imagináveis, passando ao largo da lei e da ordem jurídica. Magistrado como esse não pode exercer a função que exerce, não está preparado para representar o Estado na sua atividade jurisdicional. Deve ser extraído dos quadros da Magistratura, porque a ela não merece."

3. Controle Externo do Poder Judiciário

Na verdade, o atual ordenamento constitucional em vigor já prevê, por vias transversas, uma espécie de controle externo do Poder Judiciário, na medida em que os Membros do Supremo Tribunal Federal — órgão de cúpula do Judiciário — são recrutados, independente da prestação do competente concurso público de acesso a que estão obrigados os Magistrados de modo geral, através do exercício da livre escolha pelo Chefe do Poder Executivo, com o aval do Poder Legislativo (ratificado pelo Senado Federal), sem qualquer consulta, prévia ou posterior, aos integrantes do Poder Judiciário (art. 101, parágrafo único, da CF/88).

4. Conceito e Disciplina Legal da Prevaricação

Código Penal:

"Art. 319 — Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa da lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal: Pena — detenção, de três meses a um ano, e multa."

• Objeto Jurídico: A administração pública.

• Sujeito ativo: Só o funcionário público *lato sensu*, incluindo nessa categoria todos os agentes públicos: agentes administrativos, servidores públicos (CLT), funcionários públicos *stricto sensu* (estatutários e regidos pelo regime jurídico único) e agentes políticos (Magistrados entre outros).

• Sujeito passivo: o Estado

• Tipo Objetivo: Consoante os ensinamentos de Celso Delmanto (in *Código Penal Comentado*, 3ª ed. Editora Renovar, 1991, p. 483), são três as modalidades previstas: a) Retardar, indevidamente, ato de ofício. O funcionário atrasa, delonga, não praticando o ato em tempo útil ou excedendo os prazos legais; b) Deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício. O agente omite, não pratica, definitivamente, o ato; c) Praticá-lo contra disposição expressa de lei. O funcionário pratica o ato,

embora haja expresso mandamento legal em contrário. [Ato de ofício, "é aquele que se compreende nas atribuições do funcionário, ou em sua competência, ou seja, ato administrativo ou judicial" (Magalhães Noronha, D. Penal, 1979, IV, 268)]. Nas duas primeiras modalidades (a e b), a omissão ou retardamento é feito indevidamente, ou seja, de modo indevido, injustificado ou ilegal. Na última modalidade (c), há prática de ato, mas não é ato de seu dever e, sim, ato que transgredir disposição expressa constante de lei (não de regulamento). Na prevaricação, a conduta é para satisfazer interesse ou sentimento pessoal (de natureza material ou moral), finalidade que marca o dispositivo e o diferencia de outros delitos contra a administração pública. Naturalmente, não haverá este crime se o agente retarda ou omite ato de ofício que, se praticado, poderia acarretar a responsabilidade penal ou administrativa dele próprio (ex: retardar a prestação de contas para encobrir seu próprio desfalque).

• Tipo subjetivo: Especificamente o dolo próprio (vontade livre e consciente de praticar as ações positivas ou negativas — omissões — indicadas, adicionada ao elemento subjetivo do tipo expresso pela especial finalidade de agir "para satisfazer interesse ou sentimento pessoal". Na doutrina tradicional é o "dolo específico". Não há punição a título de culpa.

• Outros elementos do tipo penal e interpretações jurisprudenciais, segundo lições de Celso Delmanto (ob. cit.):

— Tentativa: Admite-se de forma comissiva (ação positiva), mas não na omissiva (ação negativa).

— Confronto: Há delitos semelhantes em outras leis penais especiais, como na de produção de açúcar e do álcool (art. 3º do Decreto-lei nº 16/66) e na do Sistema Financeiro Nacional (art. 23 da Lei nº 7.492/86).

— Pena: Detenção, de três meses a um ano, e multa.

— Ação Penal: Pública Incondicionada.

• Jurisprudência:

— Tipo subjetivo: O interesse ou sentimento pessoal é essencial à tipificação (STF, RTJ III/289; TRF 1ª Reg. Ap. 158.035, DJU, 5.11.90, p. 26163; TJSP, Pleno, RT 537/269; TACrSP, RT 507/399). A prevaricação exige "dolo específico", sendo necessário que a prova revele que a omissão decorreu de afeição, ódio, contemplação, ou para satisfazer ininteresse, e não por erro ou dúvida de interpretação do agente (TFR, RC 895, DJU 14.10.82, p. 10363). Não se pode dizer que se omitiu por sentimento pessoal, se havia duas versões e optou por tomar as providências indicadas por uma delas (TACrSP, RT 622/296).

— Requisitos da Denúncia: A denúncia precisa indicar qual a omissão e sua natureza (se a conduta foi por interesse ou por sentimento pessoal), pois são elementos necessários à configuração do delito do art. 319 (STF, RT 589/436; STJ, HC 90, DJU 5.3.90, p. 1416; TJSP, RT 612/310; TACrSP, Julgados 74/94).

— Falta disciplinar: Não basta para a tipificação, sendo indispensável o elemento subjetivo do art. 319 (STF, RTJ 94/1; TJSP, RT 612/310). Mera desídia não configura (TJSP, RT 543/342). Não há crime de prevaricação na conduta de quem omite os próprios deveres por insolência, comodismo, preguiça, erro ou negligência, sem o propósito deliberado de retardá-los (TACrSP, Julgados 71/320; Julgados 69/209).

— Erro: O erro ou desatenção na interpretação da lei pode excluir o crime; quanto ao juiz, a boa ou má interpretação que dá à lei não basta para configurar (STF, RTJ 94/25; RTJ 94/41). O erro ou a simples negligência não configura o delito (TAPR, RT 486/356).

— Contra disposição expressa de lei: Na modalidade de praticar o ato contra disposição expressa de lei, é necessário que antes se defina a própria legitimidade da norma legal que veda o ato incriminado (TJSP, RT 256/361).

— Cumulação de penalidades: Não se configura prevaricação quando imputada a perito judicial, apenado na forma do art. 433, parágrafo único, do CPC; ausência de ressalva legal da cumulação de penalidades civil e criminal (STF, RTJ 119/170).

— Ato de Ofício: É imprescindível que o agente esteja no exercício da função (TACrSP, Julgados 71/290, TSJP, RT 544/347). É necessário que se trate de ato de ofício que competia ao agente praticar (TAPR, RT 486/357). Ato de ofício é todo ato que corresponde à competência e atribuição do funcionário (TACrSP, RT 507/399).

— Animosidade: O retardamento por animosidade ao solicitante revela satisfação de sentimento pessoal (TJSP, RT 520/368).

— Mandado de Segurança: O descumprimento por autoridade administrativa de sentença proferida em mandado de segurança configura, em tese, o delito (TRF 1ª Região, HC 11.161, DJU 12.03.1990, p.3891).

— Prevaricação e Desobediência: Pratica o delito do art. 319 o funcionário público que, nesta qualidade, deixa de cumprir ordem legal; agindo como particular, caracteriza-se o crime de desobediência (TAMG, HC

11.307, J. 04.01.1989). A prevaricação não pode absorver crimes mais graves (TJSP, RTJSP 106/429).

5. Acepção do vocábulo Justiça como Instituição

É conveniente lembrar que a Justiça como instituição possui uma acepção mais ampla que o próprio Poder Judiciário, na medida em que sua composição abrange — numa autêntica tríade basilar — não só os membros da Magistratura, mas também os integrantes do Ministério Público e a classe dos Advogados.

6. Plexo Axiológico-Jurídico do Direito

Consoante os ensinamentos de A. L. Machado Neto (in *Compêndio de Introdução à Ciência do Direito*, São Paulo, Ed. Saraiva, 1969, p. 75) "Ao lado do justo, costuma-se afirmar que formam o plexo axiológico-jurídico um total de sete valores, ordem, segurança, poder, paz, cooperação, solidariedade e justiça. E, ao se privilegiar, demasiadamente, um dos valores, por maior importância que possa ter, no caso a busca do justo, fatalmente se desatenderá aos demais."

7. Ambivalência do Direito

A respeito ainda desta verdadeira ambivalência do direito é importante salientar o que se convencionou chamar de efetiva existência de uma permanente tensão dialética no direito, que se encontra presente no fato de que, sob o ângulo da sociedade civil, invariavelmente o Direito é visto como a procura desesperada de um meio para a realização do máximo de justiça social; de outro lado, do ângulo dos governantes, da cúpula dirigente, o Direito é visto como uma tentativa de dar o mínimo de espaço social aos indivíduos, na partilha do Poder, como tem sustentado, *data maxima venia*, apenas com alguma propriedade, Calmon de Passos, in *Democracia, Participação e Processo*, colaboração na obra *Participação e Processo*, Ed. *Revista dos Tribunais*, 1988, 1ª ed., pp. 86/87 — também a esse respeito, do mesmo autor, *Comentários ao CPC*, São Paulo, Ed. *Revista dos Tribunais*, vol. X, Tomo I, 1984, pp. 14/15).

*R. REIS FRIEDE

É Magistrado Federal, Mestre e Doutor em Direito



DESTAQUES DA IMPRENSA

DE VOLTA À ORIGEM

Três dias mais e encerrarei o terceiro mandato de senador, que o povo paraense me conferiu. Volto à origem. Volto a ser o coronel do Exército, agora já reformado. O coronel que, adolescente pobre, partiu de Belém, em viagem obtida gratuitamente pelo *Itanagé* para tentar uma das cobiçadas vagas na Escola Militar do Realengo no Rio; mas terminei por ser matriculado na Escola Preparatória de Cadetes, em Porto Alegre. O segundo concurso foi para a Escola Militar, no ano seguinte. Eram apenas 200 vagas, às quais concorriam cerca de quatro mil candidatos. Enquanto três filhos de influentes chefes militares não logravam aprovação, eu, filho de um maquinista da Marinha Mercante, era aprovado entre os 10 primeiros, após três exames sucessivos e eliminatórios: de saúde, físico (atletismo) e intelectual. Desde então tomei-me do orgulho de pertencer a uma organização que recrutava seus quadros pelo sistema do mérito, sem o famoso "pistolão", para quem quer que fosse. Ao meu Exército, a que tanto devo na formação de minha cidadania, servi por quase 30 anos, passando ainda por outra prova de fogo, o exame de admissão à Escola de Comando e Estado-Maior, na qual ingressei em 1953 e diplomei-me ao fim de 1955, período turbulento da vida nacional, envolvendo a deposição e suicídio do Dr. Getúlio Vargas, o impedimento de Café Filho, pelo General Lott, a posse ameaçada de Juscelino, as revoltas de Jacareacanga e Aragarças. Meus

últimos dez anos de atividade militar foram passados no Comando Militar da Amazônia, onde comecei estagiário da 3ª Seção e cheguei a chefiar o Estado-Maior do General Estêvão Taurino de Rezende.

Participei ativamente do Movimento cívico-militar de março de 64, que recebeu o apoio maciço da sociedade civil, especialmente das mulheres, e teve as bênçãos das Igrejas, a católica principalmente, pela grande maioria de seus membros, e que se tornou inevitável quando, envolvidos pela esquerda revolucionária, sargentos, em Brasília, e marinheiros no Rio, tornaram-se sediciosos.

Nunca reneguei minha opção pela Revolução de 64, ainda que reconhecendo excessos, nos quais não tomei parte, mas não fiz do anticomunismo uma indústria. Jamais, porém, aceitei confundir o anticomunista com o fascista, a mesma tese que Albert Camus defendeu contra a insinuação de Sartre.

Tive um irmão apunhalado em reunião dramática do sindicato dos petroleiros, sem que ele tivesse sequer aberto a boca para proferir uma só palavra. Minha mulher foi molestada por ameaça canalhamente transmitida por telefone, a título de aviso de amigo, de que eu seria assassinado. Isso meses a fio, até que, vendo que a bravura de Ruth, que de mim tudo escondia, não cedia ao pânico, voltaram-se para intimidar minha mãe, velha de 80 anos, já então. Conheci, pois, o ódio mesclado de covardia, dessa gente que, depois, enricaria através de indenizações.

Governador do Pará sem pleitear a honraria, puni especialmente os corruptos e uns poucos ativistas que pretendiam transformar o Brasil numa imensa Cuba, e não "num imenso Portugal", como o letrista da esquerda escreveu para a canção de protesto. Apliquei o Ato Institucional, na esfera de minha prerrogativa, respeitando, porém, o direito de defesa dos acusados. Tornei publicamente sem efeito punições provavelmente decorrentes de erros na investigação sumária. Saneei a administração pública, marcada pelo hedonismo escandaloso de seu chefe maior. Elegi meu sucessor, sem desviar para a campanha eleitoral um centavo sequer do dinheiro público. O povo respondeu de maneira entusiástica, elegendo-me um ano depois, com o maior percentual de votos no Brasil.

Passando à vida civil, dirigi quatro ministérios da República, de onde sai sob aplausos e até lágrimas dos funcionários que foram meus subordinados, como, aliás, ocorrera quando deixei a Superintendência da Petrobrás, na Amazônia. E até mesmo sob chuva de pétalas de rosas, ao deixar o Ministério da Justiça.

Na atividade parlamentar, liderei uma bancada de 40 senadores, no Governo Figueiredo, conduzi as votações da anistia, da eleição direta para governador e do fim do bipartidarismo. Fui eleito por unanimidade presidente do Senado, colocando a bandeira do Pará lado a lado com a brasileira, no meu gabinete, posto que, ao que sei, nenhum político representante do Pará jamais conseguiu. Conduzi a votação da anistia, que devia corresponder a esquecimento e não a perdão. Há marcas inúmeras de benefícios que carreei para o Pará, particularmente na área da educação, da previdência social, da energia e dos transportes. Falha grande foi a de não divulgar os feitos. Como meu mestre Marechal Castello Branco, cometi o erro de considerar que um dever cumprido não deve ser maculado com a propaganda inevitavelmente pessoal.

Sofri injustiças inúmeras, ingratidões constantes, que são pertinentes à natureza humana. Já um rei de França dizia que ao preencher uma vaga, ganhava 100 descontentes e um ingrato...

A vida pública, porém, não é feita só de decepções, mas de recompensas confortadoras, quer no plano material, das realizações em favor do povo, quer no plano pessoal, a comprovar que o homem tem reservas admiráveis de fidelidade e dignidade. Se não podemos contar com o bem, não devemos esquecer o ensinamento de G. B. Shaw: "O mal, que se diz de nós, faz sobre nossa alma o que o arado faz com a terra: revolve-a e a fecunda."

Nunca, nem eu nem minha querida Ruth, nem meus filhos nos servimos do poder. Não nos deixamos deslumbrar pelas posições de relevos. Sempre tivemos em vista a fugacidade da glória, incerta e caprichosa, e a transitoriedade do Poder. Minha mão não se sujou do azeitado do dinheiro mal havido, nem do sangue dos meus implacáveis inimigos.

Volto a ser o que mais me desvanece ser: o coronel de Artilharia do Exército Brasileiro. Deixo para trás a marca de uma trajetória. Não traí, não conspurquei minha consciência, não reneguei princípios, não violencei adversários e não deixei em nenhuma ocasião, mesmo nas mais adversas, de ser o que sou: um homem de fé, desprovido de rancores e ressentimentos. Honrei a farda, mesmo quando a despi. Elevei o Pará ao mais difícil dos cumes: o da política, sempre sujeita às vicissitudes, às baixezas da alma e às perfídias de que se nutrem os invejosos, os despeitados, especialmente os medíocres inconformados com o talento alheio.

Quanto ao futuro, rendo-me ao ensinamento dos gregos: "O destino conduz aquele que o consente, e arrasta o que lhe resiste." Eu o aguardo.

(Reprodução de matéria publicada em *O Liberal*, de Belém, PA, edição de 29.01.1995, e assinada pelo Senador Jarbas Passarinho.)

D. JOÃO VI

A Revolução Francesa não foi um golpe de estado, de um general indisciplinado que brandisse a sua espada ou assestasse uma peça de artilharia contra o palácio. Foi o resultado de uma lenta elaboração, de uma preciosa observação pelo povo da sociedade dominante, de suas inescrupulosas regalias e dos privilégios abomináveis. Via-se que a cada momento mais se aprofundava e se alargava o abismo entre o povo e o governo. Numa iníqua distribuição de riquezas e de bem-estar, para uns tudo, a outros a carga de trabalhar para a realeza.

O absolutismo dominava. A vontade do Rei era a lei, *L'état c'est moi*, prolatava orgulhosamente Luiz XIV. O monarca desprezava aqueles que por pensamento iam paulatinamente lançando os fundamentos de um novo mundo. Para tal circunstância tão singular colaborava, numa cumplicidade positiva, a degenerescência moral da classe dominante, enquanto o terreno social se preparava para receber as sementes da renovação tão desejada.

Voltaire atacava corajosamente a Igreja e tudo aquilo que lhe parecia contrário à natureza das coisas. Montesquieu, Rousseau e a Enciclopédia espalhavam suas novas concepções políticas e humanas. Era o Iluminismo ou o Aufklärung que realmente nada mais foi do que o Sol Total, integral a aquecer o século XVIII. Portanto, a Revolução Francesa foi uma transformação radical nitidamente universal. Escândalos sucedem a outros, enquanto os ligar o desespero popular que encontra na burguesia emergente o aliado precioso.

Rebenta a Revolução Francesa e suas fases, Três Estados, Assembléia Nacional, Convenção, o Terror se afirmavam definitivamente ao jogar por terra as reais cabeças de Luiz XVI e Maria Antonieta. Entra a França num período de incerteza e angústia, à procura de um denominador comum resultante daquela convocação que não

é mais francesa porque se tornou universal. Ora, um simples tenente genial assume o governo da França, pouco importa que seja diretório, consulado ou império — é Napoleão impondo pelas armas a todos os povos as idéias da Revolução Francesa.

A sua vitória dependia da reformulação completa do mapa europeu; esmagou dinastias e por fim tomou por esposa Maria Luíza, da imponente e aristocrática Áustria. Napoleão tinha nas suas mãos como brinquedo o mundo europeu. Faltava-lhe, no entanto, um pequeno reino, Portugal. Atento, na faixa de terra banhada pelo Atlântico. Pareceu fácil a Napoleão enviar um corpo expedicionário e destruir a monarquia bragantina, e veio-lhe o pretexto — a recusa de aderir Portugal ao bloqueio decretado contra a Inglaterra.

Quando as tropas de Junot entravam em Lisboa, os ventos empurravam a corte para o Rio de Janeiro. Passava então o Brasil a ser a sede da monarquia portuguesa, cuja figura maior era o Príncipe Regente D. João. Modificava-se a fisionomia do Brasil e D. João, aparentemente fraco, indeciso, lerdo, se revela um dos maiores estadistas do século XIX. De rara habilidade, mantém intacto o império português e a sua ação administrativa dentro do Brasil, abre campos ilimitados na cultura e na visão extraordinária da geopolítica. Funda o Banco do Brasil, a Imprensa Régia, a Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico, a Escola Naval, a Escola Militar, as bases da Escola de Medicina e reina numa perfeita democracia, dirigindo o país com bondade e com uma profunda compreensão dos seus problemas.

Em ação militar, conquista a Guiana Francesa; numa prodigiosa realização estratégica, apodera-se do Uruguai. A Cisplatina significa arrebatado à Argentina a supremacia das bocas do Rio do Prata, quando então dominava a doutrina de que a navegação do ribeirão superior dependia da autorização do ribeirão infe-

rior. Se na composição continental da América do Sul viesse o Uruguai a pertencer à Argentina, o Brasil teria corrido o risco de perder o Mato Grosso. Esta é uma das proezas do estadista D. João VI. Nem nos esqueçamos da Missão Cultural Francesa de 1820, de Le Breton Montigny. E de sua prodigiosa esperteza resulta o casamento do filho Pedro com Leopoldina de Habsbourg. Relativamente às manobras de Madri, na tentativa de reconstituir o Vice-Reinado do Prata, especificamente para opor-se ao Brasil, D. João agiu com serena maestria, embrulhando os emissários espanhóis, fechando-os no seu balaio, imobilizando-os definitivamente.

Ninguém mais do que ele tinha certeza de que o Brasil jamais reverteria à condição de colônia e traçou com precisão de exímio estrategista todos os planos para a nossa tranqüila independência. D. João está definitivamente na História do Brasil como um de seus maiores homens, o verdadeiro estruturador do estado brasileiro.

(Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 10.03.1995, e assinada por Geraldo França de Lima, da Academia Brasileira de Letras.)

PERU E EQUADOR — NERVO EXPOSTO NO CONTINENTE

Em artigo publicado nesta mesma página (*Folha*, 11.02.1982), a propósito do livro de um representante da *intelligentia* equatoriana que chegou à Presidência de seu país, meu amigo Osvaldo Hurtado, editado no Brasil pela sempre atenta visão latino-americana de Fernando Gasparian, pude lembrar algumas

marcas da dramática identidade política do Equador.

As escaramuças que sugerem a ameaça de um conflito, não propriamente com o Peru, mas com esse samurai dos pobres, que é o agrônomo Fujimori, são uma boa oportunidade para se avivar o perfil daquele mundo boliviano que teve suas fronteiras históricas possivelmente riscadas no famoso encontro de Guayaquil. Ali, encerrados numa sala secreta, sem testemunhas e sem atas, Bolívar e San Martín resolveram — ou, antes, não resolveram — suas pendências geopolíticas.

Ninguém sabe o que houve naquele diálogo entre os dois heróis da independência. O que se sabe é que Bolívar, a partir dali, retirou o Equador da influência do Peru, e integrou o país no esquema de sua Grã-Colômbia, no trinômio das repúblicas fundadoras da emancipação da América Espanhola. Depois, cada uma dessas repúblicas assumiu seu próprio destino. Delas dizia o Libertador que a Venezuela era um quartel, a Colômbia uma universidade e o Equador um convento.

O certo é que o "convento" passou a ser uma presença singular em nossa América. Se por um lado pode oferecer-nos todos os pratos do menu trivial da América Latina, com seus golpes militares, suas juntas e seus súbitos líderes populistas, por outro, apresenta componentes inconfundíveis no processo político. O país foi quase uma teocracia no Governo de García Moreno — o mais típico estadista católico de seu tempo. A figura desse presidente encarna, de certo modo, as inquietações e a vocação do Equador.

García Moreno, único chefe de Estado no mundo de nossos dias cujo nome foi lembrado para a canonização na Igreja, é uma figura controversa, de sábio, de estadista, de tirano, de santo e de ultramontano. Foi assassinado, ao que se diz, pela maçonaria, depois de haver consagrado o país ao Coração de Jesus. Seja como for, ele é o protagonista político de um país

fundado pelas ordens religiosas do tempo missionário, os franciscanos, os mercedários, os dominicanos, os agostinianos e, por último, os jesuítas.

Foram eles os plantadores de aldeias, criando reduções de índios em torno de suas capelas e estendendo a civilização até às regiões remotas e virgens, onde nem sequer os incas haviam conseguido penetrar. Os frades e freiras cunharam a própria toponímia do país, com os nomes prestigiosos de Santa Catarina, de Santa Clara, do Carmem Antigo e do Carmem Nuevo.

Desse modo, criou-se o perfil de um povo e de um país. Suas lutas internas sempre giraram em torno de uma espécie de fé religiosa — contra e a favor — com seus clericais furibundos e seus anticlericais fanáticos. Hoje, os dois grupos já não se amaldiçoam como antes, até porque os ventos novos soprados de Roma trouxeram uma proposta humana à sociedade agônica de nossos tempos de desespero: a substituição do anátema pelo diálogo, conforme a expressão de Garandy.

A presença seminal do presidente Eduardo Frei (o pai) na América Latina, maior do que se imagina no Brasil, onde sempre se sabe pouco sobre nossos países do continente, chegou também ao Equador, com a mensagem da democracia cristã, que situou em novos parâmetros a dicotomia cristãos e não-cristãos nestas terras fundadas por frades e freiras.

Ainda recentemente, o presidente Fernando Henrique Cardoso, que viveu no Chile, mas que, lamentavelmente, não conhece o Chile nem a América Latina, tendo de seus países e de seus povos apenas um conhecimento sociológico, isto é, epidérmico, dizia na televisão que a democracia cristã de Eduardo Frei era um partido de origem fascista e corporativista.

Os sociólogos, ensina Unamuno, não sabem nada e, quando sabem, sabem *a posteriori*. Nosso bom presidente não lê os filósofos e os pensadores. Seria bom remetê-lo ao pensador católico mais medularmente antifascista e anticorporativista — pensador e militante —, Jacques Maritain, para quem Eduardo Frei teria

sido o maior estadista deste século no mundo ocidental. Mas isto é outra história.

É e não é. Pois os discípulos de Frei, como Hurtado no Equador e como meu amigo Rafael Caldera, que livrou a Venezuela da impostura de um suposto social-democrata, assim como livraram o Chile da ditadura militar, são ainda uma razoável esperança para a América Latina.

A tragédia da sombra de uma guerra na fronteira do Peru com o Equador sugere uma evocação daquele amargo testamento de Bolívar, no *Delírio sobre el Chimborazo*: "Eu arei no mar. A América é ingovernável." A cruel decepção do Libertador deveu-se à erupção de conflitos entre nações que ele sonhara fraternas e solidárias.

Não podemos crer que esses problemas de fronteiras mergulhem a América Latina em dramas semelhantes ao que vive a civilizada Europa, ainda em nossos dias, como suas Tchetchênias, suas Bósnias, suas Irlandas ensanguentadas.

É certo que as fronteiras de vários de nossos países têm nervos expostos e doloridos. Há problemas de fronteiras entre a Argentina e o Chile, entre a Venezuela e a Guiana, entre o Peru e vários de seus vizinhos. A disputa com o Equador é uma reincidência. A 22 de janeiro de 1942, o Protocolo do Rio de Janeiro conseguiu um entendimento entre os dois países. Não foi uma solução. Foi uma cafiaspirina.

Por esse protocolo, firmado pelo Brasil, a Argentina, o Chile e os interessados dos diretos, o que se adotou foi uma decisão do Governo dos Estados Unidos no momento em que Roosevelt consolidava seu esquema de poder no continente. A decisão foi clara e escandalosamente estabelecida para beneficiar o Peru, onde Washington precisava, então, enfiar sua lança imperial. Por ela o Equador renunciou aos direitos sobre três províncias de seu território histórico, recebendo a ficha de consolação de poder usar, para seus barcos, as águas do Rio Amazonas.

Hoje, temos a OEA, cujo plenário já não é uma vaca de presépio do poder, às vezes bom, às vezes malvado, de Washington. Quando

presidida por um diplomata brasileiro, o então embaixador Baena Soares, ela pôde exercer, em várias oportunidades, a competência, a autoridade, a honra e o direito que distinguiram a gestão desse representante do Itamaraty.

Parece que a guerrinha desencadeada pelo Sr. Fujimori, destinada ao consumo interno do povo peruano, para uma cortina de fumaça sobre a terrível crise econômica em que se debate o Governo de Lima, merece a atenção dos demais governos do continente. Esta é uma boa hora para o Itamaraty, se quisermos desvincular o nome do Rio de Janeiro do protocolo que aqui se perpetuou, acabando com a impiedade que amputou o Equador suas províncias de Tumb, Jaén e Mainas — nervos expostos na América Latina.

(Reprodução de matéria publicada na *Folha de São Paulo*, edição de 10.03.1995, e assinada pelo poeta Gerardo Mello Mourão, da Academia Brasileira de Letras.)

TECNOLOGIA NUCLEAR — COMPROMISSO COM O FUTURO

Nos últimos 150 anos, o Brasil viveu duas dificuldades críticas no que tange à energia: a inexistência de carvão vapor de boa qualidade em seu território e o lento e atrasado ingresso na extração de petróleo nacional. Ambas o sujeitaram a decisões estrangeiras, como aconteceu nos anos 70, com a crise do petróleo comandada pela Opep. Ora, por mais que se construam usinas hidrelétricas (cuja viabilidade não é infinita) e que se amplie a produção de hidrocarbonetos, é muito provável que o quadro energético nacional das próximas décadas tenha espaço para a atômica; precisamos nos preparar para preenchê-lo da

forma a mais nacional possível, sob pena de prosseguirmos vulneráveis (a realimentação da Angra I já foi objeto de embargo). Esta é, aliás, a tônica do projeto de política nuclear "encalhado" no Congresso há quatro anos.

O desenvolvimento nuclear vem sendo objeto de restrições das grandes potências, cuja retórica é articulada sobre argumentos de preocupação militar. Mas, em última análise, elas visam também manter o modelo de dependência tutelada nessa área sensível e, em certos casos (entre eles o brasileiro), desejam evitar concorrência no mercado nuclear. As restrições externas são comumente agravadas por grupos internos que, com argumentos pacifistas ou ambientais, ajudam a congelar a dependência de suas pátrias.

Os participantes desses grupos (bem-intencionados ou nem tanto) raramente compartilham da responsabilidade pela condução do País, permitindo-se gozar da satisfação da utopia irresponsável. Sua atuação, respaldada por aporte de recursos cujo propósito pode ser puro, embora nada assegure que sempre seja, chega até mesmo ao desafio da ordem nacional, como foi o recente desembarque de ativistas do Greenpeace na área das usinas de Angra dos Reis.

O Acordo Nuclear Brasil-Alemanha de 1977 pôs a nu a resistência à expansão do domínio da tecnologia nuclear. Malsucedido por várias razões, entre elas sua grandiosidade, ele sofreu de imediato fortes restrições norte-americanas não justificáveis pelo risco de proliferação bélica, vedada por claras e precisas cláusulas de salvaguarda. Provavelmente, o Governo norte-americano percebeu que ele poderia vir a enfraquecer a posição de privilégio dos EUA no cenário comercial industrial nuclear.

Apesar das dificuldades, a ampliação da capacidade nuclear está em curso através de programas coordenados pela CNEN, um dos

quais é conduzido pela associação da Marinha com o Instituto de Pesquisas Nucleares (Ipen). Seu sucesso e sua relevância justificam algumas considerações.

De 1976 a 1978, amadureceu na Marinha a idéia de que o Brasil deveria se preparar para construir submarino com propulsão nuclear, importante instrumento naval de dissuasão e defesa. Admitiu-se que seria indispensável a tecnologia própria, porque nenhuma grande potência a transferiria. Avaliado o cenário tecnológico nacional, a Marinha juntou-se ao Ipen (que dispunha de técnicos à margem do acordo com a Alemanha) no desenvolvimento do ciclo do combustível e do reator, tendo sido adotada a ultracentrifugação para o enriquecimento, a opção que o Almirante Álvaro Alberto tentou nos anos 50, mas foi sustado por óbices debatidos em Comissão de Inquérito da Câmara dos Deputados, que demonstraram como o mundo desenvolvido se opõe ao desenvolvimento de ponta dos menos desenvolvidos.

Dominada a tecnologia do hexafluoreto de urânio a partir do minério de Poços de Caldas, em 1982 foi obtido o primeiro sucesso laboratorial de enriquecimento. Nos anos seguintes, foi projetado e construído um reator experimental, desenvolvida a conversão e iniciada a construção de um centro nuclear em Iperó (SP), onde estão sendo montadas as instalações industriais do ciclo do combustível e do protótipo de geração de energia.

Note-se que a propulsão naval é um subproduto possível, mas não inexorável e muito menos o único do programa; o que está sendo feito é de grande valor para o País, que se habilitará a realimentar seus reatores de energia e de pesquisa e a produzir usinas atômoeletricas pequenas e médias. Trata-se de um extraordinário avanço tecnológico (talvez se "emparelhado" no Brasil pela Petrobrás na tecnologia

do petróleo em alto mar e pela Embrapa em tecnologias agropecuárias tropicais).

Convém protegê-lo do sufoco orçamentário, cujos efeitos podem desarticular as equipes do saber nuclear e neutralizar os sucessos já alcançados. E convém complementá-lo com a participação privada (na mineração e beneficiamento, no próprio ciclo do combustível e na geração de energia), desde que fortalecido o poder normativo e fiscalizador do Estado.

Alguns adversários do desenvolvimento nuclear apostarão nele uma incoerência com o Tratado de Tlatelolco (não-proliferação na América Latina). Trata-se de opinião equivocada por má informação ou preconceito, pois existe uma decisão nacional expressa na Constituição de não se construir arma nuclear (aliás, em descrédito mundial nos últimos anos). Os acordos nucleares Brasil-Argentina-Agências de Controle regional e mundial, com suas cláusulas de salvaguarda, já ratificados, não deixam dúvidas a respeito.

Em suma: o desenvolvimento tecnológico nuclear (o citado e outros, inclusive nos campos da medicina e agricultura, a cargo dos Institutos da CNEN e de outros órgãos) e seu aproveitamento prático, público e privado, devidamente exorcizado dos fantasmas de anos atrás, precisa continuar avançando para que o presente não comprometa as gerações futuras, cerceando-as do direito de usar uma tecnologia que poderá vir a ser necessária como instrumento de soberania na área crítica da energia.

(Reprodução de matéria publicada na *Folha de São Paulo*, edição de 25.02.1995, e assinada por Mario Cesar Flores, Almirante-de-esquadra, ex-secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.)

ÁTOMOS SEM PRECONCEITO

O Programa Nuclear Brasileiro tem sido, volta e meia, objeto de destaque nos meios de comunicação em virtude das dúvidas e controvérsias constantemente suscitadas sobre os diversos aspectos que o envolvem, tais como a sua viabilidade econômica, seus riscos e a real necessidade do Brasil utilizar a energia nuclear para a geração elétrica. Para se chegar a uma conclusão verdadeiramente útil para o País, é preciso que os interlocutores envolvidos no debate atentem para a complexidade da questão e não se deixem levar por soluções simplistas.

Inicialmente, é necessário esclarecer que não é totalmente correta a informação, constantemente veiculada, dando conta de estar a geração nucleoeletrônica atualmente decadente no mundo todo. A energia nuclear é hoje a terceira fonte de energia mais utilizada no mundo para geração de eletricidade, respondendo por 17% do total de GWh gerados no mundo, ficando abaixo do carvão e da geração hidrelétrica, que são responsáveis, respectivamente, por 40% e 19%. Existem hoje em operação no mundo 420 reatores nucleares para geração elétrica, espalhados por 26 países. Outros 76 estão sendo construídos em 29 países.

No caso do Brasil, se não existe urgência em criar um grande parque nucleoeletrônico, tampouco pode-se falar de uma total falta de necessidade de contarmos com este tipo de geração no futuro. Além de possuímos a 5ª maior reserva de urânio do planeta — com menos de 1/3 de nosso território prospectado —, representando uma enorme fonte de recursos energéticos que não pode ser desprezada, devemos ter também em mente que o nosso potencial hidrelétrico, embora grande, não é infinito, e que esta opção nem sempre se apresenta como a melhor solução, seja pelas características geográficas de certas regiões, seja por razões de ordem ambiental, social ou econômica, uma vez que exige a inundação de

grandes áreas, provocando a destruição de ecossistemas e, não raro, a remoção de cidades inteiras, além de inutilizar áreas férteis. Para o caso específico do Estado do Rio de Janeiro, atualmente com o seu suprimento fortemente dependente da energia gerada em outros Estados, a energia nuclear representa uma alternativa para minimizar esta dependência, dando uma base de geração à altura de sua importância econômica, sem os inconvenientes das térmicas convencionais em matéria de poluição atmosférica.

Um outro ponto que não deve ser negligenciado em toda essa discussão, diz respeito ao aspecto estratégico da tecnologia nuclear, mesmo para fins pacíficos. Com o advento da chamada nova ordem mundial, a maior vulnerabilidade dos países periféricos diante das pressões políticas e econômicas dos países ricos torna o acesso às tecnologias classificadas como "sensíveis" cada vez mais restrito, e quem hoje ainda não as domina dificilmente conseguirá romper as barreiras impostas por esses países e desenvolvê-las. Por esta perspectiva é que vemos com apreensão o comportamento oficial vacilante com relação ao prosseguimento do cronograma atual das obras de Angra II. A demora da decisão tem-nos custado caro, e o risco de desmonte de todo o setor ameaça deixar o Brasil numa posição ainda mais subalterna no contexto tecnológico mundial, tornando pouco provável a reversão deste quadro quando os nossos recursos hidroelétricos já não forem mais capazes de satisfazer todas as nossas necessidades.

A polêmica existente sobre os altos custos de Angra II peca por desconsiderar que houve, no começo, um superdimensionamento de todo o programa, o que implicou na realização de investimentos que não se justificariam para um horizonte de apenas duas usinas nucleares, e que hoje são, em grande parte, debitados ao único empreendimento que restou. De qualquer forma, de acordo com Furnas, Angra II ainda é economicamente viável, e não há base de sustentação nos argumentos dos que alegam que o orçamen-

to para o término das obras estaria subdimensionado.

Sabemos que um dos aspectos que tornam o uso da energia nuclear especialmente antipático aqui no Brasil é a sua origem. Urdida e gerada nos meandros da ditadura militar, teria sido imposta antidemocraticamente. Entretanto, hoje, sob a esfera da Eletrobrás, o Programa Nuclear Brasileiro encontra-se totalmente em mãos civis, não se justificando quaisquer suspeitas sobre subreptícias intenções bélicas.

A questão da segurança das usinas nucleares tem sido um filão de sensacionalismo que poucos órgãos da mídia resistem à tentação de explorar. Contra-argumentar usando o hermético jargão técnico é sempre uma estratégia equivocada, que, por mais bem intencionada que seja, resulta inócua. Na verdade, identificamos aí uma parte da herança que o setor recebeu e que hoje o prejudica. Por ter sido concebido sem a preocupação de prestar esclarecimentos à sociedade, o setor nuclear se ressentia hoje da falta de uma ação maior em relações públicas, que viabilize a veiculação dos esclarecimentos que se fizerem necessários à população, sempre de forma clara e objetiva, com o intuito de desfazer os inúmeros mal-entendidos e as dúvidas que surgem.

É possível identificar nos medos que rondam o cidadão comum um forte componente de desinformação. Comparar, por exemplo, o nosso modelo de reator com as usinas de Chernobyl é, no mínimo, fruto de ignorância ou má-fé. São tecnologias completamente distintas, com conceitos de segurança totalmente diferenciados, tanto a nível de projeto quanto de procedimentos de operação e rotinas de manutenção. Reactores do tipo de Chernobyl só existem nos países do Leste Europeu e jamais seriam licenciados nos países que seguem estritamente as recomendações de segurança da Agência Internacional de Energia Atômica, como é o nosso caso. Do mesmo modelo das usinas de Angra (PWR) existem outras 238 operando no mundo, representando cerca de 57% do total de usinas nucleares em operação, e que até hoje não

provocaram um único sinistro fatal de natureza nuclear, sendo que, somadas, já acumulam perto de 4000 anos de operação. É, portanto, totalmente desproporcional aos fatos, o temor em relação ao uso da energia nuclear para geração elétrica. Propostas demagógicas como a realização de um plebiscito, sem que a população esteja bem informada sobre a questão enquanto prevalece uma visão deturpada do problema, são irresponsáveis, e não podem ser encampadas por um governo sério.

A melhor alternativa para a superação de todas as dificuldades de compreensão está, como não poderia deixar de ser, na ampliação do acesso à informação sobre as usinas nucleares para o cidadão comum. Os exemplos contundentes de muitas nações desenvolvidas, e consagradamente democráticas, que fazem uso intensivo da energia nuclear, também devem ser levados em consideração. Só para citar alguns dados, podemos lembrar que cerca de 75% da energia elétrica da França são gerados por usinas nucleares. Nos EUA existem 110 usinas em operação e, somente na Europa Ocidental, somam-se atualmente, 153 centrais operando espalhadas por um território um pouco menor do que o brasileiro. O Japão, que já possui 42 reatores, planeja concluir mais 10 até o final do século. Em todos esses países presta-se um constante serviço de informação à sociedade, que inclui a manutenção de programas permanentes de visitação às instalações, com o acompanhamento de pessoal especialmente treinado para este fim. E a imprensa recebe tratamento especial, a fim de que possa cumprir com precisão o papel que lhe cabe de informar adequadamente a população, sem esconder nem mitificar a realidade.

(Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 09.01.1995, e assinada pelo Físico Luiz Eurípedes Massière de Castro e Silva, diretor da Associação de Empregados da Nuclen.)

EXÉRCITO FRACO É AMEAÇA PARA RÚSSIA

**Desmoralizada e foco de
convulsão, a tropa é vista com
desconfiança no Ocidente**

Embrutecido, desmoralizado e perigosamente politizado pela controversa guerra na Chechênia, o Exército russo sofre as convulsões de sua pior crise desde a Segunda Guerra Mundial.

O orgulhoso Exército soviético que manteve a Europa atemorizada durante quatro décadas foi açoiado, humilhado e eventualmente forçado a recuar dentro das fronteiras da Rússia. As reformas prometidas há três anos sequer começaram. E o prolongado e humilhante conflito na Chechênia tem deixado poucas dúvidas de que o exército treinado para fazer a Terceira Guerra Mundial na Europa está lamentavelmente 'espreparado para defender suas fronteiras, agora reduzidas, ou para esmagar conflitos étnicos dentro da antiga União Soviética.

Ameaça — Os falcões norte-americanos e os nervosos europeus orientais podem sentir-se aliviados e até excitados em ver a superpotência da Guerra Fria atolada na Chechênia e aparentemente incapaz de representar uma ameaça armada convencional ao Ocidente. Mas os especialistas russos e ocidentais advertem que um exército russo enfraquecido e descontente pode criar novos problemas, ameaçando a reforma do país e desarticulando a estrutura de segurança pós-Guerra Fria.

Preocupadas, as autoridades militares dos EUA acham que o declínio das forças convencionais da Rússia aumentará sua confiança nas armas nucleares. "Isto fará com que se enfatize mais o apego dos militares russos às suas forças nucleares, até mesmo como justificativa psicológica para sua permanente reivindicação ao *status* de grande potência", disse em janeiro o general James Clapper, diretor da Agência de Informações do Departamento de Defesa dos

EUA, em depoimento na Comissão das Forças Armadas do Senado.

Segundo as piores hipóteses que circulam atualmente em Moscou, a Rússia poderia usar armas táticas nucleares em conflitos que um exército mais forte enfrentaria com meios convencionais. Felizmente, as Forças de Mísseis Nucleares, que controlam a maioria das armas nucleares da Rússia, são consideradas unidas e relativamente bem administradas. Mas afirma-se que a Marinha russa, que também é nuclear, está em total decadência.

A elevada sensação de insegurança da Rússia também pode torpedear acordos de controle de armas — possibilidade que os analistas consideram cada vez mais provável. Apesar dos apelos do presidente Boris Yeltsin por maior desarmamento, vários pactos de controle de armas, inclusive o Start 2, o Tratado de Forças Convencionais na Europa e outros acordos de segurança, encontram-se agora ameaçados pelo emperrado Parlamento Russo e pela mudança de opinião da Rússia sobre suas necessidades de segurança.

O primeiro indício de como o Exército se sente vulnerável surgiu no outono passado, numa pesquisa feita entre 615 altos oficiais russos, na qual 57% concordaram com a afirmação de que, "dada sua instabilidade interna, a Rússia não seria capaz de repelir uma agressão". E isso foi antes da guerra fratricida na Chechênia, um conflito que, segundo alardeou o ministro russo da Defesa, terminaria em um dia. Mais imediatos são os receios do que pode acontecer com o Exército russo pós-Chechênia. Segundo especialistas russos, não está descartada a possibilidade de inquietação militar e insubordinação escancarada.

Mais de 200 mil oficiais, muitos dos quais perguntam por que foram desonrosamente retirados do Leste europeu e dos Países Bálticos, ainda não têm apartamentos na Rússia e são obrigados a viver com suas famílias em quartéis. Alguns que agora combatem na Chechênia espe-

ram ser recompensados com melhores moradias — e provavelmente vão sofrer amarga decepção, porque o reduzido orçamento militar para 1995 não deve melhorar sua sorte.

Além disso, o ministro da Defesa Pavel Grachev é objeto de desprezo generalizado. Conhecido em todas as Forças Armadas pelo apelido de *Paxá Mercedes*, fora do Exército é tido como um João-ninguém. Generais têm pedido que renuncie e sua credibilidade como reformador militar é zero.

A Rússia nunca teve uma tradição de golpes militares ou de intervenção militar em assuntos internos. Mas Yeltsin manchou essa conduta, ao enviar um exército de 40 mil homens à Chechênia. E após o inédito espetáculo da oposição pública de cinco generais fardados à operação na Chechênia, agora não pode mais ser descartado o perigo de prestigiosas figuras militares brincarem de política.

"Hoje, pela terceira vez em três anos, vemos a liderança política levar o Exército a resolver o que é basicamente um conflito político", disse Sergei Rogov, analista militar do Instituto dos EUA e Canadá, de Moscou. Em agosto de 1991, a linha-dura chamou o Exército soviético para derrubar Mikhail Gorbachev, mas os que dirigiam os tanques terminaram confraternizando com os manifestantes na rua. Em outubro de 1993, o exército de Grachev mostrou-se quase relutante em defender Yeltsin contra uma revolta armada de seus inimigos no Parlamento.

Mas, segundo Rogov, o ataque indiscriminado a rebeldes e civis na Chechênia — russos e chechenos — rompeu a barreira psicológica para os militares. "Agora, o que pode detê-los?" pergunta. "Esta guerra levou o Exército para o centro da tomada de decisões políticas, porque agora este é um exército que não vai ficar nos quartéis, se for chamado a trazer os tanques para as ruas", diz Rogov. "A pergunta é: contra quem?"

(Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 15.03.1995, assinada pelo jornalista Soni Efron, do *Los Angeles Times*.)

MERCOSUL: PARCERIAS QUE SE CONSOLIDAM

De regresso de minha primeira visita oficial ao exterior como Ministro das Relações Exteriores do governo Fernando Henrique Cardoso, pude dar testemunho ao Presidente da República do entusiasmo e da confiança com que nossos sócios no Mercosul encaram a nova fase que se iniciou com o estabelecimento, a partir de 1º de janeiro, da união aduaneira.

Assim como o Brasil, todos os demais participantes do "projeto Mercosul" manifestam-se dispostos a consolidar o esquema de integração regional que só encontra paralelo na União Européia e que se tem pautado por avanços realistas em consonância com as necessidades de ajuste dos países-membros.

Todos os meus interlocutores valorizaram os esforços do atual Governo brasileiro para que o plano de estabilização econômica siga mantendo as pressões inflacionárias sob controle e criando as condições para o crescimento sustentável da economia. Nossos parceiros vêem o Plano Real como um patrimônio comum do Mercosul, já que seu êxito traz maiores possibilidades de negócio para agentes econômicos da região, maior demanda por bens importados e tendência crescente ao equilíbrio dos fluxos comerciais no âmbito da união aduaneira.

O Brasil, comprometido com os princípios do Tratado de Assunção e do Protocolo de Ouro Preto, está, ao mesmo tempo, empenhado em executar o programa de ajustamento de sua economia. Aos benefícios da estabilização devem corresponder ações e medidas que permitam a execução das metas governamentais visando ao saneamento de suas finanças e à evolução, sem sobressaltos, de seu comércio externo.

Nossos parceiros no Mercosul estão conscientes de que, logrados expressivos avanços na implementação de mecanismos jurídicos e

institucionais, cabe agora buscar resolver problemas de natureza conjuntural, como o da adaptação das fronteiras a novos procedimentos, sem perder de vista a necessidade de definir dentro dos prazos fixados, normas e regimes comuns, indispensáveis para a atuação dos quatro no contexto de uma união aduaneira.

Outra prioridade para 1995 é a necessidade de reforçar a nova "cultura" da integração através da participação crescente do setor empresarial e da sociedade civil como um todo no processo. A criação do Foro Consultivo Econômico-Social, um dos resultados da cúpula de Ouro Preto, por certo facilitará e acelerará esse maior envolvimento de representantes de todas as forças das quatro nações num esforço de maior compreensão dos temas próprios do ideário integracionista, alguns dos quais transcendem a dimensão tarifária e mesmo comercial do Mercosul.

Nos encontros que mantive com os chefes de Estado da Argentina, do Paraguai e do Uruguai e nas reuniões de trabalho de que participei com os chanceleres e outros ministros daqueles países, pude identificar um interesse muito claro em fortalecer os laços bilaterais com um Brasil que se apresenta determinado a tomar todas as medidas que se façam necessárias para "arrumar a sua casa" e assumir plenamente sua parcela de responsabilidade na construção de um espaço econômico cuja ampliação — e aumento de escala — terá o efeito político de atrair mais investimentos produtivos tanto de dentro quanto de fora da sub-região. Nosso País é visto, assim, como capaz de desempenhar papel de liderança na consolidação da credibilidade internacional do Mercosul.

Existem muitas e variadas possibilidades de cooperação entre o Brasil e os três países que visitei. As relações com o Paraguai, que possuem dinâmica própria e se desenvolvem de forma

espontânea e com crescente intensidade, devem seguir o exemplo do Tratado de Itaipu, monumento de engenharia jurídica e diplomática que viabilizou a concretização daquilo que muitos consideram a "obra do século", a maior usina hidrelétrica do mundo. É o espírito de Itaipu que vem presidindo o tratamento da questão dos chamados "brasiguaios", isto é, o contingente de cerca de 200.000 colonos brasileiros que vêm empreendendo significativo esforço de aproveitamento de extensas áreas agrícolas, sobretudo na região do Alto Paraná. A soja produzida por esses colonos em terras paraguaias é um dos principais itens do comércio bilateral, que já em 1993 alcançava a cifra de US\$ 1,2 bilhão e pode aumentar nos próximos anos em decorrência da adaptação do modelo econômico paraguaio às novas realidades do processo de integração regional.

Não menos fortes são os vínculos que nos unem ao Uruguai, cujo novo presidente, Julio Sanguinetti, tomará posse no mês de março em solenidade à qual comparecerá o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Adquire particular relevo em nossas relações bilaterais a cooperação fronteiriça pela importância política e econômica da região limítrofe, onde se desenvolve uma significativa atividade agropecuária. Os diferentes mecanismos político-diplomáticos de que dispõem os governos dos dois países para coordenar a cooperação e para a identificação dos temas mais importantes ao longo da área de influência da fronteira comum devem continuar a se reunir com frequência anual com participação ativa de todos os interessados em maximizar a utilização dos recursos e das oportunidades que se oferecem a brasileiros e a uruguaios que habitam as zonas lindeiras.

Pode-se dizer que nunca foram tão densas e tão diversificadas as relações com a Argentina. Cordialidade, intimidade, concertação constru-

tiva são algumas das expressões comumente usadas para descrever a atmosfera e o espírito que marcam o diálogo entre autoridades brasileiras e argentinas, que se multiplica através dos variados canais de comunicação entre os principais órgãos governamentais de ambos os lados. Minhas conversas com o Presidente Menem, com o Chanceler Guido di Tella e com o Ministro da Economia, Domingo Cavallo, demonstraram de forma eloquente a convergência de opiniões que prevalece na atuação dos dois países em diferentes foros internacionais.

Ao mesmo tempo, a franqueza e a fluidez com que se desenvolvem as consultas e os contatos em todos os níveis permitem detectar rapidamente as diferenças de opinião e buscar modalidades de ação que evitem prejuízo tanto para um lado quanto para o outro. A maior aproximação das posições dos dois governos sobre temas que compõem a agenda global tem contribuído para a melhor inserção política e econômica dos dois países no cenário internacional.

As 80 horas de encontros e reuniões de trabalho com nossos amigos e parceiros do Mercosul, nas quais fui portador da mensagem de amizade e de renovada cooperação enviada pelo Presidente, terão servido para renovar a disposição individual e coletiva de prosseguir na busca do ideal integracionista, apoiado e fortalecido por laços bilaterais cada vez mais sólidos e mutuamente benéficos. O Mercosul e as relações com cada um de seus membros são parcerias que se consolidam.

(Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 03.02.1995, e assinada pelo Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampréia.)

POLÍTICA INDUSTRIAL E MERCOSUL

O fenômeno de globalização da economia mundial já é amplamente reconhecido. Os mercados tornaram-se altamente competitivos. Houve uma multiplicação e diferenciação crescente dos produtos, exigindo linhas de produção flexíveis, com ciclos de produção cada vez mais reduzidos. Um altíssimo nível de qualidade é exigência corrente. Produzem-se constantes inovações de processos e conceitos de gestão. As empresas bem-sucedidas não mais operam isoladamente no mercado, mas formam cadeia de alianças estratégicas, com raízes nos principais blocos econômicos, para enfrentarem, em conjunto, a dinâmica da mudança.

Todos os componentes dessa realidade internacional representam uma ruptura com o passado e um desafio constante à competitividade das empresas. As indústrias envolvidas num processo estreito de integração com o Mercosul vêem, nesse sentido, crescerem seus desafios e oportunidades, em adição às dificuldades, deficiências e vulnerabilidades herdadas do passado.

As oportunidades são incrementadas pelo acesso a um mercado ampliado e pela possibilidade de realização de alianças estratégicas que possibilitem empreender políticas de especialização industrial para enfrentar a concorrência internacional.

Os desafios também crescem, uma vez que, ao eliminar barreiras comerciais no interior do Mercosul, a situação relativa intrarregional pode, em alguns casos, resultar inicialmente desvantajosa, em razão de restrições comerciais, assimetrias normativas e de infra-estrutura subsistentes e dificuldades na coordenação de polí-

ticas macroeconômicas que exacerbariam diferenças naturais existentes.

Nesse sentido, é importante orientar o processo, a fim de que o setor produtivo encontre um ambiente propício, de maneira a que a integração tenda para uma associação cooperativa e criativa, propiciando uma melhoria da competitividade conjunta da região e o incremento das possibilidades de emprego.

As alianças estratégicas que as indústrias da região constroem, aproveitando as vantagens decorrentes da eliminação de barreiras ao comércio, terão um papel relevante a desempenhar na definição do tipo de inserção que o Mercosul terá no mercado internacional. Quanto maiores o apoio e a orientação às indústrias para gerar associações positivas e de crescimento, maiores serão as possibilidades de que o Mercosul tenha um papel mais ativo e projetado para o mundo.

Ao mesmo tempo, deverão ser consideradas, também, eventuais situações em que os efeitos da integração possam resultar temporariamente negativos, comprometendo os benefícios da integração e a coesão social inerente a um processo de regionalização.

O que fica delineado, assim, é o duplo aspecto da reestruturação industrial, isto é, o aspecto que poderia ser identificado como defensivo e o aspecto ativo. Esses dois aspectos podem requerer, ao menos temporariamente, respostas diferentes.

A reestruturação, em sua fase defensiva pura, aparece como necessária em casos de dificuldades concretas nas quais a empresa, ou setor, constata que sua competitividade aparente está comprometida, tendo então que empenhar-se em processo de racionalização produtiva, que poderá envolver redução de custos, ampliação de escalas devido à especialização, incremento de produtividade, modificação do composto de

produção, racionalização e recapacitação da mão-de-obra, reengenharia financeira etc.

A reestruturação, em sua fase ativa, implica num esforço constante para melhorar o padrão de inserção internacional, e não necessariamente partir de uma dificuldade inicial. Esse processo baseia-se em uma mais eficiente especialização industrial, envolvendo otimização da relação com fornecedores e clientes; melhoria de qualidade de processos e produtos; constante capacitação laboral e gerencial; capacitação e inovação tecnológica; acesso à pronta informação sobre os mercados internacionais, etc. Sem desconsiderar o processo de ajuste, que inclui a fase defensiva, é conveniente desenvolver, conjuntamente, uma reestruturação ativa, já que as atividades próprias de ambas se complementam no caso de perda de competitividade.

Frente a cada uma dessas fases, o setor privado poderá tomar atitudes diferenciadas, assim como serão diferentes as políticas públicas que se implementarem para acompanhá-las.

O Mercosul enfrenta hoje uma nova etapa, com um primeiro período de transição praticamente terminado, apesar da União Aduaneira estar ainda incompleta, mas que entrará em vigor a partir de janeiro corrente, e a manutenção do objetivo final de constituição de um mercado comum. É o momento apropriado para desenhar um sistema adequado de sinais dirigidos aos setores produtivos, que permitam aos mesmos planificar estratégias para médio e longo prazos sobre seu posicionamento no mercado ampliado.

Para traçar esse sistema de sinais, faz-se necessário analisar, não somente as especificidades regionais, mas também a situação dos mercados internacionais, a forma que adotam o comércio e a produção nos distintos setores, as tendências teóricas em vigência, bem como as políticas adotadas em outros espaços de integração.

Uma intervenção excessiva nos setores identificados como críticos, ou afetados pela integração, não é aconselhável. Parece possível e conveniente fixar pautas e compromissos para o ajuste e reestruturação desses setores, tendo o cuidado de não introduzir distorções na situação intra-regional.

Deve ser priorizada uma ótica do tipo horizontal, que vá ao encontro das necessidades regionais e coincide com as idéias já acordadas de fortalecer o desenvolvimento tecnológico, induzir e orientar a especialização industrial, apoiar as micro, pequenas e médias empresas e favorecer o inter-relacionamento empresarial.

No que se refere às necessidades de reestruturação derivadas da abertura do mercado regional, faz-se necessário outorgar segurança para a ação empresarial, criando um ambiente favorável ao crescimento e desenvolvimento das empresas mediante garantia da livre circulação de bens por intermédio de uma política de harmonização/eliminação de restrições tarifárias e não tarifárias; um marco jurídico adequado que crie mecanismos para a solução de controvérsias, novas formas societárias, relações comerciais, etc; mecanismos ágeis e eficazes de defesa da concorrência e do consumidor, proteção contra práticas desleais de comércio e de salvaguardas; proteção adequada aos direitos de propriedade intelectual, tendo como base o que foi acordado na Rodada Uruguai do Gatt.

Esses elementos permitiriam criar um ambiente favorável para as empresas que decidirem iniciar a reestruturação e que deverão encarar inversões para enfrentar essa nova etapa. Ao Estado caberia um papel de subsidiariedade ativa, assegurando a manutenção de um clima macroeconômico de condições estáveis, deixando

a atividade produtiva ao setor privado; convertendo-se em articulador e favorecedor das redes de relações sociais; desenvolvendo políticas que orientem a produção industrial para o mercado, com um perfil que possibilite a integração ativa na economia internacional mediante uma adequada especialização; atuando sobre aqueles elementos que distorcem o funcionamento do mercado.

Com relação à integração econômica, esse Estado promoveria a formação de redes de co-operação entre os países-membros, dando ênfase à promoção do desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas da região. Avançando por esse caminho, é importante potencializar a integração dos países do Mercosul como um acelerador do processo de reestruturação industrial que implique ganhos de competitividade e uma maior inserção internacional do conjunto de economia da região.

Essas funções do Estado, essa concepção da produção industrial e da integração regional requerem uma estrutura institucional diferente da que operava no passado. Essa situação apresenta novos desafios nos papéis das entidades que representam os agentes do cenário produtivo, sejam estes empresários, trabalhadores, cientistas ou tecnólogos.

(Matéria extraída do *Jornal do Brasil*, edição de 09.01.1995, e assinada pelo Senador Helcio Alvares, ex-ministro da Indústria e Comércio.)

MENEM FAZ ELOGIOS À ERA MILITAR

O Presidente Carlos Menem elogiou ontem a ação dos militares argentinos durante a década de 70, quando cerca de 10 mil pessoas desapareceram em mãos do terrorismo de Estado. "Felizmente e graças à presença das Forças Armadas triunfamos nessa guerra suja que quase levou à dissolução de nossa comunidade", assegurou Menem, poucos minutos antes de encontrar-se com o Presidente eleito do Brasil, Fernando Henrique.

"As Forças Armadas, instituições fundamentais e básicas da República Argentina, souberam atuar diante dos longos e dolorosos confrontos criados pela guerra de guerrilhas e a subversão", disse o presidente argentino.

Segundo a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento das Pessoas (Conadep), criada em 1983 para investigar a atuação das Forças

Armadas durante a ditadura, os militares nesse período torturaram e fizeram desaparecer pouco mais de 10 mil pessoas. "Felizmente triunfamos, graças à presença das Forças Armadas, nesse caso o Exército", disse Menem, que pouco depois participou de uma missa em memória dos militares mortos em serviço.

O Presidente também justificou o indulto que concedeu, em 1989, aos líderes da ditadura que haviam sido condenados à prisão perpétua por terem comandado o terrorismo do Estado. "Em 1989 fechamos essa velha etapa para iniciarmos uma nova, pródiga em realizações e em acontecimentos que iriam propiciar-nos uma Argentina muito melhor do que a que havíamos vivido", explicou.

(Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 03.11.1994, e assinada por Pablo R. Gonzalez, correspondente do *JB* em Buenos Aires.)

mudanças?



Gato Preto

**ARMAZENA
TRANSPORTA
E EMBALA
DESDE 1940**



Rua Haddock, 615 - Jd. do Jardim - 1305
Cidade de Araraquara - SP - 13400-204
FAX: 51 3423.1221 - 3423.1222 - Telegráfico: 3423.1223
CEP 13051-100 - Araraquara - SP



ACONTECEU NA ECEME

PRIORIDADE PARA A AGRICULTURA

José Eduardo de Andrade Vieira*

Recebi, com muito orgulho e alegria e como uma grande honra, o convite, feito por Sua Excelência, o Ministro de Estado do Exército, General Zenildo Zoroastro de Lucena, para falar sobre a política e as atividades do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária neste Curso de Política, Estratégia e Alta Administração da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Quando fui Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, em 1993, no Governo Itamar Franco, tive oportunidade de falar em cursos semelhantes a este que vocês estão fazendo e sei muito bem da importância que eles têm para o Exército Nacional e para o próprio País pela possibilidade de transmissão de informações e de debates de idéias.

Convocado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Professor Fernando Henrique Cardoso, para assumir o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma

Agrária, tenho plena consciência das dimensões e das dificuldades da tarefa que me cabe. Por isso mesmo, aqui estou para, na medida do possível, esclarecer posições, dar informações e debater idéias e sugestões com os oficiais que participam deste curso de mais alto nível promovido pelo Exército.

Devo, de início, lembrar que, em meu discurso de posse, eu já chamava a atenção dos brasileiros para as dimensões continentais de nosso território, a qualidade de muitos hectares de nossos solos agricultáveis e a competência de produtores capazes de encontrar soluções técnicas adequadas para corrigir as deficiências das terras menos apropriadas ao amanhã.

Com tais características, meus caros coronéis do Exército, o Brasil tem tudo para satisfazer, na plenitude, a vocação agrícola que sempre teve. O problema é que sempre se falou em "vocação agrícola", mas pouco se fez para realizá-la. Tenho em mãos a oportunidade rara de corrigir esse equívoco histórico, pois o Presidente Fernando Henrique Cardoso elegeu a agricultura como uma das cinco metas prioritárias de seu programa de governo.

* Ministro da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária

MAIS PRODUTIVIDADE, MENOS DESPÉRDÍCIO

A importância da agricultura na economia brasileira tem raízes que se confundem com a própria formação de nossa nacionalidade. Os compêndios escolares têm fartas informações sobre a dependência da economia colonial em relação ao cultivo da cana-de-açúcar, da mesma forma que, no Império e ao longo de toda a Primeira República, a sociedade brasileira dependeu primordialmente da cafeicultura, responsável inclusive pelas bases de nossa industrialização, que data de 1930.

O setor agrícola, cujo papel no sustento do País é, portanto, primordial, passou a responder pela geração de divisas por meio das exportações de matérias-primas. Tais divisas têm sido essenciais para tornar viável o modelo de substituição de importações, na fase posterior de consolidação de nosso parque industrial.

Parte considerável dos problemas conhecidos pela produção primária em nosso País deve-se ao fato de a principal função do setor agropecuário, internamente, passar a ter sido o fornecimento de alimentos aos centros urbanos, a preços baixos, para tentar aumentar o poder aquisitivo dos assalariados da cidade. Houve, por isso, uma grande transferência de renda rural para o setor urbano, o que implicou, também, como sabemos, fluxos migratórios crescentes, que mudaram o perfil do Brasil, nos últimos 50 anos.

Nos anos 60, o Estatuto da Terra modificou, completamente, as condições de parceria e arrendamento nas propriedades agrícolas brasileiras, dando um impulso definitivo para a violenta expulsão dos trabalhadores da terra rumo às zonas urbanas. A geada de 1975 também teve participação efetiva no êxodo rural. O Estatuto da Terra e a geada tiveram um aliado na modernização rápida da agricultura, e da própria economia brasileira. Essa modernização ajudou a deslocar a mão-de-obra da roça para a

rua. De início, esse fluxo foi encarado como uma fonte oportuna de fornecimento de trabalhadores para a industrialização. Logo depois, contudo, ficou constatado que os exageros de sua rapidez e sua força resultaram num processo incontrolável de crescimento das cidades e de esvaziamento do campo.

A transferência de mão-de-obra e capital do campo para a cidade no Brasil foi realizada de forma vertiginosa, brutal mesmo. Para ilustrar essa afirmação, basta lembrar que, em 1950, 70% da população brasileira morava no campo. Ou seja, 2,3 brasileiros produziam, na roça, alimentos para cada habitante da cidade.

O êxito rural continua também a ser provocado por uma crônica incapacidade de produzir de forma competitiva. Para tanto, contribuem fatores como a baixa remuneração dos produtos destinados ao abastecimento interno, a pouca atenção à saúde e educação no campo e às condições desfavoráveis climáticas em áreas críticas como o semi-árido nordestino.

Mercê de tantos fatores negativos, hoje, 45 anos depois, 74% da população mora no meio urbano e cada produtor rural tem de produzir alimentos para 2,8 habitantes das cidades, além de continuar arcando com o compromisso de gerar excedentes para a exportação e matéria-prima para a indústria. Para o ano 2000, a previsão é de que apenas 17% da população brasileira estará no campo, o que vai significar uma proporção de um produtor rural para um grupo de cinco consumidores urbanos.

Qualquer observador do quadro vai concordar, então, com a necessidade urgente de investimento maior em produtividade, combate sem tréguas ao desperdício e maior racionalidade na produção agrícola. A atividade agropecuária é fundamental para o processo de desenvolvimento econômico como um todo, desejado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, ocorrer de forma harmônica, com a garantia da oferta em níveis adequados de alimentos e matérias-primas em quantidade, qualidade e custos compatíveis com nossa capacidade de competir.

Ao assumir as responsabilidades pelo comando do Ministério da Agricultura, atendendo ao honroso convite de Sua Excelência o Presidente da República, o faço no pleno entendimento de que, hoje, o Brasil tem tudo para vir a ser o grande parceiro do mundo na produção, comercialização e distribuição dos alimentos necessários para alimentar uma população crescente e com renda também ascendente. Mas estou também consciente das inúmeras dificuldades que estou encontrando pela frente e com as quais ainda vou me deparar. Em que pese os expressivos avanços da agricultura nos últimos anos, em termos de progresso tecnológico, existe um acúmulo de problemas em função de complicações causadas pelas opções do modelo econômico, visto como um todo, e da política agrícola em particular.

Ao tomar posse no Ministério, meus caros coronéis, lembrei a saga de meu avô, o libanês Miguel Antun, que se estabeleceu como comerciante em Tomazina, no norte do Paraná, mas logo entendeu que o amanhã adequado do riquíssimo solo daquela região era o caminho para a construção de um sólido patrimônio familiar. Meu pai, Avelino Antônio Vieira, também dedicou seus esforços à ampliação desse patrimônio agrícola.

Meus irmãos e eu sempre demos grande valor à terra e ao homem encarregado de tirar dela o sustento biológico e criar riquezas. Quis o destino que, ao longo de minha vida profissional, eu também exercesse os talentos que Deus me deu na administração de indústrias e empresas financeiras. Mas sou, sobretudo, antes de tudo, um homem da terra, um agricultor e me orgulho disso, pois tenho dedicado grande parte da minha vida a pesquisar os segredos da terra e a tentar partilhá-los com os homens que se dispõem a dela cuidar para dela produzir da melhor forma mais alimentos para os seres humanos.

Meus ancestrais acreditavam na agricultura extensiva, ou seja, com o aumento da produção conseguido sempre com a ampliação da área

plantada. Mas já chegou a hora de implantar no Brasil a agricultura intensiva, isto é, conseguindo-se o aumento da produção pela produtividade, sem aumentar a área plantada, até mesmo reduzindo-a, se for o caso. É possível obter a maior produtividade tanto pelo aumento do volume de produção por área, que se conquista com pesquisas de melhores sementes e tratos mais adequados do solo, quanto pela redução dos custos, que são elevados demais, no Brasil.

A escolha das melhores sementes, o trato técnico adequado do solo, a irrigação e a colheita feita de forma racional ainda são estágios que precisam ser cuidados com muita atenção pelo produtor rural e pela autoridade pública responsável pelo setor. Ao mesmo tempo, devemos perseguir a verticalização da agropecuária brasileira.

O governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso está, agora, implantado, uma reforma profunda no modelo econômico, com o objetivo de superar as distorções estruturais, o crescimento desordenado com inflação alta e a instabilidade no sistema produtivo. Apesar dos problemas econômicos vividos pelo Brasil nos últimos anos, contudo, cabe reconhecer que a agricultura brasileira tem premiado nossa economia com significativos ganhos de produtividade. Hoje, está praticamente superado o período em que o aumento de produção somente ocorria em função da área cultivada e nos locais de mão-de-obra abundante. Nos anos recentes, o crescimento da produção está sendo obtido pela adoção de tecnologia mais avançada, motivo de ânimo e coragem para todos nós.

Graças à reação dos preços da soja no mercado internacional, principalmente, nas duas últimas safras observou-se uma recuperação considerável da renda agrícola, uma variável-chave na avaliação do setor, que vinha apresentando queda relativa desde meados da década de 1980. Inclusive com melhora na relação de troca com outros setores da economia. Mas diversos segmentos ainda sofrem os efeitos da

descapitalização acumulada, intensificada pelo alto custo financeiro para produzir em nosso País.

O diabo é que a agricultura brasileira é excessivamente tributada. O agricultor até consegue, fazendo um grande esforço, obter lucro até a porteira da fazenda. Mas, ao transpor os limites de sua propriedade, passa a ser onerado em excesso: o ICMS e o INSS, tornam o produto agrícola 25% mais caro no Brasil. Além deles, o produtor tem de arcar com o imposto sobre combustíveis e o ICMS sobre o valor dos transportes.

Ainda assim, o Brasil vem batendo recordes em volume de produção e aumento de produtividade em culturas importantes. Em pouco mais de dois meses no Ministério, já tive a satisfação pessoal de anunciar a previsão de 81 milhões e 600 mil toneladas de grãos da safra de 1994/95, ou seja, a maior da história.

Só que, por outro lado, não podemos esquecer, a agricultura se defronta com obstáculos e impasses que ainda a prejudicam, sendo nocivos, sobretudo, para o País, a ponto de impedir o melhor desempenho do setor e limitar sua expansão no futuro. Peço a paciência desta distinta audiência para analisar algumas questões básicas de nosso modelo agrícola.

O MODELO AGRÍCOLA BRASILEIRO

Crédito Rural

No ano agrícola de 1981, o setor rural absorvia, no Brasil, 74,7% das aplicações do Banco do Brasil. No final da década, contudo, o setor industrial passou a ser o maior tomador de recursos daquela instituição, chegando, em 1991, a 50% dos financiamentos concedidos. Em 1981, o Banco do Brasil emprestava ao setor rural o equivalente a 50% do PIB agrícola. Hoje, o total não passa de 15%.

O volume de recursos aplicados no crédito rural caiu de 20 bilhões de dólares no final da década de 1970 para pouco mais de 8 bilhões de dólares, atualmente. Enquanto naquele período, o Tesouro Nacional respondia por 75% dos recursos aplicados no campo, hoje tal participação pouco supera a casa dos 10%. O Governo, então, vai ter de racionalizar o direcionamento de tais recursos escassos, mas ainda existentes, para serem melhor aproveitados.

Em minha opinião, meus amigos, o sistema nacional de crédito rural, concebido em meados da década de 1960, está superado, apesar das adaptações e correções introduzidas de lá para cá. Entre elas, destaque-se o artifício usado nos dois últimos anos de equalizar as taxas de juros referentes à sobre-aplicação do Banco do Brasil, da ordem de dois bilhões de dólares.

Basta ler os jornais para saber que muitos segmentos da atividade rural continuam pressionando fortemente por crédito subsidiado, quando já poderiam, e até deveriam, prescindir desses recursos oficiais, atuando livremente no mercado. Acredito que não fazem isso por dois motivos: primeiramente, ainda mantêm expectativa quanto à alternativa de atendimento pelo Governo. Em segundo lugar, porque as taxas de juros no mercado interno não estão alinhadas com as do mercado externo. Além disso, o sistema oficial de crédito é complicado de ser operado. É preciso simplificar e reorientar as prioridades.

De qualquer maneira, meus amigos, devemos partir do consenso de que crédito oficial farto e subsidiado é um fato do passado e não tem compatibilidade com os dias atuais. É preciso substituir o atual sistema de financiamento rural por novas fontes de recursos, inclusive externas. Essas fontes serão direcionadas a um público-alvo criteriosamente escolhido. Os encargos financeiros também serão diferentes dos atuais. A Taxa Referencial de juros será substituída por outra, que seja mais compatível com as características da atividade. O Governo garantirá

recursos, com encargos favorecidos, sim, mas somente para os gastos de custeio de pequenos produtores, para culturas específicas ou para investimentos que induzam a aumento de produtividade.

Política Externa e Política Agrícola

Em minha prática de agricultor e pecuarista, meus caros coronéis, aprendi que, ao contrário do imaginado por muita gente, a atividade agrícola não se resume ao que ocorre da porteira da fazenda para dentro. Ao contrário, no mundo moderno, particularmente depois desta Terceira Revolução Industrial e do Novo Paradigma, a agricultura não é mais apenas uma atividade econômica primária, meramente extrativa, e se tornou um verdadeiro complexo, envolvendo vários setores de várias atividades humanas.

É preciso cuidar de armazenagem, vias de transportes e instalações e atividades portuárias. Parte considerável da atividade agrícola ainda se volta para a produção de alimentos. Mas outra parte, também considerável, é um negócio muito importante e como tal precisa ser tratado. Isso explica a expressão *agribusiness*, hoje na moda.

Não é mais possível pensar a agricultura apenas como uma forma de produzir alimentos para o mercado interno. É preciso pensar em outro público de importância fundamental para a agricultura brasileira, o consumidor externo. Este, aliás, não é um raciocínio excludente, pois no mercado externo é possível encontrar a complementação das necessidades do consumidor doméstico. Por isso, não se pode pensar, ou falar, sobre agricultura sem tentar entender sua inserção no mercado mundial.

Desde o primeiro dia do ano, a maioria dos produtos agrícolas *in natura* passaram a ter tarifas de importação de 10%. Enquanto isso, os países desenvolvidos subsidiam e protegem pesadamente seus produtos agrícolas. Por isso, o Brasil participou das negociações da Rodada

Uruguai do GATT, insistindo na necessidade de reduzir subsídios.

Essa foi a primeira vez que o comércio agrícola entrou nas negociações do GATT sobre a liberalização do comércio mundial. E se constituiu no maior entrave à conclusão da Rodada Uruguai, por causa do elevado nível e multiplicidade de subsídios concedidos pelos países desenvolvidos. Os países desenvolvidos gastam, aproximadamente, 246 bilhões de dólares anuais com subsídios agrícolas. Cerca de 40% da renda dos produtores rurais nesses países provém dos subsídios recebidos.

Na Comunidade Econômica Européia, o custo de manutenção da agricultura está orçado em 900 dólares por contribuinte. Além disso, os consumidores locais pagam 26% a mais pelos produtos agrícolas que consomem em relação aos preços internacionais, por causa da proteção contra as importações. Nos últimos cinco anos, os agricultores europeus receberam, em média, preços de 30% a 35% mais elevados do que os preços internacionais. Nos Estados Unidos, a situação não é diferente: o custo de manutenção da agricultura está orçado em 700 dólares por contribuinte.

Enquanto o assunto era debatido no GATT, o Brasil executou, unilateralmente, um amplo programa de reforma e liberalização de suas políticas econômicas e de comércio exterior, eliminando quase totalmente os subsídios à agricultura. O mesmo, porém, não ocorre com nossos principais parceiros comerciais, sobretudo os Estados Unidos e a Comunidade Européia. Ao retirar os subsídios a sua produção e abrir a economia ao comércio exterior, sem negociar os passos com os parceiros, o Brasil perdeu uma boa oportunidade de derrubar ou reduzir barreiras alfandegárias por eles até hoje mantidas.

Tais barreiras mantêm vantagens dos produtos desses parceiros em relação ao Brasil de tal ordem que, mesmo se eles decidissem reduzi-las significativamente, ainda assim continuariam em vantagem. O Brasil, que não

subsidiar mais a agricultura, em nome da modernidade, ficará impedido pelo novo acordo de usar tal instrumento no futuro.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul)

Enquanto negociava, no âmbito do GATT, ou seja da futura Organização Mundial do Comércio, a OMC, o Brasil teve de se entender também com Argentina, Uruguai e Paraguai, nossos parceiros no Mercosul. A agricultura é o setor em que a integração regional avançou com mais rapidez. Na balança comercial com os parceiros do Mercosul, o Brasil apresenta superávit global, mas na agricultura há déficit.

Os países-membros firmaram compromisso a respeito da tarifa externa comum, fixando as alíquotas de zero a 20%, com 90% dos produtos agrícolas concentrados na faixa de 2% a 10%, admitindo-se uma reduzida lista de exceções, com tarifas de até 35%.

A posição do Ministério da Agricultura tem sido a de "não discriminação setorial", ou seja, a de que as tarifas agrícolas devem ter o mesmo tratamento que as tarifas para a agroindústria e os insumos, além de bens de capital utilizados pela agropecuária.

Em relação ao Mercosul, há ainda a questão da reconversão. Os países-membros elaboraram uma minuta de acordo para uma política de reconversão e reestruturação de setores e unidades produtivas que perderão capacidade de competir com o advento do Mercosul. Pela proximidade regional, a região Sul deverá ter prioridade nos projetos de reconversão, particularmente no que diz respeito ao setor primário.

A abertura externa da economia, implantada a partir de 1990, expôs o sistema produtivo agrícola do País a uma concorrência desigual. Como se sabe, nossos custos de produção

carregam o ônus da ineficiência do sistema de transportes, da ineficaz administração portuária, das condições de financiamento mais caras do que as praticadas no mercado externo e do peso de uma excessiva carga tributária.

Além disso, não houve a preparação institucional e burocrática para responder rapidamente, em conformidade com os dispositivos previstos nos acordos do GATT e do Mercosul, contra práticas protecionistas e concessão de subsídios por parte de países concorrentes. Em consequência, foram criadas condições propícias para a entrada excessiva de diversos produtos de origem externa, dificultando a comercialização dos produtos internos. Mesmo os estoques governamentais, adquiridos para regular o mercado, ficam retidos, pois o preço de liberação fixado, segundo as regras atuais, não é alcançado, uma vez que os importados chegam a preços inferiores.

O Governo está dando início ao trabalho de tornar mais ágeis as ações de identificação, coleta de informações, instrução de processo e acompanhamento de painéis na Organização Mundial do Comércio, para proteger a agricultura brasileira usando os instrumentos legais em vigor.

Problemas no Abastecimento

A maioria dos países de agricultura desenvolvida utiliza mecanismos de sustentação de preços para evitar que eventuais adversidades de uma safra venham a se tornar escassez aguda nos anos seguidos. No Brasil, onde o poder aquisitivo da população é baixo, isso é ainda mais importante.

A atuação do Governo tem seguido, no caso, o princípio da menor interferência na livre comercialização privada, com a observação de prazos e procedimentos preestabelecidos e de amplo conhecimento dos agentes do mercado.

A intervenção do Governo na comercialização dos produtos de origem agropecuária ocorre por meio de compra, venda, importação, exportação e financiamento à comercialização e à estocagem. Rege-se pela Lei Agrícola (Lei nº 8.171/91), pelas normas da política de garantia de preços mínimos e pelos dispositivos legais relativos ao comércio exterior.

O referencial básico para o início e a suspensão das vendas dos estoques do Governo é o Preço de Liberação dos Estoques (PLE), calculado tomando-se como referência uma série histórica de preços reais de mercado, a nível de atacado, nas principais praças de comercialização de cada produto. Assim, quando os preços de mercado superam o preço de intervenção, os estoques públicos são liberados automaticamente e mantidos em oferta até ocorrer a normalização do abastecimento.

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) existe há 50 anos e foi adotada com o objetivo de assegurar a estabilização dos preços e da produção agrícola no País. Esses objetivos, contudo, não estão sendo inteiramente alcançados nos últimos anos, por causa dos desajustes surgidos em função do distanciamento entre a garantia prometida por ocasião do lançamento do plano de safra e a efetiva capacidade financeira do Governo em cumpri-la rigorosamente após a colheita, entre os juros internos dos financiamentos à aquisição e os juros internacionais.

De qualquer maneira, o mecanismo continuará sendo utilizado, só que sob novos critérios. Eles serão fixados em níveis que sinalizem a tendência de mercado e levando em conta a necessidade de retomar a regionalização geoeconômica, que deverá se associar a incentivos alternativos para as regiões mais afetadas. Na reformulação desse instrumento, dever-se-á restringi-lo a produtos cuja produção interna não esteja diretamente condicionada pelos preços internacionais e a mini e pequenos produtores. A extensão a outros produtores

deverá ocorrer em caráter excepcional, desde que se trate de programa de recuperação de culturas específicas ou sejam direcionadas à formação de estoques estratégicos ou, ainda, para atendimento de programas sociais.

Endividamento Rural

Apesar do bom desempenho da produção nas duas últimas safras, há um nível preocupante de endividamento dos agricultores. Parte do problema remonta ao descasamento na correção dos índices de empréstimos e dos preços mínimos por ocasião do Plano Collor I.

A situação é agravada pelo crescente hiato entre o saldo das dívidas contraídas para o plantio da safra 1994/95, corrigidas com a TR, e os preços-mínimos e os de mercado. Ressalte-se que tal situação ameaça converter o mecanismo da equivalência em produto na principal forma de quitação dessas dívidas, estatizando a comercialização de expressiva parcela da atual safra. Ou seja, contrariando a orientação presente, que é a de menor interferência possível do Governo na comercialização.

Preocupa também ao Governo o fato de aqueles que não recorreram a crédito oficial, estarem, de forma semelhante, sendo submetidos a uma descapitalização capaz de influir negativamente na próxima safra. Por isso, tenho manifestado posição favorável à solução imediata do problema, apesar de reconhecer que pode implicar mais uma pressão sobre o Tesouro Nacional.

A autorização dada pelo Governo para que os bancos brasileiros captem recursos no Exterior com prazo de seis meses apenas para financiamento à atividade agrícola, a meu ver, é uma boa solução para o problema da TR na agricultura. Pois essa autorização, na prática, extingue a TR nos empréstimos, oriundos dessa fonte de recursos, aos agricultores.

Excesso de Impostos na Agricultura

O Brasil é um dos poucos países que importa subsídios e exporta impostos no comércio agrícola internacional. As tarifas de importação de produtos agrícolas são mais baixas do que as dos produtos industriais (inclusive as dos insumos agrícolas). O agricultor brasileiro tem capacidade para competir com seu concorrente estrangeiro, mas não para competir com as vantagens concedidas pelo Tesouro dos países ricos.

O imposto que mais distorce os custos de produção no Brasil é o ICMS, mas, por serem cobrados em cascata, o PIS e o Cofins também pesam no preço final de alguns insumos e produtos processados, comprometendo a competitividade de nossas exportações. Por isso, e também para diminuir seu caráter regressivo em relação às camadas mais pobres da população, o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso incluiu nas proposições para a reforma tributária a eliminação do ICMS sobre as exportações e os insumos agrícolas, bem como a redução drástica da tributação sobre os produtos de cesta básica. Pretende-se, também, criar condições tributárias e fiscais favoráveis para negociações via Bolsas de Mercadorias, como forma de estimular a comercialização privada.

Em relação ao ICMS, devo lembrar que o Confaz — Conselho de Secretários Estaduais de Fazenda que determinam a política fiscal dos Estados — é uma excrescência, que precisa ser eliminado na revisão constitucional, pois os impostos estaduais são assunto da alçada do Senado Federal.

Tenho me empenhado, pessoalmente, conversando com os companheiros parlamentares, para conseguir do Congresso Nacional a aprovação da emenda constitucional concedendo a redução radical, ou mesmo a eliminação, de impostos para os produtos da cesta básica. Essa providência é prevista no plano de governo

apresentado, durante a campanha, pelo então candidato da coligação União, Trabalho e Progresso, Fernando Henrique Cardoso, ao eleitorado.

Tal imunidade precisa ser estendida aos insumos, máquinas, tratores e implementos agrícolas, no espírito previsto pelo mesmo programa, publicado no livro intitulado *Mãos à Obra, Brasil*. Acredito que a revisão constitucional, a ser realizada pelo Congresso Nacional, ainda este ano, vai ser de importância fundamental para a agricultura, principalmente no capítulo da incidência de impostos no setor.

Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

Infelizmente, ainda não dispomos, no Brasil, de um seguro capaz de garantir, efetivamente, o produtor contra a instabilidade climática e outros danos naturais. Para suprir essa carência, o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) tem sido relevante instrumento de política agrícola, nos últimos 20 anos. O problema é que o Proagro está mergulhado em graves impasses, que podem até torná-lo inviável.

Hoje, infelizmente, o Proagro pouco interessa ao produtor e não gera segurança alguma para o sistema financeiro. O governo atual herdou uma dívida de 190 milhões de reais de processos deferidos e não honrados durante o chamado "Proagro velho", ou seja, no período anterior a julho de 1991. Quanto ao "Proagro novo", que não conta com repasses do Tesouro Nacional, já se calcula um déficit de 450 milhões de reais. O não pagamento de tais dívidas com produtores, cooperativas e o sistema financeiro provocou profundo descrédito nesse importante instrumento de política agrícola.

Defesa Agropecuária

Os países desenvolvidos têm conseguido conter a importação de produtos agropecuários usando argumentos nas áreas sanitárias animal e fitossanitária, muito mais sutis e flexíveis do que suportes de preços, tarifas e subsídios. Tais argumentos sanitários têm sido usados como importantes barreiras não-tarifárias, na guerra comercial dos dias de hoje.

As atividades de defesa, vigilância e fiscalização sobre produção, comercialização interna, exportação e importação passaram a ser, por isso mesmo, vitais para garantir a presença do Brasil no comércio mundial de produtos agropecuários. O Ministério da Agricultura está iniciando um grande esforço para obter instrumentos e recursos humanos nessa área para cumprir suas atribuições.

Independentemente do reforço institucional, está sendo iniciada, também, uma completa reformulação gerencial. A meta é implantar o sistema unificado de atenção à sanidade agropecuária, por meio de mecanismos de ação preventiva e de promoção da sanidade.

Para isso ser feito, é preciso introduzir os conceitos de análise de risco e pontos críticos de controle para a inspeção industrial e sanitária para produtos de origem animal, vegetal, bebidas e insumos agrícolas. Também urge promover a harmonização das normas técnicas à linguagem internacional e a adoção de estratégia ecossistêmica para o controle e a erradicação de doenças e pragas de animais e vegetais. Serão, ainda, definidas áreas livres de doenças e pragas com vistas a superar as barreiras técnicas impostas pelo comércio exterior.

Na área de inspeção animal, um desafio que preocupa muito agora — e tem merecido minha preocupação há muito tempo — é o controle da febre aftosa, que tem causado ao Brasil pesados prejuízos financeiros. Pois o País deixa de ganhar, aproximadamente, 200 milhões de reais por ano, por culpa das restrições impostas à

importação da carne bovina brasileira nos mercados dos Estados Unidos e da União Européia.

Pesquisa Agropecuária

Outra área de grande importância para o Ministério é a da pesquisa agropecuária. Ao tratar de política agrícola, estou consciente de que a geração e adoção de determinada tecnologia muitas vezes exigem prazos superiores a um decênio de trabalho incansável, requerendo planejamento adequado. Sem a participação da inovação tecnológica, a agricultura brasileira dificilmente encontrará o caminho para competir no mercado internacional, cada vez mais exigente.

A importância dada pelo atual governo federal e pelo Ministério da Agricultura, em particular, à pesquisa agropecuária ficou demonstrada na recente decisão de deixar o sistema de pesquisa agropecuária nacional fora dos cortes do Orçamento da União.

Assistência Técnica e Extensão Rural

Embora a questão fiscal seja importante, não basta desonerar o agricultor dos impostos. Cabe ao Ministério da Agricultura, também, investir o máximo que puder na qualificação da mão-de-obra e na extensão rural, que merece ganhar do governo federal um programa muito ambicioso. Metade, ou mais, da agricultura brasileira, é de subsistência e essa parte, responsável pela produção de alimentos, precisa de uma política agrícola diferenciada da outra parte, que é auto-suficiente e tem condições de competir no mercado externo.

A agricultura moderna exige conhecimento científico e tecnológico, mas tal conhecimento poderá até correr o risco de se tornar inútil, se não houver na base o homem preparado para levá-lo à prática. Insisti, em meus discursos no Senado Federal, que a primeira verba pública deverá ser sempre destinada à educação. A segunda, também. E, se sobrar algum recurso, também este deverá ser usado para educar o homem. Falo da educação profissionalizante para o agricultor.

No campo da difusão de tecnologia, estabeleci como tarefa urgente a de acelerar o repasse aos extensionistas e produtores, dos resultados obtidos pela pesquisa. O Ministério não medirá esforços para que o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural — Sibrater, que congrega 27 entidades oficiais, tenha melhor desempenho em sua função de provedor de conhecimento tecnológico aos produtores rurais. Afinal, é um sistema que abrange 4.056 municípios e conta com 25 mil funcionários em todo o Brasil.

Além desses, existem 8 mil técnicos de cooperativas e dez mil técnicos de empresas privadas que são sócios dos governos federal e estaduais na tarefa de levar ao campo a tecnologia necessária ao desenvolvimento rural.

Reforma Agrária

A fixação do homem no campo, mantendo-o em sua atividade original, onde produz e tem renda, é tarefa de grande importância para o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. A agricultura pode e deve contribuir decisivamente para reduzir o fluxo explosivo dos homens do campo rumo à periferia das grandes cidades e, assim, diminuindo a proliferação de favelas.

O problema da terra é crucial no Brasil, não só por ser um recurso natural renovável, essencial para a produção agropecuária, mas também por ser fundamental para as populações rurais. A agricultura é um setor estratégico para a política de combate à pobreza e à fome. A política fundiária representa um grande desafio para o governo Fernando Henrique Cardoso, seja pela herança recebida, seja pelas restrições institucionais e de recursos disponíveis.

Os acampamentos de trabalhadores sem terra chegam hoje a abrigar, se é que se pode usar este verbo, cerca de 16 mil famílias. Não se pode fechar os olhos para as deficiências generalizadas em pelo menos 550 projetos, reunindo 100 mil famílias, entre os assentamentos já implantados.

O desafio é enorme, porque o processo de financiamento para consolidação dos assentamentos foi drasticamente reduzido ao longo do tempo, passando de 80 milhões de dólares em 1988 para 5 milhões de dólares em 1993. Em consequência disso, ficou comprometida a sobrevivência das famílias e se deixou de aproveitar seu potencial produtivo, especialmente na produção de alimentos básicos. A combinação de tais circunstâncias, que marcam as condições de vida de substancial parcela da população brasileira, justifica e fundamenta a orientação social da política global do Governo.

A redistribuição de terras, amparada por um sistema de financiamento e apoio técnico e social, constitui solução permanente para esse quadro, que nos aflige a todos. É preciso resolver a questão da pobreza, que ainda persiste em inúmeros bolsões deste País.

Cumprindo propostas de campanha, consolidadas no programa publicado no livro *Mãos à Obra, Brasil*, assinado pelo então candidato, hoje Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Governo intensifica esforços para deslanchar, definitivamente, o processo de reforma agrária.

A Secretaria de Defesa Agropecuária se responsabiliza por normatizar e fiscalizar as ações de defesa agropecuária em todo o território nacional. A atribuição da Secretaria de Política Agrícola é analisar o desempenho do setor agrícola e formular políticas e medidas a serem adotadas pelo Governo como um todo. A Secretaria de Desenvolvimento Rural regulamenta atividades de produção rural e desenvolve projetos específicos de fomento.

O modelo gerencial adotado pelo MAARA é descentralizado. Em cada Unidade da Federação existe uma Delegacia Federal, com relativa autonomia administrativa e financeira, para operacionalizar as ações de competência exclusiva do poder público.

O Ministério conta ainda com o Instituto Nacional de Meteorologia, o Inemet, e com a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, a Ceplac, única entidade do MAARA dedicada a um só produto. Nas áreas em que se requer mais agilidade operacional, a atuação do Governo se realiza por duas empresas públicas.

Uma delas é a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa, criada em 1973, contando com 39 centros de pesquisas e 9.995 servidores, dos quais 1.081 são pesquisadores com grau de mestrado e 637 de doutorado. A outra, a Companhia Nacional de Abastecimento, Conab, dispõe de 4.708 servidores e foi instituída em 1990, a partir da fusão da Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), Companhia de Financiamento da Produção (CFP) e da Companhia Brasileira de Armazenagem (Cibrazem).

A forte presença do Estado no setor agrícola vem sendo objeto de adaptação à realidade atual. Para tanto, o papel e a dimensão da Cobal e da Cibrazem foram revistos, concentrando-se nas atribuições de normatização e fiscalização, e não

mais de armazenagem direta de produtos ou participação no abastecimento, pela venda em supermercados próprios.

O MAARA, a exemplo de outros órgãos da administração pública, apresenta uma composição institucional inadequada, com arcabouço legal e normativo desatualizado e um perfil de recursos humanos incompatíveis com o papel que se espera do Estado no novo contexto político e econômico em que se insere. A carência de profissionais habilitados em áreas vitais e a ausência de carreiras específicas tem provocado deficiência na prestação de diversos serviços de competência do Ministério.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaria de lhes repetir palavras que usei em meu discurso de posse, pois elas continuam válidas e são a melhor síntese de meu pensamento sobre a tarefa que tenho a honra de desempenhar no comando do MAARA.

Naquela ocasião, disse, e hoje ainda creio nisso, encontrar em duas palavras as senhas certas para a agricultura facilitar o encontro do Brasil com seu destino manifesto de parceiro do mundo contemporâneo. Uma delas é desregulamentação. Nosso esforço tem sido feito no sentido de reduzir as normas burocráticas e aumentar o controle de qualidade. A outra, descentralização. O que puder ser feito no local no local será feito. Por isso, insisto na pedra de toque do diálogo permanente com os secretários estaduais de agricultura e dos prefeitos municipais, ao longo de toda a minha gestão aqui no Ministério.

Se vocês me permitirem, invocarei, ainda, uma terceira palavra-chave, apesar de ela estar na moda e, por isso mesmo, parecer um lugar

comum: a parceria. Recorri a esta senha em minha passagem de 14 meses pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, no governo Itamar Franco. Creio ter duas histórias de sucesso para contar, graças a ela.

O crescimento da economia em 1993, parcialmente explicado pelo desempenho da indústria automobilística, mercê dos excelentes resultados do acordo da Câmara Setorial, é um exemplo de sucesso da parceria. Da mesma forma, a criação da Associação dos Países Produtores do Café — APPC — e a retenção de 20% do produto exportado bastaram para recuperar os preços no mercado externo, evitando a bancarrota anunciada da cafeicultura nacional. A parceria com a iniciativa privada é fundamental na abordagem do outro bloco de políticas, adotadas no Ministério.

Modernizar a estrutura tributária, as atividades de armazenagem, transportes e portos e os mecanismos de comercialização e financiamento são condições necessárias para os produtos brasileiros cheguem aos mercados internacionais em condições vantajosas ou, no mínimo, em igualdade de condições com os concorrentes estrangeiros.

Sei que é uma tarefa árdua, mas tenho convicção de que, com perseverança e competência, é possível vencer os obstáculos no caminho. Não tenho, também, a ilusão de que a missão seja apenas do Ministro da Agricultura, ou mesmo do Ministério. Para conseguir a estruturação de uma política agrícola moderna e superar as inúmeras dificuldades apresentadas, considero da maior importância a participação e o fortalecimento das entidades de classe do setor. Refiro-me a associações, sindicatos e federações. Só com essas instituições fortalecidas o setor agropecuário brasileiro conseguirá

corrigir as distorções que assinaei aqui e poderá ter representatividade política à altura de sua expressão econômica. Por isso, estou dando condições para o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA) cumprir seu papel de foro de debates e de encaminhamento de soluções para assuntos de interesse do setor.

Não me vexo em lhes dizer que me sinto mesmo diante de desafios cuja solução é fundamental para consolidar o plano de estabilização do governo Fernando Henrique Cardoso. E, a longo prazo, para orientar nossos agricultores no rumo de um mercado onde o primado do consumidor e da competição livre venha substituir a pesada, onerosa, ineficiente e frequentemente injusta atuação estatal.

O Brasil é um país de grande mercado interno e recursos naturais abundantes a explorar. É detentor das maiores reservas de terras aptas para a agricultura no mundo inteiro, com destaque para os 200 milhões de hectares do cerrado. Além disso, aqui há um extraordinário potencial de expansão de irrigação. A exploração de tais reservas deve ser feita com inteligência e criatividade, proporcionando padrão de vida digno a quem vive no e do campo e com o compromisso solene de preservá-las para as gerações futuras.

E assim encerro minhas palavras, esperando ter trazido para os oficiais que comparecem às conferências deste curso algum dado novo, alguma contribuição original. Agradeço, novamente, a deferência de poder falar para os senhores neste convívio salutar e de troca de experiência, sempre resultante em proveito pessoal e institucional e de grande utilidade para a grandeza do País.

Muito obrigado! □

A maior parte da energia elétrica é produzida na hidrelétrica de Cabora Bassa, localizada na província de Tete. Há sérios problemas na distribuição desta energia, em virtude da destruição de muitos circuitos de transmissão. A construção desta usina previa que a maior parte da energia produzida seria vendida à África do Sul. A destruição dos circuitos de transmissão, no entanto, impossibilita esta operação.

A moeda nacional é o Metical (US\$ 1,00 = 7.500 Mi; dezembro de 1994). Em muitas regiões o uso do dinheiro é substituído pelo simples escambo, devido ao isolamento destas áreas.

Aspectos Políticos

Moçambique é uma república unitária, presidencialista, dividida para fins administrativos em 10 províncias e na cidade de Maputo. Estas são grupadas em três regiões (Norte, Centro e Sul). Dentro de cada região, há um rodízio entre os governadores, com um deles assumindo a coordenação regional.

O Poder Legislativo é exercido pela Assembleia da república, monocameral.

A posição geográfica de Moçambique é estratégica, dentro do contexto da África Austral.

Os países do chamado *Hinterland*, Zimbábue, Zâmbia e Malawi, dependem diretamente dos corredores moçambicanos para o comércio internacional. Em menor escala, a África do Sul e a Suazilândia também são usuárias dos portos de Moçambique.

O formato alongado do país, no sentido N-S, bem como a deficiência de comunicações e transporte interligando as diversas regiões são

fatores desfavoráveis à unidade nacional. Acrescente-se a estes fatos a existência das diversas etnias, com seus próprios idiomas e culturas. O português, embora língua oficial, não é dominado por toda a população.

Esta acha-se muito empobrecida, reduzida a uma situação miserável. O grande número de deslocados e refugiados, bem como a concentração de população nas cidades são problemas sociais graves.

A economia nacional está bastante destruída em função da guerra. A população retornou à agricultura de subsistência. A indústria nacional é pequena e está bastante sucateada. O comércio está crescendo nos últimos tempos, mas ainda é bastante fraco. Em algumas regiões, o escambo é a única prática comercial.

O CONFLITO MOÇAMBICANO

A Independência Moçambicana

A partir de 1964, o povo moçambicano desenvolveu sua guerra de independência contra Portugal.

Esta guerra foi liderada pela Frente de Libertação de Moçambique — FRELIMO. O ato que caracteriza o início deste conflito foi o ataque ao Posto Administrativo de Chai, no norte do país, em 25 de junho de 1964, hoje considerada a data nacional de Moçambique.

Após a Revolução dos Cravos, iniciou-se o processo de descolonização portuguesa na África, com a independência de suas principais colônias, Angola e Moçambique.

Até essa data, diferentemente das demais potências européias, Portugal não desenvolveu uma transição visando a independência de suas colônias. Ao contrário, sua política era a de



considerar seus territórios de ultramar como parte integrante da Metrópole. "Moçambique é Portugal".

Com a revolução portuguesa, foram iniciados entendimentos visando o cessar fogo e a transição para a independência. Neste sentido, foi assinado, em 7 de setembro de 1974, o Acordo de Luzaka, que previa a independência total de Moçambique em 25 de junho de 1975 e um governo de transição até aquela data.

A Criação da FRELIMO

No início dos anos 60, foram formados alguns partidos de oposição ao governo colonial português, como a União Nacional Moçambicana (UNAMO) e a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), com fortes características étnicas e regionais. Estes não conseguiram, no entanto, se unificar. O primeiro movimento a conseguir realizar uma união de forças foi a Frente de Libertação de Moçambique — FRELIMO.

Criada em 1962, por Eduardo Mondlane, a FRELIMO foi solidamente apoiada pelo governo socialista da Tanzânia e pelo Comitê Africano de Libertação (CAL), organismo responsável, perante os países membros da OUA, pela estratégia global do movimento anticolonialista na África, bem como ao suporte aos movimentos de libertação.

Sob inspiração de Julius Nyerere, presidente tanzaniano, a FRELIMO passou a consolidar os diversos movimentos independentes de libertação. Sua sede foi estabelecida em Dar-es-Salaam, capital da Tanzânia.

Esse movimento foi o único condutor da guerra de libertação, a partir de suas bases na Tanzânia. Assim, quando do cessar fogo e do Tratado de Luzaka, seus dirigentes foram

considerados pelos portugueses como os únicos interlocutores autorizados.

Durante o governo transitório, os dirigentes da FRELIMO assumem os principais postos e, após a independência, o movimento, agora transformado em partido, assume o comando da nação.

Em 1969, Eduardo Mondlane foi assassinado, em Dar-es-Salaam. Em consequência, Samora Machel e Marcelino dos Santos assumem o comando do movimento. Machel será o Presidente da República, no primeiro governo independente.

A Gênese da RENAMO

Quando assume o poder, o líder da FRELIMO, Samora Machel, declara o país socialista, partindo para um programa de nacionalização de bens, indústrias e meios de produção. Seu discurso é extremamente agressivo contra os antigos colonizadores, gerando grande temor entre os portugueses residentes no país, bem como entre seus descendentes, mesmo que moçambicanos de nascimento. Muitos destes foram expulsos do país ou migraram espontaneamente.

Desta forma, iniciou-se um êxodo dessa parcela da população, principalmente para a África do Sul e para a então Rodésia do Sul, onde contavam com grande influência.

A África do Sul possuía desejos hegemônicos na área da África Austral, tentando cooptar as antigas colônias portuguesas para sua esfera de influência. Não havia, com relação a Moçambique, uma dependência como dos demais países do *Hinterland*, no tocante à exportação de seus produtos. A assunção de um governo de esquerda, no entanto, não era favorável à sua política na região.

A Rodésia do Sul vivia sob sanções internacionais, após ter declarado unilateralmente sua independência do Reino Unido. Seu governo, de direita, contava com o apoio velado de pessoas e governos ocidentais, mas era ostensivamente condenado pela comunidade internacional pelas medidas de exceção por ele adotadas.

Com a chegada da FRELIMO ao poder, Moçambique adota de imediato sanções contra o governo rodesiano, fechando seus portos e corredores ao comércio daquele país. Passa a apoiar, também, os guerrilheiros de uma das facções da oposição rodesiana, a ZANU.

A reação rodesiana a esse bloqueio não tardou. Sob a influência dos antigos colonizadores expatriados e sob a coordenação do serviço secreto rodesiano, criou-se a Moçambican National Resistance — MNR.

Começou, então, uma guerra de desgaste contra o governo da FRELIMO, levada a cabo pela RENAMO (versão portuguesa do nome original), com o apoio nem sempre velado da Rodésia.

Essa guerra iniciou-se no centro do país, estendendo-se, posteriormente, a todo o território nacional.

Sempre foi uma guerra de guerrilha essencialmente rural.

Com a transição democrática na Rodésia, que passa a chamar-se Zimbábue, em 1980, a RENAMO perde sua primeira fonte de sustento, passando a ser apoiada pela África do Sul.

Nesse momento, o movimento já possuía profunda sustentação interna em Moçambique, causada, principalmente, pelo descontentamento com que algumas parcelas da população encaravam o governo socialista da FRELIMO.

A Crise no Governo da FRELIMO

A FRELIMO assume o poder após a independência com um grande apoio popular. Seus líderes, especialmente Samora Machel, contam com grande respeito e admiração.

Machel assumiu o comando da FRELIMO em 1969, após o assassinato de seu fundador, Eduardo Mondlane. Era admirado por sua energia e ação de comando. Até hoje é um mito moçambicano.

O governo socialista que se instala parte para uma política de desenvolvimento e socialização da produção. Resolve, então, abolir as antigas formas de organização social e produtiva, em uma política de "página em branco", ou seja: total renovação nacional.

Como parte destas medidas, determina a criação das "aldeias comunais". Desta forma, a população rural seria deslocada para pequenas aldeias, onde trabalharia em cooperativas de produção, conhecidas como "Machambas do Povo", com a terra passando a pertencer ao Estado. A produção das cooperativas seria comprada pelo Governo e os aldeões teriam suas necessidades atendidas através de cooperativas de consumo.

A criação do "Estado Aldeão" nascia de uma necessidade de controle social ótimo, já que a população reunida nas aldeias era de mais fácil controle.

Este deslocamento, muitas vezes forçado, de populações rurais foi o início da crise do novo governo.

A ligação do homem com a sua terra tem um aspecto místico para o Moçambicano. A terra é sua ligação com a família, as origens, seus antepassados. A idéia de família é diretamente associada à terra por ela ocupada.

A herança da terra é uma instituição importantíssima para as etnias.

O abandono forçado de seus territórios familiares causou, portanto, profundo descontentamento nas populações.

Outra medida do novo governo foi a decretação de eleições para Assembléias Populares nas aldeias. Para estas eleições foram proibidos de participar todos aqueles que poderiam ser identificados com a antiga administração colonial.

A administração portuguesa aproveitara os antigos líderes familiares locais como chefes das suas divisões administrativas, os regulados e cabados. Desta forma, os régulos e cabos eram, em sua grande maioria, chefes familiares, chamados *mwene* (reis). Estes possuíam o poder não só administrativo, mas também religioso sobre seu povo. Como tal, não eram vistos como representantes da metrópole por suas famílias e etnias.

As eleições não foram legítimas e os novos administradores foram impostos pelo partido único. Segundo o depoimento de um amigo moçambicano, as eleições em sua aldeia foram feitas por aclamação; deveria se manifestar aquele que fosse contra o elemento proposto pelo partido. A época era de repressão e prisões, o que garantia a oposição mínima ao candidato. Em outras aldeias foram escolhidos, ante a impossibilidade de eleição dos líderes locais, elementos nitidamente incapazes de exercer qualquer cargo, numa afronta ao Partido único.

A proibição de se candidatarem às primeiras eleições e a imposição de novos chefes locais representaram uma ruptura na antiga estrutura de poder nos territórios familiares. Em algumas aldeias, o poder central impôs administradores de etnias rivais às locais. Estes fatos geraram uma grande humilhação para os antigos *mwene* e suas famílias.

Como parte desta política de páginas em branco, os novos administradores passaram a combater as antigas formas de manifestações religiosas e místicas. Muitas destas práticas eram ridicularizadas e muitos dos que insistiam em praticá-las eram perseguidos e presos. Em consequência, em muitas aldeias os administradores eram verdadeiramente odiados pelo povo.

O início da atuação da RENAMO nas áreas rurais acelerou este aldeamento maciço da população. Era uma forma de diminuir ou impedir a influência subversiva sobre esta população.

Este descontentamento iniciou uma dissidência de famílias com relação ao Governo, o que a RENAMO soube explorar de forma bastante eficiente.

Outra fonte de conflito foram as diferenças étnicas e o tribalismo, ainda latentes após anos de colonização portuguesa. As inimizades entre tribos e o descontentamento das minorias marginalizadas pelo novo governo alimentaram as fileiras da RENAMO.

A Estratégia da RENAMO e as Zonas Liberadas

A RENAMO iniciou suas atividades como simples desgaste do Governo central. Seus comandantes, contudo, souberam aproveitar as dissidências locais em seu proveito.

Alguns chefes familiares, despojados do poder e humilhados pela nova administração começavam a olhar o movimento de oposição com bons olhos. Ante a notícia da aproximação dos guerrilheiros, alguns *mwene* deslocaram-se com toda a família para as áreas onde esses se encontravam.

Foram, assim, criadas "Zonas Liberadas", mantidas pela força da RENAMO e onde o poder central não tinha influência.

A RENAMO não se opunha às antigas formas de poder familiar nem às suas práticas religiosas. Desta forma, nessas áreas os antigos chefes voltaram a desfrutar de seu poder e influência, perdidos ante o governo da FRELIMO, atuando como verdadeiros régulos locais. Estes chefes passaram a ser chamados "mambo".

Nas Zonas Liberadas havia uma verdadeira simbiose entre os guerrilheiros e as famílias ali instaladas. Os primeiros forneciam segurança e liberdade, enquanto os outros forneciam apoio logístico (alimentos, principalmente) e constituíam-se em uma reserva de combatentes facilmente mobilizáveis.

A estratégia da RENAMO passou a ser a de inviabilizar a vida nas aldeias e cidades, nítidos redutos governistas.

Nos seus ataques, os guerrilheiros queimavam as casas onde moravam os antigos camponeses, deslocados para o aldeamento. Normalmente, os comandantes da RENAMO reuniam o povo e faziam discursos conclamando-o a se rebelar contra o "Estado aldeão" e voltar para seus antigos territórios familiares. Os administradores locais eram assassinados e lojas eram saqueadas. A intenção era a de mostrar que a RENAMO se opunha à nova ordem que estava sendo implantada pelo Governo e que estava dando uma oportunidade para aquelas pessoas de retornarem à sua antiga vida.

Outra forma de inviabilizar a vida urbana era atacando os comboios que se deslocavam pelas estradas e ferrovias. Estes ataques eram, normalmente, muito ferozes e sanguinários e visavam impossibilitar a circulação de mercadorias e pessoas entre as cidades.

O recrutamento dos novos soldados da RENAMO era feito através da captura de jovens e crianças. Estes, após sequestrados, eram ameaçados de morte em caso de deserção. Houve casos em que jovens foram obrigados a cometer crimes bárbaros, de maneira que passassem a ser odiados pela população. Desta forma, considerando-se um pária, eles não teriam outra opção senão a de permanecerem lutando com os guerrilheiros. Outra fonte de recrutamento eram os jovens não aproveitados pelo sistema produtivo, que buscavam na RENAMO a aventura e uma forma de ascensão social.

As Zonas Liberadas eram organizadas, aproximadamente, como o diagrama:



As bases ficavam próximas ao centro da Zona Liberada, aproveitando cobertas e abrigos naturais, como os cajueiros e áreas montanhosas. Normamente, tinham cerca de 2 a 3 km de extensão e compreendiam as residências dos chefes, depósitos de armas e rádios de grande potência. Nelas eram feitas as reuniões com a tropa e preparadas as operações.

A RENAMO não possuía um projeto político. Seu oxigênio era a guerra. No dizer de Christian Geffey, autor de um pormenorizado estudo sobre a guerra, "a RENAMO é uma espécie de exército selvagem em liberdade: não depende de nenhuma autoridade civil superior que a comande e que determine os objetivos do combate. Os seus oficiais alimentam um projeto social de guerra, que é a única e verdadeira motivação: gostam da vida guerreira, fonte de exaltação e de promoção social. Os homens da RENAMO não conhecem outros valores que não sejam os valores guerreiros, único padrão do seu reconhecimento mútuo no seio da instituição militar. A ausência de uma submissão desses valores a um projeto de sociedade civil que ultrapasse o exército é uma explicação possível para a crueldade de que são capazes no decorrer de suas ações coletivas, particularmente nos ataques às colunas nas estradas".

As Zonas Governamentais

Os constantes ataques da RENAMO aos aldeamentos provocaram uma mudança da postura do Governo.

Era impossível para as tropas do Exército manterem a segurança em todas as pequenas aldeias e vilas. Desta forma, os moradores, assustados ante a violência dos ataques, temendo ter suas casas destruídas e saqueadas, começaram a construir pequenos esconderijos afastados das

aldeias, para onde fugiam quando recebiam notícias da aproximação dos guerrilheiros. Esses esconderijos, mais tarde denominados *sho-shorona*, nome derivado do ruído das folhas ao serem pisadas pelas pessoas em fuga, foram, aos poucos se tornando maiores que as residências nas aldeias.

A RENAMO, em geral, não atacava as *shoshoronas*.

O Governo fazia "vista grossa" sobre a sua existência, já que não tinha condições reais de prover segurança para a população.

Os habitantes das aldeias, por seu lado, não queriam desagradar a administração, tendo a intenção de permanecer sob a sua segurança, na medida do possível. Assim, mantinham, nas aldeias, "residências de fachada", apenas para cumprirem a legislação, verdadeiras casas de bonecas de proporções reduzidas, onde ninguém morava.

Estes fatos provocaram um fracasso no programa do Estado Aldeão e, conseqüentemente, um descongestionamento das cidades.

O Exército moçambicano (FAM / FPLM — Forças Armadas de Moçambique / Forças Populares de Libertação de Moçambique) contava com material de boa qualidade e em grande quantidade, de origem russa ou chinesa, como fuzis AK 47, RPG-7, carros de combate, artilharia, etc. Muitos de seus oficiais fizeram cursos no exterior, com um bom preparo profissional. Para o seu recrutamento, contava com o serviço militar obrigatório, através do qual os jovens de 18 anos passavam a integrar suas fileiras.

Não foram raras as ocasiões em que soldados governistas foram acusados de crimes bárbaros. A guerra gerava um ambiente de histeria coletiva, onde muitos inocentes morreram. Os guerrilheiros mortos foram muitas vezes esquartejados, com partes de seus corpos colocadas nas

principais vias de acesso da RENAMO, como intimidação.

O Exército executava operações de vasculhamento nas ZL, mas evitava-se o confronto direto. A maior parte dos contatos eram fortuitos e resultavam em pequenas escaramuças.

Da mesma forma que os guerrilheiros, o Exército usava a população civil como escudo protetor.

Para solucionar o problema de segurança nas áreas afastadas das guarnições militares, o Governo passou a armar civis, criando uma milícia auxiliar. Algumas vezes, o armamento empregado pelos milicianos era oriundo dos batalhões governistas, cedidos por empréstimo. Os comandantes desta milícia eram, muitas vezes, oficiais provenientes de unidades militares.

As alterações na conjuntura mundial e suas consequências sobre o conflito

O conflito moçambicano sobreviveu graças ao suporte que ambas as partes recebiam de outros países. Enquanto o Governo tinha maciço apoio soviético, a RENAMO contava, inicialmente, com o apoio da Rodésia e, posteriormente, da África do Sul e do Malawi. Neste último, o governo do Presidente vitalício Kamuzu Banda alinhou-se ao Governo sul-africano, servindo-lhe como uma "ponta-de-lança" encravada entre as regiões Central e Norte de Moçambique.

As mudanças políticas na URSS, com o fim do comunismo, e na RAS, com a abertura política e o fim do regime do *apartheid*, tiveram como consequência direta o fim do apoio externo às partes beligerantes em Moçambique.

Este fato determinou uma diminuição da intensidade do conflito, mas não o seu término. Os ataques da RENAMO aos comboios conti-

nuaram e o Governo tinha, agora, pouca capacidade de enfrentá-los.

Os países do *Hinterland*, seriamente afetados no seu comércio externo pelos ataques guerrilheiros ao longo dos corredores, negociaram com o Governo moçambicano o desdobramento de tropas ao longo dessas estradas, de maneira a garantir seu acesso aos portos. Em consequência, tropas do Malawi e do Zimbábue ocuparam os corredores de Nacala e Beira, respectivamente.

A guerra trouxe para Moçambique a destruição e a miséria. Toda a infra-estrutura do país estava destruída. A produção econômica reduzida a níveis absolutamente insignificantes. A fome e as doenças dizimavam a população. Uma enorme quantidade de refugiados estava nos países limítrofes, especialmente Malawi, Tanzânia e Zimbábue.

Ante pressões internas e externas e considerando que as consequências da guerra foram dramaticamente agravadas pela pior seca dos últimos 50 anos, representantes do Governo e da RENAMO iniciaram negociações que culminaram com o Acordo Geral de Paz, assinado em Roma em 04 de outubro de 1992.

A guerra representou um custo incalculável para o povo moçambicano. Estima-se em 60.000 o número de mortos em combate ou pelas doenças e fome causadas por ela.

Muitas das áreas rurais foram reduzidas à Idade da Pedra.

A população necessita de um maciço programa de ajuda humanitária para sua sobrevivência.

O país precisa ser reconstruído a partir de suas ruínas.

A ATUAÇÃO DA ONUMOZ

O Acordo Geral de Paz e a Criação da ONUMOZ

Submetidos a pressões internas e da Comunidade Internacional, o Governo moçambicano e a RENAMO iniciaram negociações no sentido do término do conflito.

Estas culminaram na assinatura do Acordo Geral de Paz, em 4 de outubro de 1992, na cidade de Roma.

O AGP previa o cessar fogo para o dia 15 de outubro de 1992 (Dia E), com a separação das tropas, sua concentração e posterior desmobilização e a criação das novas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM). Paralelamente, as NU gerariam as condições mínimas para a transição democrática e o estabelecimento de um novo governo, além de monitorar o processo de desmobilização.

Dentre os aspectos políticos do Acordo, destacava-se a nova Lei Eleitoral, que estabelecia a eleição com voto direto e secreto para a Presidência da República e para a Assembleia da República; previa as liberdades de imprensa, associação, expressão e propaganda política, com a criação de novos partidos; criava uma Comissão Nacional de Eleições, responsável pelo controle do processo eleitoral; e, finalmente, determinava o retorno dos refugiados e deslocados a seus locais de origem, com plenos direitos à cidadania.

A ajuda internacional humanitária já estava prevista desde julho de 1992, antes, pois, da assinatura final do AGP, quando o Governo e a RENAMO concordaram em criar condições mínimas para o recebimento deste tipo de apoio, sob os auspícios da ONU. As partes beligerantes concordaram, então, em conceder liberdade de movimento ao pessoal considerado necessário a

este suporte, bem como permitir-lhes as mínimas condições de trabalho.

Do ponto de vista militar, o Acordo previa o desmonte das forças em luta e a criação das novas Forças Armadas de Defesa de Moçambique. Previa, ainda, a retirada das tropas estrangeiras do território moçambicano e criava a Comissão de Cessar Fogo, responsável pela monitoração do processo militar.

O desmonte das forças beligerantes foi levado a cabo através da desmobilização dos antigos combatentes, que passaram à situação de civis, e da sua reintegração social.

As novas FADM seriam apertidárias, de carreira e idôneas. Seus componentes foram, inicialmente, recrutados entre as tropas do Governo e da RENAMO, na mesma proporção.

O processo de formação das novas FADM seria realizado simultaneamente com a concentração e desmobilização das tropas.

Após a retirada das tropas estrangeiras, a Comissão de Cessar Fogo passou a responsabilizar-se pela segurança dos corredores de exportação.

Foram previstas, também, a despartidarização e reestruturação das forças policiais, bem como a extinção dos grupos paramilitares em atividades no país (milícias, seguranças privados, etc).

A fim de concretizar o apoio das NU ao processo moçambicano, o Secretário-Geral da ONU nomeou um Representante Especial para o país e enviou os primeiros observadores militares. Posteriormente, foi submetido e aprovado pelo Conselho de Segurança da ONU o planejamento visando estabelecer a Operação das Nações Unidas em Moçambique — ONUMOZ, que passaria a operacionalizar todas as ações previstas no Acordo Geral de Paz.

O mandato da ONUMOZ incluiu quatro elementos: Político, Humanitário, Militar e

Eleitoral. Seu conceito operacional baseou-se no forte inter-relacionamento entre estes elementos, sob a coordenação do Representante Especial.

Consistiu, no máximo de sua atuação, de cerca de 6.500 militares e 300 civis, sem contar os locais contratados.

Organização da ONUMOZ

A organização geral da ONUMOZ foi a que se segue:



A Divisão Militar será vista adiante.

Em termos humanitários, através de um representante da UNOHAC, eram coordenados os trabalhos de diversas agências governamentais e não governamentais, como Cruz Vermelha, Médicos Sem Fronteiras, Organização Internacional para Migrações, etc.

Os aspectos humanitários foram fundamentais para a missão, na medida em que existiam milhões de pessoas refugiadas e deslocadas, com mínimas condições de auto-sustento. Além destes, havia os soldados a serem desmobilizados e que deveriam ser reintegrados à vida civil, em um processo bastante difícil e de fundamental importância para a paz.

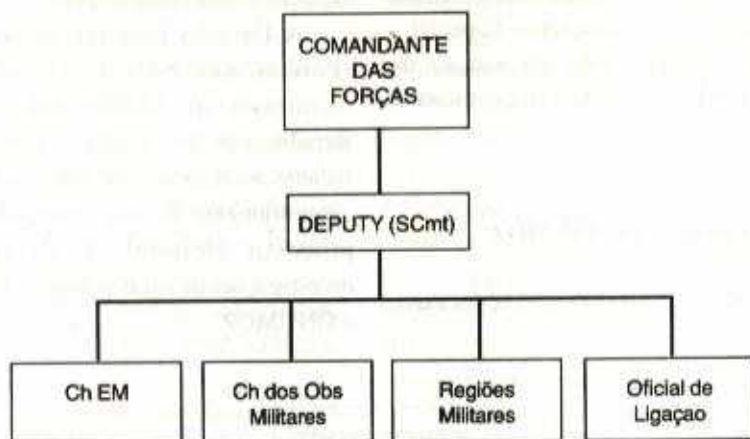
A divisão eleitoral preparou e monitorou as eleições conduzidas no país.

A Divisão Policial, através da CivPol (Polícia das NU) foi responsável pelo monitoramento das atividades da Polícia da República de Moçambique, particularmente no tocante ao respeito aos direitos humanos e no asseguramento de sua neutralidade durante o processo eleitoral. Realizava, também, investigações de caráter administrativo, internas à ONUMOZ.

Além dessas divisões, subordinava-se diretamente ao Representante Especial uma Unidade Técnica de Desmobilização. Esta tinha por finalidade a condução dos aspectos civis da desmobilização, ou seja, o registro dos soldados nas Áreas de Acantonamento, o fornecimento de apoio logístico para o estabelecimento dessas áreas e para todo o processo de desmobilização, incluindo o suprimento de alimentos e outros itens destinados aos soldados, apoio de saúde aos acantonados, programas de informação e educação, etc.

Na realidade, a Unidade Técnica (TU) era formada por diversas agências internacionais, uma atuando em cada área.

A divisão militar foi organizada como demonstrado abaixo:



Cada uma das Regiões Militares (Norte, Central e Sul) correspondeu a uma divisão administrativa do país. As suas sedes foram Nampula (N), Beira (B) e Matola (S).

A organização das Regiões Militares era semelhante à da Divisão Militar / ONUMOZ, sendo que o Ch EM coordenava, na sua Região, o emprego dos contingentes militares desdobrados.

A Operação Militar em Moçambique

Os militares da ONUMOZ foram empregados em duas funções distintas: como observadores militares ou como tropa desdobrada.

A missão das tropas internacionais em Moçambique foi a de garantir a segurança nos corredores de exportação, em substituição às tropas de Malawi e do Zimbábue que estavam no país, além de prover segurança para as atividades das NU e das agências internacionais.

Originariamente, foram desdobrados no país 5 Btl Inf reforçados por elementos de engenharia

e de apoio logístico (Bangladesh, Itália, Botswana, Uruguai e Zâmbia), 01 OM de Comunicações (Portugal), 01 OM de Controle de Movimento (Japão), 01 Companhia de Comando (Índia), além de 03 Hospitais Militares (Bangladesh, Itália e Argentina). Posteriormente, após a retirada do Batalhão italiano, uma Companhia brasileira (COBRAMOZ) foi desdobrada na província da Zambézia.

Os Btls Inf foram desdobrados ao longo dos corredores de exportação, um por Região, sendo que o Batalhão uruguaio era responsável pela segurança ao longo da Auto-estrada nº 1, fundamental para o país, por ligar o sul ao centro.

Eram missões do contingente militar:

- condução de patrulhas aéreas e motorizadas ao longo dos corredores;
- escolta de trens e comboios rodoviários transportando ajuda humanitária;
- estabelecimento de *checkpoints*;
- guarda de instalações, como aeroportos, QG, etc;
- transporte de material para as A/A.

As tropas das NU desempenhavam um papel auxiliar no tocante à operação das A/A, especialmente no transporte das armas coletadas para os Depósitos Regionais de Armamento, onde foram mais tarde destruídas ou fornecidas ao novo exército. Auxiliavam, também, em atividades técnicas, como remoção ou destruição de minas e explosivos e reconhecimentos e reparos de estradas.

Os observadores militares foram empregados em:

- verificação e monitoramento das tropas nas Áreas de Acantonamento (Assembly Areas — A/A) e nas Unassembled Areas;

- controle de armas, munições, minas e explosivos;

- assistência à Unidade Técnica no processo de desmobilização;

- administração das A/A;

Durante a missão, foram empregados observadores oriundos de 21 países.

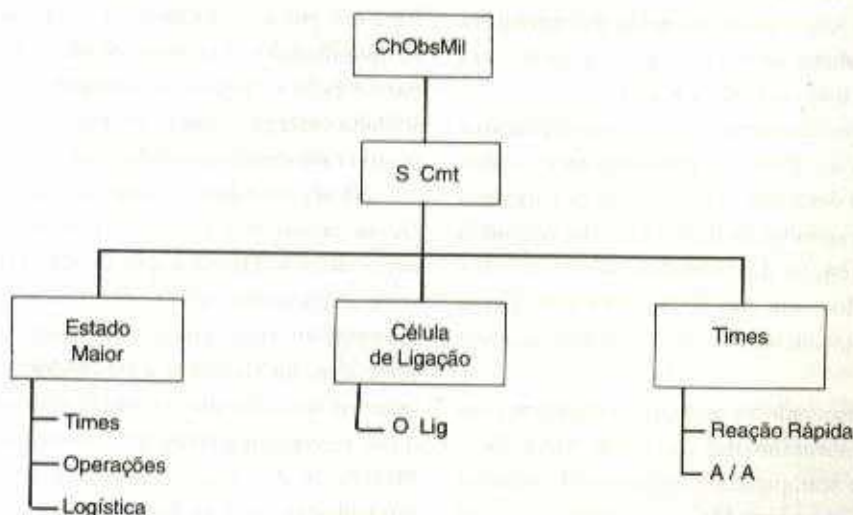
A Organização dos grupos de observadores militares em cada Região era a que se segue:

As funções do Estado-Maior eram semelhantes as do Exército Brasileiro, exceto no tocante à célula de operações, que era responsável pelo controle das operações de desmobilização e pela coordenação do emprego dos meios de transporte. Na verdade, o Oficial de Operações tinha um papel preponderante sobre os demais membros do EM.

Os Oficiais de Ligação foram responsáveis pelo monitoramento das reuniões das CCF (nacional e regionais) e pela ligação com os representantes do Governo e da RENAMO com trato aos problemas relacionados a possíveis violações do cessar-fogo e ao processo de desmobilização.

O Time de Reação Rápida era responsável pela condução de investigações e inspeções, especialmente no tocante a violações do cessar fogo. Auxiliava o Oficial de Operações em outras missões, como, por exemplo, na desmobilização dos Paramilitares.

Aos times desdobrados nas A/A coube a verificação e monitoramento do processo de



desmobilização nessas áreas, responsabilizando-se por todas as atividades desenvolvidas nesses locais. Eram compostos, normalmente, por 5 observadores militares e por um Oficial de Campo da Unidade Técnica (TUCO), responsável pelas atividades civis do processo de desmobilização. Normalmente, eram incorporados ao *Time* elementos de saúde (no caso das áreas do Governo, um médico militar; nas da RENAMO, médicos de agências internacionais) e monitores moçambicanos, responsáveis pelos programas de educação dos soldados acantonados. Entre os observadores, um ocupava a função de *Team Leader*, responsável por todo o trabalho na A/A, e outro a de 2IC (SCmt); havia, normalmente, dois observadores que falassem português em cada área.

As A/A foram instaladas em função da localização das tropas de ambos os partidos, sob coordenação da CCF. Eram consideradas como território neutro. Em uma A/A eram acantonadas somente forças de um beligerante.

Em torno da A/A era estabelecida uma zona de segurança, em um raio de 5km. A responsabilidade pela segurança interna nesta zona era do Comandante do Campo. Externamente, era do partido que controlava a área.

Dentro da área, havia acomodações destinadas ao *Time* e, separadamente, a área residencial destinada aos soldados. Em algumas A/A (especialmente da RENAMO), foi permitida a permanência das famílias dos soldados acantonados, em um local próximo. Essas famílias estavam submetidas a ajuda humanitária das NU.

Os observadores militares contavam com viaturas (normalmente duas por A/A), farto material de acampamento (equipamento *Weather Heaven*), computador e equipamentos de comunicações (rádios HF e VHF, INMARSAT).

O Processo de Desmobilização

De acordo com o AGP, Governo e RENAMO concordaram em desmobilizar suas Forças Armadas. Este foi, sem dúvida, o aspecto crucial do processo de paz em Moçambique.

Desmobilização é o processo através do qual os soldados de cada parte são oficialmente afastados do serviço militar. No caso moçambicano, a maioria retornou à situação de civis, mas alguns passaram a fazer parte do novo Exército unificado. Este processo foi levado a cabo nas Áreas de Acantonamento (*Assembly Areas — A/A*).

Os observadores militares e o TUCO (ou seja, o *Time*), pela sua presença permanente na A/A supervisionaram e monitoraram o processo de desmobilização e controlaram o recolhimento e armazenagem das armas. Entretanto, o sucesso do processo dependeu diretamente da cooperação do Governo e da RENAMO.

O processo de desmobilização de um soldado dividiu-se em quatro fases.

Na primeira fase, tropas de ambos os lados foram concentradas em suas respectivas A/A. Para dar entrada em uma A/A e participar da desmobilização, o soldado devia, inicialmente, passar pelo *Check-in*. Durante o *Check-in*, o soldado entregava sua(s) arma(s) e seu nome e posto eram registrados pelo *Time*.

Na segunda fase, o soldado era registrado. Neste momento, ele fornecia informações necessárias à TU para que fossem preparados seus documentos de desmobilização. Estas informações eram enviadas a Maputo, onde o Ministério da Defesa e a RENAMO decidiam quais os soldados que seriam desmobilizados e quais passariam a integrar o novo exército. O Ministério das Finanças utilizava-se dessas informações para preparar os pagamentos de subsídios aos soldados a serem desmobilizados.

Na terceira fase, enquanto aguardavam o retorno das listas de Maputo, os soldados recebiam treinamentos sobre atividades que poderiam exercer na vida civil, como agricultura e comércio. Alguns eram alfabetizados nesse período.

A quarta fase era o Dia da Desmobilização. Nesse momento, os soldados recebiam:

- subsídios de desmobilização, pagos pelo Governo por 6 meses (3 meses no ato da desmobilização e os outros 3 meses na cidade de destino);

- 18 meses de subsídios de desmobilização, pagos pela Comunidade Internacional, divididos em parcelas mensais resgatadas através de cheques nos bancos a partir do fim dos primeiros 6 meses;

- Carteira de Identidade de Desmobilizado;
- roupas civis;
- alimentos não perecíveis para 2 semanas;
- kit para produção agrícola (sementes, ferramentas);

- transporte seu e de sua família para a região que escolheu no momento do registro.

Como informação, o subsídio pago a um soldado desmobilizado era de 75.000 meticaís (aproximadamente 11 dólares) por mês. É um valor razoável para os padrões moçambicanos, equivalente à média dos salários pagos.

Após a saída de todos os soldados, as A/A foram fechadas.

Em cada A/A era designado um Comandante de Campo, oficial pertencente à força acantonada. Este era responsável pela manutenção da ordem e disciplina na área, bem como pela supervisão das condições de acantonamento de seus homens. Era, também, responsável pela segurança da A/A e de sua Zona de Segurança (perímetro que envolvia a região de acantonamento, um círculo de no máximo 5 km do

centro). Para tal, parte das armas e da munição permaneciam em seu poder.

As armas e equipamento de uso militar (sistemas de armas e seus componentes, munição, capacetes, cantis, equipamentos de comunicações, bússolas, viaturas, etc), exceto uniformes eram coletados no momento do *Check-in*, identificados, registrados e armazenados sob a supervisão dos observadores.

A segurança das armas armazenadas era de responsabilidade do Team Leader e do Camp Comander, que dividiam as chaves dos locais de armazenamento (um não abria sem o outro).

O maior problema deste processo, previsto para ser concluído em 24 semanas, foi o atraso no fornecimento das listas de soldados a serem desmobilizados. Desta forma, A/A abertas em junho/julho de 1993 somente começaram a quarta fase de desmobilização em março de 1994, sendo fechadas em agosto/setembro de 1994.

A Formação do Exército Unificado

Segundo o Acordo Geral de Paz, as novas FADM terão por missão a salvaguarda da soberania, da independência e da integridade territorial do país. Poderão, ainda ser empregadas na assistência em caso de calamidades e no apoio à reconstrução do país.

Os efetivos previstos no AGP eram os seguintes:

Exército: 24.000

Marinha: 2.000

Força Aérea: 4.000

A nova estrutura de comando prevista possuiu um Comando Superior (até a posse do novo governo, foi formado por dois generais, um de cada parte), Comandos do Exército, Marinha e Força Aérea, além de um Comando Logístico Conjunto.

O calendário do processo previa que as FADM deveriam estar em condições operacionais pelo menos um mês antes das eleições (Out 94). O pequeno voluntariado por parte dos antigos soldados, contudo, provocou uma redução no efetivos atingidos.

Para dirigir o processo de formação das FADM, foi criada a Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (CCFADM), da qual fizeram parte Portugal, França e Reino Unido.

Inicialmente, foram formados 540 instrutores moçambicanos, recrutados em ambos os partidos. Estes foram treinados no campo zimbabweano de Nyanga, por instrutores britânicos.

Posteriormente, foram criados Centros de Treinamento, onde foi desenvolvida a instrução de Infantaria, Sapadores, Fuzileiros Navais, Forças Especiais e elementos de Logística e Administração.

Os instrutores foram portugueses, franceses e britânicos.

O Desarmamento dos Paramilitares

A solução encontrada pelo Governo para defender as populações isoladas contra ataques da RENAMO foi a criação de uma verdadeira milícia, fornecendo-se armamento em grande quantidade a civis recrutados no meio rural. Além destes, foram criados verdadeiros "exércitos", mantidos por empresas ou particulares.

O AGP previa o desarmamento destes elementos, com o fim das forças paramilitares.

Este processo foi bastante difícil face à falta de controle e grande dispersão do armamento. As aldeias e pequenas cidades tinham em torno de 100 a 200 milicianos espalhados nos seus redores. As cifras não eram precisas, falando-se

de milhares de armas a serem recolhidas, incluindo fuzis AK 47 e SKS e metralhadoras RPD, além de munição, minas e explosivos.

Em consequência, foram criados *Times* com a missão específica de recolhimento destas armas, que contaram com o apoio dos administradores distritais e comandantes provinciais, bem como a participação de representantes da RENAMO e do Governo.

A consecução deste processo foi de vital importância para a paz, já que a presença destas armas sempre foi um "cavalo de batalha" da RENAMO, bem como para a ordem interna, já que podem facilmente ser desviadas para a criminalidade.

O Problema da Desminagem

A guerra de minas foi ampla e indiscriminadamente utilizada em Moçambique, por ambos os contendores. Milhares de minas antipessoal e anticarro foram lançadas sem qualquer controle e a maioria não foi, ainda, localizada e removida.

Nas principais estradas do país, especialmente nas regiões Centro e Norte, foram colocadas minas, bem como nas principais vias de acesso às vilas e povoados. Diz-se que praticamente todas as pontes de vulto na região Norte foram minadas. Existem, ainda, inúmeros engenhos falhados, como granadas de morteiro e, mesmo, munição enterrada sem ter sido empregada.

Anualmente, surgem centenas de novas vítimas das minas em todo o país.

A retirada destas minas tem sido um processo longo e trabalhoso. Foram treinados sapadores por instrutores britânicos, que começam a ser empregados nesta operação. O objetivo é liberar as estradas do risco de acidentes com estes

engenheiros. Sabe-se, no entanto, que esta é uma operação extremamente difícil e custosa, dependente, pois, de grande apoio externo.

O Processo de Verificação

Após o encerramento das atividades das A/ A, deu-se início a um processo de verificação, com o objetivo de determinar a existência de depósitos de armas e munição ainda remanescentes, pertencendo a ambos os partidos. Este processo baseou-se em listas fornecidas pelo Governo e RENAMO, muitas vezes pouco precisas. Além disso, no caso específico dos antigos *cachês* da RENAMO, havia uma dependência de guias locais que conhecessem suas reais posições.

Este processo foi apenas parcialmente bem-sucedido, em função imprecisa das listas, falta de cooperação dos partidos e do próprio esvaziamento da ONUMOZ.

As Eleições

Um dos objetivos da ONUMOZ era o apoio à realização da primeira eleição multipartidária na história do país, como acordado no AGP.

No Acordo, foram previstas eleições para presidente da República e Assembleia da República. No primeiro caso, sagrar-se-ia vencedor o candidato que obtivesse a maioria dos votos válidos em um primeiro turno; caso ninguém obtivesse esta marca, haveria um segundo turno, quando concorreriam os dois candidatos mais votados.

A ONUMOZ participou desse processo, inicialmente, no apoio ao registro dos eleitores, através do treinamento de pessoal e fornecimento de apoio logístico, além da monitoração das

atividades levadas a cabo pela Comissão Nacional de Eleições.

Durante as eleições, foram empregados Times de Observações Internacionais, vindos especialmente para o acompanhamento do escrutínio, determinando a validade do processo.

As eleições foram levadas a cabo nos dias 27, 28 e 29 de outubro, transcorrendo em um ambiente de calma e ordem.

O candidato do governo à reeleição, Joaquim Chissano, do Partido FRELIMO, sagrou-se vencedor no primeiro turno. Em segundo lugar, apareceu Afonso Dlakshama, da RENAMO. Para a Assembleia da República, o Partido FRELIMO obteve 43% dos votos, com a RENAMO obtendo 42%.

A Companhia Brasileira em Moçambique COBRAMOZ

Com a retirada do Batalhão italiano desdobrado na região central, as NU solicitaram ao Governo brasileiro o envio de uma tropa capaz de atuar naquela região. Inicialmente, era planejado o emprego de um efetivo de um Btl Inf. Este foi, contudo, reduzido para uma Cia Fzo, a 170 homens.

A COBRAMOZ teve seu PC instalado na cidade de Mocuba, Província da Zambézia, levando a cabo diversas missões atribuídas ao Contingente Militar, como patrulhamento das estradas, estabelecimento de *check-points*, escolta a autoridades, proteção de instalações, bem como auxílio aos processos de desmobilização e verificação, como transporte de armamento coletado, localização de *cachês* e destruição de munição. Auxiliou, também, no processo eleitoral, apoiando os Times de Observadores Eleitorais.



A atuação do Contingente brasileiro em Moçambique foi alvo da admiração e dos elogios de todos os integrantes da ONUMOZ, além da própria população local. Nossos militares deram diversas provas de competência e profissionalismo, vencendo com criatividade e inteligência os diversos obstáculos que lhes foram impostos tanto pela grandiosidade de sua missão quanto pelo seu ineditismo.

CONCLUSÃO

O conflito moçambicano foi causado por uma combinação de três fatores: interferência externa, principalmente dos países da África Austral, dentro de um contexto de guerra fria; diferenças regionais ou étnicas, acentuadas com o passar da guerra pelas dificuldades de comunicações e transporte; e a falta de sensibilidade do governo da FRELIMO, ao adotar um "pacote fechado" ideológico-social-econômico sob o receituário socialista, adotando uma política de "página em branco" para o novo país, tentando destruir todas as antigas instituições.

O término do conflito deu-se em função da total exaustão da população, reduzida à completa miséria e, em muitos casos, a um estado tribal, onde bens e serviços modernos são completamente desconhecidos. Deveu-se, também, à diminuição dos apoios externos com que ambos os contendores se mantinham.

Após a assinatura do Acordo Geral de Paz e a criação da ONUMOZ tenta-se partir para a reconstrução nacional.

O interessante deste processo é o fato de que partiu-se, realmente, da "página em branco". Todas as estruturas sociais e econômicas moçambicanas foram destruídas. Tenta-se colocar algo de pé, a partir das ruínas.

Trata-se de um esforço hercúleo: Moçambique tem sua economia destruída; indicadores sociais entre os piores do planeta; uma democracia embrionária.

Os primeiros passos já foram dados e com sucesso. A ONUMOZ alcançou plenamente seus objetivos: as partes estão pacificadas, as novas FADM estão formadas, embora ainda pouco operacionais, as eleições transcorreram em ambiente de paz e harmonia, com o novo governo sendo empossado. Ainda há muito a ser feito, mas caberá ao povo moçambicano a construção de seu destino.

BIBLIOGRAFIA

- Universidade Eduardo Mondlane. *História de Moçambique*. Maputo, 1988.
- AACMAN, Allen. *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900-1982*. Hampshire, 1983.
- AL-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Lisboa, 1976.
- ASTRO, Therezinha. *África — Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, 1981.
- JEFFREY, Christian. *A Causa das Armas — Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*. Maputo, 1990.



EM REVISTAS

Enrevistas Produções Gráficas e Publicidade Ltda.

Rua Cachambi, 467 - Conj 8 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20771-630

Tels.: (021) 201-9009 / 581-1943 / 581-3317 - Fax.: (021) 581-6757



O BANFORT
IMPÕE A MARCA
DA SUA SOLIDEZ,
OPERANDO
COM 16 AGÊNCIAS
NAS PRINCIPAIS CAPITAIS
DO PAÍS, VOLTADO
PARA A QUALIDADE
TOTAL DE SEUS
PRODUTOS
E SERVIÇOS
E PARA A SATISFAÇÃO
DOS SEUS CLIENTES.



BANFORT

N O S S O F O R T E É Q U A L I D A D E

O orgulho de ser do Exército



O Banco do Brasil e a Fundação Habitacional do Exército estão lançando um cartão de crédito internacional feito especialmente para os militares e funcionários civis ligados ao Ministério do Exército. Como Cartão Afinidade Exército Banco do Brasil, você passa a contar com serviços que irão facilitar ainda mais o seu dia-a-dia e suas viagens.

Você merece esta insígnia.

Retire a proposta de adesão na sua Organização Militar.



FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO

Cartão Afinidade Exército BB.
A identidade de quem defende
o País.



BANCO DO BRASIL